

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

**ENTRE AS COISAS, AS PESSOAS E AS MEMÓRIAS:
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DA
COMPREENSÃO DO BEM ARQUEOLÓGICO NO
VALE DOS SONHOS EM GOIÂNIA/GO**

VENÚSIA CELE FERRAZ PINHEIRO

GOIÂNIA – GO

2006

VENÚSIA CELE FERRAZ PINHEIRO

**ENTRE AS COISAS, AS PESSOAS E AS MEMÓRIAS:
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DA
COMPREENSÃO DO BEM ARQUEOLÓGICO NO
VALE DOS SONHOS EM GOIÂNIA/GO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Arqueologia

Orientadora: Professora Doutora Sibeli Aparecida Viana.

GOIÂNIA – GO

2006

P654e

Ferraz Pinheiro, Venúcia Cele

Entre as coisas, as pessoas e as memórias [recurso eletrônico]: uma análise da educação patrimonial e da compreensão do bem arqueológico no Vale dos Sonhos em Goiânia-GO / Venúcia Cele Ferraz Pinheiro.-- 2006. 233 f.; il.

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Patrimônio Cultural, Goiânia, 2006
Inclui referências f.207-213

1. Patrimônio cultural - Residencial Vale dos Sonhos (GO). 2. Arqueologia. 3. Sítios arqueológicos. 4. Análise do discurso. I. Viana, Sibeli A - (Sibeli Aparecida).
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 902(043)



UNIVERSIDADE
Católica
DE GOIÁS

PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 227.1071 • Fax: (62) 227.1073
www.ucg.br • heck@ucg.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO FINAL

Ata da sessão de apresentação e defesa do Trabalho Final do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, pela aluna **VENUSIA CELE FERRAZ**, sob o tema **ENTRE AS COISAS, AS PESSOAS E AS MEMÓRIAS: uma análise da educação patrimonial e da compreensão do bem arqueológico no Vale dos Sonhos em Goiânia -GO**, realizada em 15 de Dezembro de 2006, às 9 h, na sala de aula do Mestrado no antigo prédio do Colégio Ateneu.

No dia 15 de Dezembro de 2006, às 9 h, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos professores Dra. Sibeles Aparecida Viana / UCG (presidente), Dra. Heliane Prudente Nunes/ UCG (membro) e Dra. Gislene Monticelli/ ULBRA (membro), para a arguição da referida aluna. A sessão iniciou-se às 9 horas, no Mestrado, sob a presidência da Dra. Sibeles Aparecida Viana, que concedeu a aluna 30 minutos para expor o trabalho. Após a arguição, a Banca Examinadora se reuniu em separado para avaliação e foi atribuído o seguinte conceito:

<input checked="" type="checkbox"/>	A	Excelente	10,0
<input type="checkbox"/>	MB	Muito Bom	9,0 a 9,9
<input type="checkbox"/>	B	Bom	8,0 a 8,9
<input type="checkbox"/>	C	Regular	6,0 a 7,9
<input type="checkbox"/>	D	Insuficiente	0 a 5,9

A Presidente encerrou a sessão, sendo lavrada a presente Ata que foi assinada pela banca examinadora e entregue à Secretaria do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, para os fins.

Banca Examinadora:

1) Dra. Sibeles Aparecida Viana /UCG

Sibeles A. Viana

2) Dra. Heliane Prudente Nunes/UCG

Heliane Prudente Nunes

3) Dra. Gislene Monticelli/ULBRA

Gislene Monticelli

À minha amada mãe, Conceição Ferraz – fonte e símbolo de amor, fé, esperança, trabalho, estudo, sabedoria, força e dignidade –, minha dedicação e agradecimento pela transmissão, desde sempre, de valores, saberes e fazeres, essenciais em meu viver.

AGRADECIMENTOS

À professora Doutora Sibeli Viana, meu especial agradecimento, pelo comprometimento, pela acolhida, pela indiscutível contribuição intelectual – equilibrada com maestria e simplicidade –, pela orientação segura e competente, pela ética profissional e, principalmente, pela confiança em mim depositada.

Aos moradores do Vale dos Sonhos – em especial aos participantes dessa pesquisa –, pela acolhida e hospitalidade e pelos depoimentos valiosos que permitiram a efetivação desse estudo. Todos, e cada um, estão de modo muitíssimo especial entre as minhas memórias.

À professora Doutora Heliane Prudente Nunes, pelas sugestões precisas e imprescindíveis apresentadas por ocasião do exame de qualificação e que muito enriqueceram este trabalho.

À professora Doutora Albertina Vicentini, pela oportunidade de convivência, pela elegância na transmissão de seus saberes no transcurso das disciplinas ministradas e pelas sugestões apresentadas que muito me auxiliaram em diversas reflexões.

Ao professor Doutor Luiz Eduardo Jorge, pela dedicação à arte e à pesquisa, pela ternura, pela generosidade de partilhar seus conhecimentos e provocar a vivência – em sala de aula e em campo – através de seu cinema documentário.

Ao professor Doutor Emílio Fogaça, por incitar meu primeiro olhar em direção à arqueologia.

Ao professor Doutor Klaas Woortmann, pelas sugestões apresentadas durante o início do percurso do mestrado.

À professora Mariza Barbosa, pela atenção dedicada e gentilezas diversas.

À professora Doutora Márcia Bezerra, pelas discussões por ocasião da disciplina por ela ministrada, que auxiliaram na reflexão sobre o tema desenvolvido no presente trabalho.

À minha filha Deborah pelo bom humor, pela ternura, pela paciência e cuidado nos momentos mais que delicados, pelas leituras críticas e pelo zelo nas correções ortográficas.

Ao meu filho Áquila, pelo carinho, pela atenção e pelo auxílio com as imagens e com a formatação.

Ao meu pai João Pinheiro, pelo amor, confiança, incentivo e apoio frequentes.

Ao meu irmão Alan Carlyle e à minha cunhada/irmã Cristiane Ferraz, pelos afetos, apoios e estímulos constantes.

Aos meus irmãos João Bollívar e Antônio Inaudy, pelas amizades e pelos incentivos.

À Lucy Jane Dantas, pela amizade, pelo carinho em momentos diversos, pela alegria partilhada, pelo generosíssimo apoio nas pesquisas de campo e pela tradução do resumo.

À minha cunhada Odete Ferraz, pelo empréstimo e doação de textos e livros utilizados no início do percurso desse estudo.

Ao César Labre Freitas, pelas imagens e mapa cedidos de modo prestativo.

À Tânia Ferreira, à Rosângela Perotti, à Kátya Alexandrina, à Simone Rosa e à Luiza Medeiros, amigas que, com interesse e afeto, acompanharam a construção desse trabalho.

À Sonilda de Fátima, à Thaise Cristiane Prudente e à Naiara Denicolo, pelas presenças e demonstrações de afeto – preciosas amizades tecidas no caminhar desse mestrado.

Ao Fabrício Salame, pelo gentil auxílio nos gráficos.

Todos, de modo especial, estão entre ‘as coisas’ e minhas ‘memórias’.

As coisas têm peso,
massa, volume, tamanho,
tempo, forma, cor,
posição, textura, duração,
densidade, cheiro, valor.
Consistência, profundidade,
contorno, temperatura,
função, aparência, preço,
destino, idade, sentido.
As coisas não têm paz.
(Arnaldo Antunes)

Ah, a água do rio! Pra mim é importante demais
morar numa beira duma água grande.
E a gente aprendia muitas coisa....
tem dia aqui que eu fico aqui pensando...
quando eu dou fé meu pensamento tá lá, nadando...
(Trecho do depoimento de um dos sujeitos entrevistados)

Nem sempre sou igual no que digo e escrevo.
Mudo, mas não mudo muito.
A cor das flores... as flores
são cor de lembrança.
(Fernando Pessoa)

RESUMO

O “Bem Arqueológico e a Educação Patrimonial no Vale dos Sonhos” foi o tema do presente trabalho, o qual objetivou analisar o alcance das ações educativas desenvolvidas no “Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia-GO” que foram realizadas entre 2001 e 2003 no Residencial Vale dos Sonhos por especialistas da Universidade Católica de Goiás. Com o principal propósito de examinar a compreensão do público – participante das referidas ações – acerca do patrimônio cultural arqueológico situado naquele local, bem como refletir sobre a valorização atribuída ao mesmo por tal população, foram realizadas entrevistas com vinte moradores do Residencial Vale dos Sonhos que participaram de forma efetiva dessas ações. Este é um estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, cujos instrumentos de pesquisa foram a entrevista semiestruturada e a análise documental. A técnica para investigar os resultados foi a análise gráfica do discurso.

Palavras-chave: educação patrimonial; bem arqueológico; sítio arqueológico; Residencial Vale dos Sonhos; patrimônio cultural; análise do discurso.

ABSTRACT

The "Archaeological Patrimony and Heritage Education" was this work's subject, that aimed to analyze the understanding of the educative actions developed at the "Archaeological Rescue of the Vale dos Sonhos Site Project, Goiânia - GO" made between 2001 and 2003 at Vale dos Sonhos Condominium Area by experts from Universidade Católica de Goiás. Mainly intending to exam the public comprehension - people who participated of the mentioned actions - about the cultural and archeological heritage placed in that region, and also reflect on the valorization of this heritage by the local population, that was made interviews with twenty inhabitants of the Vale dos Sonhos Condominium Area, those people who activitly participated of the educational process. This is an exploratory and descriptive case study, whose research instruments were the semi-structured interview and documentary analysis. The technique for studying the results was the speech graphic analysis.

Keywords: heritage education; archaeological patrimony; archaeological site; Vale dos Sonhos Condominium Area; cultural heritage; speech analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Relação do total de pessoas das quadras 05 a 17 que participaram das ações educativas **X** Residentes atualmente no Vale dos Sonhos **X** Não-residentes atualmente no Vale dos Sonhos.**88**

Tabela 2- Relação do total de pessoas das quadras 05 a 17 que participaram das ações educativas e que residem atualmente no Vale dos Sonhos **X** moradores dessas quadras que participaram das ações educativas e que foram entrevistados pela presente pesquisa..... **88**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos moradores do Vale dos Sonhos entrevistados.....	97
Gráfico 2: Naturalidade dos moradores do Vale dos Sonhos entrevistados.....	98
Gráfico 3: Local de moradia anterior ao Vale dos Sonhos.....	98
Gráfico 4: Sexo dos entrevistados	99
Gráfico 5: Tempo de moradia dos entrevistados no Vale dos Sonhos	99
Gráfico 6: Grau de escolaridade dos moradores do Vale dos Sonhos entrevistados.....	100
Gráfico 7: Estado Civil dos moradores do Vale dos Sonhos entrevistados.....	100
Gráfico 8: Atividade profissional dos moradores do Vale dos Sonhos entrevistados.....	101
Gráfico 9: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Qual a lembrança mais antiga que você tem da cidade ou da região que você morava?”	102
Gráfico 10: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “O que você conhece da história da cidade/região em que morava?”	105
Gráfico 11: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “O que mais lhe agrada(va) na cidade/região que você morava?”	109
Gráfico 12: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “É possível dizer que tipo de sentimento você tem em relação à cidade/região em que morava?”	112
Gráfico 13: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Por que veio morar aqui no Vale dos Sonhos?”	116
Gráfico 14: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “E em relação ao Vale dos Sonhos, é possível dizer que tipo de ‘sentimento’ você tem?”	122
Gráfico 15: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “O que você conhece da história do Vale dos Sonhos?”	127

Gráfico 16: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “O que mais lhe agrada no Vale dos Sonhos ?”	133
Gráfico 17: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Você lembra do trabalho de arqueologia que foi desenvolvido aqui? Caso afirmativo o que você lembra?”	142
Gráfico 19: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Você sabe o que a arqueologia estuda? O que sabe?”	148
Gráfico 20: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Participou de alguma palestra ou exposição sobre arqueologia na época? Caso afirmativo, o que mais chamou sua atenção?”	154
Gráfico 25a: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve”	165
Gráfico 25b: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve”	169
Gráfico 25c: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Que valor tem esses objetos para você?”	174
Gráfico 29: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Você sabia que existe lei que protege este tipo de objeto e sítios arqueológicos?”	94
Gráfico 30: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “Quando se fala em Cultura, o que vem à sua mente?”	184
Gráfico 33: Representação do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos ao responder à pergunta: “O que é Patrimônio Cultural para você? O que você compreende por isso?” ..	189

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada automotiva do Residencial Vale dos Sonhos.....	120
Figura 2: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos.....	120
Figura 3: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos com vista para a Br. 153.....	121
Figura 4: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos	121
Figura 5: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos em 2002.....	131
Figura 6: Aspecto de rua do Vale dos Sonhos com formação de erosão.....	131
Figura 7: Condomínio Aldeia do Vale – avistado do Residencial Vale dos Sonhos.....	132
Figura 8: Terraplanagem mecanizada-implementação do asfalto no Vale dos Sonhos	132

SUMÁRIO

	página
RESUMO.....	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE TABELAS.....	X
LISTA DE GRÁFICOS.....	XI
LISTA DE FIGURAS.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I	
1. OS TEMPOS DA ARQUEOLOGIA: BREVE HISTÓRICO DA CIÊNCIA	
ARQUEOLÓGICA.....	20
CAPÍTULO II	
2. A DIMENSÃO POLISSÊMICA DE PATRIMÔNIO.....	34
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL – DA UTILIZAÇÃO DO TERMO ÀS SUAS	
PRÁTICAS.....	34
2.2 A INSERÇÃO DAS IDÉIAS E PRÁTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL.....	36
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	40
2.3.1 O Bem Arqueológico Brasileiro e as Legislações que o afetam.....	40
2.3.2 – Categorias implicadas no termo patrimônio e suas intrínsecas relações.....	49
2.3.2.1. Cultura, identidade e memória – elementos que atravessam diversos campos	
do conhecimento.....	50
CAPÍTULO III	
3. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUEOLOGIA: REFLEXÕES.....	62
3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: BREVE CONCEITUAÇÃO.....	62
3.2 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS	65

3.3 A ABORDAGEM EDUCAÇÃO <i>VERSUS</i> PATRIMÔNIO NA ERA DA INDÚSTRIA CULTURAL	71
CAPÍTULO IV	
4. O CONTEXTO DO PRESENTE ESTUDO: CAMPO DE PESQUISA E EMBASAMENTOS METODOLÓGICOS.....	77
4.1 CAMPO DE PESQUISA.....	77
4.2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	84
CAPÍTULO V	
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207
ANEXOS.....	214

INTRODUÇÃO

O Patrimônio Cultural tem suscitado numerosos debates nas últimas décadas. Especialmente no cenário brasileiro, a importância do assunto encontra ressonância nos estudos promovidos por diferentes campos do conhecimento como também nas medidas legais que se atualizam e expandem oficialmente a preservação dos bens culturais – sejam eles materiais ou imateriais. Polêmicas e divergências à parte quanto à compreensão do que se denomina material ou imaterial, é fato que as concepções sobre o patrimônio atualmente em voga diferenciam-se daquelas estabelecidas em 1937 por ocasião da fundação do órgão federal responsável pela organização e defesa do patrimônio cultural brasileiro, que privilegiou, durante um certo período após sua criação, a salvaguarda dos ‘monumentos de pedra e cal’. Embora se saiba da importância desse tipo de preservação naquele momento, o enfoque da atuação do então Serviço de Patrimônio Artístico e Histórico (SPHAN) – hoje denominado Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – não foi poupado de críticas, provocando o empenho de especialistas de diversas áreas na busca por transformações daquele cenário no decorrer dos anos subsequentes.

Especificamente no que concerne ao patrimônio na perspectiva da arqueologia, percebe-se que as mudanças na leitura do bem cultural têm se destacado no âmbito brasileiro desde a década de 80 do século XX, sendo que tais alterações são reflexos da própria trajetória histórica da ‘recente’ arqueologia brasileira. A ciência arqueológica no Brasil passou a interagir mais com as outras ciências e a adotar procedimentos e análises que consideram os contextos sociais e históricos importantes de investigação – tanto os da cultura material do passado estudado quanto os contextos nos quais os profissionais atuam no presente.

No que se refere à gestão do patrimônio arqueológico, os esforços para se adotar uma participação crítica dos profissionais da área têm se intensificado não somente pela determinação das leis respaldadas pelo IPHAN, mas também pelas recomendações internacionais referentes à preservação do patrimônio cultural e pelas demandas de proteção ao patrimônio ambiental e respectivas legislações oriundas do Ministério do Meio Ambiente.

O campo de estudo da ‘Gestão do Patrimônio Cultural’ é multidisciplinar, em que várias ciências contribuem, como a Administração, a Sociologia, a Psicologia, a Arqueologia, a Antropologia, a História, a Educação, o Direito, dentre outras. Entretanto, as motivações dessa dissertação estão vinculadas inicialmente aos questionamentos acerca das relações entre gestão do patrimônio cultural arqueológico e o público, tendo como elo a educação patrimonial.

A ideia do desenvolvimento de um Projeto de Educação Patrimonial intensificou-se à medida que as disciplinas do Mestrado em Gestão do Patrimônio foram aprofundadas – o que instigou uma busca sobre o que pode ser realizado, de fato, por um Gestor do Patrimônio Cultural em nosso estado e/ou país.

Posteriormente, o que havia se iniciado como uma ideia – quase como se houvesse acontecido uma grande descoberta – logo se transformou em incômodas questões: Será que é possível existir uma “Educação Patrimonial” eficaz ou tal abordagem é ingênua? Quais as estruturas teórico-metodológicas que permeiam os projetos nessa área? Quais resultados esperam-se desses tipos de projetos, dentro de uma sociedade ocidental capitalista? Quais os efeitos da legislação na preservação do patrimônio cultural? Se já na Antiguidade as pessoas tinham contato com os vestígios materiais deixados por outros povos e os mesmos provocavam curiosidades a ponto de serem coletados e “cuidados” – tanto em residências como estocados em gabinetes, indaga-se: de que modo hoje as pessoas ‘leigas’ lidam com os materiais arqueológicos, sejam eles designados patrimônios ou não? Como e por quem esses materiais passam a ser reconhecidos como um bem cultural? De que forma os arqueólogos têm se relacionado com o bem que é público e com as pessoas – cidadãos comuns ou da vida pública? Como se desenvolve uma educação que se pretende patrimonial? Como pode um patrimônio cultural contribuir para a educação no Brasil? O que é educar para os especialistas em patrimônio cultural? O que é educar com o patrimônio? A serviço de quem estão a educação, a arqueologia e o patrimônio cultural nos dias atuais?

A grande quantidade de questionamentos promoveu a suspensão do foco inicial na elaboração de uma proposta de gestão e a atenção passou a ser centrada na análise de um projeto específico de gestão do patrimônio cultural já realizado em Goiânia: o resgate de um sítio arqueológico, que, dentre as diversas atividades previstas, contemplava a Educação Patrimonial.

Assim, o interesse especial do presente trabalho é analisar o alcance das ações educativas desenvolvidas no “Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos

Sonhos, Goiânia-Go” que foram realizadas entre 2001 e 2003 no Residencial Vale dos Sonhos por especialistas da Universidade Católica de Goiás. É também propósito dessa pesquisa analisar a compreensão do público – participante das referidas ações – acerca do patrimônio cultural arqueológico situado naquele local, bem como refletir sobre a valorização atribuída ao mesmo por tal população. É importante ressaltar, entretanto, que os trabalhos do Projeto de Educação Patrimonial analisados pela presente pesquisa não foram todos concluídos.

Tomando por base os objetivos deste Mestrado – a qualificação de pessoas para o exercício de atividades profissionais na área de gestão do patrimônio cultural – e, tendo em vista, que os projetos de educação patrimonial são contemplados legalmente no Brasil e, principalmente, considerando a academia como lugar privilegiado de reflexão crítica, compreende-se como relevante a investigação desses dados por meio da pesquisa de campo como uma vertente importante para os estudos da área de gestão.

O tipo de estudo adotado neste trabalho é caracterizado como um *estudo de caso* de caráter exploratório e descritivo, cujos instrumentos utilizados para a coleta de dados da pesquisa foram as análises documentais e entrevistas semi-estruturadas.

As fontes documentais utilizadas foram coletadas por meio de pesquisa de campo realizada entre os meses de abril e julho de 2006 e de documentos acessados em diversos arquivos, podendo ser citados como principais para o delineamento inicial do trabalho os arquivos do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás (IGPA/UCG) e da Sociedade Habitacional Cooperativa (SHC).

As entrevistas também foram realizadas nesse mesmo período, totalizando quatro meses, em semanas e dias não consecutivos e basearam-se em um roteiro composto por 33 perguntas. Vinte pessoas do Vale dos Sonhos, residentes entre as quadras 05 e 17 e que participaram das ações de Educação Patrimonial entre 2001 e 2003, compuseram a ‘amostra’ final da qual a pesquisa se ocupou, sendo entrevistadas individualmente.

As entrevistas foram gravadas com a permissão dos sujeitos, firmando-se o compromisso de sigilo em relação às suas identidades. Em uma das questões da entrevista, foram utilizados dois objetos como recurso metodológico para abordagem de um dos temas investigados, sendo o primeiro um artefato arqueológico – um instrumento lítico do tipo machado, e, o segundo, uma foto da urna funerária encontrada no Vale dos Sonhos.

A técnica para investigar os resultados foi a análise gráfica do discurso desenvolvida por Lane (1985), que tem como objetivo levantar os núcleos de pensamento, as categorias, o sentido e a compreensão do discurso expressos nas entrevistas construídas no espaço social ocupado pelos sujeitos.

No primeiro capítulo, será abordado o percurso do pensamento arqueológico no decorrer de sua trajetória, procurando situar o contexto da arqueologia brasileira e da arqueologia desenvolvida em área ameaçada por projetos desenvolvimentistas – denominada de arqueologia de contrato ou preventiva.

No segundo capítulo, serão discutidas as dimensões do termo e das práticas do Patrimônio Cultural, situando, também, as práticas no Brasil, as legislações que influenciaram e influenciam a sua preservação. Além disso, será feita uma reflexão acerca de algumas categorias que permeiam o termo ‘patrimônio’, como cultura, identidade e memória.

O terceiro capítulo tratará sobre a denominada Educação Patrimonial, procurando abordar de modo reflexivo sua relação com o bem arqueológico, apresentando alguns exemplos de projetos desenvolvidos no Brasil.

No quarto capítulo, será apresentado o estudo de caso referente ao Projeto de Educação Patrimonial desenvolvido no “Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia-Go”, buscando contextualizar o campo da pesquisa e explicitando a abordagem metodológica utilizada em campo e gabinete, bem como a técnica para a sua análise.

No quinto capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, procurando discuti-los por meio da metodologia de Análise Gráfica do Discurso.

CAPÍTULO I – OS TEMPOS DA ARQUEOLOGIA: BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA ARQUEOLÓGICA

[...] cada vez mais rapidamente a sociedade lembra-se menos e menos.
(JACOBY, 1977, p. 15)

De onde viemos? Há quanto tempo? Quem eram nossos ancestrais e como viviam?

A memória histórica da humanidade – limitada – não permitia na antiguidade alcançar tais respostas. O desejo de explicar a própria origem fez com que o homem criasse o mito e nessa explicação mitológica se apoiasse durante milhares de anos. No empenho de ‘resolver’ essas questões, cientistas de diversas áreas inclinam-se diante do estudo dos vestígios do passado.

De natureza intrinsecamente dinâmica, a arqueologia surge como uma ciência que “[...] tem condições de restituir o passado de grande quantidade de povos e de retratar a história da nossa mais antiga ascendência” (GALLAY, 1986, p. 13). Conforme Neves (1995, p.172), a ciência arqueológica diferencia-se da histórica e da antropológica, apresentando-se com objeto de estudo e objetivos próprios, tendo como meta “compreender a estrutura, o funcionamento e os processos de mudança de sociedades do passado, a partir do estudo dos restos materiais produzidos, utilizados e descartados pelos indivíduos que compunham essas sociedades”.

Existente desde o século XV, a arqueologia apresenta-se de modo sistemático no início do século XX. Sua trajetória no mundo e no Brasil, como toda ciência, foi e é permeada por linhas de pesquisas distintas. O percurso do pensamento arqueológico foi abordado por vários autores que apresentam discussões teóricas também diversas. Bruce G. Trigger (2004), na obra *História do Pensamento Arqueológico*, faz uma análise crítica acerca dos principais movimentos do pensamento na arqueologia, abordando as diferentes correntes teóricas que se apresentaram. O autor aponta um movimento inicial denominado de “Arqueologia Clássica e Antiquarianismo” e um outro de “Arqueologia pré-histórica”, composto por quatro linhas de interpretação: a histórico-cultural; a funcional; a processual e a pós-processual. É importante, ainda, destacar o trabalho de González (1999/2000) que, baseando-se nas obras de Bahn e de Willey e Sabloff, adota

um critério cronológico trazendo o desenvolvimento de períodos específicos da arqueologia ao longo do seu surgimento: Período Especulativo (1492-1840); Período Descritivo-Classificatório (1840-1914); Período Histórico-Classificatório (1914-1960) e Período Moderno (1960-2000).

Trigger (2004) considera que a interpretação arqueológica não apresenta uma evolução linear, com dados construídos de maneira cada vez mais abrangente e satisfatória, o que acontece é o contrário: as interpretações acerca da arqueologia podem ser extremamente alteradas de acordo com a própria mudança do entendimento do comportamento humano. Determinado enfoque acaba por exercer influência e, concomitantemente, influenciar um outro, sendo assim, o impacto de cada interpretação arqueológica deve ser compreendido conforme o contexto histórico e social no qual ela está inserida.

Um primeiro momento da arqueologia é marcado pela prática das pessoas em recolher objetos exóticos, ossadas de animais, amostras geológicas e peças arqueológicas para abastecer os chamados “gabinetes de curiosidades”. Apresentam-se também como indicadores desse período certos acontecimentos que, dentre outros, causaram espanto e calorosas discussões entre os europeus: a investigação dos monumentos indianos no sul da Ásia, de ruínas de antigas cidades da Mesopotâmia e da Pérsia, o “descobrimento” das Américas e da sociedade Asteca, bem como a identificação do Império Inca.

O “olhar especulativo” da arqueologia desse tempo, conforme ressalta González (1999/2000), é apontado por alguns aspectos: a pobreza de dados arqueológicos em si; a falta de uma tradição de pesquisa; a profunda aceitação da interpretação teológica dos fenômenos naturais e culturais do passado; os próprios dados obtidos a partir das primeiras escavações, que não foram empregados de maneira criteriosa para construir ou testar hipóteses de pesquisa; o conhecimento cronológico que era bastante rudimentar, devido à indefinição de uma metodologia de campo e ainda pelas mínimas ferramentas conceituais existentes. Desse modo, “a arqueologia não poderia ainda ser considerada uma disciplina acadêmica, embora tenham sido dados os primeiros passos para sua efetivação” (GONZÁLEZ, 1999/2000, p. 14). Sobre esse assunto, Trigger (2004, p. 36) destaca que “por muito tempo não foram feitas escavações, no sentido moderno do termo, mas apenas um simples cavar em busca de objetos de valor estético e comercial”.

No que se refere ao Brasil, Barreto observa que nesse período, embora houvesse por parte dos cronistas do descobrimento menções sobre a cultura material dos povos indígenas brasileiros, “[...] nenhuma delas se inspirou em evidências arqueológicas” (BARRETO, 1999/2000, p. 35). O que se configurava, todavia, era a coleta indiscriminada de algumas peças arqueológicas e outros objetos exóticos por oficiais da Coroa para fazer parte do Gabinete Real de Curiosidades, sendo exibidas, geralmente, como peças dos povos ‘pouco desenvolvidos’.

Recebendo contribuições do Iluminismo (final do século XVIII e início do século XIX), a arqueologia entrou em outro momento e serviu de base à ideia do progresso da humanidade. “O novo modo de ver baseava-se em uma confiança cada vez maior na capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento econômico e cultural dos seres humanos” (TRIGGER, 2004, p. 55).

Segundo Trigger (*op. cit.*), a Filosofia da Ilustração deu origem na Europa, já em meados do século XIX, a dois movimentos complementares da arqueologia pré-histórica, embora com métodos e objetivos distintos – sendo o primeiro em 1816 na Dinamarca e o segundo em 1866 na França e na Inglaterra. Na Dinamarca, a pesquisa centrava-se no desenvolvimento cultural do neolítico, da Idade do Bronze e da Idade da Pedra, enquanto que, nos outros dois países, voltava-se para o estudo do paleolítico, tomando-se por modelo as ciências naturais.

Nesse contexto, é importante ressaltar a pesquisa do dinamarquês Thomsen, que desenvolveu uma técnica nova para classificar suas coleções de moedas romanas e escandinavas que não se baseava em registros escritos. Segundo Trigger (2004), seus estudos – estimulados pelo sentimento nacionalista e com visão evolucionista – avançaram para a pesquisa arqueológica e tinham o cuidado de examinar o contexto em que os artefatos encontrados eram registrados. A publicação de sua pesquisa¹ sobre a Teoria das Três Idades (da Pedra, do Bronze e do Ferro), em 1836, contribuiu para a expansão da arqueologia em diversas regiões.

Por muito tempo, o desenvolvimento da arqueologia pré-histórica foi atribuído à influência da geologia e da biologia. [...] na obra pioneira de Thomsen, vemos uma cronologia serial da pré-história humana inspirada por teorias socioevolucionistas da Ilustração, combinadas com dados coletados por antiquários que o precederam e com um conhecimento implícito da mudança estilística, provavelmente derivado do estudo da numismática. A arqueologia pré-histórica não teve origem em um empréstimo de esquemas

¹ “*Ledetraadd til Nordisk Oldkyndighed* [Guia da Antiguidade Escandinava], que teve uma tradução para o alemão no ano seguinte, mas só foi traduzido para o inglês em 1848” (TRIGGER, 2004, p. 76)

de datação tomados de outras disciplinas. Ao contrário, ela teve início com o desenvolvimento de uma nova técnica de datação relativa, própria para o material arqueológico (TRIGGER, 2004, p. 82).

No Brasil, conforme Barreto (1999/2000), esse período de especulação científica iluminista diferencia-se do da época da descoberta, dando início a uma abordagem mais propriamente arqueológica por parte dos naturalistas estrangeiros. O aumento do interesse dos europeus pela etnologia é refletido nos projetos que começaram a registrar alguns importantes sítios arqueológicos e a reconhecer, de certa forma, o potencial informativo da cultura aqui encontrada.

Continuando a análise desse período, a autora (*op. cit.*) ressalta que os estudos voltados à etnografia e à arqueologia indígena – que classificaram tribos por afinidade lingüística traçando suas correntes migratórias – marcam “um ciclo de especulações imaginosas que viam os índios brasileiros como o estágio final de uma civilização decadente” (BARRETO, 1999/2000, p. 36).

Essa perspectiva, segundo Barreto (*op. cit.*, p. 36), marcou a trajetória da arqueologia no Brasil e se apresenta até os dias atuais. À medida que os “[...] ideais de identificação com altas civilizações são frustrados [...], o inconformismo tende a se transformar em desprezo das elites intelectuais pela arqueologia brasileira”.

A autora (*op. cit.*, p. 37) também observa que, no decorrer desse processo, os materiais coletados e reunidos em coleções pelos naturalistas estrangeiros incentivaram a fundação do Museu Real em 1808 no Rio de Janeiro (renomeado em 1876 como Museu Nacional). Seguindo tais considerações quanto ao percurso da arqueologia brasileira, é importante notar que suas pesquisas e teorias foram desenvolvidas dentro dos museus devido à criação tardia de centros universitários no país.

De acordo com González (1999/2000), as obras de Darwin² “*On the original of Species*” e “*The Descent of Man*”, de 1859 e 1871 respectivamente, caracterizam-se num outro momento da história do pensamento arqueológico, pois, ao apresentar de modo sistemático os processos de mudança pelos mecanismos de seleção natural, a ideia de evolução cultural unilinear foi incorporada à arqueologia. Segundo González

² Conforme Gallay (1986), a relação entre as ciências da natureza e as sociais repousa sobre as numerosas relações detectáveis que estão presentes nas idéias evolucionistas de Darwin e o pensamento social do século XIX. As teorias de Darwin foram exploradas politicamente em duas direções contrárias: 1) as desigualdades sociais da sociedade industrial inglesa da época foram consideradas como uma necessidade natural; 2) Marx e Engels, adeptos do transformismo, encontraram nelas a base científica da luta de classes.

(*op.cit*), a inserção dessa perspectiva darwinista da natureza humana é percebida em duas situações:

Por um lado, levou os arqueólogos a buscar variações evolutivas também em artefatos, resultando no desenvolvimento das tipologias [...] Por outro lado, levou ao esquema conceitual do Sistema das Três Idades, dividindo as coleções entre Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro. [...] Mais tarde, a Idade da Pedra foi dividida entre Paleolítico e Neolítico (GONZÁLEZ, 2000, p. 15).

A mudança ocorrida ainda no século XIX (e, mais especificamente, início do século XX) foi dada pelo reconhecimento da arqueologia como ciência e disciplina sistematizada, tendo como principais focos: a descrição dos materiais pesquisados (em especial as obras arquitetônicas e monumentos) e o financiamento das pesquisas por órgãos governamentais, universidades, museus e sociedades científicas.

Esse tempo da arqueologia possibilitou ordenar cronologicamente os artefatos, criando, desde as escavações em campo, um maior controle da pesquisa através de critérios na coleta de dados, mapeamento geográfico dos achados e de estudos sistemáticos de estratigrafia.

Conforme González (1999/2000, p. 17), com a intensificação da classificação de diversos materiais coletados nas escavações, deu-se início ao denominado período histórico-classificatório, que se voltara “ao estabelecimento de sistemas cronológicos regionais e à descrição do desenvolvimento cultural de cada área”. A autora destaca, nessa fase, a importância dos trabalhos do arqueólogo Gordon Childe e do antropólogo Franz Boas.

González (1999/2000) observa que Childe procurava analisar a distribuição dos vestígios materiais no espaço, tentando estabelecer seqüências regionais e definir áreas culturais, na busca de compreender o porquê dos acontecimentos dos fatos do passado e da mudança dos mesmos. De acordo com Funari (2003), Childe procurou evidenciar que cada época estava fundamentada em uma tecnologia específica (pedra lascada, pedra polida, cerâmica, agricultura, bronze, ferro, máquinas) e que sua superação sempre foi dada por um avanço técnico. Funari (2004/2005) observa ainda que o modelo histórico-cultural é fundamentado no conceito homogêneo de cultura e na transmissão da tradição de geração a geração.

A perspectiva do antropólogo Franz Boas, conforme González (1999/2000), contrário ao esquema evolucionista do período anterior, incentivou uma visão mais detalhista e descritiva na arqueologia, o que se chamou de particularismo histórico,

ressaltando a necessidade de atenção na coleta e classificação de dados de campo visando agrupar os materiais coletados em seqüências cronológicas. De acordo com Trigger (2004, p. 181), “a antropologia boasiana tinha popularizado o conceito de cultura etnográfica como unidade básica de estudo, e a difusão como a principal causa de mudança cultural”.

O conceito de ‘tipo’ e, posteriormente, os de ‘variedades’ e de classificações como seqüências, séries, entre outras, serviram como recurso metodológico das pesquisas do período histórico-cultural, tornando-se os principais fundamentos utilizados para a análise das indústrias líticas e cerâmicas pré-históricas até os tempos atuais. González (1999/2000) ressalta também o auxílio científico de disciplinas como a física e a química no desenvolvimento da arqueologia, como a descoberta da datação radiocarbônica. Conforme observa Trigger (2004), a abordagem histórico-cultural resultou em um significativo aperfeiçoamento de métodos arqueológicos, entretanto, a arqueologia centrada nesse enfoque apresenta-se generalizante e empirista, visto que as particularidades culturais não são consideradas e o significado da cultura está contido nela mesma, isentando o arqueólogo da interpretação.

Enfatizam-se a coleta e a classificação de uma vasta quantidade de materiais, comparando-os, de modo indutivo, essencialmente na busca das semelhanças dos traços culturais que os mesmos apresentam. De acordo com Trigger (2004), o discurso dessa Escola para justificar as mudanças culturais é baseado em fenômenos externos, como a difusão e a migração, desse modo, a única maneira de explicar o passado seria determinando os sucessivos episódios da difusão que haviam dado forma ao desenvolvimento de cada cultura. Em suas observações Trigger afirma que o particularismo histórico,

[...] considerava cada cultura como o produto de uma seqüência única de desenvolvimento, na qual a difusão (em grande medida fortuita) desempenhava um papel proeminente no desencadeamento da mudança (TRIGGER, 2004, p. 148).

Nesse período, conforme González (1999/2000), as pesquisas arqueológicas no Brasil também enfatizam a procura de sistemas cronológicos regionais, classificando e agrupando os materiais coletados em seqüências cronológicas.

De acordo com Barreto (1999/2000), a arqueologia brasileira apresentou uma queda em sua produção científica no período entre guerras, o que se deveu a dois fatores principais: o final da ‘era dos museus’ em 1920 e a dissociação da arqueologia, da

antropologia e das ciências naturais. Tais fatores são explicitados pela autora (*op. cit.*, p. 39 e 40):

- A arqueologia ocupava um certo lugar nos museus, entretanto, os vestígios arqueológicos eram tratados como material empírico ilustrativo da evolução humana. Em alguns museus, a disciplina era praticada fundamentalmente como antropologia biológica; em outros, vinculada e submetida às ciências naturais.
- A década de 1920 foi palco tanto da decadência dos museus quanto da mudança dos interesses das ciências naturais e da antropologia. Até então preocupados em documentar as culturas primitivas, os naturalistas passam a se ocupar com a formação do povo brasileiro moderno. Já os novos paradigmas da antropologia, que abandonavam o determinismo biológico e se respaldavam em novos conceitos de cultura, são motivos de seu desvinculamento com a arqueologia também no Brasil.

A dissociação dessas ciências teve efeitos decisivos “[...] na produção da primeira geração de arqueólogos acadêmicos no Brasil, na maioria desprovida de qualquer formação em ciências sociais ou mais especificamente em antropologia” (BARRETO, 1999/2000, p. 40). Distante do meio acadêmico, a teoria arqueológica ficou estagnada, ou centrada na prática pela prática.

No cenário internacional, a insatisfação de diversos pesquisadores com as discussões que abarcavam apenas alguns aspectos dos grupos humanos do passado fez surgir, na década de sessenta nos Estados Unidos, a *New Archaeology*, também denominada de Escola Processual na Inglaterra.

Tendo por base uma abordagem antropológica, os adeptos desse movimento, ao buscarem compreender o funcionamento das sociedades, incorporam a teoria sistêmica à pesquisa arqueológica, interpretando as mudanças ocorridas nos sistemas culturais como respostas adaptativas às alterações ocorridas no meio ambiente ou nos sistemas culturais adjacentes (GONZÁLEZ, 1999/2000). Gally (1986) ressalta que os arqueólogos processualistas apresentam uma perspectiva mais teórica e com vínculos claros com a antropologia cultural, percebendo a cultura como uma interação entre diversos *sistemas*, sendo que cada sistema abrange fatores culturais e não-culturais. Nessa visão, as sociedades passam por estágios de desenvolvimento reconhecidos, embora o percurso histórico de cada uma possa sofrer variações.

Voltada à identificação e caracterização de processos culturais no tempo e no espaço, essa perspectiva teórica possibilitou a análise de sociedades vivas, dando surgimento ao que se designa atualmente de etnoarqueologia. Pode-se dizer que:

A etnoarqueologia representou, na realidade, um novo foco em trabalhos junto a comunidades contemporâneas, uma vez que se volta a compreender problemas trazidos da própria arqueologia, desenvolvendo e testando hipóteses sobre a relação entre cultura material e comportamento, e sugerindo relacionamentos similares no passado (GONZÁLEZ, 2000, p. 22).

Na concepção de Trigger (2004), porém, os arqueólogos adeptos da Nova Arqueologia, partindo de um raciocínio hipotético-dedutivo e preocupados em estabelecer leis gerais do comportamento humano no estudo das sociedades, destacam suas pesquisas na relação dos vestígios materiais com o meio ambiente, considerando que as pressões ecológicas são mais fortes e perceptíveis nos aspectos tecnológicos e econômicos do que em organizações sociais, crenças e valores. Ressaltando sua crítica em relação a essa abordagem, cabem aqui suas palavras:

A Nova Arqueologia envolveu várias formas de determinismo ecológico e demográfico, que situam os principais fatores responsáveis por promover mudanças fora do sistema cultural e tratam os seres humanos como vítimas passivas de forças quase sempre além de sua compreensão e controle (TRIGGER, 2004, p. 318).

De acordo com Monticelli (2005), pode-se observar, ainda no cenário da *New Archaeology*, a predominância do pensamento generalizante e positivista, que buscava entender os processos culturais sem considerar a trajetória de mudança por que passam no decorrer do tempo, bem como revelava-se centrado na idéia de ciência que estabelece leis universais por meio das regularidades, apregoando uma postura neutra dos pesquisadores diante do seu objeto de estudo.

González (1999/2000, p. 23) ressalta que, embora os resultados práticos da *New Archaeology* não tenham sido tão satisfatórios quanto o que se esperava, essa escola tem o mérito de “[...] se voltar ao estudo de processos humanos de desenvolvimento, envolvendo análises de mudança e continuidade cultural”.

Por sua vez, Funari (2004/2005) acrescenta que esse movimento partia na busca de leis transculturais de comportamento e da premissa que os homens, em qualquer tempo e lugar, superestimam os resultados e subestimam os custos. Desse modo, a *New Archaeology* é o reflexo da abordagem capitalista do passado do homem, que privilegia uma interpretação materialista pouco preocupada com as diversidades das culturas.

As críticas à Escola Processual destacam ainda que a exigência de pesquisadores *neutros* diante do objeto de estudo é ilusória, visto que inexistente uma base de observação neutra para fundamentar o método-dedutivo, ou qualquer outro método.

No que se refere ao Brasil, Barreto (1999/2000) aponta que, na década de 1960, a primeira geração de arqueólogos brasileiros começou a ser formada. Tal formação deveu-se principalmente a três fatores: a criação da disciplina arqueológica nas universidades; a chegada de arqueólogos estrangeiros para formá-los na teoria e nas práticas de pesquisa e o surgimento de pesquisas arqueológicas no cenário nacional – ancoradas principalmente pelo Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA).

Com uma educação acadêmica focada na prática dos trabalhos de campo, a postura tecnicista de grande parte desses profissionais acaba por consolidar o quadro de isolamento da arqueologia em relação às demais ciências humanas e sociais no país, como já apontava as décadas anteriores.

Conforme Barreto (1999/2000, p. 46), nas décadas de 1960 e 1970, a atuação dessa primeira geração de arqueólogos no Brasil se deu em núcleos criados nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás. Entretanto, a teoria arqueológica, produzida especialmente por brasileiros, esteve praticamente estagnada e desconsiderada pela comunidade internacional.

Na Inglaterra da década de 1980, uma nova escola marcou o processo de reestruturação na ciência arqueológica: a Pós-Processual. Com um perfil fundamentado no estruturalismo e na busca de dados qualitativos, essa escola opõe-se à processualista, considerando que o sistema não é regido por fatores externos, mas por ideias da própria sociedade.

Trazendo as considerações de Willey e Sabloff sobre a escola pós-processual, González (1999/2000, p. 23) ressalta que a sua característica principal é a contraposição à noção do pleno entendimento dos fenômenos humanos do passado somente por meio de procedimentos *científicos e objetivos*, visto que os eventos passados são construídos “pelo arqueólogo que, por viver no presente, conseguiria apenas fornecer uma visão subjetiva dos acontecimentos”.

Conforme González (*op. cit.*, p. 23 e 24), entre os representantes de destaque da escola pós-processual encontram-se: Hodder, Patterson, Preucel, Leone, Conkey e Spector, Gero e Conkey, Claassen e Wylie. É importante notar que essa escola –

também denominada de ‘arqueologia interpretativa’ – recebeu influências diversas, como o neomarxismo, o pós-positivismo e a hermenêutica.

Os pós-processualistas negam as generalizações, compreendendo que cada cultura tem sua particularidade e significado próprio. Nessa linha de raciocínio, o símbolo é o elemento que ordena a vida da sociedade. Desse modo, o comportamento social cotidiano só pode ser compreendido à medida que os símbolos são decifrados. De acordo com Hodder (1988), a teoria de sistemas – básica na fundamentação do processualismo – não é negada, entretanto, os pós-processuais compreendem que o mais importante é a estrutura, visto que esta é que fornece a configuração do sistema.

Trazendo a concepção contextual de Hodder, Trigger (2004, p. 338) aponta que “a cultura material não é um mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sociopolítica; também constitui um elemento que tanto pode ser usado para disfarçar relações sociais como para as refletir”.

Na perspectiva da Escola Pós-processualista, o contexto do vestígio é fundamental, assim como o contexto do arqueólogo que realiza a pesquisa e a interpretação da cultura material. Ressaltando a abrangência do termo ‘contexto’, diz Hodder:

[...] el contexto puede significar “con - texto”, y así la palabra introduce una analogía entre los significados contextuales de los rasgos de la cultura material y los significados de las palabras en una lengua escrita. Argumentamos que los objetos son mudos sólo cuando se los extrae de sus “textos”; pero, em realidad, la mayoría de objetos arqueológicos están, casi por definición, ubicados en lugar y tiempo y en relación con otros objetos arqueológicos [...] Pero em análisis de la arqueología contextual a lo largo de este volumen nos hemos visto obligados, a menudo, a referirnos de pasada a outro tipo de contexto: el contexto concreto de los propios arqueólogos. Este último tipo de contexto parece estar vinculado íntimamente a los demás, em una relación que ya no es posible ignorar (HODDER, 1988, p. 174 -175)

Faz-se necessário ressaltar que a mudança de perspectiva da arqueologia – manifestada por essa escola – quanto ao conceito de ciência como um empreendimento racional e objetivo é respaldada pelos aspectos filosóficos da Teoria Crítica³, como observa Trigger (2004, p. 13):

³ Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, fizeram parte de um grupo de pensadores que produziram obras de fundamental importância. São considerados os principais representantes da Escola de Frankfurt, Alemanha, criada nos idos dos anos de 1920 e que posteriormente, constituíram uma corrente de pensamento denominada ‘Teoria Crítica’ da sociedade.

[...] a arqueologia foi fortemente influenciada [pelo] antipositivismo da paramarxista Escola de Frankfurt, representada nos últimos anos, pelos escritos de Jünger Habermas (1971) e Herbert Marcuse (1964). Esses estudiosos enfatizam que as condições sociais influenciam tanto a eleição dos dados julgados relevantes, como a maneira pela qual são interpretados.

A Teoria Crítica argumenta que a ciência serve a interesses diversos, que os cientistas não são neutros e suas análises não são totalmente objetivas. Assim, a arqueologia também não se encontra isenta das diversas influências que permeiam os contextos, estando os arqueólogos, em todo e qualquer campo de atuação, frente à escolha de qual atitude tomar. Cada vez mais, as atividades do arqueólogo estão relacionadas com o ‘poder’ de decidir. Ao fazer uma análise crítica dos trabalhos de ‘Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil’, Monticelli (2005, p. 60) alerta que especialmente nesse tipo de contexto “os arqueólogos têm o poder de determinar o que é patrimônio arqueológico e qual deles é relevante e deve ser poupado dos impactos ou resgatado antes das obras”.

Vale destacar, mais uma vez, que o diferencial da arqueologia contextual recai na importância dada, concomitante, à análise de três aspectos: o contexto do vestígio arqueológico, o do profissional que faz a pesquisa e o dos projetos de pesquisa (HODDER, 1988; MONTICELLI, 2005). Conforme observa Trigger (2004, p. 12), os ‘achados’ da arqueologia – de modo consciente ou não – apresentam implicações que podem afetar o presente ou a própria natureza humana em geral, desse modo, “as variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas que os arqueólogos se dispõem a considerar aceitáveis”.

Nesse sentido, a arqueologia contextual busca reconhecer o modo que diferentes contextos e conjunturas históricas, políticas e econômicas interferiram – e interferem – na pesquisa arqueológica e, cada vez de modo mais intenso, na arqueologia por contrato, a partir da implantação de projetos desenvolvimentistas (MONTICELLI, 2005).

De acordo com Monticelli (2005), pela via da arqueologia contratual, os arqueólogos têm participado de modo efetivo na avaliação do patrimônio cultural inseridos em áreas que se destinam a empreendimentos grandiosos (como em usinas hidrelétricas, rodovias, gasodutos, linha de transmissão), tendo que decidir sobre o futuro desse patrimônio. González (1999/2000, p. 24) adverte que, independente do tipo de ‘escola’, é importante lembrar que “o objetivo maior da arqueologia continua sendo o mesmo: compreender e explicar o passado humano”.

Entretanto, ressalta-se ainda, conforme Monticelli (2005), que é por meio dos pressupostos da escola pós-processualista que a arqueologia contratual adquire a principal e atual configuração, visto que a abordagem contextual considera importante enfocar tanto o contexto do vestígio arqueológico e o do profissional que faz a pesquisa quanto o dos projetos desenvolvimentistas que são realizados. Seguindo essas considerações sobre a importância dos contextos implicados na pesquisa arqueológica, cabem as palavras de Trigger:

O que os arqueólogos podem estudar também é influenciado pelos recursos disponíveis para a pesquisa, pelos contextos institucionais em que ela transcorre e pelos tipos de investigação que sociedades e ou governos estão dispostos a deixar que eles empreendam. A fim de obter financiamento, os arqueólogos devem agradar seus patrocinadores, sejam eles mecenas (Hinsley, 1985), colegas, políticos responsáveis pela alocação de fundos públicos ou a sociedade em geral [...]. Assim, embaraços consideráveis podem ser criados tanto para as pesquisas que os arqueólogos fazem quanto para o modo como eles interpretam os seus achados (TRIGGER, 2004, p. 16).

Trigger (2004) afirma que a arqueologia crítica e os profissionais que a adotam compreendem que as ‘escolhas’ se apresentam desde a trajetória teórico-metodológica na qual se embasarão para auxiliar na elaboração das explicações sobre a cultura material dos povos do passado às escolhas dos tipos de pesquisa e de trabalho que serão realizados. Monticelli (2005) aponta para os questionamentos que se apresentam nas práticas de arqueólogos que adotam uma reflexão constante diante de seus trabalhos, como: quais ideologias seguir, que pessoas serão afetadas, qual sítio deverá ser preservado, qual a significância dos vestígios ou, ainda, quais empreendimentos denunciar ou aprovar.

Com a compreensão de que a subjetividade dos profissionais do presente permeia a leitura da cultura material – do passado ou do presente –, os arqueólogos pós-processualistas aderiram a uma postura mais crítica e, desde então, a ciência arqueológica tem tomado variados caminhos, abordando, entre outras, as questões ideológicas, de estrutura, simbólicas, de poder e cognitivas, adquirindo um diferencial na ênfase da análise dos contextos em que a arqueologia – como toda e qualquer ciência – está inserida.

De acordo com González (1999/2000), nas últimas três décadas, a arqueologia tem sido presente em programas com ênfase na conservação e educação pública, estando os profissionais mais envolvidos na promulgação e no reforço de leis que auxiliem na proteção e manejo do patrimônio cultural.

Cabe observar que os programas de educação pública voltados para o patrimônio – assunto que permeará a pesquisa do presente trabalho, conforme dito na introdução – foram intensificados no contexto da arqueologia contratual.

Segundo Barreto (1999/2000), o crescimento da ciência arqueológica no Brasil tem se evidenciado nas últimas décadas e a abordagem pós-processualista é também refletida no Brasil a partir dos anos de 1980, sendo observada uma outra geração de arqueólogos brasileiros que tem desenvolvido projetos teóricos seguindo um raciocínio dedutivo em busca de modelos e teorias estruturadas. Percebe-se uma postura mais auto-reflexiva e pesquisas voltadas a um melhor entendimento do modo de vida das antigas populações, demonstrando um olhar mais dinâmico sobre a cultura, estando o profissional dessa área “mais consciente de seu papel social” (BARRETO, 1999/2000, p. 48).

Conforme Caldarelli e Santos (1999/2000), a pesquisa acadêmica no Brasil é a grande responsável pelo desenvolvimento teórico e metodológico da disciplina e tem, ainda, como objetivo fundamental a expansão e transmissão do conhecimento. Por sua vez, a arqueologia de contrato tem sido desenvolvida por um certo número de arqueólogos que têm como responsabilidade central a elaboração de pareceres sobre os recursos arqueológicos contidos em sua área de trabalho. Observa-se que “a esmagadora maioria das pesquisas arqueológicas de contrato no Brasil está ligada à avaliação ambiental de projetos desenvolvimentistas [...]” (CALDARELLI e SANTOS, 1999/2000, p.54), o que dá ao arqueólogo o ‘poder’ de decidir sobre o destino de uma parcela significativa dos patrimônios arqueológicos inseridos nessas áreas de risco, como alerta Monticelli (2005).

Diante das questões lançadas no início deste capítulo, é importante ressaltar que o presente trabalho não tem por pretensão responder qual a nossa origem, nem como viviam e quem eram nossos ancestrais e, sim, incitar reflexões.

A Arqueologia, seja ela denominada ‘Crítica’, ‘Hermenêutica’ ou ‘Contextual’, continua tendo por objetivos o conhecimento e a compreensão do passado humano, entretanto, o que muda consideravelmente e que se deve analisar é que ‘os meios’ e ‘os objetivos fins’ do conhecimento adquirido não são inócuos. Cabe ainda dizer que seus conhecimentos – como os de toda e qualquer ciência – são parciais e provisórios. É necessário, portanto, como diz Moberg (1968), considerar que a ciência arqueológica,

embora sendo *imensa e obscura*, possui instrumentos e métodos que se inclui nos da história [e que] isolada não tem evidentemente nenhuma importância,

mas que a sua existência deve ser integrada no contexto das outras ciências e nas relações do contexto das ciências com a sociedade (MOBERG, 1968, p. 79).

Desse modo, faz-se necessário manter constantes as inquietações, visando práticas que produzam o conhecimento para um ‘poder’ compartilhado.

CAPÍTULO II – A DIMENSÃO POLISSÊMICA DE PATRIMÔNIO

[...] nada é estabelecido por todos os tempos,
nada é absoluto ou sagrado.
(ENGELS, *apud* VYGOSTSKY, 1988, p. 159)

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL – DA UTILIZAÇÃO DO TERMO ÀS SUAS PRÁTICAS

A palavra patrimônio é definida em dicionário de vocábulos como “Herança paterna; Bens da família; Dote dos ordinandos; Riqueza: patrimônio moral, cultural, intelectual; Complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica” (FERREIRA, 1986, p. 1282).

Herança que passa de geração para geração, o patrimônio contém – e está contido em – valores tanto econômicos quanto simbólicos. Dessa forma, pode-se dizer – de uma maneira quase simplória – que o patrimônio cultural contém toda uma herança cultural.

De acordo com Bernardi (1974, p. 63), ao se pensar em patrimônio deve-se considerar o nível comunitário, pois o conjunto da cultura sobrepõe o contributo individual. Assim, a cultura torna-se um bem comum, propriedade de todos, afirmando-se como um patrimônio. Desse modo, para o autor:

No conceito de patrimônio cultural incluem-se não só o caráter hereditário da cultura, mas também o sentido de participação que engloba todos os membros duma comunidade. A transmissão hereditária da cultura, quer ao cristalizar-se em tradição quer ao renovar-se relativamente às situações do momento, concebe-se como um problema preciso da dinâmica cultural. [...] A relação íntima entre comunidade e cultura torna-se ainda mais evidente se se considera que cada indivíduo e cada comunidade encontra na própria forma particular de cultura o quadro de identidade, a estrutura de pertença, que lhes permite distinguir-se dos outros indivíduos e das outras comunidades e sentir-se participantes da vida, sem o fantasma do isolamento e do fim (BERNARDI, 1974, p. 63 e 64).

Ampliando a utilização do termo, Ataídes, Machado e Souza (1997) consideram que o patrimônio cultural é agrupado em quatro categorias: os **bens de ordem natural**, que pertencem à natureza, tais como a fauna e a flora; os **bens de ordem material**, construídos pelo homem na sua adaptação ao meio em que vive; os

bens de ordem intelectual, que são os ‘saberes’ e conhecimentos que o homem utiliza; e os **bens de ordem emocional**, que representam o sentimento individual ou coletivo.

Embora a compreensão atual, como a citada anteriormente, seja tão ampla, é importante ressaltar que a idéia de patrimônio cultural passou por várias mudanças desde seu surgimento.

Os cuidadosos trabalhos de Françoise Choay (2001) – “A Alegoria do Patrimônio” – e de Maria Cecília Londres Fonseca (1997) – “O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil” – mostram em que contexto a sociedade começa a se preocupar – e a se ocupar – com a preservação do que se chamaria de Patrimônio e, ainda, de que forma essa prática se constitui e tem se desenvolvido.

O termo ‘patrimônio’ revela-se na Europa, especificamente na França do século XVIII. Com o objetivo de combater a destruição ocasionada pela Revolução Francesa, deu-se início a uma ação preservacionista de edifícios e objetos. Diz Choay (2001):

[...] o processo destruidor suscita uma reação de defesa imediata [...], contudo, na França em revolução, a postura da reação assume outra dimensão e outro significado, político. Ela agora não visa apenas a conservação das igrejas medievais, mas em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional (CHOAY, 2001, p. 97).

Nessa época, a salvaguarda restringia-se ao patrimônio histórico representado pelas edificações, decorrendo desse período que a idéia de patrimônio, no mundo ocidental, estava intrinsecamente relacionada à de monumento histórico. Inicialmente, aquilo que era considerado como bem simbólico restringia-se à ‘Antiguidade’. Somente após o século XVIII surgem as iniciativas de sociedades nacionais para preservar os monumentos detentores de valor histórico ou artístico. Fonseca (1997) aponta que:

[...] foi apenas quando, no final do século XVIII, o Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação, que se definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 1997, p. 49).

Choay (2001) diz que o valor nacional foi o que legitimou todos os outros na França revolucionária e que esse valor – que não se dissocia dos outros – apresenta-se hierarquizado. Na ‘escala’ de valores, em primeiro lugar encontra-se o valor cognitivo, que é também educativo, posteriormente, o valor econômico dos monumentos históricos

e, em último lugar, o valor artístico⁴ do patrimônio monumental. Os monumentos históricos eram considerados propriedade de todo o povo – por herança – e, com isso, os comitês revolucionários “dotavam-nos de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos” (CHOAY, 2001, p. 118). Tais usos inserem mudanças nas práticas de conservação e um agrupamento de métodos e processos sistematizados são elaborados e transformados em leis. Essas transformações imprimem, então, de modo inovador, um modelo de gerenciamento de preservação do monumento histórico na França.

‘Abrigado’ pela Revolução, esse modelo, ainda conforme Choay (*op. cit.*), estendeu-se por seis anos e não foi ‘inventado’, estabelecendo em prazo mais longo a conservação dos monumentos na França. Entretanto, oficialmente, após o fim da Revolução, os trabalhos das comissões responsáveis foram encerrados.

2.2 A INSERÇÃO DAS IDÉIAS E PRÁTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL

No Brasil, a preocupação com o ‘patrimônio’ foi posterior àquela iniciada na França, porém, as práticas que se iniciaram foram ‘produzidas’ e representavam a busca da legitimação da idéia de nação. Fonseca (1997) ressalta que:

Enquanto prática social, a constituição e a proteção do patrimônio está assentada em um estatuto jurídico próprio, que torna viável a gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, selecionados com base em certos critérios, variáveis no tempo e no espaço. A norma jurídica [...] não apenas define direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos como também inscreve no espaço social determinados ‘ícones’, figurações concretas e visíveis de valores que se quer preservar (FONSECA, 1997, p. 31).

Temos, ainda, em Chastel e Babelon (CHASTEL & BABELON, 1980, *apud* FONSECA, 1997, p. 58) que a proteção desses bens tornou-se objeto de interesse político, deslocando o inicial interesse cultural: “não se define apenas um domínio original, identifica-se um poder de cultura; a noção moderna de patrimônio começa a aparecer através da preocupação moral e pedagógica”.

De acordo com Fonseca (1997, p. 59 e 60), na constituição do processo de consolidação dos Estados-Nações modernos – visando à construção de uma identidade

⁴ Ainda conforme Choay (2001), o valor artístico dos monumentos do passado somente começou a ser mais reconhecido a partir da segunda década do século XIX.

nacional –, a noção de patrimônio foi utilizada como recurso para desempenhar inúmeras funções simbólicas como: fortalecer a idéia de cidadania, visto que os bens identificados no espaço público acabam por configurarem-se em ‘propriedade de todos os cidadãos’; tornar legítimo o poder e visível a nação idealizada por meio de obras-símbolo, construídas para reforçar a unidade nacional; buscar o ‘alcance pedagógico’ dos bens culturais para proporcionar uma melhor instrução dos cidadãos.

Tendo em vista essas ‘funções simbólicas’, faz-se importante situar a instituição responsável oficialmente pela preservação dos bens culturais no Brasil, bem como o contexto de sua criação.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁵ – é parte do Ministério da Cultura, criado em 1985 por Tancredo Neves, extinto em 1990 por Collor de Melo e ‘recriado’, em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O IPHAN ‘nasceu’ com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – e estabeleceu-se oficialmente em 1937 no contexto da política populista do governo de Getúlio Vargas, momento de grandes mudanças no cenário nacional, em que o Estado Novo lançava suas diretrizes e bases. Esse órgão, que se encontrava no âmbito do então Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capema, foi dirigido por Rodrigo de Melo e Franco de Andrade até 1960, sendo que diversos intelectuais⁶ trabalhavam na sua administração, relacionando-se com as oposições entre as teorias idealizadas e a prática.

Recompondo a trajetória da instituição até os anos de 1990, Fonseca (1997) identifica duas fases: a heróica e a moderna. A primeira corresponde ao seu nascimento, legalmente respaldada pelo Decreto-lei nº 25 de 1937 e que esteve sob a direção de Rodrigo de Melo e Franco de Andrade. A segunda inicia-se por volta de 1970, após a aposentadoria do referido diretor e com a admissão de Aloísio Magalhães na direção da instituição.

⁵ Segundo Rodrigues (1998), ao longo de sua existência, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) teve denominações diversas, quais sejam: em 1937 – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); em 1946 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); em 1970 – passa a Instituto, assumindo a sigla IPHAN; em 1979, surge como Secretaria, retornando à sigla SPHAN; em 1990 – apresenta-se como Subsecretaria, embora mantendo o nome SPHAN; em meados de 1990, voltou à condição de Instituto e à sigla IPHAN.

⁶ Dentre os participantes do grupo dirigido e orientado por Rodrigo de Melo e Franco encontravam-se: Mario de Andrade (elaborador do anteprojeto de 1936 que resultou no projeto SPHAN), Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Levando em conta tal contexto, não se pode deixar de lembrar que os intelectuais modernistas que estavam à frente do SPHAN tinham uma preocupação com o passado, a história e a memória. O modernismo no Brasil, com todo o seu movimento de vanguarda, na realidade, se baseou nessas ‘categorias’ – e em outras, como identidade e cultura – para adotar idéias e práticas ainda não consagradas e reforçar a noção de nacionalidade ideal. Assim, a ‘constituição’ do patrimônio cultural é utilizada estrategicamente para legitimar a idéia de nação.

Pécaut (PÉCAUT, 1990, apud FONSECA, 1997) observa que o Governo, embora intitulado-se responsável pela identidade cultural brasileira, conhecia a opinião pública somente por meio daquela expressa pelos intelectuais. No intuito de alcançar a ‘unidade orgânica da nação’, atribuía aos mesmos papéis complementares: contribuir para a definição das finalidades da ação política, representar a existência da sociedade civil e, ainda, ser exemplo de ator social coletivo. Nesse sentido, os intelectuais serviam como ‘ponte’ para que o Estado conseguisse realizar seu objetivo de unificação nacional.

Desse modo, a fase heróica, que privilegiava os bens de *pedra e cal*, não incluía as manifestações não materiais, tais como cantigas e demais manifestações da cultura popular, divergindo assim da ‘visão antropológica’ concebida por Mario de Andrade.

Ao longo de várias décadas, essa instituição focalizou suas ações no tombamento de monumentos, dimensionando-os como símbolo da identidade brasileira. Em seus estudos, ao analisar as ações preservacionistas daquele período, Fonseca (1997) observa que a população em geral não questionava que tipo de bem se tombava em detrimento de outro e sim se interessava que o patrimônio tombado refletisse a ‘beleza’ e a ‘realidade da nação’. Sendo assim, as exigências consideradas científicas pelo SPHAN – como os critérios de seleção, autenticidade e restauração – deixaram de atender às demandas da população, segundo os críticos do SPHAN.

A ‘fase moderna’, segundo Fonseca (1997), é marcada pelas mudanças nas características da instituição, advindas, principalmente, pela presença de Aloísio Magalhães em sua direção. As propostas do novo diretor trazem de volta os conceitos apresentados no anteprojeto de Mário de Andrade, provocando alterações nas idéias e práticas ‘cristalizadas’ na fase heróica da instituição. O conceito de patrimônio é modificado, pois nele incluem-se o bem cultural móvel, as atividades artesanais, bem como os hábitos e costumes. Busca-se nesse período a participação das populações dos centros históricos na tomada de decisões, promovendo a idéia de diversidade cultural a

uma importância política. Magalhães (1997, p. 27) amplia o conceito de bem cultural e formula a concepção que “a comunidade é o melhor guardião de seu patrimônio”. A partir daí, são estabelecidos novos modos de tratamento para com a memória nacional.

Embora a morte de Aloísio tenha ocorrido em 1982, o desenho traçado por suas idéias permaneceu e influenciou as práticas posteriores relacionadas às questões culturais, podendo-se dizer que, inclusive, em seus aspectos legais mais amplos. Como alerta o artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 sobre o patrimônio cultural brasileiro:

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Mais que resguardar e proteger isoladamente os bens patrimoniais, o que se percebe é o direcionamento de uma política mais extensa do patrimônio cultural. Dessa forma, sob a égide da diversidade cultural, pode-se dizer que o alargamento da representação do conceito de patrimônio encontrou sua institucionalização na Constituição em vigor.

2.3– CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

2.3.1 – O Bem Arqueológico Brasileiro e as Legislações que o afetam

Embora tenha sido a Constituição de 1988 a que possibilitou maior proteção legal aos bens patrimoniais, os decretos, portarias e leis que se referem ao Patrimônio Cultural Brasileiro, começaram a se estabelecer de maneira mais enfática a partir da criação do IPHAN em 1937.

Cabe situar aqui, as propostas que favoreceram o surgimento da legislação de proteção do patrimônio brasileiro, em especial o arqueológico, como também, as demais intervenções legais do Estado nesse tipo de bem após essa data até os dias atuais. Seria por assim dizer, um breve esboço das leis de proteção aos bens arqueológicos no Brasil antes e depois de 1937.

Segundo Silva (1996), embora na monarquia o Imperador Pedro II demonstrasse interesse relacionado à história e à cultura, não há registro de qualquer ação direcionada objetivamente à proteção dos sítios pré-históricos brasileiros, e mesmo com o surgimento da República em 1889, não existiram ações legais dos dirigentes da nação nesse aspecto.

Somente em 1920 é observada “a primeira tentativa de elaboração de uma proposta efetiva de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro” (SILVA, 1996, p. 11). Sob influência da Semana de Arte moderna de 1922, foi elaborada uma proposta que tornou possível a criação do Museu Histórico Nacional, servindo como instrumento para o ‘culto’ do passado nacional. O então Conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, Alberto Childe – arqueólogo e professor – organizou uma proposta de lei de proteção ao patrimônio histórico e artístico da nação. O projeto elaborado a pedido da Sociedade Brasileira de Belas Artes, centrava-se na idéia de preservação dos sítios arqueológicos e propunha a desapropriação onde houvesse vestígios desse bem cultural (SILVA, 1996). Inspirada na organização política norte-americana, a Constituição Brasileira de 1891 – vigente na ocasião – beneficiava as oligarquias que estavam no poder e possuíam terras em grandes extensões, desse modo, o projeto apresentado, não avançou por ser uma ameaça à propriedade privada.

Em 1923, mais uma tentativa de preservação é esboçada. Conforme Silva (1996), o pernambucano Luis Cedro, elaborou um projeto de lei que – mesmo sem ter como foco a questão arqueológica, abarcava a preocupação com esses bens – definia a

finalidade de conservar os imóveis particulares ou públicos que apresentassem relevância histórica ou envolta em um interesse nacional. Como se pode observar, sua proposta de 03 de dezembro de 1923, revela preocupações que estão na atualidade como ordem do dia:

[...] Não há quem desconheça que possuímos espalhado por esse vasto território um rico patrimônio arqueológico, um precioso testemunho do nosso passado, indestrutivelmente ligado às origens da nossa civilização, ao gênio e ao heroísmo de nossa raça. [...] é preciso [...] sobretudo fazer com que o governo não deixe ao desamparo o nosso domínio arqueológico e crie, desde logo, a seu favor, um serviço de defesa permanente (CEDRO, 1923, *apud* SILVA, 1996, p. 11).

Em 1930, surge a primeira tentativa de preservação que, de fato, privilegiava os bens arqueológicos. A proposta de organização da defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é elaborada pelo deputado José Wanderley de Araújo Pinho e tomava forma legal com o projeto de lei nº 230/1930. Entretanto, como dito anteriormente, foi mais uma tentativa, pois o mesmo também não foi aprovado.

Silva (1996), destaca o trabalho do professor Raimundo Lopes, que levou ao meio acadêmico em 1935 a problemática da preservação arqueológica. As reflexões e recomendações trazidas por ele na ocasião do ‘Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza’, apresentam-se extremamente atuais, como por exemplo: o estabelecimento de normas de conservação às jazidas arqueológicas; a importância da divulgação dos estudos sobre as culturas ao público; a necessidade de um olhar científico ‘mais apurado’ para a relação existente entre a cultura e o meio ambiente/natureza; e a proteção aos índios, objetivando a preservação de suas terras. Percebe-se, então, que já existia uma idéia bastante consistente em relação à necessidade de organizar um sistema que protegesse o patrimônio cultural do país, entretanto, não havia uma legislação nacional que respaldasse o poder público para o exercício de tal proteção (SILVA, 1996).

As mudanças nesse terreno começam a ocorrer com a alteração da constituição do novo regime. A Constituição de 1934 instituiu, como um dos princípios, a função social da propriedade. O direito à propriedade – claramente resguardado pela Constituição de 1891, como já apontado – não poderia ser praticado “contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determina” (Constituição de 1934, Art. 133, Inciso XVII, *apud* SILVA, p. 13). Esses limites do direito à propriedade regulados, propiciavam condições melhores para a defesa do patrimônio histórico, artístico e natural do Brasil. Essa modificação, que fez prevalecer o interesse social sobre a

propriedade privada, determinava que os monumentos históricos receberiam cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Conforme observa Silva (1996, p.13), essas transformações fixam “as bases para a criação de um instrumento legal capaz de agir eficazmente na preservação de nosso patrimônio”.

O novo modelo constitucional, possibilitou estabelecer normas legais de proteção aos bens culturais, consolidadas no anteprojeto de 1936 elaborado por Mário de Andrade, que adotando a prática de outros países adaptada a realidade brasileira, lançou a idéia da criação do Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico.

O referido anteprojeto obteve diversas emendas e converteu-se no Decreto-Lei nº 25, em 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e oficialmente determinou o denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378 em 13 de janeiro de 1937, como órgão responsável por tal proteção. Em seu art. 1º a Lei estabelece:

[...]

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nota-se que o decreto ao mesmo tempo em que inclui a conservação dos bens arqueológicos que sejam de *interesse público*, limita como patrimônio aqueles que tenham somente um valor excepcional, reconhecido (conforme seus artigos subseqüentes) somente após devidamente registrado seu tombamento pelo SPHAN.

O Decreto-lei nº 25 e o SPHAN, expressam o pensamento idealizado de unidade da nação – premissa básica do Estado Novo de Vargas – por meio do tombamento de bens móveis e imóveis, entre eles os bens arqueológicos. Tombar seria então a forma de preservar, documentando o passado monumental para constituir uma identidade brasileira e perpetuar a memória nacional.

De acordo com Veloso (1996), o grupo que formou o SPHAN construiu sua identidade e a da nação fundamentada na idéia de memória e de tradição. Assim, o conjunto de bens móveis e imóveis que constituíam o patrimônio, tinham que garantir a representação da sociedade, percebida como nação unificada. Desse modo,

Os monumentos tombados eram formas de salvar a nação de seu esquecimento, de manter teso o arco da história e inventar a trajetória de uma tradição. Tradição que, através de monumentos e documentos, expressasse a história, que só se constitui através de vínculos de pertencimento e formas de sociabilidade concretas (VELOSO, 1996, p. 95).

Nesse contexto, observa-se que os bens arqueológicos, também foram alvo das ações preservacionistas de tombamento. Entretanto, tais ações direcionadas aos sítios e coleções foram feitas sem critérios claros para determinar o que deveria ser tombado. Conforme Andrade Lima (2001), o tombamento indiscriminado dos bens arqueológicos, se devia a alguns fatores: no Brasil, a arqueologia desse período era incipiente enquanto disciplina; não havia muitos arqueólogos habilitados; as pesquisas arqueológicas eram poucas e isoladas; e pela ausência de estabelecimento prévio da linha de atuação dos arqueólogos no próprio SPHAN.

As análises de alguns estudiosos (SILVA, 1996; ANDRADE LIMA, 2001; RODRIGUES, 1998) apontam o posicionamento desse dispositivo legal e da atuação do órgão responsável por sua organização, em especial, no que se refere aos bens arqueológicos.

Outras disposições foram estabelecidas no decorrer do tempo. Assim, cabe observar as modificações ocorridas nas legislações e também ‘recomendações’ que afetaram e afetam o patrimônio arqueológico brasileiro: Decreto-lei 2.848 (1940); Lei 3.924 (1961); Lei de Políticas Ambientais nº 6.938 (1981); Resolução Conama nº 001 (1986); Constituição Brasileira (1988); Portaria nº 07 (1988); o documento internacional Carta de Lausanne (1990); e a Portaria nº 230 (2002).

Em 1940, foi instituído o Decreto-lei n.º 2.848 com a Promulgação do novo Código Penal Brasileiro. O artigo 165 do novo Código qualifica como crime “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente, em virtude do valor artístico, arqueológico e histórico”, sendo que a pena para tal crime é: detenção de seis meses a dois anos e multa. Conforme Andrade Lima (2001, p. 24), “[...] na linha autoritária e punitiva do Estado Novo [...] essas medidas colocam efetivamente, a partir de então, os bens arqueológicos sob a chancela e tutela do Estado”. Por outro lado, Silva (1996, p. 16) observa que, embora o formato jurídico final da lei de proteção tenha sido no modo de Decreto-lei, refletindo “um momento de extremo autoritarismo [...], ele passou por todo o procedimento que antecede à promulgação dos projetos de leis”.

Silva (1996) aponta que com o novo Código, as atribuições do SPHAN no que se refere ao patrimônio arqueológico se expandem, porém, face às dificuldades no quadro de pessoal, o seu diretor, transfere as atividades de proteção no campo da arqueologia para o Museu Nacional. A ausência de arqueólogos na instituição, de certa forma ‘enfraquece’ a arqueologia brasileira no cenário nacional oficial.

Percebe-se assim, que desde sua criação até o início dos anos 60, a política do SPHAN continuou com as ações preservacionistas nas demais áreas, privilegiando o tombamento dos monumentos da elite, deixando um vazio na legislação de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro.

Entretanto, conforme Silva (1996) algumas pessoas e grupos, inicialmente no âmbito estadual e, posteriormente, no federal, empenharam-se na busca de uma legislação que protegesse o patrimônio arqueológico brasileiro.

Na esfera estadual, o Paraná foi pioneiro a estabelecer um decreto de proteção, resultado do empenho do professor da Universidade do Paraná, José Loureiro. Conforme Silva (1996), dois decretos foram estabelecidos: um em 1951 e outro em 1952 – ambos com ênfase na proteção dos sambaquis contra a exploração econômica. Ainda em 1952, em São Paulo, foi criada a Comissão de Pré-história com o objetivo de decretar medidas de proteção aos sambaquis e outros sítios pré-históricos situadas naquele estado. Faziam parte desse grupo: José Loureiro Fernandes (professor da Universidade do Paraná); Paulo Duarte (jornalista e professor da Universidade de São Paulo); Benjamin Campos (Procuradoria Jurídica do Ministério da Agricultura) e Rodrigo de Mello e Franco (IPHAN).

De acordo com Silva (1996), essa comissão que tinha a frente Paulo Duarte, iniciou em 1953 um movimento de ‘conscientização’ e denúncia na esfera do governo federal, visando preservar os diversos sítios pré-históricos que estavam sendo destruídos por meio da exploração econômica.

Em 1961, a promulgação da Lei Federal nº 3.924 altera o quadro da arqueologia brasileira, estabelecendo uma legislação específica que, inspirada nas recomendações internacionais apresentadas na Carta de Nova Delhi de 1956, *dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*.

Datada de 26 de julho, a referida lei, sancionada no Governo de Jânio Quadros, decreta em seu artigo primeiro a preservação dos monumentos arqueológicos de qualquer natureza existente no território brasileiro, sendo o Poder Público responsável por sua guarda e proteção. É importante notar também a relação entre o aspecto público e o privado, à medida que a lei (no parágrafo único do artigo 1º) exclui da propriedade privada o direito aos bens arqueológicos, estando eles na superfície ou no subsolo.

A arqueologia brasileira se torna mais dinâmica a partir dessa data, ampliando a quantidade de pesquisas em todo o território nacional, sendo que essa lei torna-se até a época atual, o principal instrumento da preservação e da pesquisa.

Outros artigos da Lei 3.924 mostram a possibilidade de tal amplitude, como: o artigo 3º que proíbe o ‘aproveitamento econômico’ de qualquer bem arqueológico antes da realização de pesquisas arqueológicas; o artigo 5º que considerará criminoso qualquer ato de destruição, cabendo no caso punição conforme as disposições penais; o artigo 7º que considera como bem patrimonial da União, inclusive os sítios arqueológicos que ainda não estiverem registrados.

A grande mudança com o advento da nova lei⁷, é que a defesa não se refere apenas ao que é de valor excepcional, assim, legal e oficialmente, a preservação se estende a toda uma categoria de bens arqueológicos.

A proibição do aproveitamento econômico antes da realização de pesquisas, indica a importância dessa lei como a que “está atrás das primeiras pesquisas de salvamento arqueológico no Brasil, já que a pesquisa prévia era condição para a liberação de áreas arqueológicas para fins econômicos” (CALDARELLI e SANTOS, 1999/2000, p. 55).

É observado entretanto, que nas últimas décadas, as pesquisas arqueológicas estão vinculadas não somente ao IPHAN e às Políticas Culturais, mas também às Políticas Ambientais. Esta mudança começou a se apresentar em 1981, com a introdução das disposições sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regida pela Lei 6.938 estabelecida em 31 de agosto.

Em seu Artigo 2º, a Lei explicita que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo: “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia

⁷ Sabendo que essa lei é resultado da dedicação de algumas pessoas que se destacaram primeiro individualmente e depois como grupo na luta pela proteção legal aos bens arqueológicos, é interessante notar mais uma vez, os projetos e ‘recomendações’ apresentados desde 1920 que não foram aprovados. Dada a atualidade do tema, cabe ressaltar alguns fragmentos dos textos não aprovados: o Projeto do deputado Luis Cedro em 1923: “[...] é preciso [...] sobretudo fazer com que o governo não deixe ao desamparo o nosso domínio arqueológico e crie, desde logo, a seu favor, um serviço de defesa permanente” (CEDRO, 1923, apud SILVA, 1996, p. 11); a proposta de Lei nº 230/1930, elaborada pelo também deputado José Wanderley de Arantes Pinho, que diz em seu artigo terceiro, alínea b: “[...] Consideram-se imóveis para efeito desta lei: os terrenos em que se encontrem cousas de valor arqueológico ou histórico” (PINHO, 1930, apud SILVA, 1996, p. 12); as recomendações que o professor Raimundo Lopes, da Universidade do Paraná, levou para o mundo acadêmico em 1935: [...] 5) Estabelecer normas de conservação das jazidas arqueológicas, de acordo com os costumes locais, condições de “habitat” e de trabalho preferindo [...] as medidas suasórias e educativas ou as indiretas, em vez de regulamentações rígidas e inoperantes [...]; 11) Divulgar por meio de legendas e cartazes nos navios, estações de ferro, etc., os lugares históricos, monumentos e jazidas.12) Que os geógrafos, historiadores, etnógrafos e artistas pesquisem as relíquias do passado sempre com os olhos na natureza e que os naturalistas vejam sempre quanto na natureza tenha relação com o passado e a peça, procurando os mil laços que ligam o homem ao ambiente; e que os professores, a imprensa, os centros de rádio-difusão divulguem, mediante noções verídicas e claras, as nossas relíquias culturais (LOPES, 1935, apud SILVA, 1996, p. 13)

à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. Conforme Caldarelli e Santos (1999/2000), a referida Lei criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em 1986, que para atender suas especificações legais, demanda o trabalho de profissionais de diversas áreas, dentre elas a arqueológica. Os trabalhos dos arqueólogos têm sido mais intensos nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e na elaboração dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

A Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986 foi criada para *‘salvaguardar o ambiente de impactos desastrosos de grandes e médios empreendimentos potencialmente poluidores’*, para isso, por intermédio de delegação do IBAMA, os órgãos ambientais estaduais exigem EIA/RIMA dos empreendedores⁸. A pesquisa arqueológica desenvolvida nesse contexto de impacto ambiental passa a agregar algumas características diferentes da pesquisa acadêmica, como por exemplo, trabalhar em áreas arbitrárias e os profissionais que nelas atuam terem o ‘poder’ de decidir sobre o ‘destino’ que será dado ao bem arqueológico.

Cabe observar o Art. 6º desta Resolução o estabelecimento de algumas atividades técnicas para o desenvolvimento de estudos de impacto ambiental:

I. Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, *antes da implantação do projeto*, considerando: o meio sócio-econômico – o uso e a ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando *os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade*, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos (RESOLUÇÃO CONAMA 001/86, apud BASTOS e TEIXEIRA, 2005, p.39). (grifos nossos)

Ressalta-se também que no art. 2º a Resolução CONAMA, considera que determinados projetos necessitam de estudo prévios de impacto ambiental, incluindo no parágrafo XV os projetos urbanísticos, acima de 100ha.

Desse modo, a partir dessa Resolução, “a participação do arqueólogo em projetos de avaliação ambiental se tornou freqüente e a arqueologia de contrato começou a crescer em ritmo geométrico, quando comparada ao que ocorria anteriormente” (CALDARELLI e SANTOS, 1999/2000, p. 55).

⁸ Em suas considerações, Bastos e Teixeira (2005, p. 39) alertam que “esses estudos já nascem com um desvio ético comprometedor que é exatamente ser pago e contratado pelo interessado – o empreendedor”.

Em 1988, em relação à legislação arqueológica, outra mudança ocorre por meio da Portaria nº 07 do IPHAN, que regulamenta a preservação, proteção e controle de pesquisas arqueológicas em complemento à Lei nº 3.924 de 1961.

Essa Portaria estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações em sítios arqueológicos. No que se refere aos planos de trabalhos científicos, em seu artigo 5º, parágrafo IV, alíneas 5-6, determina que haja: “proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais; [e] meios de divulgação das informações científicas obtidas”.

O diferencial dessa Portaria, conforme Bastos e Teixeira (2005, p. 44), é que ela “propicia uma certa homogeneidade nos projetos submetidos para análise, parecer e autorização”, auxiliando na regulação e organização das pesquisas arqueológicas.

Observa-se também que o ‘incentivo’ legal à divulgação dos trabalhos arqueológicos, visa favorecer inclusive ações educativas futuras.

No cenário internacional, a Carta de Lausanne em 1990 apresenta-se como documento de recomendações para *a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico*.

Dentre as diversas sugestões esse documento ressalta a importância da colaboração conjunta e efetiva de ‘especialistas de diferentes disciplinas’ na proteção do patrimônio arqueológico. O documento enfatiza que tal proteção “*exige ainda a cooperação dos órgãos públicos, dos pesquisadores, das empresas privadas e do grande público*” e enuncia vários princípios para a gestão do patrimônio arqueológico.

O artigo 7º que trata da *apresentação, informação e reconstrução*, enfatiza a necessidade de se apresentar o patrimônio arqueológico ao público, como meio de “fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas” e também como forma de favorecer a compreensão da importância da proteção. Considera ainda que:

A apresentação ao grande público deve consistir na popularização do estado corrente do conhecimento científico, devendo ser atualizada freqüentemente. Para permitir o entendimento do passado, deve considerar múltiplas abordagens (CARTA DE LAUSANNE, 1990, *apud* BASTOS e TEIXEIRA, 2005, p. 83)

Nota-se então, uma preocupação entre os princípios básicos dessa Carta ao abordar as **ações educativas** voltadas para o público, e, embora as recomendações do documento proponham ações de alcance global, ele ressalva que as “*dificuldades e especificidades regionais e nacionais*” devem ser consideradas.

Cabe ainda dizer, que ações educativas já haviam sido contempladas na esfera internacional no ano de 1956 na Carta de Nova Delhi por ocasião da ‘Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura’. A Carta foi denominada como: ‘Recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas’.

No âmbito brasileiro, a Portaria nº 230 do IPHAN estabelecida em 17 de dezembro de 2002, apresenta os dispositivos para *compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia*.

Conforme Barros e Teixeira (2005, p. 48), as medidas estabelecidas por essa Portaria, compatibilizam os interesses dos âmbitos públicos na proteção do Ambiente Cultural, pois disciplinam com clareza as metodologias a serem executadas “[...] por qualquer requerente que deseje realizar empreendimentos potencialmente causadores de danos a matriz finita do Patrimônio Cultural Arqueológico”.

Entre as medidas estabelecidas referentes à fase de obtenção de licença de operação, o artigo 6º estabelece que na ocasião do *período de implantação do empreendimento, quando ocorrem as obras de engenharia, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA*.

Por sua vez, o artigo 7º, dessa mesma fase, estabelece que:

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos [...] em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de **Educação Patrimonial**, os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (grifo nosso)

Faz-se necessário ressaltar portanto, que foi especificamente por meio da Portaria nº 230 de 2002 que projetos de Educação Patrimonial encontraram seu lugar oficial na legislação brasileira.

Recorrentes análises sobre a arqueologia (FUNARI, 2003; SILVA, 1996; ANDRADE LIMA, 2001), convergem para a observação de que os bens arqueológicos brasileiros não apresentam excepcionalidade e monumentalidade, mas que devem ser valorizados e protegidos, propriamente pelo fato dessa ‘simplicidade’ que contém suas expressões, conforme apontou Cedro em 1923:

“[...] somos um povo de passado ainda recente e que no tocante à arqueologia e monumentos de arte não podemos ter a pretensão de nos emparelhar com a França. Mas se assim é, razão demais para zelarmos e conservarmos nossos modestos haveres. E depois, a tradição, o culto dos seus maiores, em resumo

o patrimônio efetivo de cada povo pode estar nas coisas mais humildes”.
(CEDRO, 1923, *apud* SILVA, 1996, p. 11)

A descrição e análise das leis acima expostas, ilustram as diversas ações empreendidas na busca de respaldo para a proteção dos bens arqueológicos no Brasil. Entretanto, observa-se que as leis representam também os diversos – e por vezes divergentes – contextos postos no percurso da ciência arqueológica.

São para essas diversas situações – além das oficialmente respaldadas por lei – que os projetos de Educação Patrimonial devem se atentar. As ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio, e especificamente em relação às atividades da arqueologia de contrato, também denominada de arqueologia preventiva, devem, conforme discutido anteriormente, levar em conta o público e o contexto no qual elas se inscrevem.

2.3.2 – Categorias implicadas no termo patrimônio e suas intrínsecas relações

Para o que se propõe esse trabalho – uma análise das ações educativas desenvolvidas em um projeto de resgate do patrimônio arqueológico – justifica-se aqui uma certa digressão para apresentar e discutir algumas categorias que estabelecem relações com o denominado patrimônio .

O texto da Constituição de 1988 aponta, explicitamente, como integrantes do patrimônio cultural os bens que indicam relação com a identidade e a memória dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira.

Conforme aponta o relatório parcial do referido projeto, apresentado em 2002, as atividades desenvolvidas no projeto de educação patrimonial do “Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia-GO”, – embora não consideradas concluídas – haviam obtido, dentre outros, os seguintes resultados: despertado o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando a auto-estima de seus moradores; despertado maior conscientização dos moradores quanto à responsabilidade dos mesmos para com a preservação do patrimônio cultural ali encontrado.

Termos como: “bem”, “cultura”, “identidade”, “memória”, “individual”, “coletivo”, “conscientização”, “preservação”, perpassam claramente os dois textos – tanto o da Constituição, quanto o do referido Projeto analisado e ainda, levando em conta que as articulações de diversas categorias foram utilizadas estrategicamente para legitimar a idéia de nação, ou conforme alerta Lima Filho (2006, p. 17), “não são feitas por acaso”, os termos *cultura*, *identidade* e *memória*, merecem, no momento do presente texto, um aporte teórico.

2.3.2.1. Cultura, identidade e memória – elementos que atravessam diversos campos do conhecimento

O conceito de cultura foi amplamente explorado por vários pensadores. Cientistas sociais, em especial aqueles que se dedicam à antropologia, há muito se empenham em compreender e difundir o significado do termo.

Tal como a Arqueologia, a Antropologia emerge como ciência no século XIX. De acordo com Bernardi (1974), havia nas ciências que surgiam nesse tempo uma representação evolutiva da história da humanidade e uma preocupação com os contrastes entre as sociedades, as quais eram vistas deslocando-se de um estado inicial primitivo para chegar a um final civilizado.

Conforme o antropólogo Roque Laraia (1986), a primeira definição de **cultura**, elaborada do ponto de vista antropológico, foi feita por Edward Tylor, em 1871. O termo surgiu como síntese dos termos *Kultur* e *Civilization*. Sendo que o primeiro – francês – se referia às realizações materiais de um povo; o segundo – alemão simbolizava os aspectos espirituais de uma comunidade. A *Culture* foi definida como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871, *apud* LARAIA, 1986, p.25).

Entendida como um fenômeno natural, e como tal podendo ser analisado sistematicamente, visando a formulação de leis que explicassem sua gênese e transmissão, a cultura na abordagem de Tylor apresentava uma perspectiva hierárquica e unilinear do desenvolvimento dos grupos humanos que, partindo de um modo de vida selvagem, percorria um trajeto do simples ao complexo, evoluindo do irracional ao racional, do homogêneo ao heterogêneo, de um estágio ‘bruto’ a um ‘civilizado’.

Durante o século XX, estudiosos de destaque como Franz Boas, Marcel Mauss, Bronislaw Malinowski e Claude Lévi-Strauss, empenharam-se no questionamento do princípio evolucionista unilinear.

Conforme Bernardi (1974) a reação mais evidente ao evolucionismo deu-se por meio de Franz Boas, pois seus pressupostos foram decididamente antievolucionistas e históricos ao atribuírem à antropologia as tarefas de reconstruir a história dos povos e de comparar a vida social de diferentes sociedades, lançando o particularismo histórico ou a chamada Escola Cultural Americana. O foco na particularidade ou especificidade das culturas e a negação da representação da cultura generalizadora assim como também o destaque dado ao chamado relativismo cultural, são as principais contribuições da perspectiva sustentada por ele.

O abandono das proposições de superioridade características do evolucionismo conduz a antropologia para uma perspectiva relativizadora, holística e crítica no decorrer dos tempos. Segundo Claude Lévi-Strauss (1974):

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos em cuja linha de frente colocam-se a linguagem, as regras matrimônias, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas visam a exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social e, ainda mais, as relações que estes dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros. [...] Portanto, de fato, uma sociedade situa-se sempre no tempo e no espaço [...] (LÉVI-STRAUSS, 1974, p. 9-10).

A introdução do trabalho de campo como método específico impulsiona uma mudança de radical alcance no espaço da Antropologia – o que promove na ciência arqueológica o surgimento da denominada etnoarqueologia, conforme apontado no capítulo um.

No decorrer das últimas décadas, a Antropologia – através de seus variados pesquisadores e teóricos – aplicou-se à investigação dos diferentes espaços sociais e culturais das sociedades, como também percorreu diversos temas, ampliando ou modificando conceitos. Laraia (1986) afirma que:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir (LARAIA, 1986, p. 36).

Na citação acima, Laraia dá uma idéia geral do que é *a cultura*, ou *as culturas*. Nesse sentido, pode-se enfatizar, por seu intermédio, a questão da dinâmica e das diferenças dentro da cultura moderna.

Clifford Geertz (1978), representante de uma das vertentes da antropologia contemporânea – a chamada antropologia hermenêutica ou interpretativa – propõe a observação de outras culturas com a tentativa de compreender os elementos constitutivos de uma sociedade. Em *A Interpretação de Culturas*, o conceito de cultura é dado como um sistema simbólico formado pela interação entre os indivíduos e destes com a comunidade. O autor inicia o texto lembrando que seu objetivo é o de limitar, especificar, enfocar e conter, reduzindo o conceito de cultura a uma dimensão que o autor considera “justa”, assegurando sua incessante importância. Geertz (1978) expõe essa definição por alguns pensadores como Clyde Kluckhohn⁹, que por sua vez acredita ser:

O modo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; um celeiro de aprendizagem em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; um precipitado da história (KLUCKHOHN, 1952, *apud* GEERTZ, 1978, p. 14).

Contraopondo-se a abordagem mecanicista que não se atém ao contexto histórico da organização social e ao papel do indivíduo, Geertz (1978) compreende que a cultura como um produto de conjuntos simbólicos seria a resposta pública ao relacionamento social. A lógica da vida real é que deveria, assim, ser objeto de estudo antropológico: “A cultura é pública porque o significado o é. [...] um ser humano pode ser um enigma para outro ser humano” (GEERTZ, 1978, p. 26).

Para exemplificar este enigma que está posto entre os humanos, o autor ressalta que na chegada a um país estranho o indivíduo não compreende o povo e não se situa entre eles. Sendo que para se situar é preciso interagir com os nativos: ouvir, dialogar, comunicar – lembra aqui que o objetivo da antropologia é o “alargamento do universo do discurso humano”. Continuando, concebe a cultura como um contexto, cujos

⁹ De acordo com Bernardi (1974, p. 191), Kluckhohn desenvolve o estudo analítico e comparativo da cultura, entretanto “seu interesse específico incide sobre o problema das relações entre cultura e personalidade”.

acontecimentos podem ser descritos de forma inteligível, se forem “descritos com densidade” (GEERTZ, 1978, p. 27).

Assim, a cultura é vista de forma holística. Ao invés de uma noção única do que seria “a cultura”, o discurso antropológico contemporâneo tem enfatizado a busca do entendimento “das culturas”.

No cenário da antropologia no Brasil, conforme observa Ferretti (1995), a importância do tema **identidade** é evidenciada pelo debate nos campos dos estudos das chamadas ‘minorias sociais’ – entre elas índios, negros e imigrantes – como também nas análises sobre cultura nacional, cidadania e nacionalidade.

Os problemas de compreensão do termo identidade são complexos, assim como o entendimento de como se dá o próprio processo de construção identitária. Objeto de estudo das ciências humanas, psicológicas e sociais, as discussões a respeito do tema têm provocado muitos esforços e atenção, bem como conceituações e usos diversos. É um assunto que solicita um zelo particular, pela complexidade que apresenta, entretanto, segundo Munanga “A identidade se torna pouco a pouco essa realidade de que todo mundo fala tanto sem saber, no fundo, o que ela é” (MUNANGA, 1988, *apud* FERRETTI, 1995, p. 21).

A ideia de identidade contém uma dimensão individual, estudada pela psicologia, e uma social, que interessa, em especial, à antropologia e à sociologia. Contudo, essas áreas entrecruzam-se na rede de significados em que se tecem, pois “a identidade é alçada pelos processos de socialização ou de interiorização da realidade, sendo realizada ao longo da vida de cada pessoa, em torno de suas relações sociais” (BERGER e LUCKMANN, 1973, *apud* FERRETTI, 1995, p. 98).

No âmbito da Psicologia, o termo e os estudos referentes à identidade iniciam-se na Clínica e estendem-se às demais práticas, como a Social, a Comunitária, a Escolar, a do Trabalho e a Organizacional. Já na Psicanálise, a palavra ‘identidade’ pouco foi utilizada por Freud, embora os estudos e a clínica do grande mestre tenham se pautado nos processos de identificação.¹⁰

¹⁰ O conceito de identidade na área Psicanalítica foi desenvolvido pelos pós-freudianos, em especialmente Eric Erickson, entretanto com uma vertente bem diferente da iniciada pelo criador da Psicanálise. Lacan, em estudos que retomam Freud, aponta que as questões que abarcam o termo identidade, atravessam o ‘sujeito’ – sujeito do inconsciente, não completo para a teoria lacaniana – diferenciando-o das noções de identidade da Psicologia e da Psicanálise dos pós-freudianos.

O termo identidade – no que se refere ao humano – reporta-se às noções de ‘pessoa’, ‘indivíduo’ e ‘sujeito’. Construídas no processo histórico – tal qual o homem – essas noções apresentaram mudanças no decorrer dos tempos. Atualmente, algumas áreas do conhecimento mantêm presente e clara a diferenciação teórica dessas noções, visto que suas práticas nelas estão alicerçadas. Por não ser objeto de estudo do presente trabalho, não foi feita a diferenciação nem dos conceitos, nem dos empregos dos termos ‘pessoa’, ‘indivíduo’ e ‘sujeito’, mesmo sabendo da importância de fazê-la. Assim, no decorrer dessa dissertação, tais palavras aparecem como sinônimos.

Conforme Lane (1981, p. 8), a Psicologia tem como fundamental preocupação os “comportamentos que individualizam o ser humano, porém, ao mesmo tempo, procura leis gerais que, a partir das características da espécie, dentro de determinadas condições ambientais, prevêm os comportamentos decorrentes”. Por sua vez, a Psicologia Social busca a compreensão da intrínseca relação entre o indivíduo e a sociedade. A autora (*op. cit.*, p. 10) afirma que o entendimento das sociedades somente pode ser dado historicamente, “desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade”.

É percebido que o campo das ciências humanas vem, ao longo dos tempos, superando a visão dividida da realidade, em que o individual se opõe ao social e o biológico, por sua vez, ao psicológico e ao social. Afirmações de pesquisadores diversos, como: Berger e Luckmann, Brandão, Firth, para citar alguns, apontam para a efetividade de tal mudança, saindo-se de um entendimento dicotomizado para uma visão dialética – em que o biológico, o psicológico e o social se interligam e se completam.

Conforme Ferretti (1995, p. 98), “para Berger e Luckmann [...] a identidade acha-se em relação dialética com a sociedade, sendo mantida, modificada e remodelada pelas relações sociais”. O olhar desses pensadores, autores do livro *A Construção Social da Realidade*, aponta para a compreensão de que a construção social do sentido da realidade, não depende apenas de características individuais, mas por ser dialética, vai sendo construída nas inter-relações. O indivíduo, ao mesmo tempo, se exterioriza no mundo social e interioriza esse mundo como realidade objetiva. A realidade é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, e que, viver em sociedade é participar dessa dialética.

Ao referir-se sobre a identidade, Ciampa (1990), localiza seu conceito como um lugar-base para a superar essa dicotomia:

Não podemos isolar, de um lado, todo o conjunto de elementos (biológicos, psicológicos, sociais, etc) que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e, de outro lado a representação desse indivíduo, com uma espécie de duplicação mental ou simbólica, que expressaria a identidade do mesmo. Isto porque há como que uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação que faz parte do indivíduo representado (CIAMPA, 1990, p. 161).

Este autor incita a compreensão de que o conceito de identidade, para a psicologia social, está interligado com vários outros conceitos e categorias, tais como: socialização, individualidade, papéis sociais, representação e simbolismos. O processo de construção da identidade passa a ser ‘olhado’ como construído nas relações sociais que se dão no processo de socialização.

Em resposta à carta de Einstein¹¹, sobre – e sob – as questões da guerra, Freud (1932) aborda o tema identificação. Ele aponta dois tipos de situação que favorecem o estreitamento dos vínculos entre os homens: um, semelhante às relações do sujeito com o objeto amado, embora sem uma finalidade sexual; outro, é o tipo de vínculo emocional que utiliza a identificação. O processo de identificação, está na essência do aparelho psíquico, porém, a constituição da identidade do indivíduo é advinda da relação que o mesmo estabelece com os demais e com a sociedade.

O estudo de Brandão (1986a) sobre a construção da *pessoa*, discute o tema, abordando as questões do *contato interétnico* e da *identidade étnica*. Busca compreender, entre outras problematizações: a maneira como as sociedades constroem a idéia de *pessoa*; o como a *identidade* se constitui enquanto uma categoria de atribuição de significados específicos, especialmente tratando das relações interétnicas; e compreender a construção, transformações e relações de identidades étnicas na situação do contato. O autor inicia seu livro:

O outro: esse difícil. O diferente é o *outro*, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o *que* eu sou e nem todos são *como* eu sou.[...] O outro sugere ser decifrado, para que os lados mais difíceis

¹¹ Nas palavras de Freud: “[...] Se o desejo de aderir à guerra é um efeito do instinto destrutivo, a recomendação mais evidente será contrapor-lhe o seu antagonista, Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos. Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual. A psicanálise não tem motivo porque se envergonhar se nesse ponto fala de amor, pois a própria religião emprega as mesmas palavras: ‘Ama a teu próximo como a ti mesmo.’ Isto, todavia, é mais facilmente dito do que praticado. O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala” (FREUD, 1996, p. 205).

do *meu eu*, do *meu mundo*, de *minha cultura* sejam traduzidos também através dele, de seu mundo e de sua cultura (BRANDÃO, 1986a, p. 7).

“Como acontece a construção social da pessoa humana? Como uma determinada sociedade edifica as suas pessoas? Como ela cria estruturas de relações socializadoras [...]?” – pergunta o autor (BRANDÃO, 1986a, p. 14). A quem ele pergunta? Quem é que vai responder? Ele próprio? Ou um *outro*? Eu, leitora do seu livro? Ou você, leitor ou leitora do presente texto, que provavelmente também leu Brandão? Quem será esse outro?

De que maneira e através de que processos sujeitos biológicos, transformam-se em pessoas, ou seja, em *seres coletivos* em sua individualidade; únicos, mas sem muitas diferenças uns dos outros, capazes de expressarem com os gestos de sua vida a ordem social e simbólica dos seus mundos de cultura? [...] Em que momento da história da humanidade emergiu à consciência do homem e à sua cultura a idéia de *pessoa*? (BRANDÃO, 1986a, p. 14 e 16)

Suas perguntas continuam, e na seqüência ele aponta onde foi tentar matar sua sede de respostas. Em contato com o pensamento dos antropólogos, observa que as questões antropológicas estão ligadas com a organização, a vida e o trabalho social. Todas estão vinculadas a um

aspecto importante da cultura de todos os povos, em todos os tempos: a necessidade de representar, dar nomes e sentido aos nomes de seus sujeitos e suas diferentes categorias de sujeito. [...] *Pedro* é um nome. Nomeia um indivíduo, uma individualidade, uma identidade de pessoas. Muitos *Pedros* são, cada um, um *Pedro* (BRANDÃO, 1986a, p. 16 e 35).

Nessa vertente, cabe trazer o pensamento de Firth (1974), que também ressalta o nome próprio como um mecanismo para preservar a continuidade na identificação das pessoas em seus contatos sociais. O nome próprio é um dos referenciais que indicam o lugar do indivíduo na sociedade, contudo, os padrões a que estão submetidos modificam-se de uma sociedade para outra: “[...] Na descrição e na análise da vida em grupo de seres humanos, os termos mais gerais utilizados são sociedade, cultura e comunidade”, termos que são empregados para expressar a idéia de totalidade” (FIRTH, 1974, p. 25 e 44).

Brandão (1986a), por sua vez, apresenta então os princípios básicos ao estudo da origem social da idéia de *pessoa* definido por Mauss:

- 1) como uma categoria de nominação e diferenciação de outros seres do mundo, a idéia de *pessoa* não é inata ao espírito humano, ela é uma produção social;
- 2) como outras construções simbólicas da cultura dos povos, a idéia de *pessoa* tem uma história própria, dentro da história social da humanidade;
- 3) em uma mesma época essa idéia difere de uma sociedade para outras,

podendo não existir em algumas (MAUSS, 1974, *apud* BRANDÃO, 1986a, p. 16).

Por meio do encontro e confronto com o outro as representações são constituídas. Entretanto, há encontros, em que os confrontos são possibilidades para a ‘paz’, e outros em que os confrontos são constituintes da ‘guerra’, seja ela de qualquer ordem, como apontou Freud. Nesse sentido, ressalta Brandão (1986a, p. 144): “Enquanto, na maioria dos estudos a respeito, a noção de *pessoa* aparece como um problema interno a uma cultura e aponta para o consenso, a de *identidade* tende a emergir como um problema de relações entre culturas e aponta para o conflito”.

Na obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, Hall (2004) aborda como se deu a construção do conceito no processo histórico, confrontando três concepções de identidade: a primeira relacionada ao sujeito do Iluminismo; a segunda ao sujeito sociológico; e a terceira refere-se ao sujeito pós-moderno. Nesse sentido, o autor amplia o conceito de identidade, para identidades. O singular se torna múltiplo. Ao mesmo tempo, da relação plural indivíduo e sociedade civil; ou indivíduo e comunidade, pode emergir um sujeito com outros significados diversos. A partir dessas concepções o autor (*op. cit*) relaciona os processos de construção da identidade com as narrativas atuais da cultura nacional.

Os estudos da ciência arqueológica sobre o tema identidade, apontam também para diversas ambigüidades do termo e conflitos do uso. Bezerra de Meneses (1984), em texto que trata das relações entre identidade cultural e arqueologia e as implicações dessas com a preservação do patrimônio arqueológico, observa que em qualquer sentido que o termo preservação apareça, ele “pressupõe sempre uma continuidade, uma disponibilidade permanente, em função precisamente da alimentação da identidade cultural” (BEZERRA DE MENESES, 1984, p. 33). Por trazerem em seu bojo ambigüidade e perturbação, se faz necessário segundo o autor, examinar de perto

tanto o conceito de identidade, quanto o de memória (um de seus suportes essenciais). [...] o conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de re-conhecimento, do que de conhecimento (BEZERRA DE MENESES, 1984, p. 182).

Conforme o autor, a relação identidade *versus* o bem arqueológico pouco ‘excepcional’ dos vestígios da cultura material do Brasil, pode se dar de maneira mais efetiva, à medida que existam motivações para isso. A questão da “descontinuidade” entre os neo-brasileiros e os indígenas, faz parte do próprio processo histórico.

Para promover a preservação do patrimônio arqueológico, diz Bezerra de Meneses (*op. cit.*, p. 188): faz-se necessário o incentivo aos valores: científico, afetivo e político. Os restos materiais, “independentemente de sua expressão formal ou estética, são matéria-prima para o conhecimento científico”.

Quando alguém diz “ser de um de certo lugar”, não quer expressar a questão de propriedade, mas sim de uma rede de relações e que desloca a noção de espaço para a noção de ter um lugar e pertencer a ele. Explica Bezerra de Meneses (1984, p. 188): “se com a memória se explora a dimensão temporal do homem, com a ‘pertença’ está em cena o conteúdo espacial da existência”.

Tomando por base o exposto até o momento, pode-se constatar que em todos os campos de estudo, a discussão sobre o como se dá a constituição identitária é intensa, apontando que a categoria ‘identidade’ não é auto-explicativa. Observa-se ainda que a mesma se relaciona intrinsecamente com as concepções sobre cultura: do mesmo modo que houve um deslocamento do entendimento de ‘cultura’ para ‘culturas’, a identidade também se pluraliza – seja no âmbito individual, coletivo, cultural, social, nacional. Entende-se ainda que esses processos de construção – cultura e identidade – não se separam – pelo contrário: ambos então contidos uns no outro, num processo histórico, e por isso merecedor de um olhar apurado para os ‘contextos’ implicados.

No que concerne ao presente estudo, além da compreensão dos termos cultura e identidade e usos dos mesmos, importa igualmente a discussão acerca da complexa relação mantida entre patrimônio cultural, a **História** e a **Memória** das sociedades.

No decorrer do século XX os historiadores sugeriram a ultrapassagem das proposições positivistas que reduziam as pesquisas aos documentos escritos, principalmente aos escritos oficiais. A utilização de tipos de fontes diferenciadas como depoimentos orais, registros judiciais, artísticos e literários, ampliou as possibilidades da *escrita* da história.

A historiadora brasileira Ferreira, (1994) observa que no final da década de 1970 e durante a década de 1980, ocorreram transformações nos campos da pesquisa histórica, tais como: a incorporação do estudo de temas contemporâneos; a revalorização da análise qualitativa e o resgate da importância das experiências individuais. Ocorre também nos últimos anos que a pesquisa histórica volta sua atenção para a história política e cultural do século XX, valorizando as questões sobre a memória. Diz Ferreira:

Uma terceira linha de renovação no campo da história do século XX operou-se pela via da história das representações, do imaginário social e dos usos políticos do passado pelo presente, através do debate sobre as relações entre história e memória (FERREIRA, 1994, p. 8).

Trazendo um dos expoentes desta linha de renovação no campo da pesquisa histórica – Pierre Nora – a autora nos explicita a relação (distinção/semelhança; divergência/convergência) entre História e Memória:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e das vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA, 1994, p. 9).

Pode-se portanto, nesta linha de raciocínio, compreender que tanto a História quanto a Memória se pautam em um mesmo fundamento: *o tempo passado*. Ambas têm uma “lógica”. Entretanto, é *o como* se dá essa lógica para abordar esse fundamento comum que as diferencia. Através do referencial da História, explora-se o passado seguindo uma cronologia lógica fornecida pelos dados externos, enquanto que ao partir do referencial da memória, percorre-se o passado que tem uma “cronologia” conforme o significado dado no presente. A lógica da memória, se assim pode ser dito, é uma lógica das significações passadas mediadas sempre pelo sujeito/grupo que recorda seu passado no tempo presente e suas atuais significações.

Um dos pioneiros sobre o estudo da memória nas Ciências Sociológicas, Maurice Halbwachs (1990) aponta a diferenciação entre História e Memória em sua obra *A Memória Coletiva*, publicada pela primeira vez no ano 1950.

Compondo a diferenciação entre História e Memória, em que a primeira é marcada pela solução de continuidade, Halbwachs elabora a relação/contraposição entre Memória Individual e Memória Coletiva. Talvez se possa afirmar que a principal teoria desse autor seja: ‘não existe memória que seja puramente individual, existe somente a memória coletiva, visto que só lembramos porque os outros nos fazem lembrar’.

Mas não é qualquer *outro* que faz um sujeito lembrar. Para que esse outro faça alguém recordar algo, existem algumas condições, ou dizendo de outro modo, há algumas influências específicas para se lembrar ou para se esquecer/vetar.

Nota-se que as questões trabalhadas por Halbwachs são bastante relevantes e provocaram a produção de outros textos e pesquisas por estudiosos de áreas diversas, como também, permitem o diálogo com obras de outros autores.

Lev Semyonovitch Vygotsky, reconhecido como um pioneiro da psicologia do

desenvolvimento, abordando a questão da memória afirma:

qualquer função presente no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes em dois planos: primeiro no plano social para depois aparecer no plano individual ou seja, inicia-se nas pessoas (nas relações entre pequenos grupos de indivíduos envolvidos em interações sociais) como uma categoria interpsicológica para depois aparecer na criança como uma categoria intrapsicológica (VYGOTSKY, 1998, p. 94).

Portanto, nessa linha de raciocínio, pode se compreender que todos os indivíduos são ‘resultado’ daquilo que foram, da forma que viveram e desejaram ter vivido ou sido, e, até daquilo que ainda desejam viver ou ser. As lembranças de cada sujeito estão permeadas por aspectos que aconteceram em sua relação com outros mundos – seja o mundo de um outro particular sujeito, ou o mundo de um universo social. A relação que cada sujeito estabelece com os outros acaba por ‘determinar’ sua relação consigo mesmo.

Em outra passagem, Vygotsky (*op. cit*), enfatiza que o fato dos humanos serem capazes de lembrar de maneira ativa com o auxílio dos signos, é o que constitui a essência verdadeira da memória humana. É característica geral do comportamento do homem influenciar o ambiente e, por meio do ambiente, modificar o próprio comportamento, nesse sentido, “tem sido dito que a verdadeira essência da civilização consiste na construção propositada de monumentos de forma a não esquecer fatos históricos” (VYGOTSKY, 1998, p. 68).

A humanidade composta por signos e símbolos, no esforço de preservar, apresenta-se sempre numa ambivalência entre o lembrar e o esquecer. A memória do grupo, comunidade e ou sociedade é que possibilita um resgate da história e a sobrevivência dos homens. Quanto a isso diz Le Goff (1996):

a evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência ou pela promoção (LE GOFF, 1996, p. 475).

Retomando o tema patrimônio, é necessário portanto, confrontar as histórias e memórias com os bens que o constituem, entre eles bem arqueológico, como também deve-se considerar, a diversidade contida nas singularidades dos sujeitos e nas particularidades de cada cultura. Em contextos diferentes e por vezes interligados, as categorias identitárias se contrapõem e, concomitantemente, se universalizam.

Concordando com Fonseca (1997) que a função da memória e da tradição na elaboração de identidades coletivas, e os meios que os Estados modernos utilizam para colocar em prática e legitimar a idéia de nação, são dois aspectos que estão implicados no estudo do patrimônio, faz-se necessário, sempre, buscar compreender o uso simbólico que os diferentes grupos fazem de seus bens nas categorias de tempo e espaço que atravessa esses aspectos.

Se na época de Vargas, em que a fim de fortalecer um modelo centralizador, buscou-se ‘uniformizar’ a sociedade brasileira elegendo monumentos para o tombamento capazes de representar seu discurso populista, é importante perceber que tal postura e ideal unificador não se sustentam. Os dias atuais indicam as múltiplas categorias identitárias e própria Constituição vigente – como ressaltado anteriormente – aponta para a busca da diversidade. Resta saber qual categoria de identidade o sujeito pós-moderno irá destacar e ainda, quais identidade cultural e memória nacional (os atuais governantes pretendem construir/forjar/inventar) serão privilegiadas, visto que as escolhas em relação ao que preservar ou não – sempre estiveram, estão e estarão, de algum modo, em conformidade com o poder – seja ele de qualquer ordem, tempo e/ou espaço.

CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUEOLOGIA: REFLEXÕES E PRÁTICAS

A humanidade está ensopada de humanização,
como se fosse preciso;
e essa falsa humanização impede o homem
e impede a sua humanidade.
Existe uma coisa que é mais ampla,
mais funda, menos boa, menos ruim, menos bonita.
Embora também essa coisa corra o perigo de,
em nossas mãos grossas,
vir a se transformar em “pureza”,
nossas mãos que são grossas e cheias de palavras.
(LISPECTOR, 1986, p.153)

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: BREVE CONCEITUAÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, tem desenvolvido ações na área de Educação Patrimonial coordenadas pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, diretora do Museu Imperial/RJ. A expressão Educação Patrimonial, adotada pela referida museóloga, foi inspirada no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra designado *Heritage Education* e apresentada em julho de 1983, durante o 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”.

A proposta inicial da Educação Patrimonial visava estabelecer programas didáticos em relação aos museus, entretanto, no decorrer de sua prática, sua aplicação adquiriu outras dimensões. Considerando a Educação Patrimonial “um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural, como instrumento de afirmação da cidadania”, o grupo de técnicos¹² do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reunidos em Brasília no período de 6 a 8 de maio de 1997, estabeleceu diversas ‘recomendações e considerações’ acerca desse processo educativo, dentre elas, a elaboração de um ‘Guia Básico’ que contivesse seus “conceitos, critérios, objetivos, metodologias, sugestões de atividades e bibliografia”. O Guia serviria então,

¹² Grupo de técnicos do IPHAN reunidos em Brasília em 1997 a convite da Coordenação de Intercâmbio do Departamento de Promoção do IPHAN (DEPROM), e que discutiram e estabeleceram as recomendações acerca da Educação Patrimonial: Maria Cristina Portugal Ferreira (14ª CR - 17ª SR II); Ana Cláudia Lima e Alves (DID); Maria de Lourdes Parreiras Horta (Museu Imperial Lourdes Rossetto - 11ª CR); Evelina Grunberg (5ª CR - 19ª SR II); Luis Claudio da Silva (12ª CR - 12ª SR II); Jayme Bruxel - 12ª CR) e Carlos Gutierrez Cerqueira (9ª CR). (site: <http://www.iphan.gov.br/propeg/educa.htm>).

para orientar a elaboração e o desenvolvimento de ações educativas no âmbito de todas as unidades do IPHAN.

A publicação do ‘Guia Básico de Educação Patrimonial’ em 1999, fruto da parceria IPHAN e Museu Imperial, conforme o Diretor do Departamento de Promoção do IPHAN Luis Antônio Bolcato Custódio, buscava incentivar o conhecimento do patrimônio cultural brasileiro por meio de ações que envolvessem “comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, arquivos e bibliotecas” (HORTA et al, 1999, p. 5).

A prática da Educação Patrimonial proposta pelo IPHAN, pressupõe objetivos, critérios e metodologias específicos. Dentre os objetivos, o envolvimento da comunidade na responsabilidade e gestão do patrimônio é indicado como o principal, estimulando “a apropriação e o uso, pela comunidade, do Patrimônio Cultural que ela detém”. Assim, as ações educativas devem seguir critérios que incluem:

- 1 - o conceito abrangente de Patrimônio Cultural estabelecido no Art. 216 da Constituição Federal;
- 2 - o bem cultural como ponto de partida para a compreensão e valorização do Patrimônio Nacional e Universal considerado em seu contexto sociocultural, e em sua trajetória histórico-temporal;
- 3 - o enfoque interdisciplinar, considerando o objeto cultural como fonte primária de ensino e aprendizagem, portador de múltiplos sentidos e significados;
- 4 - a importância de se considerar o patrimônio “vivo” das comunidades, inserido na dinâmica do processo social; a experiência e o contato direto com o bem cultural como base de um processo ativo de conhecimento e apropriação [...] (IPHAN, 2005).

De acordo com o ‘Guia Básico’ elaborado por Horta em conjunto com sua equipe, a Educação Patrimonial é:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados [...] (HORTA, et al, 1999, p. 6).

Utilizando como ponto de partida para a atividade pedagógica a experiência direta com objetos e expressões culturais “observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos [...] para se chegar à sua compreensão, internalização e valorização”, esse método é um “processo contínuo de experimentação e descoberta”, que apresenta riqueza e potencial para ser utilizado nos campos de ação patrimonial, educacional e comunitária (HORTA et al, 1999, p. 5). Nessa linha de raciocínio, a Educação Patrimonial é então considerada por seus elaboradores como

um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA et al, 1999, p. 6).

Desse modo, a concepção apresentada, aponta para a definição de que a Educação Patrimonial é uma metodologia.

Ainda conforme Horta e equipe (*op.cit.*), a Educação Patrimonial apresenta como aspecto de fundamental importância, o caráter transdisciplinar, e pode ser utilizada como método em todas as disciplinas, acrescentando que essa metodologia

pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA et al, 1999, p. 6).

Conforme as autoras (*op.cit.*), a metodologia sugerida para as atividades de Educação Patrimonial tem como apoio cinco etapas, cada qual com seu objetivo específico e recurso pedagógico, que seguem uma determinada ordem mas podem, naturalmente, acontecer simultaneamente de acordo com as respostas e iniciativas dos participantes. A primeira etapa seria a *definição* do objeto ou fenômeno a ser estudado, e, posteriormente, as demais etapas estariam voltadas à *observação*, ao *registro*, à *exploração* e à *apropriação* do tema estudado¹³.

Essa metodologia que pode ser aplicada a diversas evidências da cultura, tem se tornando freqüente nos programas, inclusive os de arqueologia, que buscam despertar o interesse de comunidades sobre a importância de sua própria criação, de sua história, de sua memória, tradição e identidade, bem como da valorização e da preservação dos patrimônios locais.

Sabendo-se, conforme apontado no capítulo dois do presente trabalho, que a Portaria do IPHAN nº 230 /2002 estabelece uma legislação específica que contempla a educação patrimonial, cabe notar, entretanto, que ações educativas voltadas para o patrimônio já eram pensadas e desenvolvidas anteriormente a metodologia sugerida pelo Guia Básico de Educação Patrimonial. Lembrando-se ainda que, tanto as

recomendações internacionais da Carta de Nova Delhi de 1956 e da Carta de Lausanne de 1990, e de modo mais específico no cenário brasileiro, as idéias de Aloísio Magalhães, já reforçavam a importância de se envolver as pessoas na responsabilidade da preservação do patrimônio cultural. No caso brasileiro, a frase: “o melhor guardião do patrimônio é a comunidade” (MAGALHÃES, 1997, p. 2), tornou-se um lema que direcionou e direciona os projetos de gestão do patrimônio, principalmente os de Educação Patrimonial.

3.2 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Os trabalhos que seguem a ótica da metodologia de Educação Patrimonial vêm se propagando cada vez mais, entretanto, as publicações que relatam as experiências desenvolvidas no Brasil ainda são escassas. Na busca dessas informações, teve-se conhecimento de alguns projetos desenvolvidos em instituições de ensino. Essas informações foram obtidas tanto por meio de entrevistas informais com pesquisadores e educadores, quanto pelo acesso a relatórios e material de divulgação utilizados na execução de tais ações educativas. Observou-se também, especificamente na Universidade Católica de Goiás, que alguns projetos – de Gestão do Patrimônio Cultural que envolvia a Educação Patrimonial – constituem-se em dissertações de mestrado. Esses trabalhos apresentavam proposta de implementação, entretanto, não se teve a informação sobre a efetivação das propostas apresentadas.

Dentre os projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos em contexto acadêmico, podem ser citados: “Educação Patrimonial: Relatos e Experiências” (SOARES, 2003); “Educação Patrimonial: Orientações para professores do Ensino Fundamental e Médio” (MACHADO, 2004) e “O Australopiteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2002).

Por meio de informações verbais e folders de divulgação, tomou-se conhecimento também do trabalho realizado pelo Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás em parceria com a Prefeitura de Goiânia e a 14ª regional

¹³ Para melhor compreensão das etapas e sugestões sugeridas pela metodologia, verificar as explicitações apontadas entre as páginas 11 a 57 do Guia Básico de Educação Patrimonial publicado em 1999 e também no site do IPHAN.

do IPHAN em 2005. Esse trabalho, denominado: “Curso de Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial”, focou sua atenção em programas de Educação Patrimonial voltados para a formação de professores da rede municipal do ensino fundamental.

Especificamente como exemplos de experiências educativas desenvolvidas em **projetos de pesquisas arqueológicas por contrato**, podem ser citados cinco trabalhos:

- “Educação Patrimonial na Área da Serra do Sossego em Canaã dos Carajás/PA” (LIMA, 2003);

- “Subprojeto de Valorização do Patrimônio Cultural: uma proposta para UHE Barra Grande”, vinculado ao *Projeto de Levantamento Arqueológico na Área de Inundação e Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras da UHE Barra Grande, SC/RS* (HERBERTS, 2003).

- “Subprojeto de Educação Patrimonial”, executado durante o desenvolvimento do *Projeto de Levantamento Arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão de 230kv Joinville – São Francisco do Sul, SC* (HERBERTS, 2003).

- “Projeto de Educação Patrimonial”, vinculado ao Programa de Resgate Arqueológico e Gestão do Patrimônio Cultural da Área Diretamente Afetada pela Implementação do Interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior no Distrito Federal (BARBOSA et. al., 2004).

Cabe ressaltar finalmente, ainda no contexto de arqueologia de contrato, os trabalhos (o projeto, o relatório e o artigo) relativos ao Projeto de Educação Patrimonial desenvolvido no Residencial Vale dos Sonhos em Goiânia/Go. Lembrando que tal experiência educativa é um dos focos de estudo da presente dissertação, as referências acerca do mesmo se encontram em detalhes no decorrer do capítulo quatro.

É intuito da presente dissertação, nesse momento, apresentar uma breve síntese de alguns dos trabalhos citados, destacando a abordagem metodológica utilizada nas ações educativas.

Organizado por André Soares, o livro “Educação Patrimonial: Relatos e Experiências”, é fruto do projeto piloto que foi desenvolvido durante dois anos denominado *Interface para a Valorização da Memória e Identidade Cultural de São Martinho da Serra, RS: um programa de Educação Patrimonial*. De acordo com Soares, o livro é o resultado de um trabalho acadêmico de pesquisa e extensão e apresenta uma coletânea dos projetos, artigos e resultados das atividades executadas por um grupo de jovens pesquisadores. Conforme o autor (*op. cit.*, p. 14), os projetos concentraram-se nas áreas de Educação Patrimonial por meio de atividades em

Arqueologia e História e objetivavam “tanto a construção do conhecimento científico da população quanto a formação de uma identidade local”.

O livro apresenta oito artigos, sendo que alguns relatam acerca dos projetos e metodologias utilizadas e outros refletem acerca da Educação Patrimonial. Dentre as diversas ações de Educação Patrimonial expostas nessa obra, podem ser citadas: atividades com professores das redes municipal e estadual e com estudantes da 5ª série; palestras à comunidade; exposições itinerantes; preparação da comunidade (por meio da escola) para realização de uma escavação arqueológica e exercício com técnicas de restauração de objetos.

O projeto de Educação Patrimonial coordenado por Janice Shirley de Souza Lima e apresentado no livro “Educação Patrimonial na Área da Serra do Sossego em Canaã dos Carajás/PA”, é o resultado do primeiro ano do Projeto de Educação Patrimonial integrante do Programa de Arqueologia Preventiva, realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em parceria com a Mineração Serra do Sossego. Conforme Lima, o Programa de Arqueologia Preventiva teve por objetivo

o cumprimento da legislação brasileira no que diz respeito à necessidade de se promover pesquisa, avaliação e ações mitigadoras dos impactos sobre o patrimônio arqueológico em áreas em que há instalação de empreendimentos causadores desses impactos (LIMA, 2003, p. 11).

As ações educativas desenvolvidas no projeto tiveram como público-alvo crianças, adolescentes e adultos da comunidade de Canaã dos Carajás e apresentam uma ‘aliança’ metodológica entre arte e educação. Conforme a autora (*op. cit.*) a metodologia organizada em torno dos conteúdos de Arqueologia, Arte e Cultura, visava propiciar, de maneira lúdica e dinâmica, a assimilação da importância dos sítios arqueológicos para a memória local e do país. O projeto foi organizado em quatro módulos:

O primeiro, *Eu comigo, eu com o outro – encontros*, trazia como eixos temáticos: Identidades culturais, Cultura, Diversidade Cultural e interculturalidade e História da Arte. O segundo, *Mapeando memórias – da casa para a rua, da rua para casa*, abordava as transformações urbanas e rurais. O terceiro, *Pesquisando memórias*, trazia: os Fundamentos da Arqueologia, O Brasil pré-colonial e Os Sítios Arqueológicos de Canaã. O último, *Mediação cultural*, enfocava: os Espaços Culturais e o Papel da Educação nos Espaços Culturais. Os temas eram abordados em oficinas que exercitavam com os participantes, dentre outras atividades: percepção cultural, iniciação

ao desenho, composição com material alternativo, montagem de exposições e pintura em papel e tela. (LIMA, 2003).

Os projetos apresentados por Ana Lúcia Herberts, foram desenvolvidos pela empresa de consultoria *Scientia Ambiental*. De acordo com Herberts (2003), o “Subprojeto de Valorização do Patrimônio Cultural: uma proposta para UHE Barra Grande”, teve duração de quinze meses entre os anos de 2001/2002 e abrangeu nove municípios dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, desenvolvendo duas propostas de atividades. A primeira, denominada “Estudo de Percepção do Patrimônio Cultural”, buscou identificar a existência do reconhecimento do patrimônio cultural pela população local e o tipo de valor atribuído ao mesmo. A segunda ação – direcionada aos professores do ensino fundamental e médio da rede escolar pública e aos funcionários atuantes em órgãos de educação e cultura – foi designada como “Oficinas de Educação Patrimonial” e desenvolveu-se “dentro do contexto arqueológico do referido projeto” (HERBERTS, 2003, p. 13).

As ‘Oficinas’ com carga horária de 32 horas, foram planejadas e distribuídas em quatro módulos: Valorização do Patrimônio Cultural; Introdução à Arqueologia; Arqueologia pré-histórica regional e IV - Arqueologia Histórica e Legislação de Proteção do Patrimônio Arqueológico. Os ministrantes das oficinas buscaram socializar o conhecimento por meio de atividades criativas e práticas, como: apresentação de um boneco temático; simulação de uma escavação; visita à escavação do sítio arqueológico RS-NA-03 em Bom Jesus e Oficina de louça, com elaboração de critérios de classificação. No entanto, embora citando que se teve auxílio de um sociólogo no “Estudo de Percepção do Patrimônio Cultural” a metodologia desenvolvida, bem como os resultados desse estudo, não são explicitados no texto (HERBERTS, 2003).

Também apresentado no artigo de Herberts (2003), o “Subprojeto de Educação Patrimonial”, estava vinculado a um projeto de pesquisas arqueológicas por contrato. Conforme a autora (*op. cit.*, p. 16), o projeto caracterizou-se por ser uma ação de curta duração, visto que foi “fruto da exigência do IPHAN, após embargo extrajudicial aplicado ao empreendimento, devido ao início das obras antes da devida aprovação dos procedimentos arqueológicos”. Com o cronograma de seis meses, realizaram-se ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico em três municípios do estado de Santa Catarina.

A Educação Patrimonial incluía apresentações e atividades que mesclavam músicas, brincadeiras e histórias, envolvendo, conforme Herberts (2003, p. 16),

“aproximadamente 1900 crianças e 15 escolas. Ao final das apresentações, foi distribuído aos alunos o material didático [...] Este livrinho foi um complemento aos shows, contendo informações sobre o patrimônio local e dicas sobre sua preservação”.

De acordo com Herberts (*op. cit.*), foram realizadas também Oficinas de Introdução à Arqueologia direcionadas aos professores dos três municípios, com duração de 8 horas. Posteriormente distribuiu-se aos participantes das oficinas, assim como às escolas, bibliotecas e instituições culturais dos referidos municípios o livro¹⁴: “Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar”.

Observa-se que nos trabalhos exemplificados, a metodologia da Educação Patrimonial apresentada no ‘Guia Básico’ elaborado por Horta e equipe (1999), é bastante utilizada. Nota-se ainda que os trabalhos relatados por André Soares, fruto de pesquisa acadêmica, foram desenvolvidos durante dois anos e que as atividades educativas do primeiro projeto relatado por Ana Herberts tiveram duração de quinze meses e as do segundo, de seis meses. Já no projeto exposto por Janice Lima, verifica-se que embora o trabalho tenha se iniciado no contexto da arqueologia de contrato, apresenta uma particularidade, não vista nos demais projetos, relativa à duração do mesmo. Conforme informação da autora¹⁵ o projeto de educação patrimonial como um todo, englobava em seu planejamento o desenvolvimento das ações durante quatro anos consecutivos, sendo que três já haviam transcorrido e que o livro apresentado é resultado das atividades executadas no primeiro ano.

A Educação Patrimonial no Brasil, inclusive no Estado de Goiás - antecede a Portaria do IPHAN nº 230/2002. Ressalta-se que embora as ações educativas não estivessem regulamentadas e exigidas oficialmente, como são atualmente, elas aconteciam concomitante ao desenvolvimento das pesquisas, em especial as arqueológicas. No entanto há diferenças entre o período atual e o anterior à Portaria, entre elas o fato de atualmente ser exigido que os projetos de pesquisa arqueológica contemplem programas de Educação Patrimonial. Isso faz com que, desde o início,

¹⁴ O Livro citado “Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar” contém informações sobre a arqueologia e apresenta-se como suporte teórico para abordar o assunto em sala de aula. Foi elaborado por Ana Lúcia Herberts e Fabiana Comerlato, com a Coordenação de Rosalie Cristina Koller e publicado em 2003.

¹⁵ Janice Shirley de Souza Lima, a convite da Professora Doutora Márcia Bezerra de Almeida (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural da UCG) em outubro de 2005, explanou acerca das atividades desenvolvidas no Projeto. Nessa ocasião ressaltou que o mesmo tinha no planejamento estabelecido, a duração de quatro anos e que sua continuidade dependia de ‘negociações’ futuras com a empresa ‘patrocinadora’ Mineração Serra do Sossego.

ações educativas sejam elaboradas dentro do contexto do planejamento geral da pesquisa. Outro elemento a ser considerado diz respeito à duração do projeto. É sabido que em um projeto de arqueologia por contrato, o tempo de duração é menor que um projeto desenvolvido em área acadêmica, assim a implantação dos programas de educação patrimonial também é desenvolvida em um curto período e de forma intensiva – fator que aponta para a complexidade de se fazer um acompanhamento a médio e longo prazo das ações educativas realizadas.

Não esgotando essa reflexão, mas abordando especificamente um outro aspecto diferenciador das ações educativas anteriores das atuais, observa-se ainda que o enfoque atual recai na relação do bem arqueológico com as comunidades envolvidas, utilizando-se de recursos que propiciem o ‘resgate’ das memórias individuais e coletivas, bem como a valorização da identidade local, tendo como ênfase, uma “alfabetização cultural”¹⁶.

Utilizando o caso do Mato Grosso do Sul como referência para entender as práticas de educação patrimonial realizada no centro-oeste antes da portaria, nota-se, segundo Oliveira (2005, p. 126), que alguns cursos, palestras sobre arqueologia e que abordavam especialmente o passado pré-histórico de povos indígenas que ocuparam o território nacional aconteceram, todavia, “a construção de uma cidadania popular”, não era o objetivo motivador de tais ações educativas.

Ao ser questionado em relação à prática da educação patrimonial, um dos pioneiros das pesquisas arqueológicas científicas em Goiás, Schmitz (informação verbal, 2005), afirma que não se pode falar em educação patrimonial sem se falar em pesquisa científica, visto que o que embasa qualquer educação, é conhecer antes para poder transmitir às pessoas. Cabe lembrar também que Schmitz, iniciou os trabalhos arqueológicos no Estado de Goiás em 1972 e os coordenou durante muitos anos. Segue seu depoimento¹⁷ ao ser questionado a respeito da Educação Patrimonial desenvolvida naquela época:

¹⁶ ‘Alfabetização Cultural’ é um termo utilizado no Guia de Educação Patrimonial como o instrumento da metodologia de Educação Patrimonial proposta por Horta e equipe, e que, permeia, de modo acentuado, diversos projetos e artigos sobre as ações educativas voltadas para o Patrimônio Cultural. Cabe ressaltar, que essa expressão, segundo Vanilda Paiva (1980) foi cunhada por Paulo Freire, dentre suas articulações de método pedagógico desenvolvidas entre os anos de 1959 e 1965. Paiva (1980), no livro “Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista”, contextualiza o pensamento de Freire, fazendo uma reflexão sobre suas teorias e métodos, que, a seu ver, estão vinculados ao período em que a ideologia nacional desenvolvimentista preponderava no Brasil.

¹⁷ Depoimento de Pedro Ignácio Schmitz para a presente pesquisa, dia 26 de outubro de 2005.

Não existia nem no âmbito mundial. Isso é uma coisa muito mais recente. Além disso [...] não se pode fazer uma educação patrimonial quando você não tem uma grande visão da coisa...ele não representa. Não chega a ser um patrimônio. Patrimônio no sentido que eu entendo uma história e uma situação, eu assumo. Então você precisa ter realmente uma quantidade de informação e de conhecimento e esse conhecimento vai ser o patrimônio. O resto, as coisas materiais são testemunho desse patrimônio. O que é o patrimônio mesmo é assumir aquele conhecimento como seu e o testemunho do patrimônio, que são as pinturas, que são os caquinhos, fora disso, se você não sabe o que representa você pode jogar fora tudo [...] Eu acredito que se você não comunicar para o povo, pode perder a esperança, não tem polícia, não tem nada que preserve, nada – esse é o problema: se o povo não assume, não adianta nada [...] (SCHMITZ, Goiânia, 2005).

Oliveira (2005), dentre outros estudiosos, aponta para o fato de que não basta a produção de novos conhecimentos científicos e os arqueólogos restringirem suas publicações às revistas especializadas, é necessário que as pessoas tenham acesso ao conhecimento. Nesse sentido, também Bezerra de Almeida (2003, p. 276), ressalta que é imprescindível que o compromisso profissional do arqueólogo faça-o “mostrar ao público uma Arqueologia que, longe de ser uma atividade de entretenimento, seja um instrumento na construção de sua memória, de sua história, de sua identidade e de sua cidadania”.

3. 3 A ABORDAGEM EDUCAÇÃO *VERSUS* PATRIMÔNIO NA ERA DA INDÚSTRIA CULTURAL

Buscando uma reflexão sobre a relação ‘patrimônio e educação’, entende-se que cabe aqui retomar algumas observações apontadas no capítulo dois do presente trabalho, acrescentando outras considerações acerca das práticas e usos do termo patrimônio cultural no decorrer dos tempos.

Choay (2001) seguindo uma concepção crítica, faz algumas considerações e advertências em relação ao ‘tratamento’ do patrimônio na era da indústria cultural. Uma delas é que, embora atualmente existam leis em diversos países que protejam o patrimônio e que a palavra *valorização* esteja em voga, não se pode se iludir que a destruição não continue ocorrendo.

A ambivalência da expressão ‘valorização’ aponta [...] o antagonismo entre dois sistemas de valores e dois estilos de conservação”. Por um lado, através dos novos meios oferecidos pela ciência e pela técnica, há uma tendência que se apresenta valorizando o ‘respeito’ e a ‘continuidade’; por outro, uma segunda tendência baseada nos valores ‘rentabilidade’ e ‘prestígio’, desempenhando atitudes já condenadas no século XIX. Ou seja, “o campo

patrimonial na França e, sob denominações diversas, no mundo inteiro, é palco hoje de um embate desigual e incerto (CHOAY, 2001, p. 213).

Luz, Câmara, Música e Animadores Culturais: Ação!!! – Este é o imperativo.

Com o intuito de valorizar os bens patrimoniais, alguns ‘instrumentos mediadores’ tem sido utilizados para facilitar o acesso e o entendimento dos espectadores diante de algumas obras. Tentando mostrar o melhor ângulo do monumento, muitos museus utilizam os recursos de eletricidade e sons mais modernos, por vezes ignorando os malefícios que estes podem causar aos monumentos ou ao público. Alguns ainda, ao mesmo tempo, recorrem aos animadores culturais, que ‘explicam’ ao espectador o que é que ele está vendo. De fato, este excesso de mediadores impede que o objeto ‘fale’ diretamente com o espectador.

A artimanha atual que, por intermédio da utilização de certos mediadores, produz uma subversão de valores no espaço e no tempo – de maneira camuflada, utilizando o status da preservação, da pedagogia e do desenvolvimento – por vezes desrespeita os patrimônios.

Ainda sobre esse assunto, Choay (2001) critica que:

Essas são formas demagógicas, paternalistas e condescendentes de comunicação. Contudo, **a transmissão de um saber histórico deriva principalmente da valorização do patrimônio**. No século XIX, Boito formulou as regras de uma apresentação científica e silenciosa dos monumentos que, cobrando um esforço de atenção do público, levava-o a um conhecimento pessoal, direto e ativo das obras (CHOAY, 2001, p. 216). (grifo nosso)

Sob o aspecto de *espetáculo* promove-se uma transferência de valores ao inserir o presente no passado. Utilizando da *modernização* e do desenvolvimento, faz-se a mesma transferência sob a forma de um objeto construído e/ou maquiado, inserindo o “novo” no “velho”. Essa tendência a colocar uma embalagem no antigo, disfarçando-o como novo, parece bem próxima do que Christopher Lash (1983) aponta em seu livro *A Cultura do Narcisismo*, ao se referir sobre *O enfraquecimento do tempo histórico*:

À medida que o século vinte se aproxima do fim, aumenta a convicção de que muitas outras coisas também estão se acabando [...]. Viver para o momento é a paixão predominante – viver para si, não para os que virão, ou para a posteridade. Estamos rapidamente perdendo o sentido de continuidade histórica [...] porque a sociedade moderna ‘não tem futuro’ e em conseqüência, não dedica seus pensamentos a qualquer coisa além de suas necessidades imediatas (LASH, 1983, p. 22 e 24).

O pensamento de Jacoby (1977) aponta também o atrofamento da capacidade e do desejo de lembrar. Para este autor, a sociedade possui amnésia social, que é o

rompimento do mundo contemporâneo com a memória da civilização e a ausência da compreensão das relações sociais da história universal, sendo que “o novo não apenas supera o velho, como o afasta e o destitui” (JACOBY, 1977, p. 8).

Conforme Gallay (1986), as tradições históricas, são limitadas em especificamente dois âmbitos: em relação ao conteúdo e ao tempo. Quanto ao conteúdo, embora uma tradição oral possa “[...] preservar a lembrança precisa de velhos acontecimentos com cinco séculos [...] ela foi concebida em função de interesses sociais e políticos bem precisos, o que levou a uma distorção sempre importante da realidade histórica” (GALLAY, 1986, p. 16). Quanto ao tempo, qualquer conteúdo, pode ser esquecido.

Encontramos aí, mais uma ambigüidade: por um lado, a intensa necessidade que a humanidade parece ter – de perpetuação e de pertencimento – em relação às suas memórias e histórias, demonstradas pelo culto patrimonial. Por outro, e ao mesmo tempo, a ‘inabilidade’ de preservar suas raízes, histórias e conseqüentemente seus patrimônios – simbólicos, artísticos, naturais, pré-históricos e históricos.

Numa crítica aberta ao excesso de valorização do patrimônio, Henry-Pierre Jeudy (2006), afirma que existe atualmente uma febre preservacionista que tudo quer transformar em patrimônio. Essa patrimonialização é uma forma de tirania e atenta contra a memória coletiva das diversas populações, na medida em que tenta controlá-la.

Essa tensão implicada na preservação do bem cultural, apontados como ‘febre preservacionista’ ou ‘valorização’, parece apontar para um excesso próprio da sociedade contemporânea, que incita mais reflexões. Embora não seja objeto deste estudo problematizar o conceito de indústria cultural, vale ressaltar que ele traz em seu bojo implicações diretas com relação ao patrimônio cultural. Assim, cabe aqui uma breve abordagem do assunto.

A expressão ‘indústria cultural’ foi formulada por Theodor Adorno em conjunto com Max Horkheimer, que esboçaram em 1947 um conceito crítico sobre a sociedade industrial.

Na definição de Adorno (1995b, p. 237), Indústria Cultural implica nos produtos “[...] fabricados pelos meios de comunicação de massa que faz, em todos os seus ramos, produtos que se adaptam ao consumo das massas, capazes de determinar, em grande medida, esse consumo”. Maar, tradutor da obra ‘Educação e Emancipação’ de Adorno (1995a), ressalta que

a indústria cultural é a cultura totalmente convertida em mercadoria, no plano da totalização da estrutura da mercadoria na formação social, inclusive no plano das próprias necessidades sensíveis a que correspondem os valores de uso dos bens na sociedade de consumo (ADORNO, 1995a, p.23).

Nessa indústria, aquilo que é particular da cultura é eliminado. Existe uma exploração – com fins comerciais e econômicos – e para sua obtenção certa, classifica-se, padroniza-se e industrializa-se a cultura, como se faz com os produtos do mercado. Essa lógica de padronização busca eliminar a diferença por meio de um tecnicismo que padroniza e torna a cultura pronta para um consumo imediato. As pessoas consomem o produto – seja ele uma roupa, um filme ou um sapato – sem questionar o porque de se estar consumindo. Há um círculo vicioso: a cultura é adaptada aos produtos e ao mesmo tempo é determinada pelo consumo dos mesmos. Segundo Adorno,

Dentro de um processo histórico, os bens culturais assumiram parcialmente o caráter de mercadoria pela necessidade de seus produtores sobreviverem no mercado. Inicialmente, contudo, estes não almejavam direta e exclusivamente o lucro. O que é novo na indústria cultural, é o primado declarado e direto do efeito calculado de antemão e em todos os seus produtos mais típicos (ADORNO, 1995a, p. 237 e 238).

Assim, para Adorno (*op. cit.*), essa estrutura ideológica da modernidade quebra o processo histórico de universalização, isto é, rompe com a memória histórica da humanidade. Verifica-se neste contexto social ausência de ação e reflexão do sujeito. Esse sujeito não tem acesso ao ‘conhecimento’, sequer conhece outras formas de convivência social, apenas procura entrar no processo que está posto e ocupar o seu lugar de sujeito nesta história, deixando de ser crítico e impulsionador da mesma.

O consumo desses bens culturais representa uma satisfação que, conforme Adorno “trava as possibilidades da experiência formativa” (ADORNO, 1995a, p. 23). A cultura embasada no processo produtivo, transformada em mercadoria, promove uma satisfação dos sujeitos que a consomem sem o devido ‘esclarecimento’. Nesse sentido é que Adorno (*op. cit.*, p. 23) enfatiza que a “indústria cultural é um conceito político e ético materialmente embasado no processo produtivo”.

O posicionamento teórico crítico e as reflexões esclarecedoras de Adorno (1995a, 1995b) sobre Indústria Cultural alertaram a humanidade de que os veículos de comunicação criam necessidades e constroem, por meio da mídia, uma demanda que impõe, determina e subordina o sujeito aos seus produtos, naturalmente, prontos para o consumo. Assim, pode-se constatar que a ‘novidade’ imposta pela indústria cultural, é o

‘planejamento para a indução do consumo’ e conseqüentemente para a obtenção desmedida do lucro. É pensar o bem cultural única e exclusivamente como mercadoria, como negócio, fazendo-o (fazendo o artista esquecer de sua singularidade, fazendo-nos esquecer da singularidade da obra de arte e assim por diante – e até fazer com que o próprio bem se esqueça) ‘esquecer’ de qualquer singularidade que o contenha, que o principiou. É utilizar-se dos meios de comunicação, do marketing, para chamar a atenção do público, possíveis consumidores, é ainda criar ‘kits’ culturais.

Considerando que o passado e o presente são dimensões que envolvem o patrimônio, bem como que o saber histórico se origina da valorização do patrimônio (conforme é dito na citação de Choay), de que maneira e de onde se origina a valorização do patrimônio? O que vem primeiro? O que é e como se articula uma educação voltada para o patrimônio cultural?

Uma análise que se pretende crítica, não pode deixar de observar que ao se propor a gestão dos bens patrimoniais, deve-se estar ciente que o termo gestão, embasado na teoria de sistemas organizacionais, implica em ‘planejamento, organização, direção e controle’ – termo retirado basicamente dos processos com os quais são conduzidos as indústrias. Há atualmente, uma forte tendência de se conduzir a gestão do patrimônio objetivando-se o lucro. Serve como o exemplo uma instituição¹⁸ nacional que incentiva artesãos a se transformarem em empreendedores culturais, a criarem micro e pequenas empresas. Este tipo de ação, centrada no crescimento econômico, tem sido motivo de tensão entre os acadêmicos e os ‘gestores da cultura’ atuantes no mercado.

As políticas de patrimônio não podem se permitir ingênuas, pois desde Aloísio Magalhães, que incentivava o turismo no nordeste do Brasil, a fim de gerar emprego e renda, o olhar para o bem cultural não é o mesmo. O que não se pode esquecer, é que o limiar entre o incentivo ao empreendedorismo e uma inclusão perversa é muito tênue.

A educação patrimonial que está contida nos planos de gestão do patrimônio cultural deve ser pensada levando em conta a questão da “indústria cultural” e esta valorização exacerbada do patrimônio, que pode se tornar perversa.

Deve-se lembrar que os conceitos de categorias como identidade, memória, cidadania, preservação, também são utilizados e forjados conforme os usos que cada “tempo” e espaço quer dar aos mesmos. Ou melhor dizendo, ‘transportar’ para a

¹⁸ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

atualidade e questionar criticamente o que se quer preservar, lembrando da herança de Aloísio quanto à comunidade ser a guardiã do patrimônio – herança inclusive abrigada pela Constituição de 88 que institucionaliza a comunidade como parceira do Estado na proteção do bem cultural – dever-se-ia perguntar às pessoas comuns, não cientistas, não políticos, não gestores, o que se quer preservar. Mas, será que essa pergunta é feita? Não há credibilidade na resposta? Ou por acreditar que pessoas da comunidade, sem o tal ‘estudo’ formal não têm capacidade de responder, evita-se fazer essa pergunta? Em meio a tais contradições, é importante não esquecer, como enfatiza Brandão, que:

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais [...] sempre se espera, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem uns dos outros [...] Mas na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar, e pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer [...] (BRANDÃO, 1986b, p. 12).

Nessa perspectiva de um tempo em que a “epidemia” da produtividade sobrepõe a quantidade à qualidade, refletir acerca do mundo da educação e do patrimônio cultural é se ‘conectar’ com significados correntes, por vezes dados como certos, a fim de gerar a aparição de novos sentidos.

CAPÍTULO IV – O CONTEXTO DO PRESENTE ESTUDO: CAMPO DE PESQUISA E EMBASAMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão descritas as orientações metodológicas adotadas durante o desenvolvimento deste trabalho, e que podem ser divididas em duas fases. A primeira com destaque ao campo de estudo e aos critérios que nortearam a escolha do mesmo, assim como a população pesquisada. A segunda etapa concerne à utilização dos instrumentos para a coleta de informações e as perspectivas conceituais e analíticas que orientaram o processo de construção e análise dos dados. Serão descritos também, os modos como a análise dos dados se processou e os procedimentos seguidos durante a investigação.

4.1 CAMPO DE PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada no conjunto de residências populares denominado ‘Residencial Vale dos Sonhos’ que está localizado às margens da BR 153, no Km 8 – Região Norte de Goiânia/GO, saída para a cidade de Anápolis/GO. (cf. infra Mapa 1)

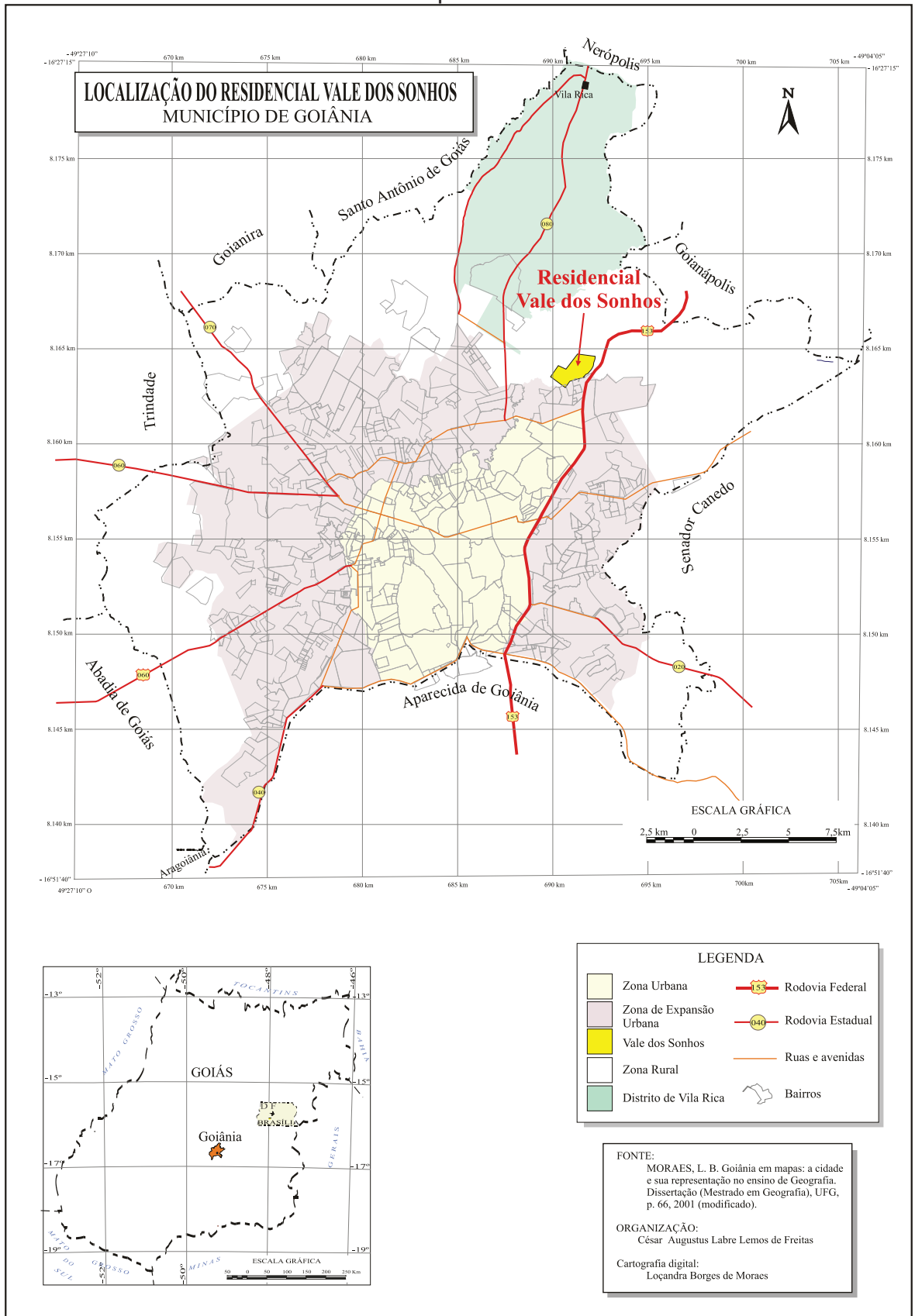
A primeira etapa do Residencial foi ocupada em 1988 e configurava-se inicialmente em 2498 lotes, abrangendo uma área de cerca de 120 hectares (1,2 km²).

Conforme Freitas (2004) a ocupação foi iniciada por um grupo de pessoas que formaram naquele ano uma cooperativa habitacional denominada Sociedade Habitacional Cooperativa¹⁹ (SHC), cujas principais lideranças são oriundas do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) constituído na década de 1980. Assim, a SHC, por meio de uma política associativista buscava novas alternativas de ocupação e uso do solo urbano.

A área foi adquirida pela SHC e os lotes foram vendidos à população de baixa renda por R\$ 500,00 (quinhentos reais). No início não fazia parte da zona de expansão urbana da cidade de Goiânia, configurando a sua ocupação como irregular.

¹⁹ A Sociedade Habitacional Cooperativa (SHC), foi fundada e presidida pelo vereador Maurício Beraldo até 2002 e atualmente tem na presidência um de seus assessores, o senhor Pedro Bezerra da Cruz.

Mapa 1



A instalação do loteamento no transcurso de sua ocupação, foi marcada por uma constante disputa da população com o poder público, em especial o municipal (FREITAS, 2004).

Esse fato deveu-se, entre outros, aos aspectos legais do parcelamento do solo urbano, visto que o Residencial Vale dos Sonhos, embora com um projeto de instalação, apresentava irregularidades²⁰. Entretanto, conforme Freitas (2004, p. 117), essas deficiências estavam sendo sanadas já em 2004 “dado o acordo realizado com a Prefeitura Municipal de Goiânia e o Ministério Público para efetivar a regularização do loteamento”.

Dentre as irregularidades apontadas no loteamento do Residencial Vale dos Sonhos pela Secretaria Municipal de Planejamento, por meio do relatório da Assessoria Técnica de Regularização Urbana de 30 de abril de 2002, vale destacar aquelas referentes ao não cumprimento do licenciamento ambiental:

b) a área objeto de parcelamento é maior que um milhão de metros quadrados, sendo necessários a elaboração e aprovação do EIA/RIMA, que viria subsidiar a aprovação do loteamento, o que não ocorreu. Conforme notícias veiculadas pela mídia (Jornal O Popular, Cidade, 29/05/2001), na área onde encontra-se implantado o loteamento foi encontrado material de grande valor arqueológico e que esta estaria sob o foco dos órgãos responsáveis (grifo nosso);

[...]

l) a regularização do parcelamento em questão só poderá ocorrer após a sua inclusão na área de expansão urbana por Lei Municipal, atendimento dos itens já citados, implantação de distribuição de água potável, reflorestamento da faixa de ZPA-1 e equipamentos urbanos, além de outras recomendações exigidas na análise do EIA/RIMA.

Conforme já citado no item ‘b’ do Relatório da Secretaria Municipal de Planejamento, na área do loteamento implantado foi detectado material de ‘grande valor arqueológico’ e que este estaria sob o foco dos órgãos responsáveis. Curioso observar que a Secretaria soube do fato por meio da imprensa local.

²⁰ O Relatório da Assessoria Técnica de Regularização Urbana de 30 de abril de 2002 (ANEXO A), aponta as irregularidades baseando-se no Art. 3º da Lei Federal nº 6.766/79, atualizada pela Lei Federal nº 9.785/99 que diz: “Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal”. O referido relatório acrescenta que: “Desde o plano inicial de Goiânia elaborado pelo urbanista Atílio Correia de Lima, há restrição da ocupação a noroeste, norte e nordeste do município de Goiânia pela fragilidade do solo, pela cobertura vegetal farta, pelos recursos d’água, entre outros. O plano diretor vigente restringe também a ocupação a nordeste, tendo como base a carta de risco de Goiânia, a indisponibilidade de infra-estrutura pelos sistemas públicos, a grande quantidade de lotes vagos existentes, os cursos d’água, a preservação do Ribeirão João Leite, importante manancial de captação de água potável para a cidade, etc”.

Segundo Viana, Mello e Barbosa (2004), uma urna funerária pré-histórica com restos de esqueletos humanos parcialmente preservados foi encontrada, em maio de 2001, por um morador durante a escavação do poço artesiano de sua residência. A polícia foi mobilizada e, posteriormente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) embargou parte do Residencial Vale dos Sonhos, inviabilizando os moradores de quatrocentos e noventa e oito lotes – situados entre as quadras 5 e 17 - de construir suas casas, até se dar a conclusão dos trabalhos de arqueologia. O fato, noticiado em vários momentos pela imprensa local e nacional, ampliou a reação negativa dos moradores tanto em relação à medida de embargo quanto ao achado arqueológico. (Cf. foto da urna ANEXO B, planta da área embargada ANEXO C e de duas reportagens veiculadas ANEXO D e E)

O “Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia, GO” principiou neste contexto, depois de firmada uma parceria de responsabilidade mútua entre a Universidade Católica de Goiás, a Secretaria de Cultura do Município de Goiânia, a Sociedade Habitacional Cooperativa (SHC) e a 14ª regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Projeto foi elaborado e executado pela equipe de especialistas do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás (IGPA/UCG), que estabeleceu duas metas principais: uma, a partir de escavações arqueológicas, buscar compreender a organização espacial e a dinâmica cultural da ocupação do sítio, a outra – a ser desenvolvida concomitantemente – procuraria reverter a reação negativa dos moradores frente ao embargo da área, transformando-a em um ‘sentimento’ positivo por meio da educação patrimonial.

De acordo com Viana, Mello e Barbosa (2001, p. 7), as ações que seriam desenvolvidas no Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos apresentavam-se com um caráter mais amplo do ‘resgate’, tratando-se antes, “[...] de um plano de gerenciamento do patrimônio [...]”. Assim, o projeto contemplou as atividades de pesquisa arqueológica, o trabalho de educação patrimonial e a documentação audiovisual da área afetada e de todos os trabalhos realizados.

Conforme consta no “Projeto de Resgate”, pretendeu-se primeiramente desenvolver um trabalho educacional, juntamente com a população que reside na área,

no sentido de fazê-los conhecer e preservar o patrimônio histórico-cultural, visando à formação de uma consciência preservacionista:

As pessoas que habitavam (ou pretendiam habitar) os lotes embargados constituem-se no “público alvo” que especificamente o projeto de educação patrimonial procurou na época atingir.

O trabalho de Educação Patrimonial foi desenvolvido, inicialmente, através de técnicas de observação e entrevistas informais. Posteriormente, foram promovidos encontros de grupos de moradores (adultos, adolescentes e crianças) onde foram abordados de forma clara e objetiva, aspectos arqueológicos dos materiais encontrados, resignificando valores culturais (antropológicos e políticos), através de técnicas psicopedagógicas, tais como: entrevistas, esclarecimentos junto aos moradores; elaboração e distribuição de mala direta; palestras com utilização de filmes e *slides*, realizados no local e visita ao IGPA, pelos trabalhadores nas escavações dos sítios arqueológicos (VIANA, MELLO e BARBOSA, 2001, p. 14).

O “Relatório Parcial do Projeto de Resgate”, em agosto de 2002, apresentou as ações educativas que foram desenvolvidas pelo núcleo de antropologia do IGPA. Segue abaixo uma síntese das principais atividades realizadas pela equipe responsável pela educação patrimonial:

a) Realização de Palestras:

Utilizando recursos audiovisuais (exposições de fotografias, fitas de vídeo e projeções de slides) como material de apoio, foram realizadas palestras no Centro Comunitário Vale dos Sonhos com os seguintes objetivos:

- conscientizar a comunidade em geral do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos;
- fornecer esclarecimentos sobre o material encontrado nos sítios;
- informar sobre a gestão do Patrimônio, ressaltando que a comunidade também é responsável pelo mesmo;
- capacitar os moradores à leitura e compreensão dos acontecimentos, situando-os em um mundo maior, que é o universo da cultura e da sociedade da qual fazem parte.

A primeira palestra, no dia 23 de junho de 2001, priorizou o tema voltado à conscientização da comunidade em geral. Utilizou-se como material de apoio uma fita de vídeo sobre sítios arqueológicos.

A segunda, em 25 de agosto do mesmo ano, tendo como apoio a projeção de 36 slides trouxe a temática: “Sítio arqueológico e sua realização com os acontecimentos no local”. Posteriormente abriu-se espaço para a realização de debate com os participantes.

b) Elaboração e distribuição de mala direta

Foi elaborado e distribuído à comunidade um texto explicando sobre o que se constitui a “Arqueologia no Vale dos Sonhos”: o que é um sítio arqueológico; porque preservar um sítio arqueológico; como preservar. (o modelo do texto consta como um dos anexos do relatório. Cf. ANEXO F).

c) Entrevistas e esclarecimentos junto aos moradores

1º) Seleção das quadras e lotes a serem visitados (priorizando entrevistar os moradores dos lotes em que as atividades arqueológicas estabelecidas pelo IPHAN estavam se desenvolvendo). Conforme o relatório, foram visitados naquele momento, 27 lotes.

2º) Elaboração do roteiro de entrevista e realização de entrevistas com os moradores. O roteiro teve por base sete itens:

1- Identificação do órgão realizador da pesquisa (UCG/IGPA); 2- Nome da pessoa entrevistada; 3- Nome do proprietário da casa; 4- Endereço; 5- Indagação sobre o grau de conhecimento dos moradores diante dos achados arqueológicos; 6- Indagação se o trabalho que estava sendo desenvolvido pelo IGPA/UCG tinha, de alguma forma, interferido na construção da casa dos moradores.

d) Visitas ao IGPA dos trabalhadores nas escavações do sítio arqueológico

Participaram da palestra e visita ao IGPA cinco trabalhadores contratados pela prefeitura municipal e que atuaram em todo o período da escavação do sítio, no dia 14 de setembro de 2001. A palestra focalizou a cultura dos grupos indígenas da região Centro-Oeste, tendo como apoio a projeção de 60 slides e a visita aos laboratórios onde o material arqueológico do Vale dos Sonhos estava sendo analisado. (Observa-se também que a esposa de um dos trabalhadores e seus três filhos pequenos também participaram dessa atividade).

e) Conclusões preliminares

Segundo o relatório, o trabalho de Educação Patrimonial realizado até aquele momento (no período de junho a setembro de 2001) havia obtido os seguintes resultados:

- despertado maior compreensão da população local para com o processo do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos;
- despertado o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando a auto-estima de seus moradores;

- despertado maior conscientização dos moradores quanto à responsabilidade dos mesmos, para com a preservação do patrimônio cultural ali encontrado.

Ainda conforme esse relatório parcial, “no que se refere ao trabalho de educação patrimonial, o trabalho terá continuidade, através da distribuição das cartilhas e intensificação das entrevistas, realização de palestras” (VIANA, MELLO e BARBOSA, 2002, p.24).

Em 2003, um artigo sobre o trabalho de educação patrimonial realizado no sítio Vale dos Sonhos²¹, chama a atenção à *Carta de Lausanne* de 1990, ressaltando que a participação do público deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico e que é necessário que o envolvimento das pessoas seja estimulado como forma de se alcançar a preservação. Deste modo, além dos trabalhos anteriormente previstos no projeto inicial, os pesquisadores levantam a possibilidade de se desenvolver, no Residencial Vale dos Sonhos, um programa de “turismo cultural com a implantação de um museu aberto”.

O artigo relata ainda a realização de outras atividades de educação patrimonial na comunidade tais como: apresentação de danças e músicas populares, buscando estabelecer o contato direto e enfocando a diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

Após esta fase, nota-se que o trabalho de Educação Patrimonial no sítio segue uma perspectiva mais ampla, onde o patrimônio da comunidade é também levado em consideração, assim (conforme o “Relatório Parcial do Projeto”,) outras entrevistas foram realizadas (Cf. ANEXO G), levantando os saberes e os fazeres da comunidade. O intuito então, era proporcionar na comunidade uma articulação entre ‘o seu saber-fazer’ e o patrimônio arqueológico local (que resultaria em comprometimento com a preservação), bem como ‘investigar sobre o interesse’ das pessoas sobre a futura implantação de um programa de turismo cultural²².

Ressaltando a continuidade dos trabalhos de educação patrimonial no referido conjunto habitacional é dito que:

²¹ Note-se que os trabalhos de educação patrimonial no sítio passaram a ser desenvolvidos pela equipe de arqueólogos do IGPA/UCG.

²² Observa-se, conforme o artigo publicado pelos pesquisadores em 2004 que o programa de turismo cultural não chegou a ser iniciado: “Para conduzir os estudos de viabilidade e de implantação de atividades turísticas no Residencial Vale dos Sonhos, o IGPA/UCG está estudando parcerias com o Departamento de Administração em Turismo da UCG e com a Agência Goiana de Turismo (AGETUR) do Estado de Goiás” (*op. cit.*, p. 69)

[...] estão sendo desenvolvidas duas frentes de formação: uma de educação formal, junto das escolas freqüentadas pelos moradores da comunidade, e outra, na própria comunidade [...]. O trabalho de educação formal está no início, tendo sido contatadas cinco escolas utilizadas pelos moradores do Vale dos Sonhos. Estão sendo elaboradas atividades como oficinas, palestras e exposições destinadas a um público infanto-juvenil, considerando também a presença dos professores. Tais atividades buscam sensibilizar os alunos para questões culturais, em especial sobre o patrimônio arqueológico, possibilitando maior conhecimento, interação, desenvolvimento e reflexão (VIANA, MELLO e BARBOSA, 2004, p. 63).

O presente estudo, portanto, pretende analisar o alcance do trabalho de Educação Patrimonial desenvolvido no “Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia-Go” e que foi realizado entre 2001 e 2003 (de forma não consecutiva) no Residencial Vale dos Sonhos por especialistas da Universidade Católica de Goiás. É também propósito dessa pesquisa analisar a compreensão do público – participante das referidas ações – acerca do patrimônio cultural arqueológico situado naquele local, bem como refletir sobre a valorização atribuída ao mesmo por tal população. É importante ressaltar, mais uma vez, que os trabalhos do Projeto de Educação Patrimonial analisados pela presente pesquisa não foram todos concluídos.

4.2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente trabalho privilegiou a busca de informações e de análises qualitativas, vale observar entretanto, que dados quantitativos também se apresentaram e foram fontes de análise.

A pesquisa caracterizada como do tipo qualitativa, tem como finalidade, conforme Chizotti (1998) e Rey (2002), retratar uma unidade ou uma situação particular, analisando-a em profundidade e reunindo informações e detalhes, com o objetivo de permitir uma compreensão mais abrangente da referida situação.

Segundo Chizotti (1998), esse tipo de pesquisa busca ressaltar os aspectos qualitativos dos fenômenos, desobrigando o pesquisador de adotar uma postura de neutralidade científica, pois tal modelo de pesquisa envolve a sua subjetividade, que assume uma parte fundamental na pesquisa qualitativa, visto que o conhecimento é construído na relação pesquisador-objeto pesquisado. Assim, esclarece o autor, “o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais” (CHIZOTTI, 1998, p.80).

De acordo com Rey (2002) essa totalidade, em pesquisas qualitativas, não se dá *a priori*, mas sim, posteriormente, quando permite a compreensão da realidade plurideterminada, diferenciada, interativa e histórica. Segundo Gaskell (2002, p. 70), “o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista”, sendo que a coleta de dados é executada sem considerar como cerne a quantificação.

Ferreira, Calvoso e Gonzales (2002, p. 249), reforçam essas concepções, ao observarem que “[...] as pesquisas qualitativas passam a ser mais valorizadas e a realidade estudada a ser considerada como um fenômeno cultural, histórico e dinâmico, experienciado e descrito por um pesquisador a partir de seu ato de observar”.²³

O tipo de estudo adotado neste trabalho pode ser caracterizado como um *estudo de caso* de caráter exploratório e descritivo, orientado para a investigação da relação entre a Educação Patrimonial realizada e a compreensão e valorização do Sítio Vale dos Sonhos como patrimônio cultural arqueológico pelo público residente naquele local.

A escolha desse tipo de pesquisa deu-se em virtude da riqueza de informações e possibilidades que abarca, sendo considerado por alguns autores como um dos mais relevantes. Conforme explica Triviños (1987) trata-se de um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e que permite ao pesquisador desvelar as diversas questões de uma determinada situação, possibilitando uma investigação que possa retratá-la de maneira mais fidedigna.

Rey (2002, p.167) salienta que, em termos da construção do conhecimento, o caso não é um elemento isolado, mas um momento de sentido no curso da produção teórica, “sua legitimidade é dada pelo que representa para a qualidade do processo teórico em desenvolvimento”. Nesse sentido, o estudo de caso encontra-se em intrínseca relação com a etnografia. Embora a concepção de Geertz (1978) de uma etnografia ‘densa’, não tenha sido a pretensão do presente trabalho, considerou-se o trabalho de campo realizado como um exercício etnográfico, conforme a definição de etnografia de Resende (2006, p.8), que a entende como

“um conjunto de métodos para pesquisa social que agrupa a análise de **dados empíricos selecionados sistematicamente** para a pesquisa, provenientes de contextos situados e de uma gama complexa de fontes [...]”. Entre os

²³ Faz-se necessário esclarecer mais uma vez que embora tenha se privilegiado a pesquisa qualitativa, no presente trabalho as informações quantitativas também foram processadas, tendo como objetivo caracterizar o perfil dos moradores, como por exemplo: idade, grau de escolaridade, sexo, naturalidade, etc. (Cf. capítulo 5).

métodos para coleta de dados etnográficos destacam-se a observação participante, as notas de campo, **a entrevista focalizada [...]**”(grifo nosso)

O estudo exploratório proporciona uma visão global e não um viés do problema e ainda contribui para a focalização das questões e outras fontes de dados. O estudo descritivo pretende descrever e conhecer a natureza do caso, sua composição e os processos que o constituem ou nele se realizam.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados no presente trabalho, foram análises documentais e entrevistas semi-estruturadas.

A análise documental é uma técnica de coleta de dados que possibilita o acesso a uma quantidade de informações factuais nos documentos a partir das questões de interesse e permite ao pesquisador compreender os princípios e normas que regem o fenômeno estudado e suas relações. Triviños (1987), Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (2000) afirmam que esse tipo de técnica reconstitui uma situação passada, serve de indicativo para outras técnicas e ainda reforça ou complementa dados já obtidos anteriormente. Segundo esses autores, considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, como livros, manuais, arquivos, jornais, relatórios entre outros.

No caso do presente trabalho, a realização da pesquisa documental considerou três aspectos: a escolha dos documentos, o acesso a eles e sua análise.

- Fontes Documentais

Os dados documentais utilizados no presente trabalho são de dois tipos: dados coletados por meio de pesquisa de campo realizada de abril a julho de 2006 e documentos acessados em arquivos diversos. Os arquivos do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás (IGPA/UCG) e da Sociedade Habitacional Cooperativa (SHC) serviram de auxílio para o delineamento da pesquisa e posterior seleção inicial dos entrevistados. Na primeira instituição foram obtidas cópias de alguns documentos como: o “Projeto e o Relatório Parcial do Projeto de Resgate do Sítio Arqueológico Vale dos Sonhos”, caderno de lista de presença dos participantes de uma das palestras de Educação Patrimonial realizada no Residencial Vale dos Sonhos. Na segunda, SHC, os documentos localizados foram consultados no local e, em geral trataram-se de documentos relativos ao processo de estruturação do residencial em loteamento urbano. No decorrer da pesquisa outros documentos, como artigos de jornais, foram localizados em outras fontes servindo também de estudo.

- Entrevistas

A entrevista, de acordo com Gil (1999) e Rey (2002), possibilita a coleta de dados mais profundos, relacionados à opinião dos entrevistados acerca de diversos aspectos, além da abordagem de temas complexos, que não se dão a conhecer por meio de outros instrumentos.

Foi realizado um piloto da entrevista para checar a compreensão das questões que compunha seu roteiro. Os moradores do Residencial Vale dos Sonhos foram abordados em suas residências recebendo esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos e procedimentos e consultados quanto ao aceite em participar do estudo. As entrevistas foram realizadas com o compromisso de sigilo a respeito da identidade dos sujeitos e gravadas com a permissão deles. A gravação ocorreu livremente, sem tempo predeterminado (Cf. modelo roteiro da entrevista ANEXO H).

Em uma das questões da entrevista, foram utilizados dois objetos como recurso metodológico para abordagem de um dos temas investigados, sendo o primeiro um artefato arqueológico – um instrumento lítico do tipo machado, e o segundo, uma foto da urna funerária encontrada no sítio Vale dos Sonhos. (Cf. fotos desses materiais: ANEXO I e B, respectivamente).

A seleção dos entrevistados baseou-se inicialmente em dados documentais localizados na SHC que indicavam, dentre os associados da mesma, quais moradores do Residencial Vale dos Sonhos, especificamente os residentes entre as quadras 5 e 17 – quadras em que os lotes haviam sido embargados –, haviam participado das ações educativas desenvolvidas no “Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia - Go”, complementando as informações obtidas no IGPA.

Posteriormente foi realizado *in locu* um levantamento do número de lotes existentes nessas quadras específicas, verificando nas casas construídas e habitadas, se o nome do morador ‘selecionado’ coincidia com o habitante atual (ANEXO J)²⁴. Esse procedimento foi realizado devido a constatação no decorrer desse trabalho, que muitos dos sujeitos que constavam na lista de frequência (documento obtido no IGPA) ou na lista de moradores localizada na SHC, não mais residiam no bairro, sendo que em alguns casos, nem havia construção de casa em seus lotes.

²⁴ Cf. ANEXO J, quadro com o referido levantamento feito pela presente pesquisa.

A seleção dos entrevistados seguiu-se se baseando em abordagens diretas aos moradores em suas residências, levantando inicialmente o período que começaram a habitar no bairro e sua participação no projeto de educação patrimonial.

Os sujeitos que compuseram a ‘amostra’ final da qual a pesquisa se ocupou totalizaram vinte pessoas do Vale dos Sonhos, residentes entre as quadras 05 e 17 e que participaram das ações de Educação Patrimonial entre 2001 e 2003. As tabelas 1 e 2 a seguir, apresentam alguns dados relevantes:

Tabela 1- Relação do total de pessoas das quadras 05 a 17 que participaram das ações educativas X Residentes atualmente no Vale dos Sonhos X Não-residentes atualmente no Vale dos Sonhos.

Descrição	Quantidade	Porcentagem
Moradores das quadras 05 a 17 listados como participantes das ações educativas entre 2001 e 2003	44	100,00 %
Pessoas listadas como moradoras das quadras 05 e 17 como participantes das ações educativas entre 2001 e 2003 que não residem no Vale dos Sonhos atualmente	22	50,00%
Pessoas listadas como moradoras das quadras 05 e 17 como participantes das ações educativas entre 2001 e 2003 que residem no Vale dos Sonhos atualmente	22	50,00%

Tabela 2- Relação do total de pessoas das quadras 05 a 17 que participaram das ações educativas que residem atualmente no Vale dos Sonhos X moradores dessas quadras que participaram das ações educativas e que foram entrevistados pela presente pesquisa

Descrição	Quantidade	Porcentagem
Pessoas listadas como moradoras das quadras 05 e 17 como participantes das ações educativas entre 2001 e 2003 que residem no Vale dos Sonhos atualmente	22	100,00%
Pessoas listadas como moradoras das quadras 05 e 17 participantes das ações educativas entre 2001 e 2003 que residem no Vale dos Sonhos atualmente e que não foram entrevistadas na presente pesquisa	02	9,09%
Pessoas listadas como moradoras das quadras 05 e 17 participantes das ações educativas entre 2001 e 2003 que residem no Vale dos Sonhos atualmente e que foram entrevistadas na presente pesquisa	20	90,9%

Observa-se que dentre os quarenta e quatro moradores das quadras 05 a 17 que participaram as ações educativas, um total de vinte e dois não residem atualmente no Vale dos Sonhos. Dentre os outros vinte dois residentes nos lotes dessas quadras do Vale dos Sonhos e participantes das ações educativas entre 2001 e 2003, vinte foram entrevistados. Desse modo, a presente pesquisa alcançou uma amostra de 90,9% do universo selecionado disponível. Os entrevistados apresentam-se com idade superior a 17 anos e com diversidade no nível de escolaridade, e também estado civil e tipo de atividade profissional variados, características que tornaram, assim, a seleção da amostragem representativa. Ressalta-se que dentre estes, quatro sujeitos haviam trabalhado como ajudantes na escavação do sítio (“Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia – Go”).

A presente pesquisa de campo foi realizada no período de quatro meses, em semanas e dias não consecutivos, e, o estabelecimento da quantidade de participantes foi fundamentado em estudos de diversos autores, entre eles Rey (2002), que considera que o conhecimento científico, a partir do ponto de vista qualitativo, não se legitima pela quantidade de sujeitos a serem estudados, mas pela qualidade de sua expressão. Segundo o autor: “O número de sujeitos a serem estudados responde a um critério qualitativo, definido essencialmente pelas necessidades do processo de conhecimento que surgem no curso da pesquisa” (Rey, 2002, p. 35). A esse respeito Gaskell (2002) salienta que ao se buscar esse tipo de pesquisa, deve-se estar ciente que seu objetivo real não é contar o número de pessoas ou de opiniões, e sim, contrariamente a isso, explorar as representações diversas a respeito do assunto em questão. Desse modo, em um meio social específico, o que se interessa em descobrir do assunto em questão é a variedade de pontos de vista, e, mais “especificamente o que fundamenta e justifica estes diferentes pontos de vista” (GASKELL, 2002, p. 68).

As entrevistas foram realizadas de forma individual, em data e horário escolhidos pelos moradores. Após o término das entrevistas foram realizadas suas transcrições, observando as indicações de Gill (2002) que afirma:

Uma boa transcrição deve ser um registro tão detalhado quanto possível do discurso a ser analisado. A transcrição não pode sintetizar a fala, nem deve ser “limpada”, ou corrigida, ela deve registrar a fala literalmente, com todas as características possíveis da fala (GILL, 2002, p.251).

Posteriormente à transcrição, as entrevistas foram analisadas de acordo com a técnica da análise gráfica do discurso, desenvolvida por Sílvia Lane (1985), com o objetivo de levantar os núcleos de pensamento, as unidades de significação, o sentido e a compreensão do discurso expresso nas entrevistas construídas no espaço social ocupado pelos entrevistados.

- Análise das Entrevistas – *análise de discurso*

Segundo Gill (2002, p. 244) a “análise de discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas”²⁵. Embora não haja uma definição e metodologia únicas nesse tipo de análise, Gill (*op. cit*) afirma que as perspectivas das diversas disciplinas que a utilizam convergem que suas características implicam em: postura crítica com relação ao conhecimento dado; reconhecimento de que a compreensão do mundo é relativa, histórica e culturalmente específica, determinada pelos processos sociais; compromisso com o modo de abordar o conhecimento relacionando-o às ações e práticas sociais.

Ao propor a ‘análise gráfica do discurso’ para a análise dos discursos, Lane (1985) tinha como preocupação evitar a fragmentação do discurso mediante o corte em temas. A análise do discurso elaborada por ela tem por fundamentação teórica os estudos sobre a linguagem de Vygotsky, (iniciados na década de 20), compreendendo a linguagem e as emoções como as duas mediações fundamentais na constituição do indivíduo.

Segundo Lane (1985), um discurso mais longo e completo permite analisar as contradições, os aspectos ideológicos, as relações estabelecidas com os domínios da realidade e as características da pessoa: seu grupo social, suas atividades e sua história pessoal. Conforme essa autora, a análise gráfica do discurso é uma técnica que busca estabelecer graficamente os núcleos de pensamento, seguindo uma continuidade e utilizando a seqüência dos números para cada “unidade de significação”, que retorna ao discurso com novos significados (Lane, 1985, p.8).

²⁵ Cardoso (1986) em seu texto denominado ‘Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método’, observa que nos anos setenta, sob a opressão do regime militar os intelectuais do Brasil continuavam a interpretar a realidade brasileira influenciados pelos pilares mais amplos da prática marxista contrapondo-se às teorias e métodos positivistas. Nesse período, conforme a autora (*op. cit*, p. 100), “a forte presença do estruturalismo em nossa cena intelectual [...] contribuiu para uma maior sofisticação da análise de discursos [...]”

Os pressupostos que orientam a técnica, de acordo com Lane (1985), são:

- não fragmentar o discurso, pois qualquer critério utilizado já traz em si uma interpretação externa;
- em consequência, as relações entre os “significantes” devem ser mantidas constantes;
- o discurso, produto da interação entre pensamento e linguagem, se processa em espiral, havendo, assim, retornos e avanços, semelhanças e diferenças;
- este movimento em espiral caracteriza significações centrais e periféricas.

Macêdo (1999) complementa que a análise do discurso é realizada identificando-se e enumerando-se as unidades de significação (palavras ou frases resultantes da pergunta feita ao sujeito) na seqüência do relato dos participantes. São observadas as unidades de significação que se assemelham para agrupá-las com base nas repetições dos sujeitos. Dessa forma, à medida que o gráfico é elaborado, o discurso se reproduz graficamente de forma que as setas enumeradas nos diagramas indiquem a relação e a seqüência do discurso, possibilitando a leitura da entrevista tal como foi produzida.

Para uma melhor compreensão da metodologia de análise utilizada, segue abaixo uma demonstração detalhada da técnica de análise gráfica do discurso, realizada a partir das entrevistas com moradores do Vale dos Sonhos. São apresentados trechos da fala de alguns entrevistados. Visto que alguns tipos de discurso se assemelham em alguns casos, não se fez necessário utilizar as respostas de todos os sujeitos para a construção de alguns gráficos. É importante notar nas leituras dos depoimentos, que cada um dos vinte sujeitos entrevistados foi caracterizado por “S”, para preservar a identidade dos participantes. Eles são citados e apresentados no presente trabalho como: sujeito um “S. 01”, sujeito dois: “S. 02” e assim sucessivamente. (Cf. Quadro Caracterização individual dos sujeitos entrevistados ANEXO K).

Observa-se, ainda que, no capítulo seguinte, referente à discussão e análise de resultados, são apresentados os gráficos gerados pelas análises dos discursos dos sujeitos diante das perguntas: 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 25a, 25b, 25c, 30 e 33 (Cf. roteiro da entrevista: ANEXO H), bem como os produzidos pelas respostas das perguntas de 01 a 08, relativas aos dados sociodemográficos e expostos em gráficos estatísticos.

O gráfico da análise do discurso apresentado, como exemplo, após os depoimentos abaixo refere-se a uma das questões da entrevista – a de número 29.

A pergunta feita aos participantes das ações educativas foi: “Você sabia que existe lei que protege esse tipo de objeto e sítio arqueológico? ”. Seguem abaixo as transcrições das respostas dos entrevistados:

Não sei não (S. 01)

Sabia não (S. 02)

Não sabia não (S. 05)

Não. Não sei. Não tenho conhecimento. Sei que embargou, mas não sei se foi pela associação... de vez em quando aparecia a placa de embargo pela associação pela inadimplência do proprietário. Mas nesse caso não sei quem embargou (S. 06)

Eu não sei (S. 11)

Sei não (S. 08)

Sei... pra você [...].se não tivesse essas pessoas morando aqui, tinha que ficar pra estudo, né? ...tinha que ficar pra estudo aqui, né?...(S. 03)

Sei sim... olha, eu já ouvi falar, eu tenho conhecimento disso, não algum especificamente né? mas eu ouvi falar, eu acredito que tem lei que protege, num é possível, né? (S. 04)

Tem, tem sim. Já ouvi falar que tem, mas agora o qual eu não sei. Não sei se é a universidade, né? É universidade que fala? Não sei se é a universidade que proteja... é a Funai? Não sei...(S. 07)

Lei tem, né? Tem a lei que protege. Eu sei através do próprio pessoal daqui, porque inclusive se mexesse chamava a polícia, a polícia federal. Então tem que ter a lei que protege, não é? Agora eu não sei exatamente qual é (S. 15)

Sei. Sei que pega essas peças pra levar pro museu, pra mostrar depois, fazer palestra pra explicar pras pessoas (S. 13)

Sei sim. Tava embargado, você não pode desrespeitar ... [...] você não tem jeito de desrespeitar: tá embargado, tá embargado, aí não tem jeito... Aí eles liberaram (S. 14)

Sei, já ouvi falar que tem muitos que protege esses lugar assim. No tempo mesmo que acharam aqui, o povo mesmo da Aldeia do Vale disseram que ia ficar com isso aqui, ia comprar terreno ... pra fazer não sei o quê aqui... pra cercar e fazer não sei o quê aqui. Eu ouvi falar que o povo da Aldeia do Vale tinha raiva disso aqui. Que eles mora ali e ia ficar perto da gentinha. Então gentinha é os pobre! Mas quantas pessoa que tem condição que mora aqui! (S. 09)

Eu ouvi falar. Inclusive na época eles queriam até embargar tudo isso aqui, tirar tudo isso aqui (S. 10).

Sei que tem, pois quando embargou, ninguém tinha autorização pra cavar ou construir. Uma vez deu até polícia. Só o pessoal do IGPA tinha autorização para fazer a pesquisa.(S. 17)

Sei. É o IPHAN. E o IPHAN é o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico (S. 18)

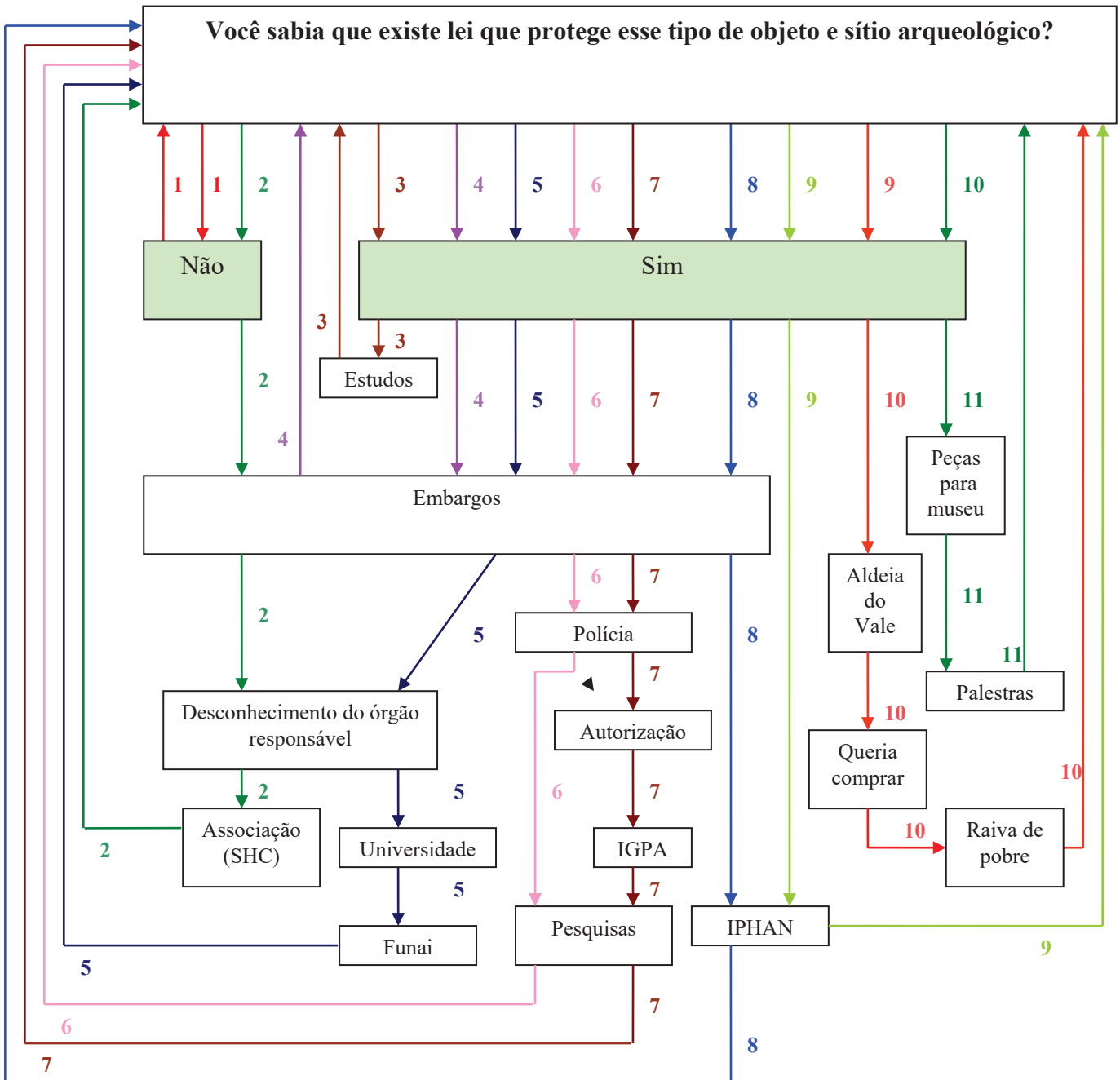
Sei uai! Eles embargaram aqui, dizia que ia mandar a polícia se construísse, se nois fosse cavar. Tinha que esperar eles terminar as pesquisa [...] (S. 16)

Existe, existe. Nós sofremo demais com esse pessoal aí por causa de vocês dessa pesquisa (risos). Depois que acabou é que acalmou (S. 19)

Eu sei que existe. Inclusive teve uma área que quando a gente foi trabalhar pras banda de Anápolis, tinha um rapaz trabalhando de trator, arando terra. A gente chegou lá pra fazer esse trabalho nessa área da fazenda e aí embargou. O dono disse que se alguém invadissem era pra botar cachorro, ou mesmo até matar [...]Depois que eles fizeram essa ligação lá, pro IPHAN, não sei ... aí conseguiu fazer o trabalho de pesquisa todinho (S. 20)

Nos gráficos são representados os núcleos de pensamento, ligados por setas numeradas (e de cores diferentes de acordo com o número) ao núcleo induzido, que refere-se à ideia principal contida em cada pergunta da entrevista, e dos núcleos de pensamento vinculam-se as unidades de significação, como o ilustrado a seguir. No gráfico utilizado como exemplo, emergiram dois núcleos de pensamento: *sim* e *não*.

Gráfico 29 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Você sabia que existe lei que protege esse tipo de objeto e sítio arqueológico?”



Observa-se que dos núcleos de pensamento emergiram respostas que se desenvolveram com significações diversas. A maioria dos discursos que negam o conhecimento acerca da legislação retorna ao núcleo induzido diretamente, entretanto, no depoimento de um dos sujeitos emergem as unidades de significação *embargo*,

desconhecimento do órgão responsável e Associação. Por sua vez, o núcleo de pensamento *sim* retoma diversas unidades de significação, tais como: *embargo, polícia, pesquisas, IPHAN, IGPA, Aldeia do Vale e peças para museu.* Nota-se que a medida de embargo é de maior representatividade nos discursos dos entrevistados, embora tenham emergido também a importância do sítio e dos objetos arqueológicos para o conhecimento científico e a preservação mediante ao respeito de normas proferidas por órgão federal.

O mesmo procedimento foi realizado para as perguntas 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 16, 17, 19, 20, 25a, 25b, 25c, 30 e 33.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

[...] son las ideas, las creencias y los significados
que se interponen entre la gente y las cosas
(HODDER, 1988, p. 15)

1 – DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados apresentados neste trabalho têm por base as diversas teorias discutidas nos capítulos 1, 2 e 3. Embora o foco dessa pesquisa não seja ‘análise quantitativa’, no intuito de caracterizar um breve perfil sociodemográfico, serão expostos, em um primeiro momento, dados estatísticos com referência à ‘amostra’ de sujeitos selecionados. Posteriormente, serão exibidos esquemas gráficos do discurso dos entrevistados (metodologicamente construídos conforme a descrição detalhada no capítulo sobre método), seguidos das análises dos resultados encontrados.

O formulário para a entrevista (Cf. ANEXO H) foi composto por 33 perguntas, que podem ser agrupadas em duas grandes classes:

1^a) Perguntas de 01 a 08 referentes às informações que poderão auxiliar a composição do perfil sócio-demográfico. Os dados foram quantificados e sua inserção nesse trabalho justifica-se em caracterizar o perfil da população estudada: idade, escolaridade, sexo, atividade profissional, naturalidade, tempo de residência no Vale dos Sonhos e último local que residiu;

2^a) Perguntas de 09 a 33, que para efeito da coleta dos dados e análise dos resultados, foram classificadas em quatro categorias:

Categoria I – Memória/Passado: essa categoria foi estruturada buscando elementos relacionados à memória/lembrança/sentimento dos entrevistados em relação ao espaço habitado por eles no passado (perguntas números 09 a 12).

Categoria II – Vale dos Sonhos / Presente / Memória / Passado recente: com base nas respostas dessa categoria buscou-se identificar as relações dos entrevistados com o espaço em que moram: o Vale dos Sonhos (perguntas números 13 a 16).

Categoria III – Arqueologia/Patrimônio: buscou-se compreender nessa categoria a relação dos entrevistados com a pesquisa arqueológica realizada no Vale dos Sonhos,

assim como se dá a representação da arqueologia para os sujeitos pesquisados (perguntas números 17 a 29).

Categoria IV – Patrimônio Cultural: essa categoria foi estruturada buscando a compreensão do processo de construção do significado de patrimônio cultural pelos entrevistados (perguntas números 30 a 33).

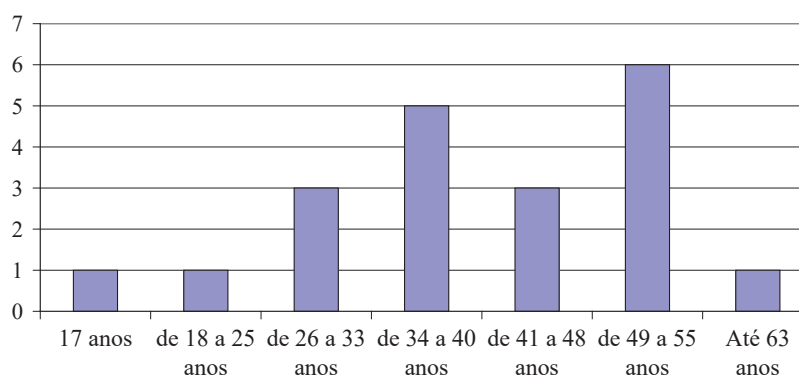
Ressalta-se que, como essas perguntas eram abertas, algumas não geraram gráficos, entretanto, quando necessário, elas foram adicionadas às análises. Conforme já indicado também no capítulo quatro, serão expostos os gráficos – de acordo com a já citada ‘análise gráfica do discurso’ – relativos aos discursos produzidos pelos entrevistados diante das perguntas: 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 25a, 25b, 25c, 30 e 33. No intuito de facilitar o entendimento, os gráficos mantiveram a mesma numeração das perguntas.

CARACTERIZAÇÃO DOS SELECIONADOS - Dados Sociodemográficos:

A seleção dos participantes se processou a partir dos levantamentos já citados no capítulo quatro.

No que se refere à idade, a maioria da população pesquisada tem idade entre 49 e 59 anos. As faixas etárias menos representativas foram dos indivíduos com idade entre 17 e 25 anos e aqueles entre 55 e 63 anos, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

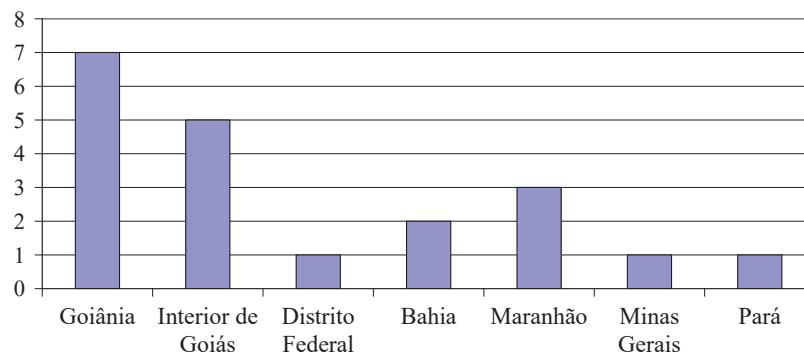
Gráfico 1 - Idade dos moradores



Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

A maioria da população pesquisada é natural do Estado de Goiás (60%), seguindo-se a representatividade maior pelos Estados do Maranhão e Bahia.

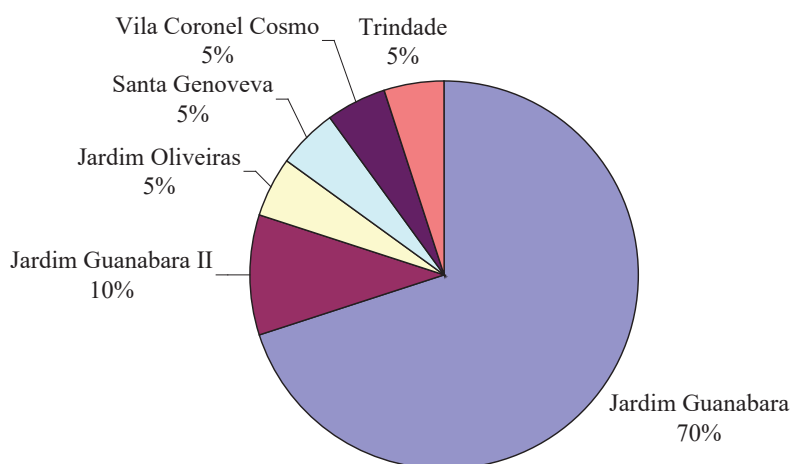
Gráfico 2 - Naturalidade dos moradores



Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Em relação ao último local de moradia, observa-se que a grande maioria é proveniente da própria cidade de Goiânia, em especial do Jardim Guanabara, o que representa 80% do total dos entrevistados.

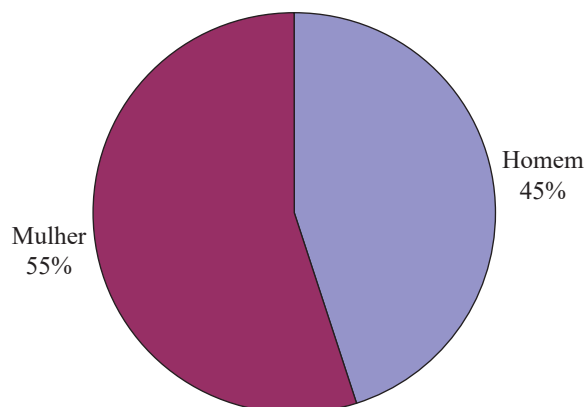
Gráfico 3 - Último local de moradia



Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Quanto ao gênero, embora tenha havido uma pequena diferença, a maior representatividade dentre os vinte entrevistados se deu entre as mulheres, sendo 55% mulheres e 45% de homens.

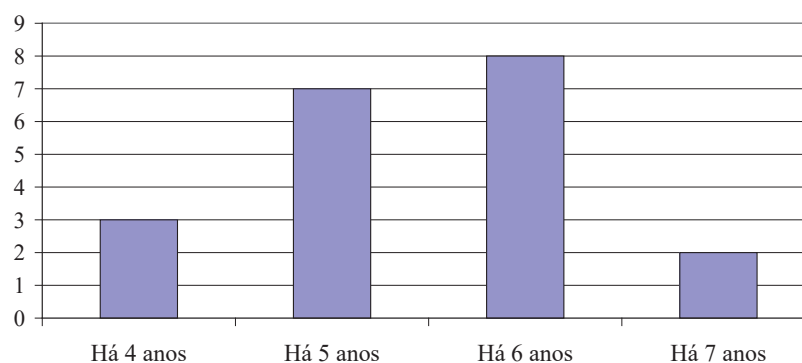
Gráfico 4 – Sexo



Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Sobre o tempo de habitação no residencial Vale dos Sonhos, observa-se que somente dois moradores residem no local há sete anos. A maior representatividade está entre aqueles que lá habitam há seis anos, seguida pelos que moram há cinco e quatro anos. Esses dados indicam que todos os entrevistados já residiam no Vale dos Sonhos na época da realização do projeto de resgate do sítio arqueológico, reforçando o motivo da inclusão desses sujeitos na presente pesquisa.

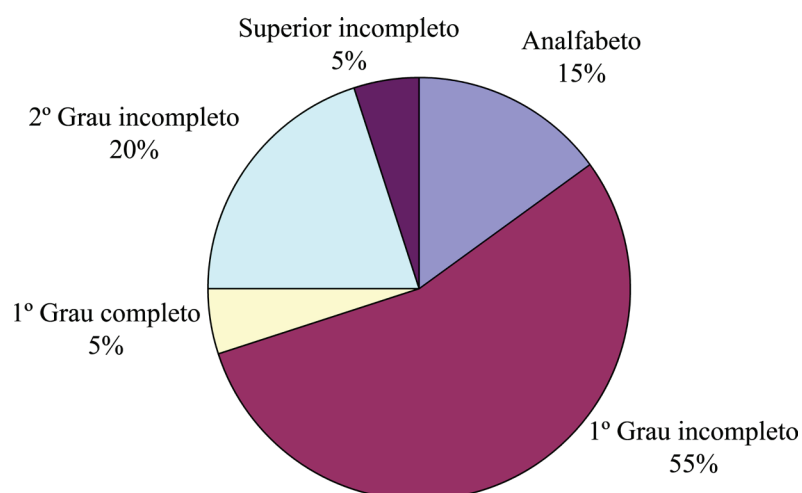
Gráfico 5 – Tempo de moradia no Vale dos Sonhos



Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Quanto à escolaridade, a maior parte dos entrevistados possui o primeiro grau incompleto, seguida por aqueles que têm o segundo grau completo. Entretanto, somente um dos entrevistados tem nível superior – curso em andamento, correspondendo a 5% da população pesquisada. Por sua vez, os que não são alfabetizados correspondem a um percentual significativo (15%).

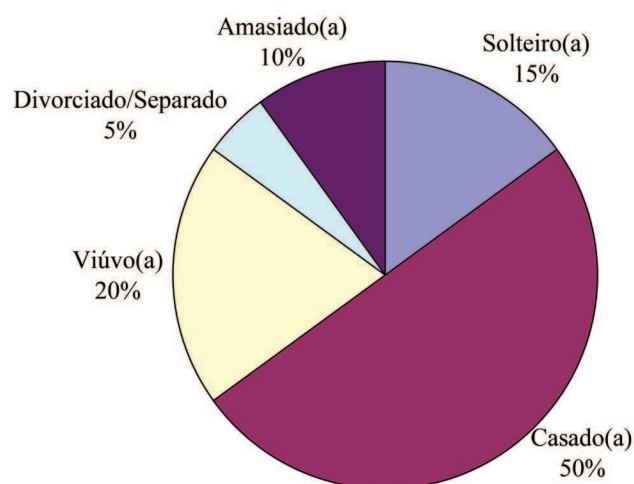
Gráfico 6 – Grau de escolaridade dos moradores entrevistados



Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

No que se refere ao estado civil, aqueles que se declararam casados encontram maior representatividade entre os entrevistados dessa pesquisa.

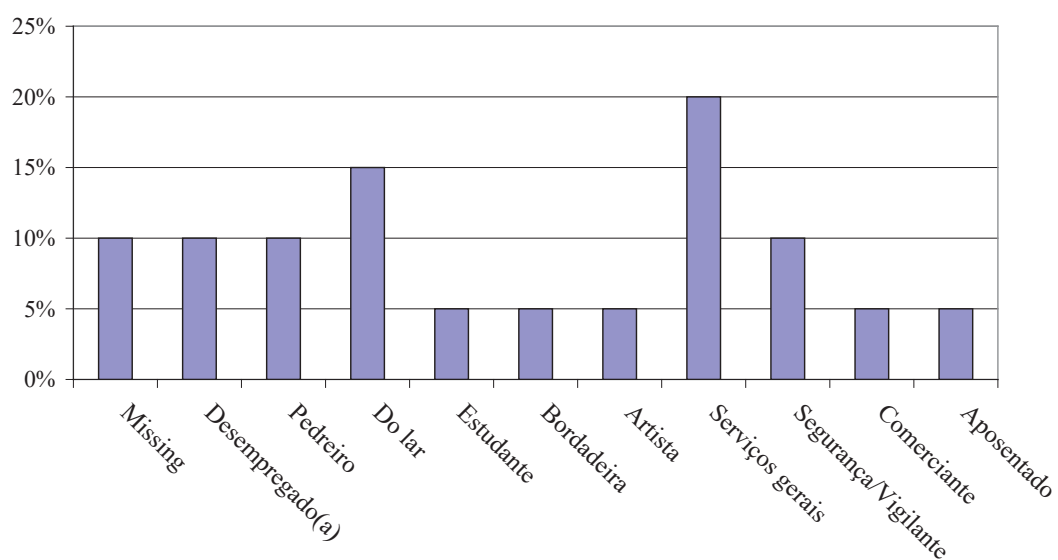
Gráfico 7 – Estado Civil



Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Quanto à profissão, há grande diversidade entre os sujeitos entrevistados: pedreiro, do lar, bordadeira (em fábrica de colchões), serviços gerais, artista, segurança/vigilante, comerciante. Nota-se ainda a caracterização de aposentado e desempregado. A maior representatividade dessa categoria é a de serviços gerais, especificamente os que declaram que realizam trabalhos ‘braçais’.

Gráfico 8 – Profissão dos moradores

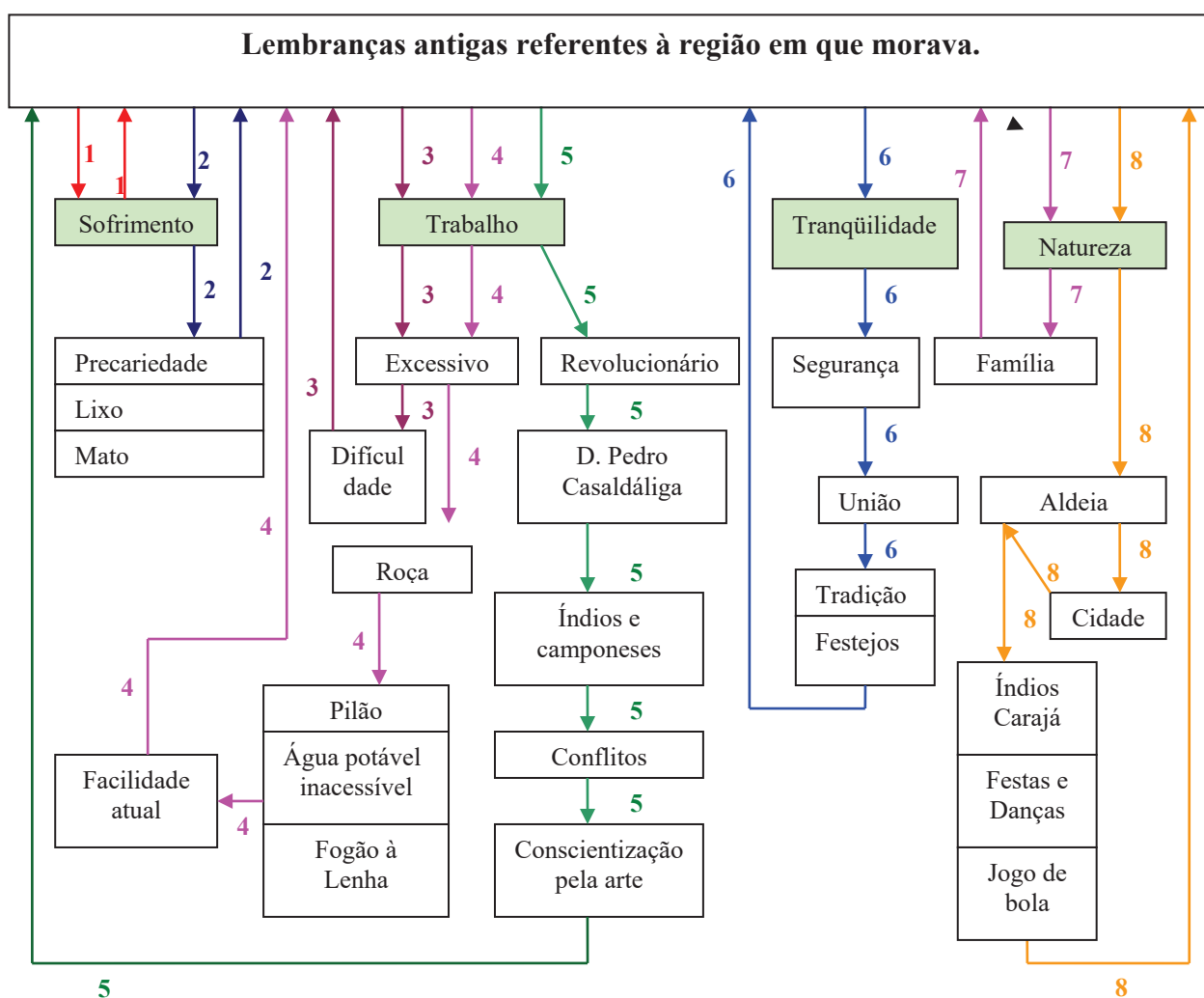


Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Após a caracterização dos participantes, apresentar-se-ão os gráficos do discurso, de acordo com as categorias I, II, III e IV, conforme já informado anteriormente.

CATEGORIA I - Memória/ Passado

Gráfico 9 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Qual a lembrança mais antiga que você tem da cidade ou da região em que morava?”.



Diante do núcleo induzido: “Qual a lembrança mais antiga que você tem da cidade ou da região que morava?” emergiram os núcleos de pensamento: *sofrimento*, *trabalho*, *tranquilidade/sossego* e *natureza*. Observam-se nas respostas dos entrevistados, de um lado, aquelas que se referem às dificuldades vivenciadas e, de outro, as que trazem lembranças positivas (gráfico 9).

Algumas falas dos participantes²⁶ a seguir podem ilustrar o núcleo de pensamento *sofrimento* lembrado em relação à região em que o entrevistado já havia morado:

Lá no Maranhão e no Pará o que eu me lembro é só de sofrimento (S. 19)

Só sofrimento, uai! Lá em Brasília, onde fica o presidente era o antigo lixão – era só o lugar de colocar lixo, lixo de hospital de tudo. Ali não existia nada, só mato e lixo. Então eu tenho umas lembrança assim... mas ô lugarzim de sofrimento! Lá nós sofremo um bocado (S. 15)

No que se refere ao núcleo de pensamento *trabalho*, observam-se lembranças em relação às dificuldades vivenciadas, remetendo, inclusive, para dois dos entrevistados, aos aspectos do excesso do mesmo. Para outro, além da unidade de significação *excessivo*, as condições do trabalho no passado eram de pouco conforto comparadas aos dias atuais. Entretanto, nota-se que, para um outro sujeito, esse mesmo núcleo de pensamento aparece trazendo lembranças das pessoas com as quais conviveu – líder religioso, índios, camponeses – e de seu envolvimento e interferência nos conflitos oriundos da luta pela terra. Eis alguns trechos das entrevistas que exemplificam a emergência diversificada do núcleo de pensamento *trabalho*:

Lá a gente trabalhava muito...era difícil (S. 05)

O que eu lembro lá, a gente mexia era com roça, era trabalhar demais, né? Então isso fica direto na minha mente – que é o tanto que a gente trabalhou. Porque ali era arroz socado no pilão, era... água buscada longe...fogão de lenha – a gente buscava lenha longe, amarrava em cima da cabeça e trazia pra casa...então isso aí é o que a gente nunca esquece – o tanto que a gente trabalhou quando era menina, a dificuldade que era e a facilidade que é hoje, né? E ainda continua que eles reclama. Buscava água longe, lavava roupa em córrego, socava arroz no pilão, é o que a gente nunca esquece (S. 01)

No Araguaia, na região norte do Mato Grosso, na Prelazia, pelo fato de ter um trabalho ... lá a gente teve um contato através de Dom Pedro Casaldáliga, um trabalho meio... um trabalho revolucionário, junto com os camponeses, os índios... então a gente teve um contato muito forte na região na época de conflito e que bom que a gente através da arte – sempre usou a arte como ferramenta mediadora, um trabalho de conscientização da população. A região do Araguaia é muito marcante no Mato Grosso (S. 06)

²⁶ Lembrar, conforme foi esclarecido no exemplo do gráfico 29 apresentado no capítulo quatro, que, para preservar a identidade dos participantes, cada um dos vinte sujeitos entrevistados foi caracterizado por “S”, sendo seus depoimentos identificados no presente trabalho como: sujeito um (S. 01), sujeito dois (S. 02) e assim sucessivamente.

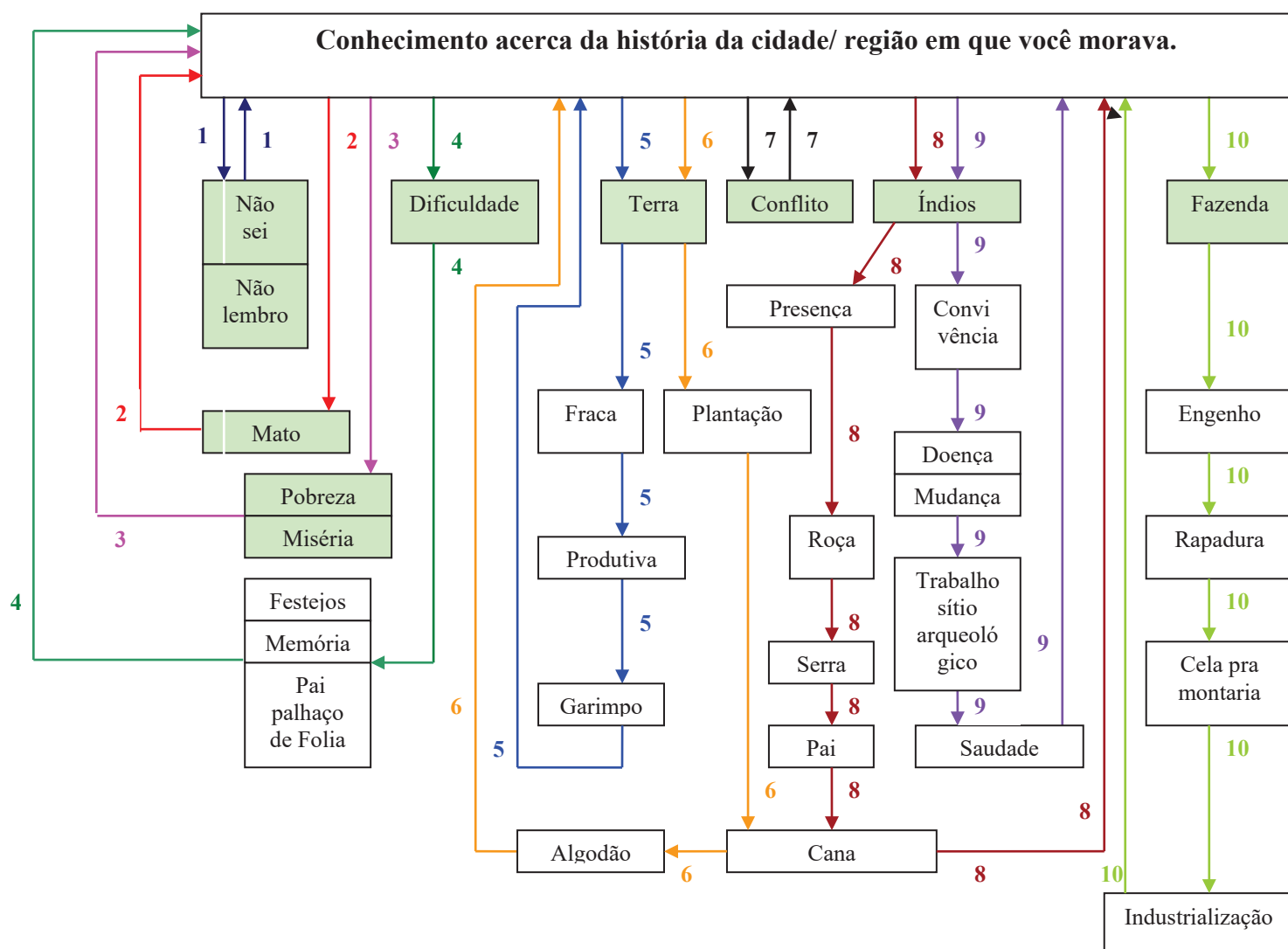
Do núcleo de pensamento *tranquilidade* surgiram do discurso de um dos entrevistados as unidades de significação: *segurança, união, tradição e festejos*. Já o núcleo *natureza* emergiu dos relatos de dois entrevistados associado às unidades: *família, aldeia, cidade, índio Carajá, festas e danças e jogo de bola*. A emergência dos núcleos de pensamento citados pode ser observada nos seguintes trechos dos discursos dos entrevistados:

É um lugar onde tinha muito sossego, né, muito tranqüilo pra se viver, é... menos...é, menos vício, menos roubo, essas coisa, era um lugar bem mais tranqüilo [...] valoriza até hoje – as festas, a festa da padroeira, as novena, a participação, a renda – as pessoas tanto participava como fazia doações. E então era uma comunidade muito unida, né, as pessoas sai de longe pra ir. Uma coisa de tradição que eu lembro lá, que agora me veio a lembrança, é a folia, né, a folia de santo reis, a folia que tinha na região é uma coisa muito boa que tinha lá (S. 02)

Ah.. o que eu gostava mais era de ficar na beira lago, um lago muito bonito. Eu gostava de ficar lá. Eu sinto muita falta disso. Da casa da minha mãe...Minha família mora lá. Só mora eu e meu irmão aqui. O resto mora tudo lá. São 6 irmãos...É .. que a gente ficava.... lá tinha um lago muito bonito..e a gente ficava lá, beira lago, olhando, sabe? de noite...era muito bom! (S. 03)

Lembro da floresta de lá, área verde. A gente todo ano ia também na aldeia. Da minha cidade até lá na aldeia era quarenta e oito quilômetro – todo ano eles convidava a gente pra ir pras festa de lá. Primeiramente tinha as festa deles, que eles mesmo que inaugura, né. Depois que eles faz aquelas dança deles, aí eles libera pras pessoas dançar. A gente ia, jogava bola com eles. Era dos índios Carajá... nós convivia com eles. Quase todo final de semana eles ia jogar bola lá na minha cidade e a gente jogava bola lá na aldeia deles. Lá era uma vilazinha bem pequena (S. 20)

Gráfico 10 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “O que você conhece da história da cidade/ região em que morava?”



No gráfico 10, diante do núcleo induzido: “O que você conhece da história da cidade/região em que morava?”, emergiram os núcleos de pensamento: *não sei/não lembro*, *mato*, *pobreza/miséria*, *dificuldade*, *terra*, *conflito*, *índios* e *fazenda*. Observou-se que os dados diferem de acordo com as regiões em que os entrevistados viveram, bem como os tipos de vivências que tiveram nas mesmas.

Nota-se que diversos sujeitos manifestaram a ‘não-lembrança’ e o ‘não-saber dizer’ sobre a história da região em que viveram, como pode ser visto nos depoimentos abaixo:

Não me lembro não... tem, mas eu não me lembro agora (S. 03)

Isso eu não sei dizer... não me lembro assim pra dizer... (S. 19)

Não sei explicar não (S. 05)

Ah... não sei informar... (S. 04)

Da história de lá não sei falar bem não.... (S. 12)

Não sei bem contar disso não (S. 15)

Esses relatos sugerem algumas interpretações: podem revelar uma inadequação do uso do termo ‘história’ contido na pergunta, que talvez tenha inibido as articulações do pensamento dos entrevistados; podem indicar, de certa forma, um veto sobre o passado por meio do esquecimento; mas podem também expressar a reflexão acerca do próprio passado – e a utilidade ou a necessidade de se falar sobre ele – implícito no relatar a ‘história da região’ em que o sujeito habitava.

Essa última interpretação sugerida encontra respaldo em Pollak (1989), que afirma que, no decorrer das entrevistas por ele realizadas, as dificuldades e bloqueios surgidos raramente eram oriundos de brancos de memória ou de esquecimento. Para o autor (*op. cit.*, p. 13), essas dificuldades dos entrevistados originavam-se justamente “de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado”.

Os discursos dos demais sujeitos participantes da atual pesquisa apontam para as diferenças de suas próprias ‘histórias’ nas regiões em que viveram.

Os núcleos de pensamento *mato* e *pobreza* indicam histórias de vida contextualizadas em regiões de escassez de recursos. Os trechos de entrevista a seguir exemplificam tal situação:

Era uma região muito pobre, muito... miséria total (S. 08)

Uai, no começo lá era tudo mato mesmo, como eu falei... (S. 10)

Entretanto, pode-se observar que para outros sujeitos as ‘histórias’ da região em que viveram não se configuram somente em aspectos negativos.

O sujeito que apresenta o núcleo de pensamento *dificuldade* revela que, embora a sobrevivência não tenha sido fácil, havia na região diversos festejos religiosos, os quais são guardados na memória como boas lembranças, como, por exemplo, os festejos de Folias de Reis, que são lembrados em detalhes, relatando inclusive que seu pai tinha sido um ‘Palhaço de Folia’ por muitos anos. Segue seu depoimento:

Da história de lá difícil de dizer... eu sei é que a gente passou por muita dificuldade. A gente sobreviveu lá. Mas tinha uns festejo, coisas folclóricas, Folia de Reis, festejo de São Pedro, de Santo Antônio, tudo a gente comemorava. É coisa que a gente guarda na memória. O meu pai foi palhaço de Folia muito tempo – porque na Folia tem um palhaço, um casal, né? Ele foi um palhaço. A gente tem esse prazer de ter essas coisas folclóricas guardadas na mente da gente, né? (S. 18)

No núcleo *terra* emergiram as unidades de significação *fraca* para um sujeito e para outro a unidade *plantação*. Para o primeiro, a terra não era considerada como primeira unidade básica de produção econômica – as atividades de garimpo são realçadas pelo entrevistado. Já para o segundo, a qualidade da terra é exaltada em seu relato, detalhando as produções provenientes dela – algodão e cana-de-açúcar, bem como enfatiza a importância dela na sobrevivência econômica da família. Seus depoimentos:

A história da região de lá, é uma região fraca, uma região de terras fracas, mas produtivas – por mais que seja uma terra fraca era boa pra produzir alimento – e o que mais chamava atenção na pequena cidade lá era o garimpo. Era o garimpo que fazia o movimento maior lá (S. 02)

Era terra de algodão. Panhava algodão pra sobreviver. Até hoje, as outras que tá lá...é algodão e cana (S. 16)

O núcleo de pensamento *conflito* emergiu reforçando o discurso do entrevistado (S. 06) apresentado no gráfico anterior (gráfico 9), em que o mesmo relatou que a região da Prelazia, no Mato Grosso, se destacava por ser de muitos conflitos que envolviam índios e camponeses. Segue sua ‘curta’ resposta diante do núcleo induzido: “O que você conhece da história da cidade/região em que morava?”:

Era uma região de muito conflito, de luta (S. 06).

O núcleo de pensamento *índios* revela regiões com forte presença indígena. O discurso de um dos entrevistados apresenta as unidades de significação *roça*, *pai*, *cana* e *serra*, indicando que, além da presença dos índios, a história da região é lembrada pela história familiar e do cultivo da terra. Outro sujeito indica que sua vida foi marcada, positivamente, pela convivência com os povos indígenas (confirmando seu depoimento diante do núcleo induzido já apresentado no gráfico 09). Seu relato apresenta outros núcleos de significação, remetendo à experiência de vida que teve na região, fazendo-o relatar o motivo de sua mudança para Goiânia, associando ainda à sua fala o trabalho de pesquisa que realizou na época do resgate do sítio arqueológico Vale

dos Sonhos e retornando ao núcleo induzido com a unidade de significação *saudade*, dando uma nova produção de sentido ao seu discurso. Seguem trechos de seus depoimentos:

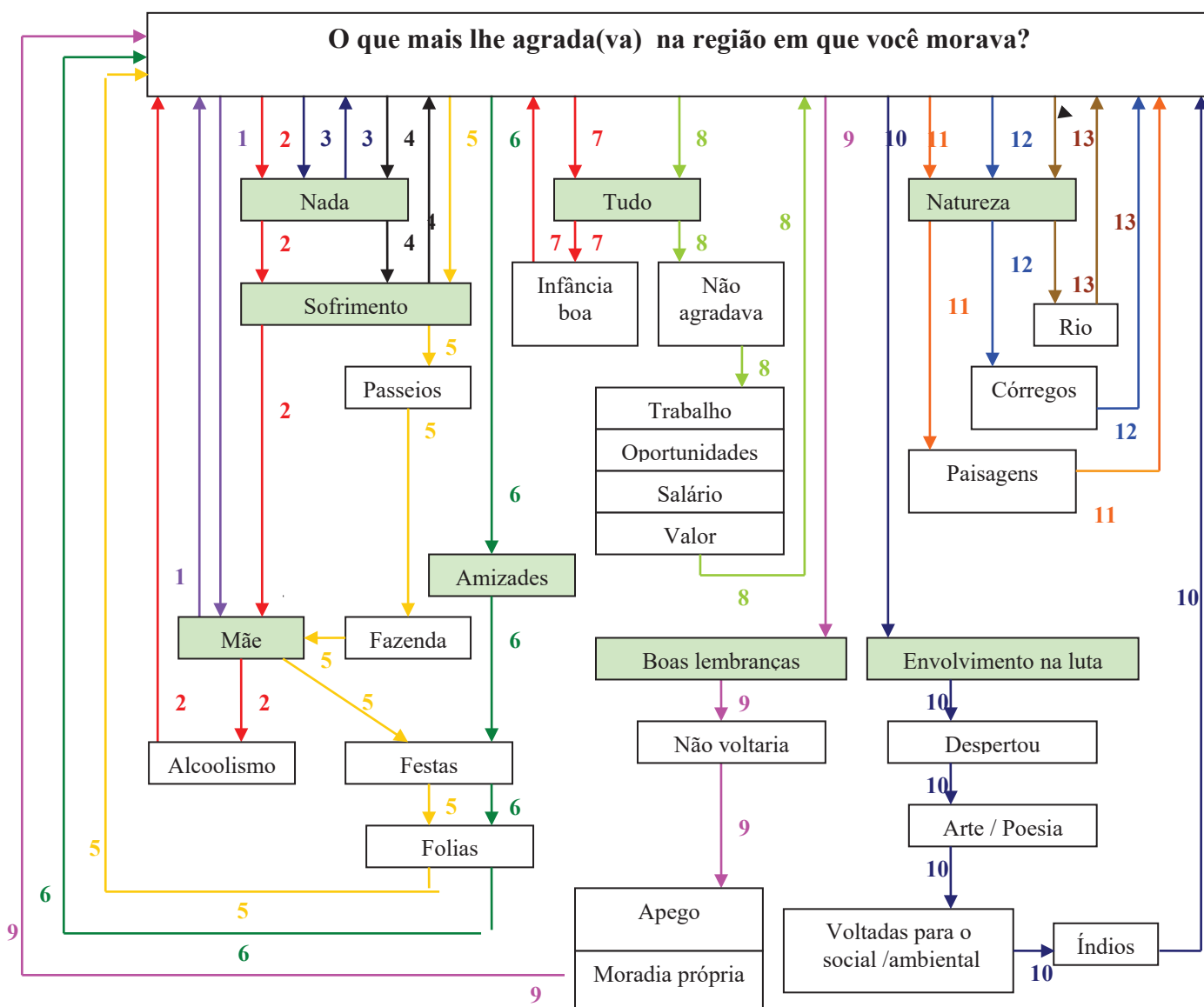
Sei que lá tem muito índio. Tem índio lá, muito índio no interior. Meu pai trabalhava de roça, plantava assim cana. Eles quebrava as cana, no pé daquelas serra (S. 11).

Olha... quando eu era bem criança, eu não sei bem te falar bem não porque... mas depois que eu me entendi, comecei a conviver no meio dos índio lá – prá mim eles era gente boa. A vida lá era boa... a gente tinha vez passava por uma situação financeira, mas através de outras coisas era muito bom lá. Eu mudei pra cá porque a gente adoeceu e eu não tive como me tratar lá e eu mudei pra cá. E graças a Deus quando eu mudei pra cá, logo, logo surgiu esse sítio aqui e trabalhei durante esses quatro ano aí. Quando terminou aí eu mudei pra onde é o serviço que eu tô hoje. Lá eu achei muito bom, sinto saudade. Depois que eu tô aqui já fui lá três vez. É...alembro de muitas pessoa boa. E a gente sente saudade do lugar aonde a gente, a bem dizer, nasceu e se criou, né? (S. 20).

Já do núcleo *fazenda* emergiram as unidades de significação: *engenho*, *rapadura*, *cela para montaria* e *industrialização*. O entrevistado relata, partindo da história familiar, as técnicas tradicionais de produção de açúcar e rapadura desenvolvidas pelo pai com engenho de cana. Sua memória recua ainda mais quando traz à tona a lembrança do ofício artesanal do bisavô que fabricava manualmente celas de montaria para toda a região. Seu discurso aponta ainda uma certa nostalgia quando compara o passado com a sociedade atual, que não mais permite – por fatores econômicos – aquele tipo de fabricação de celas sem seguir o modelo de série. Eis parte de seu depoimento:

Porque lá nós moramos 12 anos em fazenda, né? A fazenda que eu lembro mais na época quando nois saiu, foi quando a gente saiu da fazenda – porque meu pai mexia com engenho, fazia muita rapadura – e esse meu bisavô que morreu ele era celeiro, fazia cela pra montaria pro pessoal da região todinho – ele tinha uma indústria de cela. Fazia tudo manual também, não tinha nada de máquina. Hoje em dia lá não tem mais alguém que faça isso não, hoje é tudo industrializado... porque o sujeito naquele tempo ele mesmo matava o gado, ele mesmo curtia – tinha o lugar que ele curtia o couro, pra fazer a sola, pra fazer a cela – ele mesmo fazia de tudo, tudo costurado na mão, agulha de mão mesmo, aquelas fivelona pra poder costurar... e hoje não tem mais jeito do sujeito fazer uma cela daquela, porque enquanto o sujeito faz uma cela daquela na mão, o sujeito faz 500 celas na máquina. Quer dizer, é anti-econômico, industrializou, aí eles parou, mas...enquanto ele fazia, na região ninguém comprava cela feita ... aí depois que ele morreu, parou de fazer... (S. 14).

Gráfico 11 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “O que mais lhe agrada(va) na cidade/região que você morava?”



Diante do núcleo induzido: “O que mais lhe agrada(va) na região em que você morava?”, do discurso dos entrevistados surgiram os núcleos de pensamento: *nada*, *tudo*, *mãe*, *amizades*, *sofrimento*, *boas lembranças*, *envolvimento na luta* e *natureza*.

O núcleo de pensamento *nada* emerge dos discursos de três entrevistados. Em todos eles paira um sentimento negativo em relação ao lugar. Para um deles *nada* o agradava na região em que morava. Para outro, surge a unidade *sofrimento* como significação do *nada*. Já um terceiro entrevistado associa ao núcleo de pensamento *nada* e à unidade de significação *sofrimento* o alcoolismo da mãe, dando ao discurso produzido um outro significado. Eis trechos de seus depoimentos:

Nada me agradava lá (S. 08)

Nada me agradava. Era muito sofrimento (S. 19)

Nada me agradava lá. A gente sofreu muito...minha mãe bebia muito, eu tinha que correr. Ia pra casa dos outros pra esconder... (S. 16)

O termo *mãe*, por sua vez, permeia os discursos de alguns entrevistados ora como núcleo de pensamento, ora como uma das unidades de significação. Para um dos sujeitos sua mãe é o único referencial ‘agradável’ relacionado à região em que ele morava. Para outro, embora tenha iniciado seu discurso com o núcleo de pensamento *sofrimento*, a unidade de significação *mãe* emerge como uma das lembranças agradáveis. Entretanto, para um outro – o sujeito 16, já citado acima – *mãe* emerge como unidade de significação associada ao sofrimento que vivenciou na região em que morava. Tais discursos podem ser observados nos trechos dos depoimentos abaixo:

A única coisa que me agradava era ficar perto da mãe (S. 15)

Eu sei lá...na época nois sofria demais... então eu não posso falar é de nada. Era muito difícil. Eu gostava assim mesmo era de sair, ir passear nas fazenda de longe, de perto... com a mamãe....(longo silêncio). Eu gostava só das... festa, das festa de fazenda...quando a gente ia só com... eles fazia muita festa, aquelas festa de folia, festa de... mutirão (S. 01)

O núcleo de pensamento *tudo* apresenta um sentido inicial positivo, quase de plena satisfação em relação à região habitada por alguns anteriormente. Um dos entrevistados afirma que tudo o agradava na região em que morava, outro associa a esse núcleo de pensamento uma unidade de significação que remete à vivência de uma boa infância. Já um outro sujeito manifesta certa contradição a esse núcleo *tudo*, à medida que insere um “porém” em seu discurso. O *trabalho* – oportunidade, salário e valor – emerge como unidade de significação que remete à exceção daquilo que o entrevistado considerava como agradável na região em que morava. Seguem abaixo os depoimentos dos entrevistados que manifestaram esse núcleo de pensamento em seus discursos:

Gostava de tudo de lá da região de Porangatu (S. 14).

Era tudo bom onde eu morava. A minha infância foi muito boa (S. 10).

Tudo me agradava. O que não me agradava era a oportunidade de trabalho, era o salário. As pessoas quase todas, a maioria eram donas de sítios pequenos, né, então as vez não teriam condição de oferecer um bom salário. O que menos me agradava seria o valor do trabalho, mas as outras coisa tudo me agradava (S. 02)

O núcleo de pensamento *boas lembranças* surgido no discurso de um dos entrevistados é seguido pelas unidades de significação *não voltaria, apego e moradia própria*.

Tenho lembranças boas, mas pra voltar pra lá, pra morar não voltaria mais. Não é a mesma coisa, né? Agora já me apeguei aqui, gosto mais daqui...assim...gosto demais de lá, mas sou mais aqui... aqui eu tenho minha casa, né?... (S. 03)

O núcleo de pensamento *envolvimento na luta* – recorrente no discurso desse entrevistado – é seguido pelas unidades de significação *despertou, arte, voltados para o social/ambiental, índio e povo*, que contribuíram para o desenvolvimento do ‘sentimento’ ou ‘senso’ de justiça social nesse sujeito.

Pra mim era o envolvimento na luta, pra mim era o que mais me marcava e que me lembra é o envolvimento na luta. Então, se hoje... lá me despertava muito em minhas veias – além de artista circense, eu componho, eu sou poeta e as minhas composições são muito voltadas pra questão social. Fui desenvolvendo a questão da natureza, do meio ambiente, a luta do pobre, enfim... a região inspirava muito as canções a respeito da luta indígena, da luta do povo, associado às injustiças e tal...(S. 06).

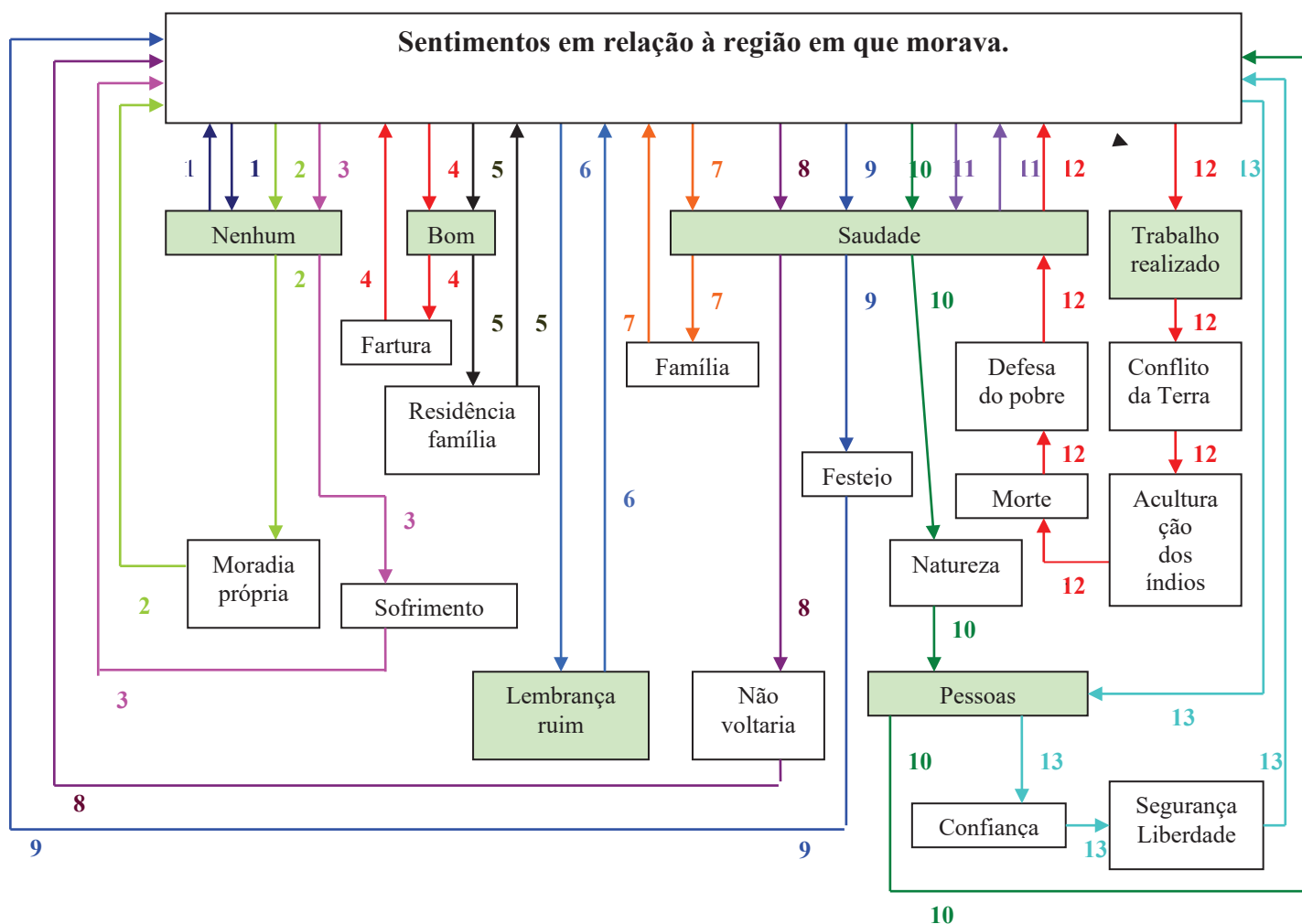
A *natureza* é manifestada por quatro entrevistados como núcleo de pensamento do núcleo induzido: “O que mais lhe agrada(va) na região em que você morava?”. Em um dos discursos emerge a significação *paisagens*; em outro, *córrego*; e em um terceiro discurso aparece a unidade *rio*, indicando uma espécie de nostalgia relacionada à natureza e à infância em alguns depoimentos. Segue abaixo parte de alguns relatos:

A natureza, as paisagem (S. 05)

Era tomar banho no córrego – criança tinha isso, né. Era tudo, tomar banho nos córrego, tinha uns córrego tão limpinho, tão gostoso, a gente via as pedra, sabe, a gente entrava, não precisava ter medo (S. 07)

Ah, a água do rio! [riso]. Pra mim é importante demais morar numa beira duma água grande. E a gente aprendia muitas coisa.... tem dia aqui que eu fico aqui pensando... quando eu dou fé meu pensamento tá lá, nadando...[risos] (S. 20)

Gráfico 12 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “É possível dizer que sentimento que você tem em relação à região em que morava?”



Diante do núcleo induzido: “É possível dizer que sentimento você tem em relação à região em que morava?”, do discurso dos entrevistados emergiram os núcleos de pensamento: *nenhum*, *bom*, *lembrança ruim*, *saudade*, *pessoas* e *trabalho realizado* (gráfico 12).

Alguns núcleos de pensamento denotam os sentimentos negativos que alguns dos participantes dessa pesquisa trazem em relação às lembranças dos lugares em que habitaram anteriormente, conforme pode ser observado em partes dos depoimentos a seguir:

Não tenho lembrança muito boa de lá não (S. 05)

Sentimento nenhum. Nem sinto saudade, apesar de eu ter um filho lá, né? (S. 08)

Ah, não tem muita lembrança boa assim não. Só da minha mãe (S. 15)

Nenhum. Onde eu moro, eu gosto onde é minha casa, vendeu, acabou, eu não lembro mais. [risos] (S. 16)

Uai...eu passei por muito sofrimento lá (S. 19)

Do núcleo de pensamento *bom* surgiram duas unidades de significação. Para um dos entrevistados, a *fartura* é o que caracteriza o lugar por ele habitado anteriormente como bom. Para outro, surgiu a lembrança do próprio casamento e a permanência de sua família no imóvel próprio, como reforço do seu discurso que o lugar é bom até os dias atuais.

O lugar era bão, tinha muita fartura (S. 01)

Lá era bom demais. É tão bom que eu casei e ainda morei 8 anos lá. Existe lá até hoje – meu pai mora lá ainda, é nosso ainda! (S. 10)

Sentimento bom...(S. 14)

Já nos depoimentos em que emergiram os termos *saudade e trabalho realizado* observam-se sentimentos que englobam tanto o ‘espaço’ e seus elementos naturais, folclóricos e religiosos como os aspectos da história de vida e do vínculo com as pessoas. Para muitos entrevistados, a descrição dos sentimentos sobressai na forma de experiências, sendo que para alguns a relação com as pessoas surge como unidade de significação do núcleo de pensamento saudade e, para outros, o próprio termo saudade emerge como unidade de significação do discurso. É interessante também notar que alguns sujeitos, embora relatem sentir saudade, não voltariam mais para a região anterior.

Olha... pra bem dizer, quase tudo eu tenho saudade. Andar na mata, pescar, rever os amigos e as amiga. Por onde a gente anda a gente encontra, eu faço por onde encontrar só as pessoa boa, porque a gente andar mal acompanhado num é bom, né? Então pra mim o mais importante é isso aí (S. 20).

Tenho saudade assim da região, dos festejo, mas aqui é melhor de viver.. (S. 18)

Lá era bom... tenho saudade de lá (S. 17).

Saudade... mas eu não voltava mais pra lá não (S. 03)

É os irmãos que eu tenho lá, os sobrinhos. Mas eu gosto é daqui, porque aqui eu tô com uma filha e lá eu só tenho irmão. E eu não troco uma filha que eu tenho por irmão (S. 09)

Uai, só saudade da minha mãe mesmo..[risos] (S. 13)

Sentimento?...ah... o trabalho realizado, né? acho que o que me marca muito é o trabalho realizado, o que foi na época e o que hoje, era muito forte, né? Os crimes, os mártires da região, os mártires – as pessoas que morriam em defesa do pobre, na luta, né? É... a aculturação dos índios, né? Quando eu lembro do Araguaia o que é muito forte pra mim é essa questão do conflito da terra, os mártires, a morte das pessoas na luta em defesa do pobre, né? – e a gente tava nesse meio. Então vem a saudade mesmo. Saudade... e continua o que eu fazia lá, eu continuo por aqui, né? Nos meus trabalhos artísticos, sempre trazendo um pouco disso aí. Hoje a gente trabalha no circo social, trabalhando com criança e adolescente na periferia, é... e fazendo um pouco do trabalho, então é a música, a poesia, o circo – são ferramentas mediadoras – então quando a gente se junta pra planejar então lembra muito o Araguaia, o nosso sentar pra fazer o teatro lembra – compor o teatro – pra tá levando pros camponeses, lembra muito os sem terra. E a gente vem desses mundo aí. (S. 06).

Ah, o sentimento que a gente tem por lá é justamente pelas pessoas boas que a gente convivia, se misturava, né, a gente poderia tá conversando tranqüilamente com as pessoas sem tá desconfiando delas, sem tá pensando que a gente taria conversando com pessoa que realmente, que digamos que taria é...então é muito diferente daqui. Então o que acontecia lá é que a gente podia dormir com a casa aberta, podia sair e deixar a casa destrancada, então assim, uma liberdade muito grande, uma coisa bem diferente (S. 02).

De acordo com as discussões apontadas nos capítulos anteriores, a abordagem do passado por meio do referencial da memória propicia uma leitura do vivido e das lembranças conforme o significado dado por cada sujeito no presente. Assim, os discursos dos entrevistados apresentados nos gráficos 9, 10, 11 e 12 permitem verificar a dinamicidade da memória individual, que opera sobre o tempo vivido, à medida que se é capaz de lembrar, de registrar, de esquecer ou mesmo de silenciar. Sobre isso Nora (1993, p. 7) afirma que “[...] a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]”.

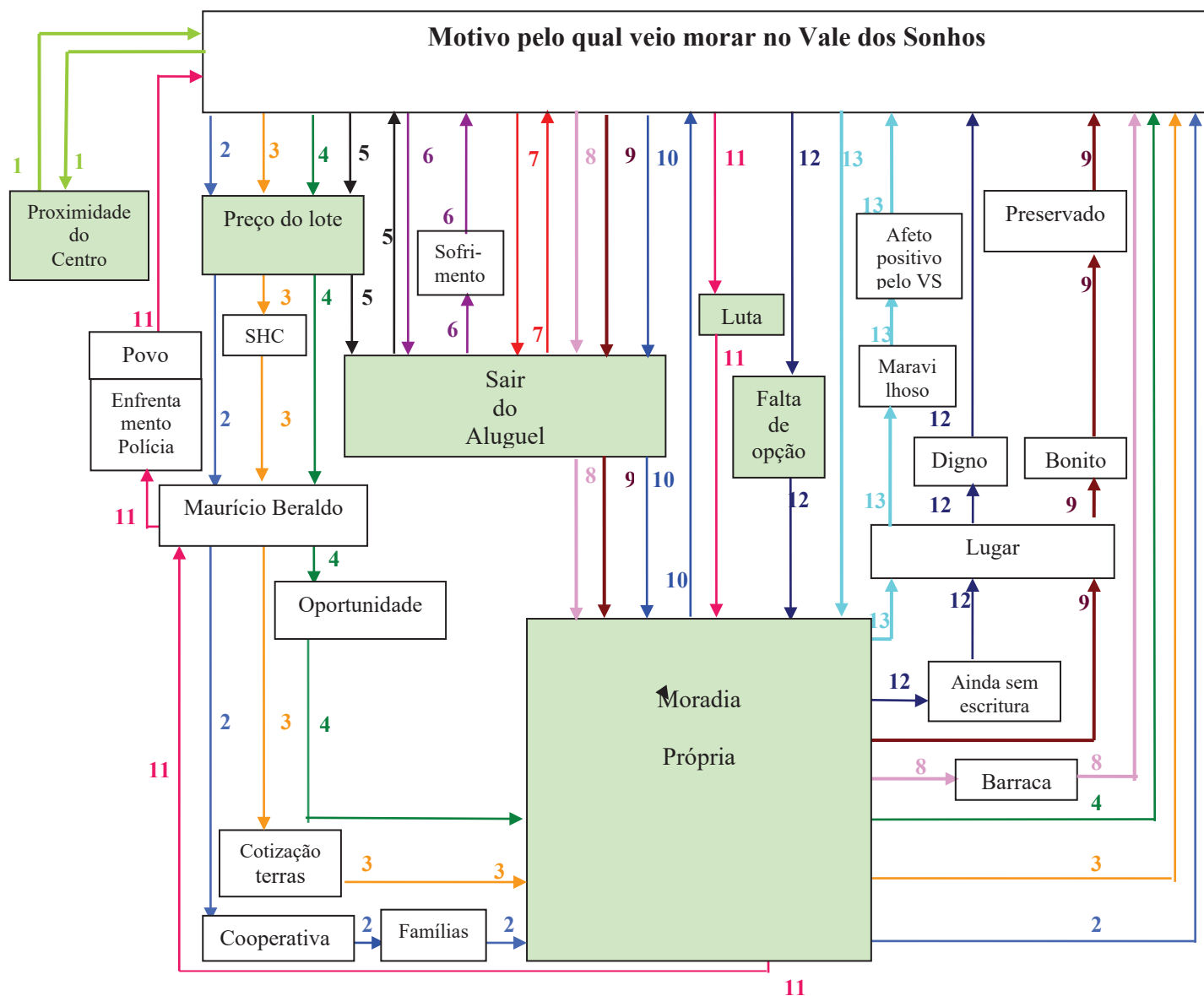
Observa-se que os discursos dos gráficos apresentados na Categoria I se assemelham em muitos aspectos, pois, embora sejam perguntas diferentes, todas tinham como intuito trazer à tona os ‘espaços’ habitados pelos entrevistados: “Qual a lembrança mais antiga que você tem da cidade ou da região em que morava?”; “O que você conhece da história da cidade/ região em que morava?”; “O que mais lhe agrada(va) na cidade/região em que você morava?”; “É possível dizer que sentimento que você tem em relação à região em que morava?”.

Os discursos analisados até o momento revelam que parte dos participantes desta pesquisa viveu em regiões de poucos recursos, entretanto, o modo como fazem a leitura e contam sobre o assunto diferem significativamente. Para uns, por exemplo, a região é lembrada pelo excesso de trabalho e este teve um significado negativo, para outros,

apesar dos conflitos ou dificuldades, é motivo de boas lembranças. E ainda há aqueles que têm boas recordações, mas relatam que não pretendem retornar à região de origem, remetendo à situação do presente. Isso remete às considerações de Pollak, ao afirmar que, de acordo com as circunstâncias, certas lembranças emergem, sendo que a ênfase recai em um ou outro aspecto, visto que “[...] há uma interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual, coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (POLLAK, 1989, p. 14).

Categoria II – Vale dos Sonhos / Presente / Memória / Passado recente

Gráfico 13 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Por que veio morar aqui no Vale dos Sonhos?”.



Diante do núcleo induzido: “Por que veio morar aqui no Vale dos Sonhos?”, no gráfico 13, dos discursos dos entrevistados emergiram os núcleos de pensamento: *preço do lote*, *sair do aluguel*, *moradia própria*, *luta*, *proximidade ao centro* e *falta de opção*.

Observa-se nas respostas que a maior parte dos entrevistados apresenta como principal motivo de ter ido residir no Bairro Vale dos Sonhos o fato de poder ter acesso naquele local à casa própria, desse modo, *moradia própria* e *sair do aluguel*, ora

surtem como núcleos de pensamento ligados à pergunta e retornam diretamente ao núcleo induzido, ora desencadeiam outras unidades de significação e, também, aparecem a partir dos núcleos *luta, preço do lote e falta de opção*.

Seguem abaixo trechos de alguns depoimentos em que *sair do aluguel e moradia própria* surtem como núcleos de pensamento, sendo que para dois dos moradores emerge a expressão *sofrimento* como lembrança da dificuldade que havia por pagar aluguel e outros dois acrescentam em seus relatos o afeto que têm pelo Vale dos Sonhos:

Pra saí do aluguel (S. 01).

Por que aqui é da gente, né? Lá a gente pagava aluguel. (S. 03).

Eu vim morar aqui pra ter a casa própria, né, sair do aluguel. Foi isso: lá eu pagava aluguel aí nós veio pra cá por causa do aluguel. [...] (S. 07).

Ah...pra saí do aluguel, né (S. 15).

Porque eu pagava aluguel, aí surgiu a oportunidade de eu conseguir meu lote aqui e através disso aí eu vim morar aqui. Já tem 11 anos aqui em Goiânia e aqui no Vale dos Sonhos tem uns seis a sete (S. 17).

Nós foi morar no Guanabara e a gente pagava aluguel e aí surgiu esse projeto do setor aqui, aí a gente teve oportunidade de comprar o lote aqui. Aí a gente veio pra cá. Porque pagava aluguel, né... a oportunidade que a gente teve foi essa (S. 18).

Aqui foi uma oportunidade de não pagar aluguel, né? (S. 19).

Porque lá no Guanabara a gente morava de aluguel e aí o aluguel tava um pouco salgado, aí a gente mudou pra cá [...] (S. 20).

Aqui a gente comprou e saiu do aluguel que era um sofrimento (S. 05).

Eu vim morar aqui no Vale dos Sonhos porque nós morava em São Paulo e depois viemos pro Jardim Guanabara e era um sufoco de aluguel. Eu sofri muito de aluguel. Os menino pequeno, tinha vez que a gente tirava da boca pra pagar aluguel. Eu mudei pra cá gostando, e até hoje eu gosto. Eu adoro esse Vale dos Sonhos (S. 11).

Ainda permeando os núcleos citados anteriormente e o núcleo *falta de opção*, surge de alguns discursos a unidade de significação *lugar*, remetendo para alguns dos entrevistados à noção da beleza e preservação da paisagem, sendo que um deles acrescenta a relação de afeto pelo lugar e outro, a relação da dignidade de ter uma moradia própria e também pelo modo como se deu o acesso à mesma. Em outros discursos, nota-se que para os entrevistados S. 08 e S. 09, mãe e filha, mesmo tendo adquirido o terreno, a questão da falta de recurso financeiro impede a construção da

casa e emerge de seus relatos o fato de terem morado em seu lote em barraca de lona durante cinco anos. Seguem trechos desses depoimentos:

Pela questão financeira de tá pagando aluguel, essas coisas, tava muito difícil, né, pra gente. E a gente era bem menor, tava dando muito trabalho pra minha mãe e tal. Aí a gente resolveu vir morar aqui, porque minha mãe conseguiu esse local pra gente morar, entendeu? E era muito bonito, minha mãe ficou encantada – porque aqui antes de ser povoado era muito lindo, muito lindo mesmo! Bem preservado, muito bonito (S. 04).

Porque na época que foi loteado isso aqui, o único lugar que a gente tinha condições de comprar seria aqui. O dinheiro que a gente tinha na época dava pra comprar aqui, porque na época o loteamento aqui foi quinhentos reais e no Jardim Guanabara a gente não tinha condições de comprar lote lá, era muito caro, né. E aqui também é um lugar maravilhoso! Eu amo aqui! (S. 10).

Ah, num foi por opção não, né? Como se diz, não foi por opção. Foi aonde a gente conseguiu... a gente conseguiu ter um lugar da gente, digamos, que mesmo que não foi de verdade escriturado – a gente não tem a escritura aqui – mas um lugar digno que a gente pode adquirir, sem ter de invadir – num foi invasão [...] (S. 02).

Porque foi onde minha filha tinha comprado o lote. Eu não queria mais que ela pagasse aluguel – aluguel mata a gente. Eu só tenho ela de filha aí eu vim pra cá depois que o pai dela faleceu. Nós fizemos a barraca ali e eu passei 5 anos debaixo da barraca de lona. Aí o pessoal da igreja vieram e levantaram a casa (S. 09).

[...] Aí quando eu trouxe minha mãe eu aluguei uma casa no Guanabara e nós ficamos lá. Aí quando saiu esses lote aqui, eu comprei esse, e aí a gente já veio pra cá, fez uma barraquinha de lona e ficamos aí na barraquinha de lona até Deus prover essa casa. Eu mudei pra cá foi agora já em 2004, que eu passei pra dentro dessa casa. Eu morava aqui na barraquinha do fundo e tinha o propósito de fazer essa casa, só que eu não tinha condição – como eu não tenho até hoje – mas Deus é grande e poderoso e ele proveu essa casa (S. 08).

Em alguns discursos surgem como núcleos de pensamento e unidades de significação perpassando os diversos núcleos: *povo, enfrentamento, luta, polícia, SHC/Maurício Beraldo, terra sem escritura, cotização, famílias e cooperativa*, remetendo assim à lembrança do início da fundação do bairro e a relação dos moradores no processo de ocupação do terreno. Seguem abaixo trechos de alguns depoimentos:

Porque aqui na época, saiu a oportunidade desses lote aqui. Eles venderam esses lotes a quinhentos reais, aí montou uma comunidade de mil e cem famílias, aí o Maurício – ele não era vereador, hoje ele é vereador – Maurício Beraldo, arrumou isso pra gente aqui. Aí juntou esse pessoal aí. Mil e cem famílias, cada um deu quinhentos reais e aí comprou o terreno. Fez como se fosse uma cooperativa. Aí o lote ficou a quinhentos reais. Porque comprar lá no Guanabara eu não tinha condição de comprar – lote de trinta e cinco a quarenta mil você não dá conta de comprar lá. Meus pais moram aí, desde 1972 que a gente morava no Guanabara. E aí apareceu essa oportunidade, eu fui e comprei o lote e construí aqui e mudei (S. 14).

É porque é onde que deu pra gente comprar, né, você sabe, os lotes lá pra outros lugares é tudo mais caro e aqui o Maurício deu uma oportunidade pra gente, né? Porque quem fundou isso aqui foi ele, então foi ele que deu essa oportunidade pra gente. Aí era mais barato ai dava pra gente comprar. A gente lutou por esse dinheiro, sofreu um pouco, mas aí a gente conseguiu (S. 13).

Aqui no Vale dos Sonhos foi quando a gente veio morar aqui em Goiânia, a gente ficou sabendo da Associação Habitacional Comunitária, SHC, então a gente procurou morar aqui porque o preço do lote era mais acessível, então a Associação juntava os interessados e comprava um pedaço de terra – no caso aqui o Maurício Beraldo que liderava isso, lidera e comprava essas terras e dividia pela quantidade de associados.[...]. E aí comprou esse pedaço aqui que era uma chácara, depois dividiu – divide e sorteia, né? E a gente saiu aqui neste local. Aí a gente... pra sair do aluguel, veio morar aqui [...] (S. 06).

Ah, isso aqui foi uma luta pela moradia, foi através do Mauricio Beraldo – que começou de um jeito e terminou de outro. Mas... através dele, se não fosse ele e se não fosse o povo enfrentar até a policia aqui num...teria nenhuma casa aqui. Começou muito organizado...É, começou muito organizado e uma pessoa, só – por exemplo, eu – poderia comprar só um lote... mas agora, ultimamente, um cidadão pode... comprar... vinte lotes desses se ele der conta. Realmente não podia. Mas aí mudou um pouco o projeto....Eles lá mesmo sabem como que foi mudado o projeto. Eles entram... foi assim: porque dentro de 5 anos ninguém podia vender seus lote. Depois de um ano que nós tinha comprado cada um vendia, cada um fazia o que queria (S. 12).

O núcleo de pensamento *proximidade ao centro* configurou uma exceção aos discursos dos participantes, advindo de um entrevistado que possuía um imóvel em outro bairro e decidiu morar em local mais próximo ao centro da cidade.

Porque antigamente minhas patroa morava tudo no centro e eu morava lá em Trindade que era minha casa e aí comprei aqui. Lá em Trindade era mais difícil. Pegava o ônibus do Padre Pelágio e o povo me derrubava muitas vez. No Transurb era difícil. Aí eu mudei pra cá porque não precisa pegar Transurb, meu serviço é tudo no centro, daqui vai direto pro centro. A gente vai ficando velho tem que procurar uma coisa melhor pra andar (S. 16).

Foi no lote desse entrevistado, que a urna pré-histórica foi encontrada em maio de 2001. Curioso observar que ele ‘diferencia-se’ dos demais pelo fato de ser o único que apresenta em seu relato que o motivo de ter ido morar no Vale dos Sonhos não se deu por necessidade de ‘sair do aluguel’.

Seguem algumas imagens que propiciam uma idéia do Vale dos Sonhos na atualidade:



Figura 1: Entrada automotiva do Residencial Vale dos Sonhos.
Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)



Figura 2: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos.
Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

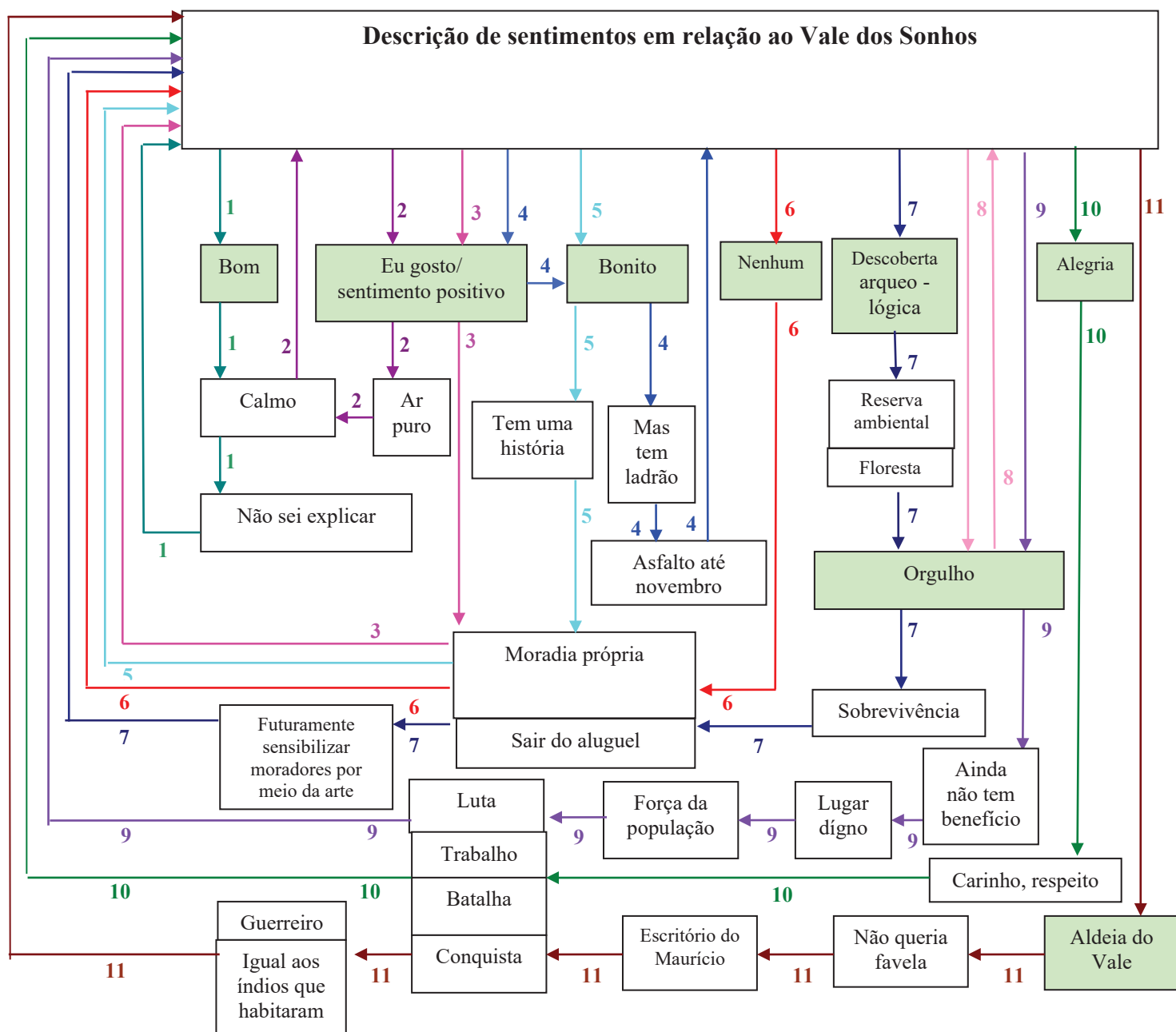


Figura 3: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos com vista para a Br. 153
Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)



Figura 4: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos.
Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Gráfico 14 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Em relação ao Vale dos Sonhos é possível dizer que tipo de ‘sentimento’ você tem?”



Ao serem perguntados sobre “o sentimento em relação ao Vale dos Sonhos” emergiram dos discursos dos entrevistados os núcleos de pensamento *bom*, *eu gosto/sentimentos positivos*, *bonito*, *descoberta arqueológica*, *orgulho*, *alegria*, *Aldeia do Vale* e *nenhum*.

Dos núcleos *bom e gosto*, emergiram as unidades de significação que remetem aos aspectos da paisagem e tranquilidade do lugar, sendo que um dos moradores acrescenta a dificuldade existente para expressar o seu sentimento. Outro já vincula a esses aspectos o processo de aquisição da moradia, considerando que o bairro tem uma *história* e outro entrevistado associa como positiva a previsão do asfalto e negativa a atual falta de segurança do bairro. Tais dados podem ser evidenciados nos seguintes trechos das entrevistas:

Ah, eu gosto desse ar puro [riso]. Eu gosto muito daqui, sou apaixonada! Aqui eu tenho assim tipo ... pra mim é uma fazenda isso aqui. Aqui é calmo demais! Eu gosto muito daqui. Inclusive eu tava olhando ali embaixo e tava pensando: “ah se eu pudesse comprar aqui, eu ia fazer tipo uma chacinha”. É gostoso demais ali pra baixo.... (S. 10).

Aqui é bom, é calmo, não sei te explicar não, mas eu gosto daqui (S. 05).

É um lugar... num é só aquele sentimento assim de morar, entendeu? É um sentimento de um lugar bonito – igual eu te falei – um lugar que teve uma história, tem pessoas aqui que... assim, tem muita renda baixa – porque a maioria das famílias que moram aqui é assim.... tem muita história aqui, tem muita história. Esses primeiros moradores aqui inclusive moravam debaixo de barraquinha de lona, sabe? (S. 04).

Eu adoro aqui! É um lugar que eu acho muito bonito e vai ficar mais bonito aqui – só que esses ladrão tem que se arretirar, tem que tirar eles tudim daqui. Tá começando a correr o asfalto, vai ficar tudo arrumadim até novembro (S. 11)

Aqui pra mim tudo é bom. Eu gosto daqui de verdade mesmo. Gosto, gosto. É um lugarzinho bom de se morar (S. 13)

Ah, eu sou feliz aqui. Bom demais! Pra mim... acho que todo mundo, né? Todo mundo (S. 15).

As unidades de significação *moradia própria / sair do aluguel* perpassam os discursos de diversos entrevistados, notando-se que, para a maioria, esse fato – por si só – é motivação suficiente do sentimento positivo pelo lugar, mesmo que se note em alguns depoimentos que certos elementos, como obras de infraestrutura, estejam faltando. Seguem abaixo os trechos dos depoimentos que indicam essas considerações:

Eu gosto porque eu sei que eu consegui juntar quinhentos reais – aí foi quando tava as reuniões aqui, aí eu vim aqui fazer o cadastro, com aquela... pensando: “será que eu vou conseguir o lote?” [...]E eu pagava tudo direitinho porque a coisa que eu mais queria era um lote. Medo de tanto sofrer de morar de aluguel. Aí quando saiu aqui a primeira etapa...eu fui sorteada... então eu fiquei muito alegre. Aí... nossa... como diz... parece que era meu sonho era eu tá morano aqui no Vale dos Sonhos, na minha casa – pra falar “é minha casa!”[...] (S. 01).

[...] pra mim aqui é tudo bom. [...] Se for pra preferir eu escolho aqui porque aqui, pra bem dizer eu tenho minha casa e Deus me colocou pra cá... eu acho que é aqui que eu vou ter que ficar... (S. 20).

Eu gosto daqui...mas aqui não tem quase nada de bom! O bom aqui é porque é da gente, você não paga aluguel, ninguém vem na sua porta pra encher seu saco, porque é seu. Você comprou e pagou, é seu. Então, o bom é isso. Por que você vai para um lugar melhor, claro, é ótimo: asfalto, tudo arrumado, muito bom, água encanada – não tem aqui ainda – mas não é seu, né. Tem que pagar aluguel, é um dinheiro que vai e não volta., quer dizer, não tem retorno...agora aqui não... (S. 03).

Acho bom aqui. Ruim, nada! Aqui eu não tenho sentimento ruim não. Aqui é só sentimento bom aqui. Você sabe porque? É porque eu saí do aluguel, é bem... é ... na verdade, aqui tem poeira, aqui não tá assim arrumado o asfalto ainda, na época de chuva a gente enfrenta lama, enfrenta poeira – igual nós tá enfrentando agora. Mas isso aí passa! Isso aí passa, porque eles vai asfaltar, né? A gente num arruma uma coisa do dia pro outro não! a gente tem que esperar. Aqui eu tenho sentimento muito bom - eu não tenho sentimento ruim (S. 07).

Ah, eu gosto. Eu gosto daqui. Desde a primeira vez que eu vim olhar, que eles trouxeram pra mostrar o setor, eu apaixonei pelo meu setor. Ah, nem sei, não tem explicação. Mas eu gosto daqui, muito mesmo. Eu amo minha casa. Gosto demais daqui (S. 08).

Aqui eu tô assossegada e outra, que a casa é nossa mesmo – porque não é minha mas é de minha filha, mas enquanto eu ser viva é minha também, porque ela não tem marido e eu também não tenho. Aí o sossego é absoluto (S. 09).

Um dos entrevistados remete à questão da *descoberta arqueológica* e da *reserva ambiental* no Residencial Vale dos Sonhos como fato mobilizador de sentimento positivo, enquanto que o sentimento *orgulho* apresenta-se como resultado do processo de aquisição da moradia. De seu discurso emerge também a preocupação com a descoberta arqueológica e o seu desejo de trabalhar no sentido de sensibilizar a população quanto à preservação no Vale dos Sonhos – tanto dos achados arqueológicos quanto do meio ambiente. Já do depoimento do entrevistado “S.02” surgem as unidades de significação *luta, conquista e trabalho*. Esse sujeito refere-se ainda à *dignidade* de se ter moradia, reafirmando sua fala quando respondeu à pergunta anterior acerca do motivo de ter ido residir no Vale dos Sonhos. Do depoimento de um outro sujeito emerge o núcleo de pensamento *alegria* e, deste, surge a unidade de significação *carinho e respeito*, vinculando também à questão da luta e conquista da moradia a seu discurso inicial. Tais dados podem ser evidenciados nos seguintes trechos das entrevistas:

Sentimento melhor aqui é a respeito da descoberta da arqueologia, é da gente saber que tá aqui nesse espaço que poderia ser um outro espaço. A reserva ali, a floresta – que as vezes você olha e já começaram a invadir, entendeu?

Então isso é o sentimento maior assim... pra mim é. Eu tenho muito orgulho aqui no Vale dos Sonhos pelo processo da sobrevivência, né? Ainda não consegui... eu gostaria de tá contribuindo bem mais com essa questão ambiental e cultural, essa questão da consciência e o fato de usar os elementos da arte pra sensibilizar as pessoas. [...]ainda vejo essa questão de estar aqui fazendo um trabalho legal junto da reserva e junto da população, mas tudo assim através da arte, no que a gente puder... leis de incentivo a cultura e usar dessas leis e aqui no bairro a gente tá fazendo um trabalho bom... por enquanto aqui é meu refúgio, né? Minha morada, é onde eu tenho aqui um pedacinho de chão e construí o nosso barracão e por aqui a gente vai vivendo, né? Então a gente tá muito mais ligado assim na questão mesmo humana, muito distante da questão materialista mesmo... é...essas coisas tocam muito a gente, né? É uma passagem por aqui a gente precisa dessa sombra pra proteger do sol e da chuva e sobreviver (S. 06).

Ah isso aí sim, eu consigo sim, uai. É .. tenho até muito orgulho da gente morar aqui [...] e por mais que ainda não tenha benefício, muito benefício que a população – que qualquer população – merece, aqui é muito digno, né? É muito importante a pessoa então não possa ter em outro lugar adquirir aqui. Já basta que é um... é uma população aqui do Vale dos Sonhos, é uma população que tem força pra lutar, pra trabalhar, pra conquistar, então assim, eu tenho o maior orgulho de morar aqui, eu tenho um sentimento que qualquer pai de família deveria ter, né? Porque, até mesmo se eu fosse morador do Guanabara, ou as vez até mesmo do Aldeia do Vale, eu me colocar como um pai de família que as vez eu num tive de berço uma oportunidade de subi na vida e que no nosso dia a dia, com a nossa luta, nós teve a oportunidade de adquirir foi aqui, eu acho que independente de aonde eu seria morador, ou da minha posição social, eu acho que deveria sentir orgulho as pessoas que mora aqui, não é? (S. 02).

O sentimento que eu tenho aqui são de coisas boas, de alegria, porque muitas pessoas moram aqui, vivem aqui, dependem daqui e são coisas que as pessoas tem em mente que guardar e respeitar muito e dá muito carinho pra um lugar desse aqui – porque isso não foi fácil, isso aqui foi uma batalha, foi uma luta, pra construir isso aqui. (S. 18).

No depoimento de um outro sujeito também emerge a unidade de significação *luta*, entretanto seu discurso se inicia e é permeado por *Aldeia do Vale* – condomínio residencial da cidade de Goiânia conhecido por ser habitado por pessoas de poder aquisitivo elevado e que está localizado do lado oposto ao Residencial Vale dos Sonhos –, referindo-se à existência de conflito entre os dois residenciais, que havia sido divulgada na ocasião da fundação do Vale dos Sonhos. Vinculada à unidade de significação *luta*, emerge a unidade *guerreiro*, em que se percebe que o entrevistado produz um ‘novo’ discurso ao vincular a *luta* dos moradores atuais pelo espaço à *luta* dos povos que antes habitaram o Vale dos Sonhos, considerando os atuais e os antigos habitantes como *guerreiros*. Segue trecho de seu depoimento:

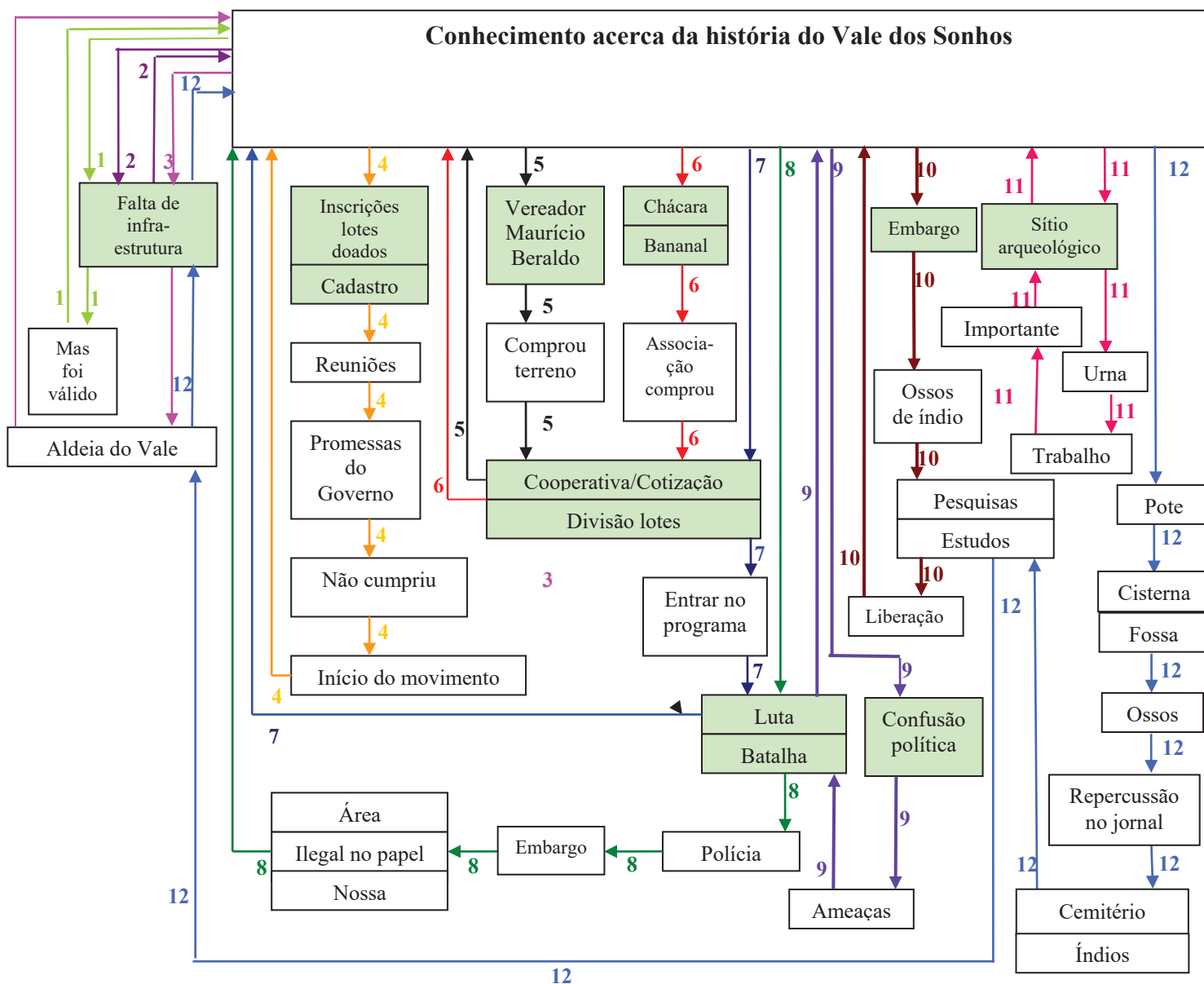
Eu gosto porque... a gente aqui num... o pessoal ali da Aldeia do Vale não queria que nada aqui habitado, né? Não queria ver tipo essa favela do outro lado. Essa informação partiu do pessoal lá do escritório do Maurício – que eles não queria que a gente ficasse aqui. A hora que eles olhasse de lá – lá da Aldeia do Vale – eles ia avistar... não ia ter uma vista boa aqui. Não ia ter

aquela mata, não ia ter aquele verde, não ia ter... eles ia ver tipo uma favela. Porque não ia ter tudo quanto é casa pintada, rebocada... Então pra gente ficar aqui foi uma luta. Então foi uma luta que foi vencida – que tá sendo vencida ainda. [...] porque queremos mostrar que não é só quem tem dinheiro, que ganha bem, que pode morar numa mansão – igual Leonardo tá morando, uns que moram por ali... [...] nesse Aldeia do Vale... – e a gente se sente...eu me sinto guerreiro por ter ficado aqui, enfrentado a policia, enfrentado tudo e tá habitando aqui. Como se diz, os índios habitaram aqui – eles foram guerreiros na época – e agora a gente veio pra cá e fez a mesma coisa, porque o pessoal de lá não queria a gente aqui não (S. 12).

Apenas de um dos entrevistados emerge o discurso que revela a não existência de “sentimento” pelo Vale dos Sonhos, entretanto, seu depoimento aponta que há um sentimento pela moradia própria, conforme pode ser observado em trecho de seu depoimento:

Tenho sentimento nenhum não. Eu gosto de morar na minha casa! No bairro mesmo eu quase não ando...é..igual hoje... hoje todo mundo tá viajando ou tá trabalhando, né? (S. 16).

Gráfico 15 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “O que você conhece da história do Vale dos Sonhos?”



Diante do núcleo induzido: “O que você conhece da história do Vale dos Sonhos?”, no gráfico 15, dos discursos dos moradores participantes da presente pesquisa emergiram os núcleos de pensamento: *inscrições lotes/cadastro*, *vereador Maurício Beraldo*, *Chácara/bananal*, *falta de infra-estrutura*, *cooperativa/cotização/divisão lotes*, *confusão política*, *embargo*, *sítio arqueológico*.

Observa-se grande diversidade nas respostas dos entrevistados. Do núcleo *inscrições lotes doados/cadastro* emergiram as unidades de significação: *reuniões*, *promessas do governo*, *não cumpriram*, *início do movimento*, em que um dos

entrevistados vincula a história do Vale dos Sonhos ao processo inicial de sua fundação, conforme pode ser observado a seguir:

A história do Vale dos Sonhos é ... A história do Vale dos Sonhos é porque desde o comecim, desde o comecim, foi feito uma inscrição como se o lote fosse doado, como se o prefeito e o governo fosse doá os lote e tal, então ia abri aquele cadastramento – como abriu e a gente se cadastrou – e passou a participá das reunião lá na Castelo Branco [...] de repente foi mudando, né? O governo prometeu, mas num cumpriu [...] aí deram aquela quantia, aquele total pra que cada sócio, cada associado depositasse aquele dinheiro num prazo determinado e conseguindo e aí comprava o terreno – segundo eles – com o dinheiro dos associados e começou então o movimento foi assim. Então a história mais ou menos do Vale dos Sonhos foi essa: começou como se fosse um lote doado, depois achou que as pessoas teria condição de pagá [...] (S. 02).

Também vinculando o processo inicial da fundação do Vale dos Sonhos à sua história emergem dos discursos de diversos entrevistados como núcleos de pensamento e unidades de significação: *Vereador Mauricio Beraldo, cooperativa/cotização/divisão lotes, associação, luta/batalha, fazenda, confusão política, policia, área ilegal no papel/ área nossa.*

Ih... essa é uma história complicada ... [risos]. Foi o vereador Mauricio Beraldo [risos]. É assim. Reunia o pessoal do Guanabara – aqueles que tava precisando de moradia – e aí falou que tinha um terreno que ele ia ver se ele ia comprar, e se todo mundo aceitava ele comprar e lotear, depois lotear vê quanto que dava pra cada lote, aí todo mundo aceitou, foi assim que fez (S. 08).

Fundou assim: aqui era uma cooperativa, né, nós começamo de cinquenta pessoas e veio até mais ou menos umas trezentas, quatrocentas. Só que aí o lote ia ser doado e aí como juntou muita gente, aí resolveu vender o lote. Aí comprou a terra e nós pagamos. No caso do meu lote, foi quinhentos. Era quinhentos até aquela avenida [...] (S. 15).

A primeira visão é de uma chácara que foi comprada pela associação e dividida em lotes – era um bananal, um pomar. Nós fomos um dos primeiros moradores daqui, a primeira a construir – a primeira casa de material de construção foi a nossa. Junto a uma companheira aqui do lado, a vizinha [...] (S. 06).

Bom... da história daqui é que o povo se juntou e comprou os lote.. isso que eu sei...(S. 19).

A história ... uai.. é que loteou e muita gente comprou aqui que era mais barato... (S. 11).

Começou com todo mundo comprando os lote de quinhentos reais. Depois a gente veio. Embargou..... mas depois liberou (S. 05).

A historia Vale dos Sonhos...vixe, muita coisa... o Vale dos Sonhos surgiu assim.... muitas crítica, ninguém acreditava que ele ia ser esse setor que é hoje, muita confusão deu aqui – em termo de política né? , em termo de

política aí foi bem cansativo. Nós fomos ameaçados de sair daqui, de tirarem o pessoal daqui... foi bem batalhado isso aqui! [...] (S. 17).

A história do Vale dos Sonhos é essa luta...porque vieram até policia pra impedir a gente aqui... Veio...embargar pra não...não fazer nada aqui... Porque aqui foi... é uma área – eu acho que até hoje – no papel é uma área ilegal, né? Então a policia vinha aqui e ... por trás disso tudo tem dinheiro, tem muita coisa, e o pessoal tem e faz.... vai atrás de um juiz, vai atrás de ... prá ver se num deixa o negócio seguir, igual seguiu aqui no setor...Não tava legalizado. Tava comprado, mas não tinha o ... não tava na área do município de Goiânia...Não tinha nem começado e as vezes a policia queria parar até a reunião. Mas as vezes... quando ela veio – ela veio um monte de vezes – a turma que tava aqui encontrava com elas ali na porteira – não tem uma porteira aqui? a entrada era por ali. Não tinha essa entrada aqui não, era por ali, por cima. Aí num... já teve uns várias vezes que falou ‘não! vocês aqui ... a área aqui é nossa, nós compramos, vocês não vai entrar aqui não’ (S. 12).

Dos discursos de outros entrevistados emergiram *sítio arqueológico, trabalho, pote, urna, pesquisa, repercussão no jornal, embargo e falta de infra-estrutura e Aldeia do Vale* como núcleos de pensamento e/ou unidades de significação representativos da história do Vale dos Sonhos. Conforme pode ser observado nos trechos dos depoimentos a seguir, alguns relatam a questão do embargo devido a descoberta dos achados arqueológicos, outros remetem ainda à questão da falta de infra-estrutura inicial do bairro e outros, ainda, iniciam suas falas ou acrescentam a elas sobre a situação de conflito entre os residenciais Vale dos Sonhos e Aldeia do Vale:

Ó... assim que a gente... que foi... que aqui saiu ...eu só sei... que aqui saiu aqui...que a gente ia construir, começaram a furar cisterna, eles embargou, né? Embargou porque disse que tinha achado ossos de índio, né? Aí embargou e vieram e fizeram umas pesquisa – veio um bocado de ... como é que fala... pessoas que fazem... – daí eles embargaram....Aí depois eles olharam, olharam, aí liberou. Mas...aqui ficou embargado, assim... não deixava furar cisterna. Não podia furar cisterna, enquanto não fizesse os estudos lá ... não sei...Mas foi poucos dias – logo liberou [...] (S. 01).

[...] a dona Rosa tava cavando o terreno dela pra fazer a casa, quando ela achou isso aí. Não tinha nem feito a casa, ela tava rebaixando o terreno – tava fazendo uma escavação pra nivelar o terreno pra trabalhar – foi quando encontraram ossos de índio – não tinha nem construído também. Aí fizeram as pesquisa. [...] e só depois que acabou tudo o movimento, eles liberou pro pessoal aí dentro, mas...que parou mesmo a construção, foi só a minha e a dona Nazaré que já tava construindo, mas o resto não tava construindo ainda [...] (S. 14).

Da história do Vale dos Sonhos...uai, essa quadra minha aqui, disse que é um cemitério. Eles fala que é um cemitério de índio. Porque muitos anos, sabe, muitos anos, aqui foi uma aldeia de índio, então muitas pessoa fala pra mim - as pessoas que não conhece aqui, fala que não deve beber água desse pedaço aqui, porque aqui era um cemitério. Eu já escutei essa palavra muita das vez. Mas a água é tão gostosa, fininha. Não tem problema essa água daqui (S. 07).

Ah, quando eu vim pra cá tava começando esse negócio que eles tavam encontrando essas peças de... dessas coisas de índio, né – disse que eles moravam aqui há muito anos atrás. Aí logo quando eles começaram a

encontrar as coisas eles fizeram algumas reuniões ali no escritório, né, aí – muita gente participava – eu fui várias vezes assistir (S. 10).

Acho que aqui começou faz nove anos e eu moro tem seis anos. Pra mim o que ficou na história foi só o sítio, o sítio arqueológico. Porque a gente trabalhou no início até o final e ficou na história. Inclusive a professora Sibeli mais a doutora Irm e o Paulo Jobim, falaram que... eu acho que no Estado, pra onde eles trabalharam, foi o único. Pra eles ficou na história encontrar essa urna, que acharam ainda uns pedacinho de ossos dentro.. e...acho que teve mais umas coisinha que tiraram de dentro da urna. A diferença é que nos outros lugares onde eles trabalharam e onde eu trabalhei, não foi encontrado a urna com as ossada e foi encontrado aqui dentro desse sítio do Vale dos Sonhos. Ficou provado que aqui é um sítio arqueológico muito importante. Eu não cheguei a conhecer direito não, porque eu vi pelas foto. As foto eles trouxeram aí pro escritório, amontou as fotos e a gente chegou a conhecer pelas foto. Mas pra mim ver assim de vista mesmo eu não conheci não. Pra mim o que ficou na história foi o sítio mesmo (S. 20).

Eu conheço é tudo, porque eu morei aqui eu ia lá pro ponto final, eu ia de a pé, aí se a gente fosse pro centro, aí quando a gente tinha que voltar do centro, se fosse meio-dia, a cabeça chega doía – se botasse a mão assim chega pegava fogo, de sol. E a luz da gente era vela, a gente lumiava com vela. Dormia cedo, não tinha o que fazer. A gente sofreu muito no começo, porque a gente não tinha conforto nenhum, não tinha nada, mas valeu a pena (S. 13).

Aqui era assim: não tinha energia... só tinha capim, né?... nesse princípio todo dia tinha que descer pra baixo sem ônibus..não tinha ônibus, não tinha nada....tinha que ir de a péaté chegar lá no Guanabara (S. 16).

[...] Isso aqui quando chovia, nem ônibus, nem táxi não entrava aqui. Se precisasse de um socorro, as vez tinha que sair a pé, porque não tinha condições [...] (S. 18).

[...] Muitos moraram debaixo de barraca. Também houve um fato de que a Aldeia do Vale ia comprar o outro lado lá...as pessoas que trabalham lá na Aldeia do Vale trouxe a conversa pra cá, de que eles tavam querendo comprar essa parte de lá de cima tudo.... portanto que até algumas pessoas, de lá, que queriam comprar o Vale dos Sonhos entendeu? Queriam que a gente vendesse aqui pra eles comprar. Aí... mas aí, ninguém aqui é bobo, né, aí, daí ficou por isso mesmo...(S. 04).

O mais importante que aconteceu no Vale dos Sonhos que foi importante, foi quando eles acharam um pote. Bem ali na casa da Irmã [...] Tava furando uma cisterna lá ... era cisterna não,era a fossa .. aí eles achou um pote cheio de ossos lá dentro. Deu muita repercussão passou até no jornal, eu achei muito importante. Aí depois a gente foi saber que isso aqui é um cemitério de índio, né? É muito importante a gente ficar sabendo [...]Teve que fazer pesquisa...foi importante [...] Aqui não tinha nada, nada. Foi difícil esta época, mas era muito bom. Quer dizer, não tinha nada e a gente gostava assim mesmo. Era uma dificuldade pra chegar aqui, porque não tinha ônibus, o ônibus era até no Guanabara, você tinha de vir de a pé, de lá até aqui.[...] Pra você ver: hoje eles falam disso aqui, mas a gente acha bom porque já tem ônibus, tem energia. Naquele tempo não tinha nada. Foi rápido. Foi rapidinho chegou energia, o ônibus começou a passar [...] Até a Aldeia do Vale queria, brigou, porque essa imagem aqui ia sujar a imagem deles, por que disse que pobre fedia. Queria embargar... por que isso aqui eles queriam comprar – a Aldeia do Vale, sabe? (S. 03).

Seguem outras imagens. Sendo três do Residencial Vale dos Sonhos e uma do Residencial Aldeia do Vale:



Figura 5: Foto ampliada do Residencial Vale dos Sonhos em 2002.
Fonte: Freitas (2002).



Figura 6: Aspecto de rua com formação de erosão.
Fonte: Freitas (2002).

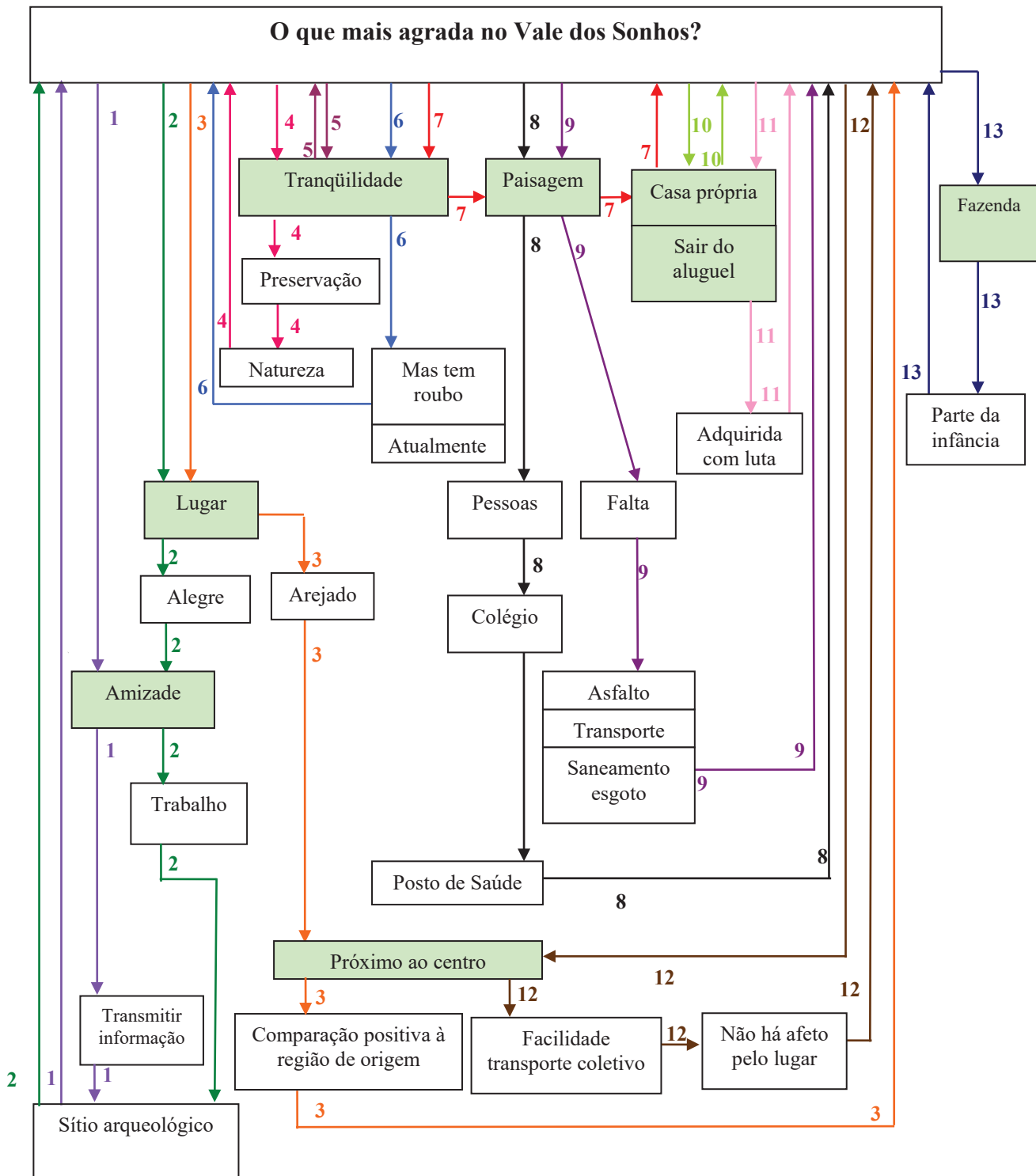


Figura 7: Condomínio Aldeia do Vale – avistado do Residencial Vale dos Sonhos
Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)



Figura 8: Terraplanagem mecanizada para implementação do asfalto no Residencial Vale dos Sonhos.
Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Gráfico 16 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “O que mais lhe agrada no Vale dos Sonhos?”.



Diante do núcleo induzido: “O que mais lhe agrada no Vale dos Sonhos?”, no gráfico 16, dos discursos dos participantes da presente pesquisa emergiram os núcleos de pensamento: *fazenda, amizade, lugar, tranquilidade, próximo ao centro, paisagem, casa própria/sair do aluguel*.

De um determinado discurso emergiu o núcleo de pensamento *fazenda* e a ele foi vinculada a unidade de significação *infância*. O depoimento indica que a região do Vale dos Sonhos, lugar que na ocasião era uma fazenda, fez parte da infância desse entrevistado, lembrança que já havia surgido diante das perguntas feitas anteriormente a esse sujeito, e nas quais remetia a uma relação de afeto positivo com o lugar. Eis trecho de seu depoimento:

Ah, eu não sei... [riso]. Eu não sei se é porque eu fui praticamente criada assim em fazenda, freqüentava muito assim, então essa região fazia parte da nossa infância também, entendeu? Porque meu pai ele sempre morou na roça e esse pedaço aqui a gente passava o dia – porque isso aqui era uma fazenda! Agora é que eles lotearam, né. Em 98 eles fizeram essa loteação aqui – que o dono dessa área aqui, que era o Moacir, né, aí eles venderam aqui (S. 10).

Do núcleo de pensamento *lugar* emergiram as unidades de significação *alegre e arejado*, sendo que um dos entrevistados acrescenta o fato da facilidade de acesso ao centro e associa ainda o atual lugar à região em que morava anteriormente, e outro entrevistado vincula o fato do trabalho realizado e das amizades no período da pesquisa do sítio arqueológico, conforme pode ser observado a seguir:

Ó... aqui eu acho bom. É um lugar fresco e não é difícil – é fácil pra gente ir no centro. Desde que eu vim pra cá sempre eu falo: por isso aqui não tem dinheiro, eu não vendo...Iguar lá foi bão, o lugar era bão, era muita fartura, então eu creio que aqui fica assim parecido lá, né? [...] O lugar é um lugar de terra boa. Então eu creio que aqui é um lugar bom... pra mim aqui é um dos melhor lugar [...] (S. 01).

Gosto daqui, adoro aqui! É um lugar bastante alegre [...] De vez em quando eu alembro da escavação, alembro das pessoa que trabalhava com a gente – a gente guarda essas coisa... cada pessoa a gente guarda na memória... umas pessoas tão alegre e simpática. E o melhor aqui no Vale dos Sonhos é que aqui eu tô trabalhando pra bem dizer dentro dum sítio [...] (S. 20).

De outro discurso, *sítio arqueológico* surge como unidade de significação que parte do núcleo de pensamento *amizade*. No depoimento, o entrevistado indica a importância da descoberta arqueológica e que, ao transmitir as informações acerca da pesquisa que auxiliou no sítio, interage e faz amizades com diversos moradores do Vale dos Sonhos.

É a convivência com o pessoal – porque eu tenho amigo pra todo canto aí. E eu tenho essa satisfação de tá conversando com as pessoas, contando sobre a história do sitio arqueológico, que é importante – eu sempre passo isso pras pessoas. Converso com as pessoas, dialogo com as pessoas sobre o início daqui, a fundação. Então a gente tem uma boa convivência. É muito bom, é assim... eu quero dizer pra você que esse sítio foi muito importante pra nós, é uma glória, uma descoberta muito importante e veio trazer pra nós assim coisas significantes, muito legal mesmo! (S. 18).

Surge de alguns discursos o núcleo de pensamento *tranqüilidade*, remetendo para um dos entrevistados à preservação da natureza, enquanto outros acrescentam que, embora seja um lugar tranquilo, há falta de segurança no Vale dos Sonhos atualmente, conforme pode ser observado nos trechos dos seguintes depoimentos:

Uai, a tranqüilidade! Calmo, né. É bom, é tranqüilo, não fica aquele barulhão de carro na cabeça [...] (S. 07).

A tranqüilidade, né? Porque aqui é muito tranqüilo... a tranqüilidade, a natureza também – por enquanto ela tá bem preservada, por enquanto, né, as pessoas são muito sem consciência, né? Eu não sei...eu acho que... futuramente isso aqui não vai ser a mesma coisa...do mesmo jeito que era antigamente – que era muito lindo – já não é mais, né? Futuramente então... (S. 04).

O que mais tá me agradando aqui é o sossego. Porque agora é que tá tendo esses roubo – que tá roubando demais aqui no Vale dos Sonhos. Mas aqui de primeiro era um sossego, a gente podia deixar qualquer uma coisa lá fora... era um sossego absoluto, era bom demais. Mas agora é que tá tendo esses roubo. Muita gente fala que é mode a pecuária, porque muitos quer ir e não tem dinheiro. Bem ali nessa casa robaram, naquela outra ali robaram e naquela dali robaram também (S. 09).

[risos] Ah, é um lugar muito tranqüilo... apesar de acontecer muitas coisas – que em todo lugar mesmo acontece – mas... graças a Deus é um lugar tranqüilo. Ah.. como acontece noutros setor, tem assalto, as vezes tem roubo – essas coisas que acontece em todo setor. Mas graças a Deus é um lugar muito tranqüilo, calmo (S. 08).

Eu acho muito bom morar aqui...agora, de futuro..... eu acho muito bom aqui...porque assim de futuro vai ter o asfalto, já tem um mercado, só falta policiamento que aqui não tem – porque aqui tendo ladrão, tá de fazer medo. Fora isso eu gosto (S. 11).

Em outro discurso, aliadas ao núcleo de pensamento *tranquilidade*, emergem como unidades de significação *paisagem e casa própria*, remetendo inclusive para a ideia da ‘morada’ como parte de um todo maior que é o país:

É nobre o espaço aqui, né? Alto, tem uma paisagem logo ao lado – além da reserva que tem aqui, né? – você avista Goiânia toda, você tem uma visão natural, a Br, todo um campo aqui ao lado e... é isso. Acho que o espaço é bem natural, é tranqüilo, parece assim uma cidadezinha pacata do interior. O que eu adoro mais aqui é ficar olhando as montanhas aqui do lado, a serra, o verde do lado, então é muito bonito. A gente estando do lado de cá – o pessoal tem uma certa vontade pelo urbano, né? – eu gosto muito dessa

visão aqui. É isso. Primeiro, o fato da gente ter o nosso espaço onde morar, sair do aluguel. Eu vejo o Brasil como a minha casa, então olhar para a nossa nação.... daqui... tá sabendo que tá sendo a sua casa, né? Então eu me sinto num canto da minha casa, dentro de casa...num cantinho. Aqui é um dos cômodos dessa casa grande...(S. 06).

Em outros discursos, *paisagem* e *casa própria* emergem como núcleos de pensamento e desencadeiam diversas unidades de significação. Nota-se que alguns discursos apontam que, embora haja uma bela paisagem ou que o entrevistado tenha moradia própria, a falta de infra-estrutura ou a perspectiva de se ter alguma no bairro é marcante para diversos sujeitos.

Eu gosto daqui. Não sei te explicar não, mas eu gosto desse lugar. Eu já morei no Guanabara, já morei em outros lugar, mas aqui é o que eu mais gostei. Eu acho que a paisagem assim...eu gosto daqui, do jeito que é. Só tá faltando o asfalto mesmo pra completar, mas... eu gosto daqui, desse lugar (S. 05).

Ver o asfalto saindo, a água [...] (S. 13).

A maior dificuldade aqui é que nós não temos ainda saneamento, nem água, nem esgoto, nem asfalto e o transporte. Porque quando tá chovendo os ônibus não vem. Vem só até lá no asfalto – o pessoal sobe tudo de pé, de dia, de noite..Quando tá enxuto desse jeito, aí sobe. Choveu, aí não sobe mais. Os ônibus não consegue subir. Então é muita dificuldade...Mas aqui é calmo, sossegado, natureza bonita... (S. 14).

Já em outro discurso é ressaltado que aquilo que agrada o entrevistado, além da paisagem, são as pessoas e o desenvolvimento do bairro, que se configura pela instalação do colégio e do posto de saúde.

Aqui é muito bom. A paisagem e as pessoas aqui eu vou falar, é.. sensacional – pra mim é lugar de primeiro mundo. Pra mim é...primeiramente, essa obra-prima que tem aqui de frente que é o colégio. Não dá quinhentos metros daqui de casa. Não é todo mundo que tem o privilégio de ter uma obra-prima dessa aqui de frente de casa – isso aí é fundamental, né? O setor também aí, esse tipo de coisa que tá acontecendo aí, é....benefícios, benefícios do setor, é... como se diz, o posto que tá bem aqui agora – bem aqui nesse prédio aí, vizim de casa, aí... pra mim é isso aí...(S. 17).

Em diversos depoimentos observa-se que o que há de mais significativo e o que agrada o entrevistado é o fato de ter a moradia própria, sendo que um deles, o do entrevistado “S. 02”, acrescenta a unidade de significação *luta* reforçando, mais uma vez, o processo de aquisição da moradia, conforme já apontado nos gráficos anteriormente descritos. Seguem trechos de alguns relatos que se referem a essas observações:

Aqui pra mim é tudo. Aqui tá minha vida agora. Tudo! Colégio.... tem o colégio, que é importante pra nós. O que tem de bom aqui é a escola, as igrejas – as igrejas não, a minha, a católica – a minha casa, né, lógico. Agora vem o asfalto, água. Tá bom demais! Aqui agora tem minha morada, tem tudo pra mim. Porque no Guanabara eu pagava aluguel. Então eu não tenho lembrança muito boa do Guanabara não – só aluguel e sofrimento também. Agora aqui chegou e parou! (S. 15).

Eu acho que eu mais agrado aqui é... é justamente da gente ter o lugar que a gente nunca tinha conseguido – eu acho que sim! [...] Agora, o melhor que eu acho aqui, não é sair enfrentando as poeira e nem o barro, o melhor aqui é saber que eu posso ir trabalhá e voltá, meus menino pode ir pra escola e voltá e nois tem o nosso lugarzim, que num foi doado, num foi tomado e foi adquirido com luta, né, cada um tem uma maneira de lutá, né, político tem uma maneira de lutá que acabou ajudando nós – nois ajudô muito ele e ele ajudô nois também – então pra nós, é o nosso lugar, a nossa casa. Então é o mais importante pra nós, acho que é isso aí (S. 02).

Ah... eu acho que só...só de ser... só de eu ter uma casa – porque quando eu vim pra cá não tinha nem energia, não tinha nada... eu briguei por isso aqui, por causa da energia – mas só de ter uma casa acho que é bom demais. Se fosse pra ... se eu tivesse condições de melhorar ela mais ainda, murar, fazer... seria melhor ainda. Uma pessoa, uma família, ou um cidadão que veve sem o teto, é duro, né? De repente hoje, você tá morando ali, mas você sabe que essa casa ali não é sua... (S. 12).

De um outro discurso emergiu o núcleo de pensamento *próximo ao centro*, em que o entrevistado indica que o que lhe agrada no Vale dos Sonhos é o fato de ser um local de fácil acesso ao transporte coletivo para chegar ao centro da cidade e acrescenta ainda a sua não vinculação com as ‘coisas’. Esse sujeito (S. 16) reafirma nessa fala seus depoimentos diante das questões perguntadas anteriormente, em que afirmou que não há uma relação afetiva com os lugares em si, e sim somente com o fato de ter sua casa própria. Eis trecho de seu depoimento:

Eu moro aqui porque fica praticamente mais perto do Centro do que lá em Trindade, fica mais fácil pra gente pegar ônibus...não tem empurra-empurra...Eu não se apego nas coisas. Se falar que tem sair daqui, eu saio. Eu não se apego não. Agora minha menina: morava no João Brás, até hoje ela vai pra lá, ela se apega. ...ela gosta de lá. Eu não falo nada, se lá é bom ou se deixou de ser bom. Morei lá muitos anos da minha vida. E ela sempre gosta do João Brás...ela tem muito o que falar, né? Eu não. Eu não se apego em nada (S. 16).

De acordo com os núcleos induzidos: “Por que veio morar aqui no Vale dos Sonhos?”, “Em relação ao Vale dos Sonhos é possível dizer que tipo de ‘sentimento’ você tem?”, “O que você conhece da história do Vale dos Sonhos?” e “O que mais lhe agrada no Vale dos Sonhos?”, expostos respectivamente nos Gráficos 13, 14, 15 e 16, foi possível observar a diversidade das respostas dos entrevistados. Entretanto, nota-se que a maioria dos discursos apresentados no Gráfico 13 enfocam o fato do acesso à

moradia como o principal motivo de essas pessoas terem ido residir no Vale dos Sonhos, sendo que muitos sujeitos produzem um discurso que aponta para o processo de aquisição dessa moradia.

Conforme já explicitado no capítulo quatro do presente trabalho, a área da primeira etapa do Vale dos Sonhos que começou a ser ocupada em 1988 não fazia parte do Plano de Zona de Extensão Urbana da Cidade de Goiânia. Desse modo, sendo área rural, o residencial ali fundado era considerado ilegal, fato que se apresenta explicitamente no depoimento de um dos entrevistados e perpassa o discurso de vários outros (embora de modo não tão explícito), no Gráfico 15. Quando respondem acerca da ‘história do Vale dos Sonhos’, os discursos apresentam desde a fase de inscrição para os lotes que inicialmente seriam doados, ao início do movimento e do líder que fundou a Sociedade Habitacional Cooperativa (SHC), até as questões dos conflitos existentes com a polícia, que estava cumprindo a medida de embargo determinada pelo poder público municipal, como também surge o problema da falta de infra-estrutura do setor e a relação de animosidade entre os moradores do Residencial Vale dos Sonhos e do Aldeia do Vale.

Ao se observarem os discursos apresentados nos Gráficos 14 e 16 nota-se que as respostas de um mesmo sujeito se assemelham nos dois gráficos, visto que ambos trazem em seu núcleo induzido a ‘provocação’ de uma resposta ‘afetiva’ pelo lugar (seja ela negativa ou positiva), ao se indagar sobre o ‘sentimento’ e o que ‘agrada’ ao entrevistado no Vale dos Sonhos. Conforme já apontado anteriormente, o acesso à *moradia própria*, além de ter sido motivo principal de essas pessoas irem morar no Vale dos Sonhos, apresenta-se também como o gerador de sentimentos (geralmente positivos) apresentados pelos moradores entrevistados, visto que perpassa os discursos de quase todos diante dessas perguntas.

O acesso à moradia e ao solo urbano não é uma questão recente, visto que o ato de ‘morar’ faz parte da própria história do desenvolvimento da própria vida humana. Pode-se dizer então, de maneira simplória, que o ser humano não pode viver sem ocupar lugar no espaço. Todavia, as características desse ato de morar mudam de acordo com cada contexto.

Especificamente no cenário de Goiânia – cidade com setenta anos de fundação – as mudanças na configuração do espaço são notáveis e têm sido objeto de debates, e, observa-se, ainda, uma preocupação dos órgãos públicos acerca do assunto de modo

mais acentuado nos últimos anos²⁷. Segundo Freitas (2004), nas duas últimas décadas do século XX, Goiânia se transformou em uma metrópole que atende pessoas não somente do Estado de Goiás, mas também dos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país²⁸.

Embora tenha sido criado em 1964 o Banco Nacional de Habitação (BNH), é sabido que as políticas habitacionais brasileiras não têm conseguido solucionar o problema da moradia para a população carente e, sim, por vezes, essas políticas viabilizaram a expansão capitalista nas áreas urbanas, definindo um mercado urbano de terras, segregando as áreas e valorizando-as. Freitas (2004, p. 2) observa que a valorização especulativa do solo urbano tem proporcionado a “formação de um sobrevalor artificializado e forçado as populações pobres a ocuparem áreas periféricas e sem infra-estrutura [... e conseqüentemente] gerado a chamada cidade ilegal”.

As concepções de espaço e moradia própria não se dissociam, dentre outras, das noções de solo, territorialidade e território. Conforme Lemonnier (1986, p. 59), o *solo* é considerado “um elemento constitutivo dos meios habitados e explorados pelo homem”, enquanto que a *territorialidade* é definida como um fenômeno de comportamento que está associado à organização do espaço em âmbito de influência ou em territórios nitidamente delimitados, “que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define” (LEMONNIER, 1986, p. 263).

²⁷ Conforme a Superintendência de Programas Urbanos, “o Governo do Estado de Goiás criou em fevereiro de 2005 a Secretaria das Cidades, que tem a responsabilidade de elaborar e implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional. A meta da Secretaria é o fortalecimento da gestão municipal, a integração e cooperação entre os municípios e o Estado para fomentar o desenvolvimento regional [por meio de] políticas setoriais nas áreas de Habitação, Saneamento, Mobilidade e Planejamento Urbano. Para implementar esta Política, a Superintendência de Programas Urbanos da Secretaria das Cidades elaborou, dentre outros, o Programa Cidade pra Gente, que tem como meta maior o fortalecimento da Gestão Municipal utilizando como um dos principais recursos a elaboração, revisão ou avaliação dos Planos Diretores Democráticos dos municípios goianos. [...] O Plano Diretor Democrático é um conjunto de diretrizes, normas e leis que devem refletir a leitura que a comunidade faz de seu município, direcionando o desenvolvimento de forma sustentável e definindo instrumentos que garantam a função social da cidade e da propriedade”. (Informativo da Secretaria das Cidades – Superintendência de programas Urbanos – Ano I – Nº 01 – 2ª edição, ago. 2005)

²⁸ Cabe notar que 60% dos entrevistados participantes da presente pesquisa tem naturalidade Goiana, sendo 35% da capital e 25% do interior do Estado. Em seguida, tem-se a maior representatividade pelos oriundos dos Estados do Maranhão e da Bahia: 15% e 10% respectivamente, e com representatividade de 5%, aqueles que nasceram nos Estados do Pará e Minas Gerais e no Distrito Federal, que ‘somados’ totalizam 15%.

Nesse sentido percebe-se que o conceito de territorialidade está imbuído da perspectiva da formação territorial a partir do delineamento de uma região específica como lócus de poder no espaço-tempo de um grupo social ou de grupos sociais diversos. Já a concepção de território, conforme Freitas (2004, p. 7), diz respeito a “uma das formas como os grupos sociais se apropriam do espaço para garantir uma relação de poder e dominação sobre outros grupos”.

Desse modo pode-se dizer que *solo*, *territorialidade* e *território* permeiam os fenômenos sociais coletivos em que se embasam as questões da divisão do espaço e do sentido de propriedade. Seguindo tais concepções, pode-se observar, portanto, que a repetição nas falas dos entrevistados quanto à questão da moradia própria indica a importância, para esses moradores do Vale dos Sonhos, do aspecto de se ter a casa como *lugar próprio*.

Segundo Cardoso Flamarion (1998, p. 4), “em antropologia, o *lugar* define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço” e serve como referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição no sistema de valores, da hierarquia e do poder. Para o autor (*op. cit.*, p. 4) “lugar é a ideia, parcialmente materializada (porque em parte inscrita concretamente no espaço, no território), que os habitantes têm de suas relações com seu território, suas famílias, com os outros”.

É importante observar também que alguns discursos remetem aos aspectos da paisagem do lugar, como aquilo que agrada ao entrevistado, enquanto morador do Residencial Vale dos Sonhos.

Apontando para a polissemia do vocábulo *paisagem*, Jean-Pierre Raison (1986, p. 138) traz a observação de que o termo paisagem há muito é carregado de conotações culturais e artísticas e que, no sentido mais corrente, “designa a parte de um território que a natureza apresenta ao observador [...] é a natureza vista através do olhar humano, transformada pela intervenção e olhos dos homens”. Ainda segundo esse autor, (*op. cit.*, p. 141), a paisagem define-se, isto é, descreve-se ou explica-se a partir da sua própria morfologia, pois as formas surgem dos elementos do ambiente natural, ou são a consequência da intervenção do homem, que imprime a sua marca no espaço. Desse modo, além de expressar as relações entre a sociedade e o ambiente natural, a *paisagem* “expressa os laços que ligam o presente à herança do passado” (RAISON, 1986, p. 157).

A *paisagem* e seus mecanismos complexos englobam variáveis diversas e têm sido, no decorrer dos tempos, objetos de estudo de diversas áreas do conhecimento,

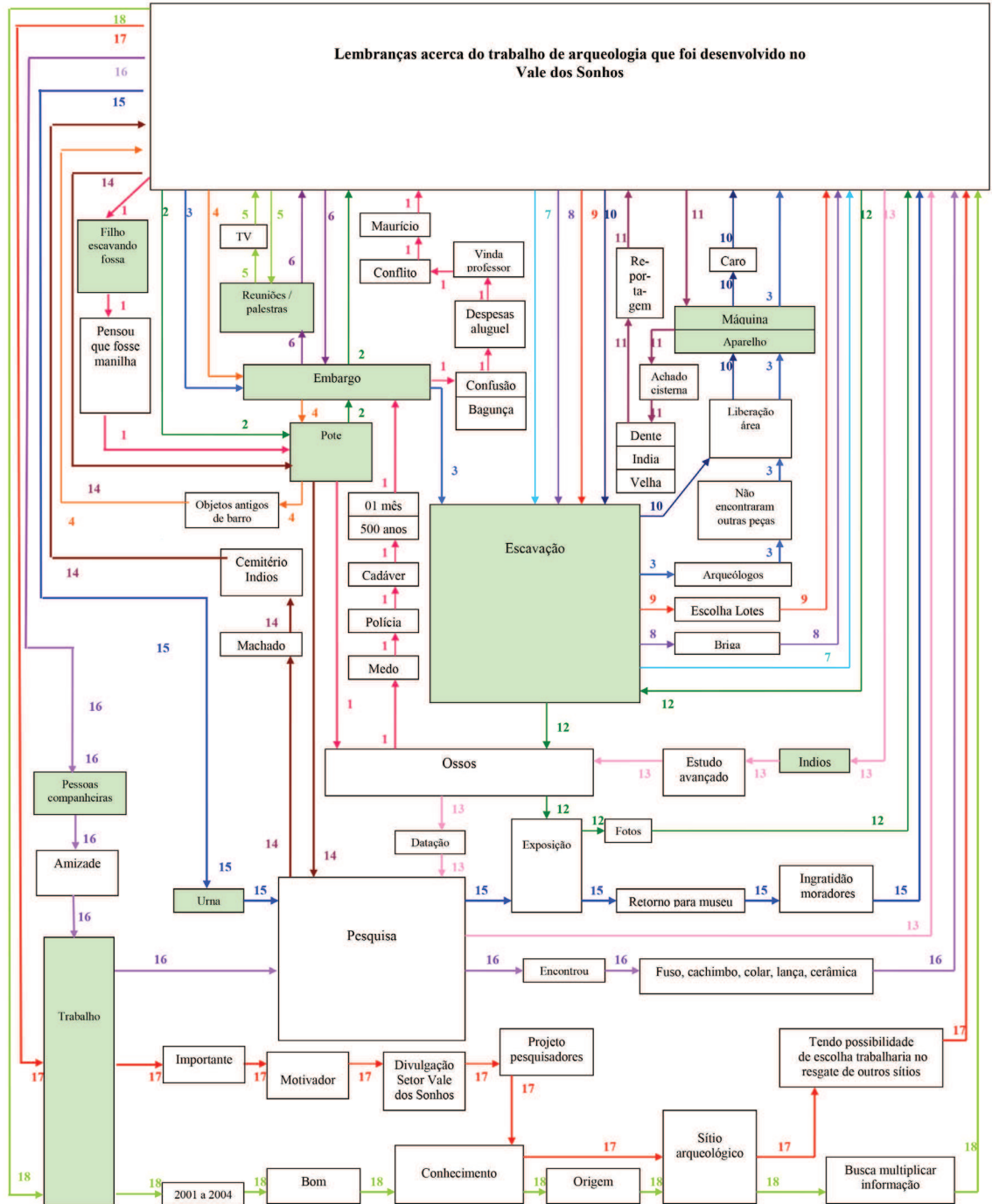
como a geografia, a história, a arqueologia, a antropologia, para citar algumas. Embora não seja pretensão do presente estudo aprofundar na complexidade da *paisagem*, nota-se, a partir das falas dos entrevistados, que quando estes utilizam o termo, estão se referindo ao território que ocupam, e que seus *olhares humanos*, por vezes embevecidos, trazem uma conotação afetiva com o lugar – em que moram atualmente ou em que residiam antes – também por meio da paisagem que lembram ou que vêem.

Por meio dos discursos apresentados a partir dos núcleos induzidos da Categoria I, observou-se que alguns entrevistados apresentaram lembranças ‘positivas’ da região em que moraram e outros trouxeram lembranças ‘negativas’ de suas regiões de origem. Já nos discursos apresentados a partir da Categoria II, as questões afetivas com características ‘positivas’ direcionadas ao Vale dos Sonhos, lugar onde atualmente essas pessoas habitam, são bastante acentuadas, principalmente pelo fato de nele terem sua moradia própria, embora haja aqueles que se referem aos aspectos negativos do bairro, como a falta de segurança ou a pouca infra-estrutura. Conforme apontado anteriormente, muitos discursos indicam que a paisagem, a natureza e a tranquilidade são aspectos que os agradam no Vale dos Sonhos e alguns afirmam claramente que gostam daquele lugar para viver.

Nos Gráficos 14 e 16, a descoberta arqueológica apresentou-se nos discursos de três entrevistados como motivo de vínculo com o bairro, sendo que dois deles emergem de moradores que trabalharam no projeto de resgate do sítio, que inclusive associam a descoberta do sítio ao trabalho e às amizades que se estabeleceram a partir dele. Entretanto, no Gráfico 15, ao serem perguntados acerca da ‘história do Vale dos Sonhos’, a descoberta arqueológica e a pesquisa dela decorrente surgem de modo acentuado no discurso de vários entrevistados, sendo que alguns apresentam que a medida de embargo e a repercussão na imprensa marcaram também a história do Vale dos Sonhos.

Categoria III – Arqueologia/Patrimônio

Gráfico 17 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Você se lembra do trabalho de arqueologia que foi desenvolvido aqui? Em caso afirmativo, do que você se lembra?”.



Diante do núcleo induzido: “Você se lembra do trabalho de arqueologia que foi desenvolvido aqui? Em caso afirmativo, do que você se lembra?”, emergiram os núcleos de pensamento: *filho escavando fossa, pote, embargo, reuniões/palestras, escavação, máquina/aparelho, índios, urna, pessoas companheiras e trabalho*, sendo que vários desse núcleos também surgem como unidades de significação em alguns discursos e, em outros, produzem outras respostas significativas.

O termo *embargo* emerge como núcleo de pensamento de alguns discursos e desencadeia as unidades de significação *reunião, pote e objetos antigos de barro, escavação, arqueólogos, não encontraram outras peças, máquina/aparelho*. Já em outro discurso o termo emerge como unidade de significação a partir dos núcleos de pensamento *pote*. Seguem trechos de alguns depoimentos em que tais dados podem ser observados:

Eles embargou e a gente tava com pressa pra poder começar, aí eles disse que ia ter uma reunião que todos vieram – era pra vir, né? – todos os que ia... os que tinha os lotes aqui. Aí eu vim na reunião e lá eles tavam... falando sobre isso aí. Mas aí era muita gente, eles explicaram lá, mas é...já tem muito tempo...(S. 01).

É porque eu fiquei sabendo – não sei se na quadra 9, ou na quadra 10 – que eles tinham embargado um lote. Não deixavam o pessoal construir porque eles tavam cavando e encontraram algumas peças, pedaços de ... não sei se era pote, panela, coisas feitas de barro de antigamente, né (S. 10).

Lembro. Isso aqui ficou embargado um ano, essa parte nossa aqui. Aquele negócio foi achado nessa casa aqui [apontou para a casa vizinha] ó. Nessa casa dessa senhora ali, foi encontrado aquela... aquele negócio que eles encontraram aí. Eles encontraram foi aí nessa casa de baixo...ficou um ano embargado aqui. Eles furaram buraco demais, todo lugar aqui tinha buraco furado, o pessoal do... os arqueólogos...aí vieram, furaram, furaram, fizeram escavação, mas não encontraram mais nada, só encontraram esse na casa dessa senhora aí na época, aí não encontraram mais. Aí liberaram a área aqui, mas tava embargado, não era pra mexer mais não. Aí eles trouxeram um aparelho, não sei daonde aí, passaram esse aparelho... aí não acusou mais nada, aí eles liberou a área pro pessoal construir. Na época aqui, quando embargou, eu já tinha começado a construir (S. 14).

Quando o pessoal achou aqueles pote de coisa? Eles acharam uns três pote de coisa aí, embargaram aqui ainda, não queria deixar fazer a casa, aí depois eles liberou (S. 13).

Do núcleo de pensamento *escavação* emergiram as unidades de significação: *briga, escolha lotes, liberação área, aparelho/máquina, caro, ossos, exposição, fotos*, conforme pode ser observado nos trechos dos depoimentos a seguir.

Lembro que o pessoal cavava aqui (S. 05).

É... aqueles negócio de cavar osso, esses trem?! Lembro! Inclusive pra cavar e fazer esse alicerce minha mãe brigou com todo mundo aqui [risos] [...] (S. 08).

Sim. O pessoal tava escavando aqui – porque até pessoas daqui mesmo escavavam aqui pra poder ver se achavam alguma coisa também. Até o pessoal daqui mesmo. Então eles foram, onde eles foram achando, eles foram escolhendo alguns lotes pra tarem escavando – lotes mais próximos de onde eles acharam as outras coisas, não é? Eles foram escavando pra achar, pra ver se achava mais algumas coisas ainda (S. 04).

Olha, eles passaram aqui, cavaram em vários lugar, onde eles achavam que tinha que cavar eles cavaram. Até pouco tempo ainda tinha que ter – pra liberar essa área aqui – tinha que ter um aparelho. Eles arrumaram esse aparelho e saiu passando esse aparelho nas ruas, nesses lotes tudo aí, pra ver se tinha alguma coisa – eu não sei o nome daquele aparelho...sei que aquele aparelho é muito caro... (S. 12).

Onde eles cavaram uns buracos e eles acharam uns ossos ali na quadra oito? Eu vi que eles mostraram pra muita gente, tiraram retrato. Toda a reunião que tinha eles tava lá pra todo mundo ver. Eu só vi os retrato, não vi os ossos não (S. 11).

Dos núcleos de pensamento *pote* e *urna*, surgiram as unidades de significação: *pesquisa, machado, cemitério de índio, exposição, retorno para museu e ingratidão dos moradores*, sendo que um dos discursos foi gerado por um dos moradores que trabalhou no projeto de resgate do sítio e outro de uma moradora do Vale dos Sonhos que reside exatamente em frente ao lote em que a urna foi encontrada. Seguem seus depoimentos:

Quando eu cheguei já tinha começado. Aí teve o negócio de uma urna que acharam – inclusive que depois que foi pra nós terminar aí a pesquisa, os menino e os professor trouxeram ela ali – só pra mostrarem. Eles trouxeram, só pra mostrar. Aí voltaram com ela novamente acho que lá pro museu. Eu fiquei trabalhando mais eles aí, mas o que eu me lembro é que só ingratidão do pessoal morador. Aqui tem gente, que onde é eu e o Valter – que nós vigiava isso aqui, enquanto não foi terminado de fazer a pesquisa nós tava vigiando [...] Tem gente aqui que queria ver outra coisa e não queria ver nós. Eu acho que tem gente que tinha raiva de nós [...] (S. 19).

Foi assim, tava cavando aí achou o negócio lá, o pote. Eles fez muita pesquisas. Eles veio, escavou, pra ver se achava – acho que ainda até achou. Teve um lugar aí, num lote aí, parece que eles achou uma machadinha. É .. foi isso mesmo. Eles vieram e eles ficou aqui um mês. Eles vinham, olhava os lotes – os lotes vazios, por que casa assim eles não mexiam não. [...] Os arqueológico gostam muito desse negócio, né, de... Ainda mais aqui que disse que foi um cemitério de índio [...] (S. 03).

De outro discurso também emerge a unidade de significação *exposição*, em que o entrevistado a partir do núcleo de pensamento *índio* lembra da pesquisa e das fotos que foram apresentadas e remete à questão do avanço do estudo que permite datar os achados arqueológicos. Eis seu depoimento:

Lembro sim. Eu fiquei sabendo da pesquisa através daquele achado aí que disseram que era de um índio, né? Eu acho um estudo até avançado pra descobrir quantos anos ele foi enterrado, quanto tempo atrás, né? Mas foi através daquele... daquele osso que eles acharam aí que eu fiquei sabendo da pesquisa. Aí começaram a investigação, a pesquisa sobre justamente aquele... quando se trata desse negócio, não é justamente sobre isso mesmo? Pois é (S. 02).

Indicando que soube a respeito da pesquisa arqueológica por meio das reuniões e palestras que aconteceram e também através da divulgação na imprensa, um dos entrevistados diz:

Lembro, lembro. Se discutiu aqui, passou na televisão e eu participei de algumas reuniões. [...] eu cheguei a participar de algumas reuniões que teve aqui... os restos arqueológicos, né? (S. 06).

Outro entrevistado já inicia seu discurso acerca da pesquisa com a lembrança de que nela utilizou-se o aparelho geo radar²⁹.

Lembro. Deles passando a máquina? Passando a máquina aqui, pra ver se achava mais alguma coisa? Eu lembro. Eles passava a máquina pra ver se achava mais, porque foi ali na casa da dona Rosa que encontrou. Eles foi furar a cisterna lá e encontrou – encontrou dente, né, encontrou mais outras coisas. Disse que era de uma índia veia. Eu fiquei sabendo porque disse que o rapaz que tava furando a cisterna lá, aí disse que saiu... e aí ele correu lá no galpão onde tava tendo reunião e falou não sei pra quem lá, aí eles vieram, chamou a reportagem, chamou as pessoas, né (S. 07).

Diante da pergunta acerca da lembrança da pesquisa arqueológica, para três entrevistados surge o termo *trabalho*, sendo que todos eles participaram do projeto de resgate do sítio, trabalhando nas escavações. Para dois deles, o termo emerge como núcleo de pensamento e desencadeia as unidades de significação: *importante, motivador, 2001 a 2004, bom, divulgação Setor Vale dos Sonhos, projeto pesquisadores, conhecimento, origem, sítio arqueológico, tendo possibilidade de escolha trabalharia no resgate de outros sítios e busca multiplicar informação*. Para o terceiro, o termo *trabalho* surge como unidade de significação a partir do núcleo de pensamento *pessoas companheiras*, referindo-se às amizades que fez com os especialistas do projeto de resgate na ocasião do trabalho. De seu discurso surgem também as unidades de significação *fuso, cachimbo, colar, lança e cerâmica*, ao relatar que encontrou esses artefatos durante as escavações. Seguem trechos de seus depoimentos:

²⁹ Embora o entrevistado não tenha utilizado o termo, ao falar de ‘máquina’, está se referindo ao aparelho geo radar.

Pra mim foi muito importante, porque eu trabalhava com muito tipo de serviço, mas esse aí foi o que mais me incentivou, porque através de...uma simples coisa, se achasse uma simples coisa, uma cerâmica – as vez você achava e achava que aquilo não era... uma coisa que...tão significativa do jeito que é né? – principalmente o Vale dos Sonhos foi conhecido rapidamente através desse projeto do sítio, do sítio arqueológico que foi descoberto aqui dentro. Foi conhecido rapidamente através desse projeto. Isso pra mim foi muito importante, porque nunca tive conhecimento desse trabalho e.. através dos pesquisadores que teve aqui....trabalhando com eles aí é que tive esse conhecimento. Pra mim se pudesse escolher o serviço, queria sempre fazer resgate de outros sitio arqueológico, se tivesse serviço todos os dias. Eu ia em busca de coisa que eu vou ter que ficar curioso, pra ter conhecimento de uma coisa que eu nunca vi (S. 17).

Eu iniciei no projeto em 2001 – agosto de 2001, até 2004. E a gente lembra que ... trabalhando no projeto – foi muito bom trabalhar no projeto – a gente ter o conhecimento da origem sobre o sítio, né, porque a gente nunca que ia ter esse conhecimento e... a gente passar pras pessoas a importância daquilo que traz pra gente o projeto, né, que é muito bom! (S. 18).

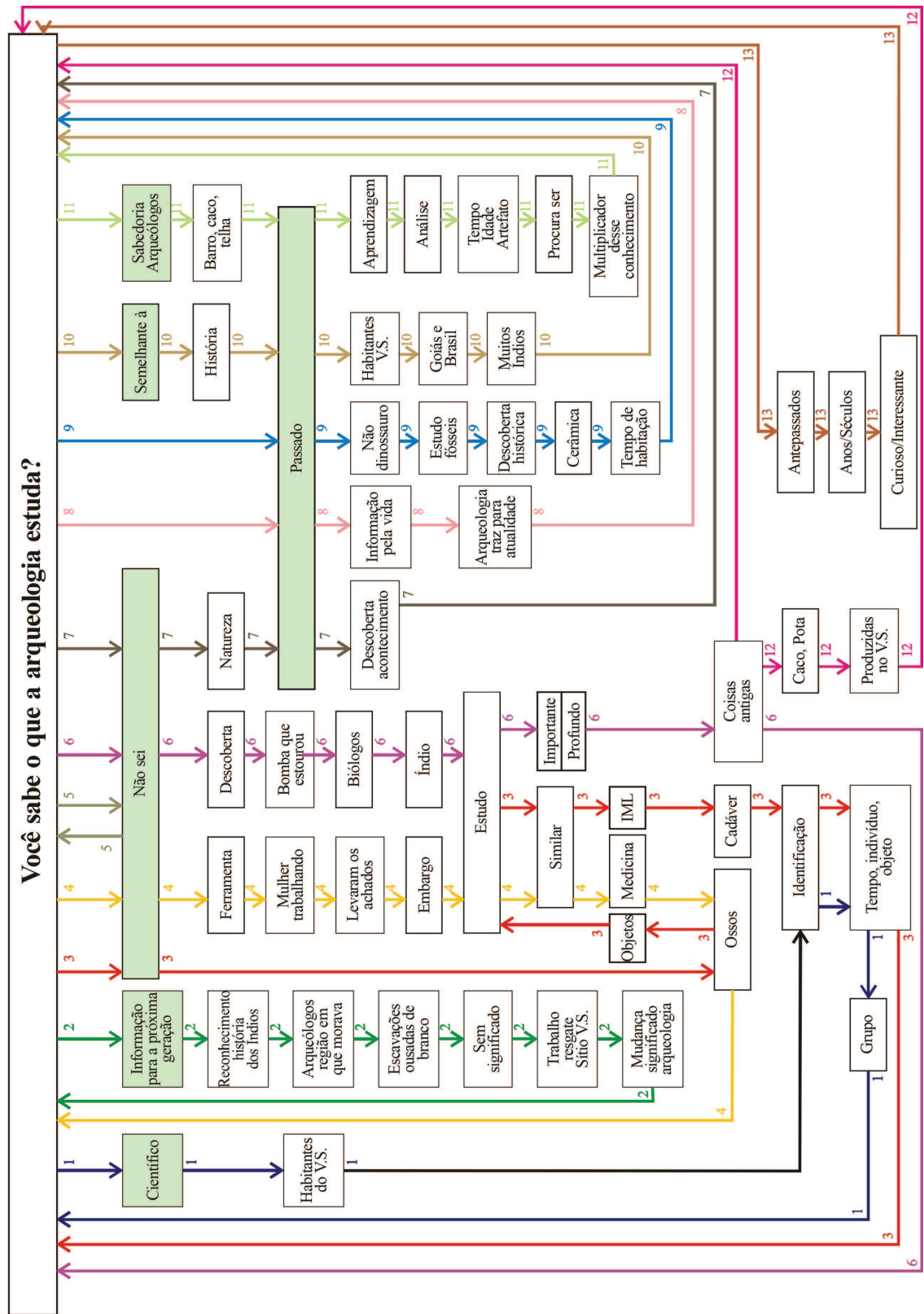
Alembro do pessoal, dos companheiro, das amiga, um trabalho que a gente fez bastante amizade com eles, a professora Sibeli, o Paulo Jobim, a Cida e vários outros companheiros deles que trabalhavam com a gente lá. Agora sobre os matérias, a gente tirou fuso, cachimbo, lança, ponta de lança, machadinho, colar, pedacinho de colar, borda e muitas cerâmica. A urna, nessa época o pessoal já tinha tirado já, né? A gente achou uma quase completa, mas só que o restante dela a gente não conseguiu encontrar. A gente achou muitos materiais (S. 20)

Do núcleo de pensamento *filho escavando fossa* surgiram diversas unidades de significação que representaram o processo inicial da descoberta arqueológica para esse entrevistado, como: *pensou que fosse manilha, pote, 01 mês/500 anos, cadáver, polícia, medo, ossos, embargo, confusão/bagunça, despesas aluguel, vinda do professor, conflito, Maurício*. Visto que foi em seu lote que a urna foi encontrada, cabe aqui trecho de seu longo e significativo depoimento:

Aham. Meu menino tava furando a fossa e aí eles acharam – meu menino e meu irmão. E aí pensou que era manilha. Aí disse assim: “mas manilha, nessa fundura aqui de um metro e tanto, um metro e vinte, manilha?” Um tamanho engraçado. Aí foram cavando e um vizinho que morava aqui no fundo e ficou falando, incentivando dizendo coisas, disse assim: ‘olha, isso aí é umas coisa guardada antigamente’, aí foi falando aquelas coisas, foi... cada vez mais que olhava aparecia o pote. Aí aparecia aquele pote... Aí mais esperto o outro vizinho – teve mais inteligência – disse: ‘deixa que eu furo mais’. Aí foi furando e disse: ‘não, não vou quebrar não, vou tirar ele inteirinho’. Aí acharam os ossos, dentro do pote. O pote tava inteirinho, tampadim. Só tinha... só tinha os ossos. Aí a gente ficou com medo... aí o vizinho daqui, foi lá, falar pro amigo dele, aí o amigo dele chamou as polícia pra vir, aí disse assim: ‘é um... cadáver que tem um mês, dois mês, que tava enterrado...’. Não era não – parece que tava com quinhentos anos, né, o cadáver. Igual.. pegaram e pisaram, esbagaçaram... ‘não, isso aqui não é nada não’ – e foram embora, deixou todo mundo em paz. Aí depois eu viajei e quando eu voltei, já tava embargado. Muitas pessoas já tinham vindo aqui, virado aquela bagunça. Não quis deixar eu mudar pra cá, não quis deixar eu fazer nada. E eu pagando aluguel ali – tava fazendo minha casa – e eu tava pagando

aluguel e sem fazer nada aqui dentro. E eu não ia pagar mais. Aí virou aquela confusão. Todo mundo ficou... ficou quase uns 15 dias sem ninguém... acabou o assunto, acabou tudo... quando um menino que trabalha lá no universitário, aí que chamou o professor pra ver, pra mexer com isso. O professor veio e pegou o pote. Ah... explicou tanta coisa, aí o Maurício... aí chamou atenção, aí disse pra gente pra ir embora, porque a gente não mandava aqui, o quê que acontecia aqui tinha que falar com ele...O Maurício... aí falou aquelas coisas todas ...e aborreceu a gente – por isso que a gente não gosta de falar mais no assunto, porque tudo sai daqui aí põe culpa na gente. E a gente não vai saber o que a pessoa veio fazer – o professor mesmo... a gente não sabia que o professor ia fazer essa bagunça todinha com o pote. Aí depois é que ficou tudo bem... Eu não procurei saber de nada, porque não tinha intenção de nada, né? Aquela coisa de sair do aluguel, aquelas pressa de fazer a casa, eu não tava importando com isso não! Demorou quase um ano pra eu construir. Todo mundo ficava achando ruim. Se o povo me achasse, me batia – porque embargou todo mundo, todo mundo precisava fazer as coisas. Os vizinho.... essa parte aqui ninguém podia furar buraco, ninguém podia furar um poço – todo mundo precisava sair do aluguel. Todo mundo precisava de construir, fazer a casa e ninguém podia. Se todo mundo... se soubesse onde que eu tava, eles queria me bater. Eles dizia: ‘esse povo acha as coisa, tem que jogar fora, não é pra falar pros outro não’ (S. 16).

Gráfico 19 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Você sabe o que a arqueologia estuda? O que sabe?”.



Diante do núcleo induzido: “Você sabe o que a arqueologia estuda? O que sabe?”, emergiram os núcleos de pensamento: *estudo científico, importante, informação para a próxima geração, não sei, passado, semelhante à história, sabedoria arqueólogo, coisas/fatos/marcantes, coisas, antigas e antepassados*.

Nos depoimentos em que emergiram o núcleo de pensamento *não sei* observou-se dois tipos de discurso: de um lado, alguns que retornam diretamente ao núcleo induzido e, de outro, aqueles em que o entrevistado, mesmo dizendo não saber o que a arqueologia estuda, articula um discurso que expressa qual seu entendimento acerca do assunto. No segundo tipo, do núcleo de pensamento *não sei*, emergem as unidades de significação: *ossos, objetos, estudo, similar, IML, cadáver, identificação, tempo, indivíduo, artefato, ferramenta, mulher trabalhando, levaram os achados, embargo, estudo, similar, medicina, natureza, passado, descoberta dos acontecimentos*. Os trechos dos relatos a seguir exemplificam tal situação:

No meu entendimento?...eles gostam muito desses negócio... sabe que eu nem sei?...me deu um branco agora...Eles gostam muito tipo assim... não sei... me deu um branco agora... (S. 03).

Já ouvi falar, mas eu inda vou chegar lá... [risos] (S. 08).

Sabe que eu não sei nem lhe falar! Eles explicou, na reunião lá deles, mas eu não gravei (S. 11).

Não, isso aí eu não sei lhe responder (S. 09).

Ih... agora você me pegou...(S. 13).

Não sei. Agora você me apertou.... eu acho que é um estudo que eles vão estudando até descobrir, né? É um estudo! (S. 15).

Não, não sei não. Eu tô aqui com uma coisa aqui na minha cabeça, mas eu não sei... é tipo desses negócio mesmo que eles estuda, né. [...] Por exemplo, vamos supor assim – que tem a brigada ali em baixo né, aí desativa ela. Muitos anos desativada. Vai a pessoa e acha uma capa de bala, ou uns ossos do soldado, ou uma espingarda muito veia lá, então eu acho que é isso que eles estuda, não é não? Vamos supor, não me leve a mal, isso aí é igual o pessoal do IML, eles encontra um cadáver muito velho, aí eles vai estudar pra saber de quem que é o cadáver... é pra saber.... eu não sei se eles tão estudando se é pra saber de quanto tempo, de quem foi.... é isso aí que eu penso. Isso aí é quase que uma descobrição. É pra descobrir algo, algo. Esse algo que eles tão estudando é pra descobrir isso aí: de quanto tempo, de quem foi, de quê que foi feito (S. 07).

Não sei...sabe que eu não sei te explicar! Nesse ponto eu sou muito...nossa eu sou...É... eles tava tudo aí trabalhando.... conversou, era muita ferramenta, tinha mulher e tudo...estudando, trabalhando... o que eles acharam, eles levaram pra estudar. Eu achei que... que eles queria estudar pra ver se aqui tinha outras coisa importante...é... enterrada... eu achei que eles queria era isso aí. Porque embargou e...mas eu não ...na verdade eu não sei o porque e pra quê que eles queria estudar sobre isso aí... as vez eu penso assim: “é pra

ver se realmente é coisa de índio, se é coisa que coisa que vale ter... eles quer fazer aqui um reservado, pra descobrir mais alguma coisa aqui no... no loteamento, né? Mas eu não sei o fundamento pra quê estudar, pra que ..pra quê que serve... Fico pensando que é pra estudar pra.... por exemplo pra medicina, não é não? Porque pra medicina a pessoa tem que estudar ... é.. profundamente.... ossos, essas coisas tudo. Então eu acredito que deve ter sido pra isso (S. 01).

Não, não sei. Eu não posso afirmar, mas eu acredito bem que foi trabalho desse pessoal, né? Mas, com certeza a arqueologia deva ser essas coisa que ... coisas da natureza, não? – coisas da natureza, coisas tudo justamente do passado, eu não sei! Porque... eu não sei te responder não o que os arqueológico estuda não. Pra mim que assim, pra mim que eles estuda justamente a descoberta das ciências das coisa, dos acontecido, né? – porque do que vai acontecer ainda eu acho que é impossível, né? [riso] (S. 02).

Do discurso do entrevistado que é morador do lote em que a urna foi encontrada, a partir do núcleo de pensamento *não sei*, emergiram as unidades de significação *descoberta, bomba que estourou, biólogos, coisa de índio, estudo, importante/profundo, coisas antigas*. Eis seu depoimento:

A gente não sabe não porque... porque já vieram assim parecendo uma bomba que estourou, sabe? Você sabe quando estora uma bomba?! Ai vira aquele coisa assim?! Preocupada de tudo?!...As pessoas veio, os biólogo veio, acharam muita coisa aqui no lote, acharam muita coisa de índio. Só no meu terreiro acharam aquelas coisa de – o quê que chama aquilo? – esqueci. Mas é importante estudar. É um estudo muito profundo, pra ver como as coisas passadas, antigas, essas coisas (S. 16).

Curioso observar que, embora esse sujeito relate as dificuldades advindas da descoberta arqueológica para ele e que não sabe o que a arqueologia estuda, no final do seu discurso diz que considera importante estudar as coisas antigas e que a arqueologia é um estudo profundo.

O termo *coisas* emergiu como núcleo de pensamento dos discursos de alguns entrevistados (podendo-se observar que o termo foi utilizado como sinônimo de objeto/artefato/cultura material) e dele emergiram as unidades de significação: *antigas, caco/pote, produzidas no Vale dos Sonhos* para um dos sujeitos, e, para outro, as unidades *antepassados, anos/séculos, curioso/interessante*.

Eles estuda essas coisa antiga. Eles encontraram uns ossos, encontraram uns caco, parece uns caco de pote daquele...pote que aqui que era feito... (S. 14).

Arqueologia... é essas coisas dos antepassados? Ah, pra mim é essas coisas que eles encontram assim há muitos anos, que foi ... de séculos... eu entendo isso, não sei se realmente é isso. Mas chamou atenção assim, de você saber que tá num local que...que já morou gente que você nunca imaginava, entendeu? E que já teve outras famílias aqui, há séculos atrás. É muito curioso, né? Coisas que talvez você poderia até tá presente pra ver tudo isso mas você não vê, você não viu, não chegou a ver, você tá vendo agora

alguém falar alguma coisa que eles encontraram... é isso que eu achei interessante (S. 10).

Diante da pergunta “o que você acha que a arqueologia estuda?”, o termo *passado* emergiu de outros discursos ora como núcleo de pensamento, ora como unidade de significação.

Para dois entrevistados o termo apareceu indicando que o estudo do passado pela arqueologia é semelhante ao estudo de História, sendo que um deles acrescenta que o estudo está relacionado aos anteriores habitantes do Vale dos Sonhos e associa ao seu discurso o fato do Estado de Goiás e do Brasil terem sido povoados por índios, embora ressalte que eles estão ‘acabando’. Seguem trechos desses depoimentos:

Arqueologia? não sei muito explicar bem não, mas é parecido com história. Estuda as coisas passadas mesmo, não é? Bem antigo... sobre a história do passado (S. 05).

Arqueologia no meu entendimento é... é... estuda quase igual a história: o passado. O que se passou aqui no Vale dos Sonhos quando os índios... se tinha índio aqui... se tinha... porque no estado de Goiás, no Brasil todo, é cheio de índio. Agora tá acabando, tá acabando. Mas se tinha índio aqui... então a arqueologia pra mim, ela estuda o passado. Eu acho que... acho que é igual matéria de história [...] (S. 12).

Para outro entrevistado o *passado* surgiu como unidade de significação decorrente do núcleo de pensamento *coisas/fatos marcantes*. Emergiram também desse discurso as unidades de significação: *informação pela mídia e arqueologia traz para a atualidade*, em que nota-se a importância das informações veiculadas pela mídia televisiva na formação do pensamento do sujeito. Segue trecho de seu depoimento:

Ih... no meu entendimento [...] na minha idéia é de que a arqueologia estuda coisas e fatos do passado assim... vidas antepassadas, pessoas... fatos que aconteceram que deixaram... que deixaram marcas – tipo essas coisas que foram encontradas aqui, entendeu? Estuda aquilo, coisas antepassadas assim... acho que é isso, mais ou menos é isso... eu tenho essa noção porque... pela mídia né? – porque eu assisto bastante televisão – e também porque eu – na minha opinião mesmo eu acho que estuda isso – porque a maioria dos arqueologistas tem estudado isso, né? Assim: os antepassados, a vida dos antepassados, essas coisas, pra poder trazer pra gente uma idéia do que era antes, entendeu? É por isso... é o que eu acho, é isso. Eu tenho essa idéia... é por causa que... porque eles querem trazer pra gente uma coisa do que era antes, do que aconteceu antes, como era vivida antes a vida...(S. 04).

Para outro sujeito, o estudo do *passado* e dos artefatos constitui o trabalho do arqueólogo. Enfoca a importância dos materiais arqueológicos, desde pequenos achados como fragmentos cerâmicos, importantes para estabelecer datação. Interessante notar que esse entrevistado ressalta no início de seu discurso que a arqueologia não se atém

aos estudos dos dinossauros, consideração normalmente atribuída entre os leigos. Segue trecho de seu depoimento em que tais considerações podem ser observadas:

Eu não sei muito, mas eu acho que é a respeito do...do passado. Não é igual a questão dos dinossauros, por exemplo, né? Acho que estuda mais os restos, os fósseis dos antepassados que tiveram por aqui um tempo, né? Como que era e através de tudo isso descobrir toda uma história. É o estudo do passado histórico, dos antepassados aqui, os índios no caso. Eu me admiro muito como é que esse pessoal – os pesquisadores – através de um pedaço de cerâmica que encontra, de um artesanato, eles sabem quanto tempo tiveram aqui, né? [...] (S. 06).

Dos discursos dos moradores que trabalharam no projeto de resgate do sítio, emergiram os núcleos de pensamento: *estudo científico, sabedoria arqueólogos, importante e informação/história para as próximas gerações*, os quais desencadearam as unidades de significação: *habitantes do Vale dos Sonhos, identificação, tempo/indivíduo/objeto, grupo, barro/caco/telha, passado, aprendizagem, análise, tempo/idade/artefato, busca multiplicar esse conhecimento, reconhecimento história dos índios, arqueólogos região em que morava, escavações ossadas de branco, sem significado, trabalho resgate sítio Vale dos Sonhos e mudança significado arqueologia*. Eis trechos de seus depoimentos:

Arqueologia pra mim? Ah...arqueologia pra mim, no meu modo de pensar, ela estuda muitas coisas... científicas, né? Como...como se diz... como é que eu vou falar.. é... o tempo da pessoa...que tipo de pessoa, que pessoal viveu aqui no Vale dos Sonhos no tempo passado, antigo né? Que ... no meu tempo não existia...é... coisas... muitas coisas antigas que não chegou no meu conhecimento (S. 17).

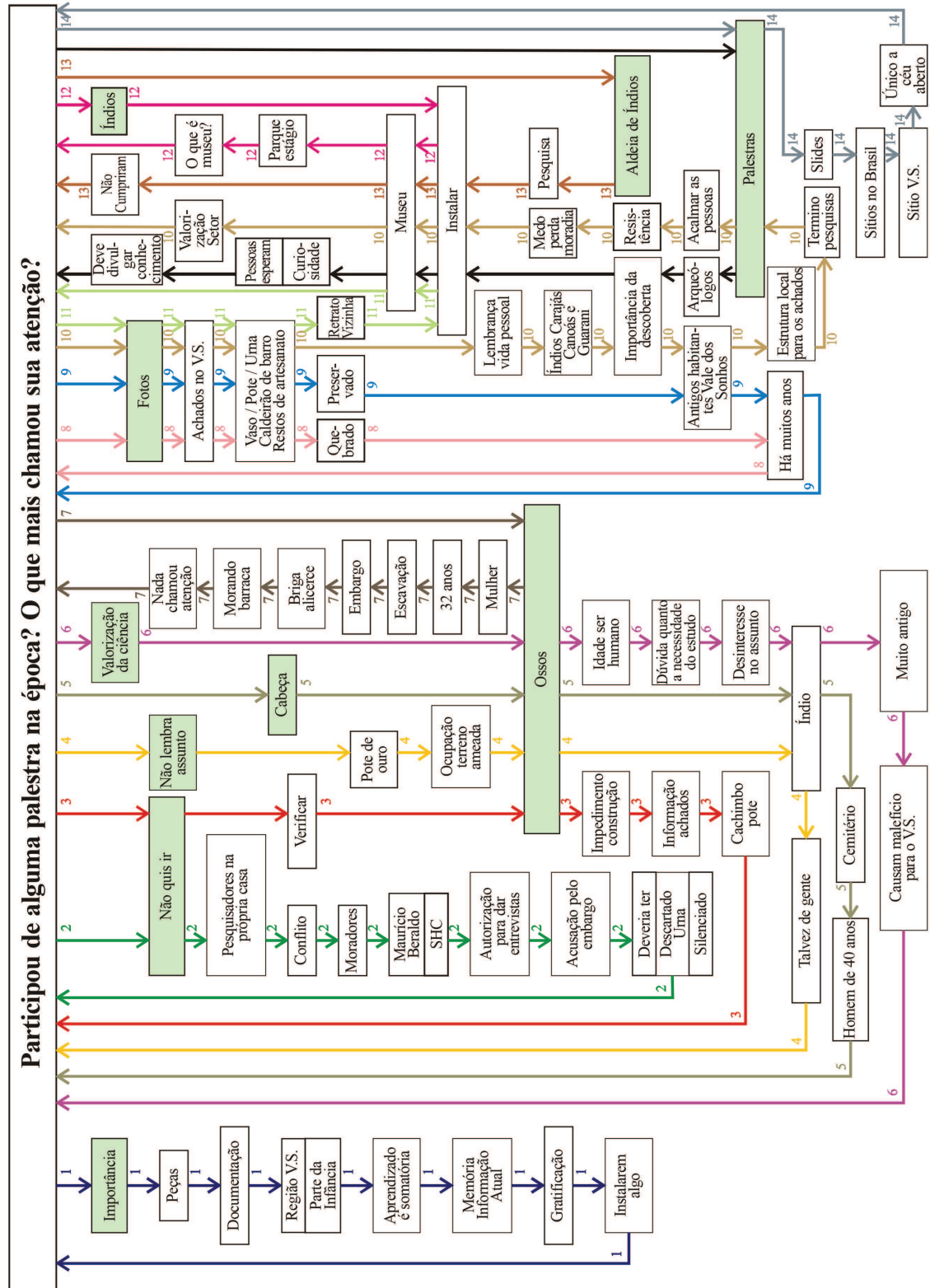
No meu entendimento, é muito muita sabedoria do pessoal, né? Mas eu não sabia – é igual eu falei pra você – eu não sabia, eu não tinha conhecimento do que era o projeto, por exemplo: um pedaço de caco, de coisa de barro aí eu não tinha... não tinha significado nenhum pra mim. O quê que veio trazer? Veio trazer conhecimento e sabedoria pras pessoas vê e ter o conhecimento do passado, quê que a gente... o quê que significa pra gente aquilo ali. Trabalhei diretamente com a Sibeli, o Paulo e a Mariza. Então é muita coisa que a gente tem que aprender e aprende e aprendeu com o pessoal, né? Foi muito bom! A gente se desenvolve muito o conhecimento! Eu não sabia o que era um pedacinho de telha assim. Dessa telha, de fazer análise e pesquisar e saber até a idade daquilo ali, pra mim foi significativo, porque desenvolveu muito. Profissionalmente a gente numa empresa por exemplo, a gente tá trabalhando aí eu vejo aquilo ali e digo é assim e assim e explico pra pessoa como é que é. Um artefato que eu ache ali, a gente procura passar pra eles aquilo ali, não é? (S. 18).

Eles estuda eu acho que seja muita coisa importante, porque se não fosse, eles não fazia isso (S. 19).

Na arqueologia é um trabalho... que faz a procura do do Significa muitas coisas pra eles e pra nós também... então eles que vêm fazendo esse trabalho, pra quando as pessoas que for gerando reconhecer que

provavelmente... porque os índios não têm mais onde morar... então, isso vai ficar pra quem não conhece, vai ficar na história. No meu entendimento é assim. De frente da cidade de onde eu morava – vizinho assim na fronteira do Tocantins e Pará – quando eu saí de lá os arqueólogos tava fazendo uma escavação, mas não era de aldeia, era de branco mesmo, cristão [...] Então em 99 pra 2000, os arqueólogo teve lá, escavando lá pra arrancar, caçando aquelas ossada daquelas pessoa que morreram naquela época, em 70, 72, pra levar pras família. E eu tive lá e eles falaram que aquilo lá era de ser humano. Eu não conhecia, pra falar a verdade eu não conhecia... e eles só falaram. Aí eu olhei e pensei como é que eles vai conhecer a ossada de um ser humano que morreu há tantos ano atrás? Aí teve uns que me deu uma explicaçãozinha, mas eu também não dei muita importância não, não levei muito a sério, porque pra mim aquilo ali não tinha serventia pra nada! E assim que eu cheguei aqui surgiu o sítio, aí eu fui trabalhar com eles ... ‘ah, eu tô precisando do trabalho eu vou mexer’. Cheguei aqui era muito diferente do que eles tava fazendo lá [...] Aqui eu vi que o significado dessas pesquisa é outro, aqui eu dei valor (S. 20).

Gráfico 20 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Participou de alguma palestra sobre arqueologia na época? Caso afirmativo, o que mais chamou sua atenção?”



Diante do núcleo induzido: “Participou de alguma palestra ou exposição sobre arqueologia na época? Caso afirmativo, o que mais chamou sua atenção?”, no gráfico 20, dos discursos dos entrevistados emergiram os núcleos de pensamento: *não quis ir/ não lembro assunto, cabeça, ossos, valorização da ciência, fotos, índios, aldeia de índios, palestras e importância das peças*.

O núcleo de pensamento *não quis ir* emergiu do discurso de dois entrevistados, sendo que de ambos surgiu a unidade de significação *pesquisadores na própria casa*. Da fala do primeiro, foram associadas as unidades de significação: *verificar ossos, impedimento construção, informação achados, cachimbo/pote* e do segundo, que é morador do lote em que a urna foi encontrada, foram vinculadas as unidades: *conflito, moradores, Maurício Beraldo/SHC, autorização para dar entrevista, acusação pelo embargo, deveria ter descartado urna/silenciado*, que apontam para o clima de animosidade estabelecido na ocasião. Seguem trechos de seus depoimentos que evidenciam tais observações:

Não. Teve reunião lá no ranchão, mas eu nunca fui. Muita gente ia e chamava, mas eu nunca quis ir. Eu conversava com eles quando eles vinha cavar aqui no nosso lote. Eles explicava pra mim que era só pra gente reparar se achava osso, nem queria que ninguém cavasse, porque tinha que achar osso! Não era pra nós construir. Agora osso não sei de quê, porque aqui só acharam esse pote pra ali e nunca mais eu ouvi alguma pessoa falar que achou. Nunca acharam! Mas disse que acharam até um cachimbo! Um cachimbo véio de barro dentro de um negócio lá que era tipo um pote (S. 09).

Eu não quis ir lá . Eles é que vinha na minha casa. Se eu fosse lá eu ia apanhar, né? O povo tava revoltado. E eu tava sempre por fora... porque qualquer coisa se a gente falasse o Maurício brigava... aí as reportagem vinha tudo aqui e eles ficava vigiando a gente – esse povo aqui do gabinete aí. Ficava vigiando a gente, pensava que a gente chamava repórter e a gente não chamava e o repórter vinha. Eles falava que se o repórter viesse aqui, ia mandar eles embora. Eles ficava ameaçando a gente. Ele queria que a televisão deles aparecesse...agora vieram as outras televisão – que a gente nem sabia porque que vinha – e eles queria que a televisão deles... tinha num sei o quê, viesse. Se acontecer alguma coisa aqui a gente tem que falar pra eles primeiro. Se fizesse entrevista a gente tinha que falar com eles primeiro – igual você tá aqui, você tem que saber deles primeiro. Mas eles falou que não era pra mim ter falado pra ninguém, pro professor. Eu não falei, foi um vizinho bem longe daqui, na outra quadra, do outro lado que falou, que foi lá falar pra fazer essa coisera todinha. As pessoas ficaram muito revoltadas porque não tinha muro, não tinha nada...aí o povo queria construir e tava embargado. Eles queria saber quem é que teve problema, porque que não pegou esse pote, porque que não jogou fora e ficou calado...(S. 16).

De um outro discurso emerge o núcleo de pensamento *não lembro o assunto* e a ele são vinculadas as unidades de significação: *pote de ouro, ocupação terreno ameaçada, ossos, índio, talvez de gente*. Observa-se, de modo ‘curioso’, uma

‘separação’ entre o ‘ser índio’ e o ‘ser gente’, bem como a lembrança da informação nas palestras acerca da possibilidade de se encontrar um ‘pote de ouro’ nas escavações dos terrenos, no discurso do entrevistado. Eis seu depoimento:

Bom, nas reuniões aqui do SHC sobre o loteamento eu ia em todas. Eu participei de uma palestra, mas eu não me lembro! Foi nas reuniões que teve no ranchão, então eles vieram e deram uma palestra lá mas eu....até que eles conversaram bastante, explicaram, mas não lembro....[...] Então eu num... talvez eu nem sei explicar direito porque eu não cheguei no começo da reunião, né? [longa pausa]. Olha, eles falaram... é... nois ficou assim tudo curioso de ver eles falar, né, que as vez eles ia furar ... ia furar uma cisterna e ia encontrar as vez até mesmo uma panela ou um pote de ouro – aí eu pensava: podia ser lá no meu [risos]. Eles falava sobre isso aí... é...e falou também que se continuasse achano, tinha que ver, tinha que ser tudo bem cavado. Explicaram que as vez poderia esse terreno não ser um terreno que aqui ninguém pudesse habitar nele. Mas....foi... ninguém achou mais nada não...Fiquei pensando, né, que aqueles ossos assim que eles tinham pegado...é... disse que eram ossos de índio – eles ia estudar pra ver se realmente era de índio. Aí eu fiquei... aí a gente ficava pensando assim... que ...as vez nem foi, né? poderia ser pessoas que... que eles... as vez cavaram e enterraram pra lá, né? eu pensei... as vez fosse até gente mesmo que foi enterrado no lugar. Mas disseram que era de índio. E eu fiquei assim pensano, pensano, mas depois eu tirei da cabeça (S. 01).

O termo *ossos* emergiu dos discursos de alguns entrevistados tanto como núcleo de pensamento como unidade de significação.

Para um dos entrevistados, a partir de *ossos* surgem as unidades de significação: *mulher, 32 anos, escavação, embargo, briga alicerce, morando barraca, nada chamou atenção*. Curioso observar que as informações trazidas por esse entrevistado acerca da datação e do sexo do indivíduo estão em conformidade com os resultados apresentados pela pesquisa no relatório parcial do projeto, entretanto, o entrevistado ressalta em seu depoimento que nada na palestra havia chamado sua atenção. Segue trecho de seu depoimento:

Eu fui uma vez só. Onde eles tava mostrando, que os ossos... que foi constatado que era de uma mulher, a mulher parece que tinha 32 anos, não sei... é mais ou menos assim, eu lembro mais ou menos assim [...] inclusive eles cavaram exatamente nessa quadra. Daqui pra frente eles cavaram, interditarão por aqui. Quando foi pra fazer esse alicerce minha mãe brigou com eles porque eles não queriam que cavasse, né? E minha mãe: “ah, é? Eu tenho a oportunidade de fazer o alicerce e vocês não deixam! Eu vou cavar sim. Não é vocês que tão morando na barraca não, levano chuva e sol!” [risos] – E mandou meter brasa e cavaram e fizeram. Eu fui lá na palestra lá no ranchão, mas num me abalou nada não. Não me chamou atenção nada não (S. 08).

No discurso de outro entrevistado, a partir do núcleo de pensamento *cabeça*, também emerge a unidade de significação *ossos* que desencadeia as unidades *índio, cemitério e homem de 40 anos*, apontando para a identificação do indivíduo como

assunto relevante das palestras. Observa-se, porém, que, diferente do depoimento do entrevistado citado no parágrafo anterior, a informação acerca do sexo do indivíduo não coincide com os dados apresentados pelos especialistas do projeto de resgate. Eis trecho de seu depoimento:

Ah...eles falou... parece que tinha a cabecinha, os ossos. Nossa! [...] pra você ver, o homem tinha mais de 40 anos – parece que eu lembro deles falar que ele tinha mais de 40 anos de idade, o índio, né? Que tava lá dentro...pra você ver, esse tempo todim que eles falou que tinha ...que aconteceu essa história, né, dos índio, do cemitério.. pra você ver, como é que ficou, né? Intacto lá dentro. Dava pra ver muita coisa dele (S. 03).

Em outro discurso em que o termo *ossos* surge, um entrevistado inicia seu depoimento falando que o que mais chamou sua atenção foi a *valorização da ciência* pelos pesquisadores e do fato de se conseguir identificar o período em que o indivíduo havia sido enterrado. Entretanto, em seguida, o discurso que é produzido aponta para a dúvida do sujeito em relação à necessidade da realização do projeto de resgate e para seu desinteresse acerca dos índios e conseqüentemente nas palestras, e, ainda, para entendimento que a pesquisa causou danos ao bairro. Tais considerações podem ser evidenciadas no seguinte trecho de sua entrevista:

Eu participei de algumas sim. [...] O que mais me chamou atenção foi a maneira de se valorizar, né, justamente eu acho que o que mais me chamou atenção foi valorizar justamente o estudo deles, né, valorizar a ciência, né? Porque é um trabalho que acho muito complicado, a pessoa ver um osso aí e ter mais ou menos uma certeza se tem cem anos ou se tem dois mil anos, quanto tempo que tem aquele osso, né? Que aquele ser humano foi enterrado. Então o que mais me chamou atenção com certeza foi a maneira de se valorizar,né? Eu acho que um pouco aí veio.... eu não sei, não sei como dizer! Não sei se um pouco aí vem pra fazer um ... um movimento, né, um chamar a atenção das pessoas ou se realmente há necessidade de tudo aquilo! Porque ... mas... o que me chamou atenção foi justamente a ciência tá estudano e verificano tudo aquilo, né? Porque... eu acharia assim que ... pra mim, por não ter conhecimento, não me chamou muito a atenção porque ... quando se estuda de alguém que morreu de agora recente, de uma família que as vezes perdeu e não encontrou, aí sim, teria mais sentido, agora, por mais que seja índio – mesmo que a gente queira valorizar e tal, né, esse pessoal, esse índio que parece que foram os primeiros que vieram ao Brasil, que vivia aqui, que digamos que eram os dono de tudo, por ser dono de toda a terra – mas é uma coisa muito antiga, muito passada, né, esse osso de qualquer forma veio trazer muito malefício. [...] Que eu lembro foi sobre isso, sobre os ossos. Agora... a gente... o ser humano, eu acho que quase que por todos, quando alguma coisa que as vez é da época dele ele presta mais atenção e acompanha mais, né? E a gente não tava muito interessado – e muitas outras coisa vem depois, que a gente no nosso dia a dia nós é obrigado a ficar mais atento – e a gente acaba esquecendo, né? Então as vez eu ouvi coisa muito importante e não prestei atenção e acaba esqueceno, né, talvez a gente não tá interessado por aquilo – talvez por esse motivo a gente não ter levado muito a sério, né? (S. 02).

Alguns entrevistados relatam que participaram das exposições, e do núcleo de pensamento *fotos* emergem para um deles as unidades de significação: *achados no Vale dos Sonhos, caldeirão de barro, preservado, antigos habitantes do Vale dos Sonhos, há muitos anos* e, para outro: *achados no Vale dos Sonhos, vaso quebrado, há muitos anos*. Eis seus depoimentos:

Fui. É que eu fui lá com a minha mãe [...] e eu vi as fotos. Foi a única coisa que eu participei. O que me chamou atenção realmente foi o que eles acharam aqui depois de tanto tempo... eles acharam coisas quase que...muito pouco estragadas. Teve um ... caldeirão de barro – que eu me lembro que eu vi – que ele tava muito pouco danificado, entendeu? E me chamou bastante atenção foi isso, porque ... coisas quase pouco danificadas foram encontradas aqui... depois de tanto tempo, né? E também por causa do pessoal que morou aqui antigamente, bem antigamente... Ah...já faz bastante tempo, muitos anos, viu? (S. 04).

Essas palestras eu fui uma vez, eu não ouvi porque eu cheguei lá e tava no final, né? E só vi umas fotos lá... fotos lá. Eu cheguei já no final já... da explicação lá.... não lembro não o quê que foi dito. Eu cheguei já tava no fim. Só vi os ponto do vaso quebrado lá. O que mais me chamou atenção foi o tempo que eles foi... que eles disseram que foi, que tava enterrado, né? É muito antigo, né? (S. 05).

De um outro discurso, também, emergiu a partir do núcleo de pensamento *fotos* a unidade de significação que se refere à cultura material encontrada no Vale dos Sonhos. Entretanto, o depoimento do entrevistado traz outras unidades de significação que apontam que a importância por ele atribuída à descoberta arqueológica está articulada com sua vivência pessoal, remetendo-lhe às lembranças da região em que morava. Na concepção desse sujeito, os moradores do Vale dos Sonhos no início estavam receosos e resistentes ao projeto de resgate e que as palestras realizadas tinham o intuito de assegurá-los quanto a permanência em suas moradias. Seu discurso aponta ainda para um desejo de que se instale um museu no Vale dos Sonhos, conforme havia sido informado, fato que em seu entendimento poderia valorizar o bairro. Tais considerações podem ser observadas em trecho de seu depoimento:

As... as fotografias e os restos do material do artesanato e você *viaja* né, na história, né? “Puxa, caramba, passaram por aqui, viviam aqui!” Aí imediatamente...nossa! Porque na minha vida, a gente trabalhava muito com ... já fiz alguns trabalhos que envolve índios, né?, Carajás, Guarani, Canoás no Mato Grosso do Sul... esse trabalho... e a gente sabe dessa importância, né? E ficar sabendo que está num pedaço de chão que eles moraram aqui, a gente não sabe de que forma que foram expulsos ou... ou ...essa é que vem essa reflexão, né? Então eu ficava muito viajando vendo os restos, as urnas e tudo mais, então ficava muito na viagem mesmo do como foi, né? E a gente que trabalhou com os índios assim e tal, como era aqui. Puxa, podia acabar...se tivesse uma estrutura, para colocar todos os achados [...] Mas aí parece que a pesquisa acabou e aí eu não sei como é que ficou mais. [...] As

palestras eram voltadas muito mais para o momento, para o que tava acontecendo, muito mais do acalmar.... você percebia por parte das pessoas que vinham acalmar as pessoas, porque tinha uma certa resistência das pessoas com medo de perder suas casas, seus lotes e tal. Então a que eu participei era mais nessa perspectiva assim [...] Depois, individual, eu recebia aqui em casa, umas duas vezes uns pesquisadores falando da possibilidade de montar aqui um museu, de as pessoas tarem falando, de montar alguma coisa a respeito de valorizar. Eu até comentava: “nossa, isso viria muito a valorizar o setor”. Não sei de que forma ia ficar, mas se montasse aqui alguma coisa a respeito, iria valorizar, né? (S. 06).

A exposição das *fotos* e a informação da *instalação do museu* também emergem do discurso de um outro sujeito, que ainda associa ao seu discurso a lembrança da imagem de sua vizinha na fotografia. Eis trecho de seu depoimento:

Eu fui só uma vez. Tava os retrato lá pra gente vê. Eu fui uma vez. Eu vi o retrato de um monte de coisa lá que acharam aqui. Vi a minha vizinha no retrato também, porque ela deu entrevista lá, né. Porque tavam falando que aqui ia ser um museu. Mas eu não sei em qual parte que vai ser. Disse que ia colocar um museu, mas eu não sei em qual parte. Foi isso (S. 07).

Para outro entrevistado, o que chamou atenção nas palestras foram as informações que os achados no Vale dos Sonhos eram oriundos dos índios e que seria instalado um museu no bairro, porém, ele acrescenta em seu discurso uma indagação: “o que é um museu?”. Segue trecho de seu depoimento:

Eu fui lá. Eles falava que era de índio, mas você acha que...eles falaram que ia fazer um museu, mas acabou que não fez....Eu sei que foi só essas coisa de índio mesmo que achou. E tavam falando que ia fazer um museu...eu não sei nem o quê que é isso de museu... o quê que é? Aí eles cavaram até nesse pasto aí pra ver se eles achavam mais, por aqui por esse lotes vazios eles cavou ainda (S. 11).

A informação de que seria instalado um museu se repete em outros discursos. Um deles emerge do núcleo de pensamento *aldeia de índio* e da unidade de significação *pesquisa*. O entrevistado acrescenta que informaram nas palestras que seria instalado um *parque ecológico*, mas que as ‘promessas’ não foram cumpridas. Outro sujeito aponta em seu discurso que as palestras eram ministradas por *arqueólogos* que informavam acerca da *importância da descoberta arqueológica no Vale dos Sonhos* e que, em sua concepção, o museu deveria ser instalado, visto que auxiliaria a divulgação do conhecimento. Seguem trechos de seus depoimentos:

Eles falaram que morava uma aldeia de índio. E que aqui há não sei quantos anos atrás isso aqui era uma aldeia de índio. Aí eles tava fazendo as pesquisa pra ver se encontrava mais coisa, pra ver como é que ia ficar, eles ia fazer um museu aqui. Nas palestras eles falaram muita coisa, mas das coisa que eles falou não cumpriu nenhuma. Eles disse que eles ia fazer o parque ecológico,

que ia fazer o museu, falou que ia fazer outras coisa e no fim não fizeram foi nada (S. 13).

Uma vez eu fui. Os arqueólogo tava falando... a Sibeli e o Paulo. Eles falou que tinha sido muito importante o que foi encontrado. Inclusive eles até falaram que ia montar um museu aqui. Isso aí muita gente ainda espera até hoje pra ser assentado o museu aqui. Muitas pessoas ficou muito curiosa, não conhecia. Eu mesmo não conhecia, pra falar a verdade. Eu morei, pra bem dizer, dentro da aldeia e num conhecia. Pra mim eles devia montar o museu aí pras pessoas que não conhece ficar conhecendo o que é a cerâmica – eles fala que é pedaço de telha... e não é bem assim... é muito diferente (S. 20).

O núcleo de pensamento *palestra* desencadeou, para outro entrevistado, as unidades de significação: *slides, sítios no Brasil, sítio Vale dos Sonhos, único a céu aberto*, apontando para o que foi significativo nas palestras e para a importância da descoberta arqueológica:

O mais importante na minha lembrança nas palestras foi quando eles apresentaram os slides dos filmes, dos sítios que eles apresentaram no país inteiro, né? Porque têm muitos sítios e talvez esse aqui seria o único sítio a céu descoberto – pra gente isso foi muito importante isso aqui! Pra mim, né?! Quando os arqueólogos apresentou aqueles slide lá, aqueles negócio da filmagem lá, a gente vê que aqui podia ser o único sítio mais importante porque era a céu descoberto, né?! talvez seria o único! Foi muito importante (S. 18).

De outro depoimento, a *importância das peças* surge como núcleo de pensamento e o sujeito acrescenta que os especialistas que trabalharam no projeto de resgate do sítio adotavam o procedimento de documentar os achados arqueológicos. Outras unidades de significação surgem e indicam a relação ‘afetiva’ desse entrevistado com o espaço que atualmente é o Vale dos Sonhos, reforçando seus discursos apresentados anteriormente. Cabe observar nesse discurso a compreensão que o sujeito apresenta acerca do seu processo de aprendizagem sobre a descoberta arqueológica e da valorização que atribui aos achados no Vale dos Sonhos:

Sempre que tinha lá eu ia. Olha, eles falaram tanta coisa, mas é tanta coisa na cabeça da gente, que aí você vai esquecendo, né? Mas eu achei assim muito importante a parte de ter encontrado todas aquelas peças, falar sobre todo... sobre o conteúdo daquilo, né, eu achei muito interessante. Aí eles passavam os slides, né, pra gente ver. Eles documentaram tudo, né. O que eles encontravam, eles documentavam. Devido eu ter assim participado de muita coisa na minha infância, como eram minhas brincadeiras, eu tenho na minha mente a idade de 3 anos, tudo o que eu participei até a minha idade de 8 a 10 anos como é que foi minha infância e vindo pra cá participar de tudo isso que eles encontraram aqui, já foi mais um aprendizado – juntou com a minha memória, entendeu? É uma pena que nós não tivemos mais estudos sobre isso, que nós não podemos mais participar assim de outras coisas – igual eu tô falando pra você que se instalarem alguma coisa, se fizerem alguma coisa aqui seria muito gratificante.... (S. 10).

A Categoria III foi estruturada, para efeito de análise, visando compreender a relação dos entrevistados com a pesquisa arqueológica realizada no Vale dos Sonhos, bem como se apresentam suas concepções acerca da arqueologia e da cultura material pré-histórica – em especial aquela encontrada naquele bairro, e, ainda, tentar observar até que ponto as referidas concepções receberam influência das ações educativas das quais esses sujeitos participaram. Cabe ressaltar que, no presente trabalho, considerou-se como ações educativas não somente as palestras e exposições, entre outros, mas também a presença da equipe de especialistas que realizou o projeto de resgate e que manteve contato direto e, por mais tempo, com alguns moradores em suas próprias residências. Especificamente no lote do entrevistado “S.16”, houve um período de maior permanência de parte da equipe de arqueólogos, já que nesse local foi encontrada a urna funerária, e, no lote dos entrevistados “S.08” e “S.09”, em que foram encontradas estruturas arqueológicas, também foram realizadas escavações intensivas e, portanto, maior tempo da equipe no local.

Ao serem indagados sobre o que se lembram do trabalho de arqueologia desenvolvido no Vale dos Sonhos, alguns entrevistados remetem aos aspectos negativos vivenciados, outros se referem à pesquisa sem apresentar conotações negativas ou positivas, e outros trazem aspectos positivos.

Buscando um ‘olhar’ mais atento, notam-se ‘dois tipos’ de discursos entre as pessoas que enfatizaram os aspectos negativos ao apresentarem suas lembranças acerca da pesquisa arqueológica (Gráfico 17). O primeiro está relacionado às pessoas que lembraram inicialmente da pesquisa pela medida de embargo, embora os discursos produzidos não tenham focado de modo acentuado os aspectos negativos decorrentes da pesquisa em si. O segundo é feito por uma das pessoas cuja casa estava em construção. Desse modo, sua casa foi diretamente ‘afetada’ pela medida de embargo judicial que impedia a continuidade dos trabalhos iniciados enquanto o resgate arqueológico não fosse concluído. Essa pessoa, especificamente uma senhora (S.16), conforme seu depoimento e de alguns arqueólogos do projeto, ‘conviveu’ com os pesquisadores durante o período do resgate arqueológico em seu lote. Ela, proprietária do lote em que a urna pré-histórica foi encontrada, remete aos conflitos vivenciados com a decorrência da descoberta arqueológica. Nota-se, entretanto, que as dificuldades relatadas estão mais vinculadas à sua relação com a presidência da Sociedade Habitacional Cooperativa e com os demais moradores/vizinhos que tiveram seus lotes embargados.

No Gráfico 20, diante do núcleo induzido: “Participou de alguma palestra sobre arqueologia na época? Caso afirmativo, o que mais chamou sua atenção?”, o referido sujeito (S.16) apresenta como núcleo de pensamento *não quis ir* e acrescenta novamente os diversos aspectos negativos que a dimensão pública da descoberta arqueológica lhe trouxe. Contudo, não se observou em seus discursos uma relação de animosidade do mesmo com os pesquisadores que escavaram seu quintal.

Outros entrevistados, conforme já indicado na descrição do Gráfico 17, apresentam discursos que indicam lembrar da pesquisa no Vale dos Sonhos por meio das atividades e das descobertas arqueológicas, todavia, não há conotação negativa nem positiva em relação aos trabalhos desenvolvidos.

Já os moradores do Vale dos Sonhos que trabalharam nas escavações durante o projeto de resgate, apresentaram, em sua maioria, aspectos positivos da pesquisa, remetendo, principalmente, ao fato de terem trabalhado no projeto. Os depoimentos desses sujeitos, ao longo das perguntas da entrevista, remetem à importância tanto do trabalho em si, da remuneração, quanto do conhecimento adquirido e da descoberta arqueológica, produzindo, cada qual a seu modo, discursos que indicam de que maneira se deu essa importância para eles.

Em relação aos núcleos induzidos: “Você sabe o que a arqueologia estuda? O que sabe?” (Gráfico 19) e “Participou de alguma palestra ou exposição sobre arqueologia na época? Caso afirmativo, o que mais chamou sua atenção?” (Gráfico 20), observou-se, por meio de alguns ‘cruzamentos’, que alguns discursos pareceram se configurar em contradições e outros em reafirmações.

Pode-se notar que os entrevistados “S.03”, “S.08”, “S.11” e “S.13”, diante da pergunta “o que a arqueologia estuda”, relataram que não sabiam responder. Todavia, quando indagados sobre “o que mais chamou atenção nas palestras/exposições”, apresentaram em seus discursos ‘informações’ que indicam algum conhecimento sobre arqueologia. Conforme já apontado anteriormente, o entrevistado “S. 08”, inclusive, remete para dados acerca da identificação do indivíduo (sexo e idade) encontrado no Vale dos Sonhos, de acordo com o ‘diagnosticado’ pelos pesquisadores do projeto de resgate. Observa-se que o discurso do entrevistado “S.03” apresenta como núcleo de pensamento e unidades de significação os termos *cabeça, índio, cemitério e homem de 40 anos*, também apontando, parcialmente, um fluxo de pensamento em conformidade com os dados oriundos dos resultados do projeto de pesquisa. Já o entrevistado “S.11” relaciona as palestras com as ‘coisas’ dos índios, apontando, de modo não tão direto,

para a relação da arqueologia com a cultura material. A continuidade de seu discurso indica que também ficou presente em sua lembrança a informação da instalação de um museu no bairro, para em seguida indagar sobre o que é um museu. Para o entrevistado “S.13”, o que chamou atenção nas palestras foi o fato de saber que o Vale dos Sonhos havia sido habitado por uma aldeia indígena. Em seu discurso, utiliza o termo “eles” indicando que se refere aos arqueólogos que estavam trabalhando no projeto de pesquisa em busca de outras ‘coisas’. Nota-se que, também, assim como o entrevistado “S.11”, a informação da instalação de um museu no bairro foi outro dado que chamou a atenção desse sujeito ao participar das palestras – informação que, em seu discurso, também parece indicar que foi transmitida por “eles”, os arqueólogos.

Embora o entrevistado “S. 16” não tenha ido às palestras e exposições, considerou-se (na presente pesquisa) que a presença da equipe do ‘projeto de resgate do sítio arqueológico’ em sua residência se configurou também como uma prática educativa. Assim, quando perguntado sobre “o que a arqueologia estuda”, sua resposta, também indicando um “não saber”, desencadeou novamente as relações interpessoais de conflito advindas da descoberta arqueológica, entretanto, acrescenta que em seu “terreiro” foram encontradas “muita coisa de índio”, indicando então, no fluxo de seu discurso, que relaciona arqueologia à cultura material – indígena e passada/antiga. Embora denominando os arqueólogos de “biólogos”, finaliza sua fala diante dessa pergunta afirmando a importância e a profundidade desse tipo de estudo, que indica como eram as ‘coisas’ do passado.

Conforme exposto no Gráfico 19, diante do núcleo induzido: “Você sabe o que a arqueologia estuda? O que sabe?”, emergiram dos discursos dos entrevistados núcleos de pensamentos e unidades de significação diversificadas, inclusive advindos de outros entrevistados (além dos já citados acima) que também diziam inicialmente ‘não saber’ responder sobre o assunto. No fluxo dos diversos discursos, ora a arqueologia surge associada ao passado e à história, ora aos ‘antepassados’ ou aos indígenas, e ora à cultura material, notando-se que em muitos casos a descoberta arqueológica do Vale dos Sonhos é utilizada para explicar seus entendimentos sobre arqueologia.

Com exceção do discurso do entrevistado “S.01”, que relaciona a arqueologia à medicina pelo fato de ambas ciências estudarem ossos, boa parte dos discursos analisados indicam que os entrevistados, cada qual a seu modo, têm noção sobre o que a arqueologia estuda, ou com que ela se relaciona. Observou-se também que muitas noções trazidas assemelham-se às respostas desses sujeitos ao responderem sobre o que

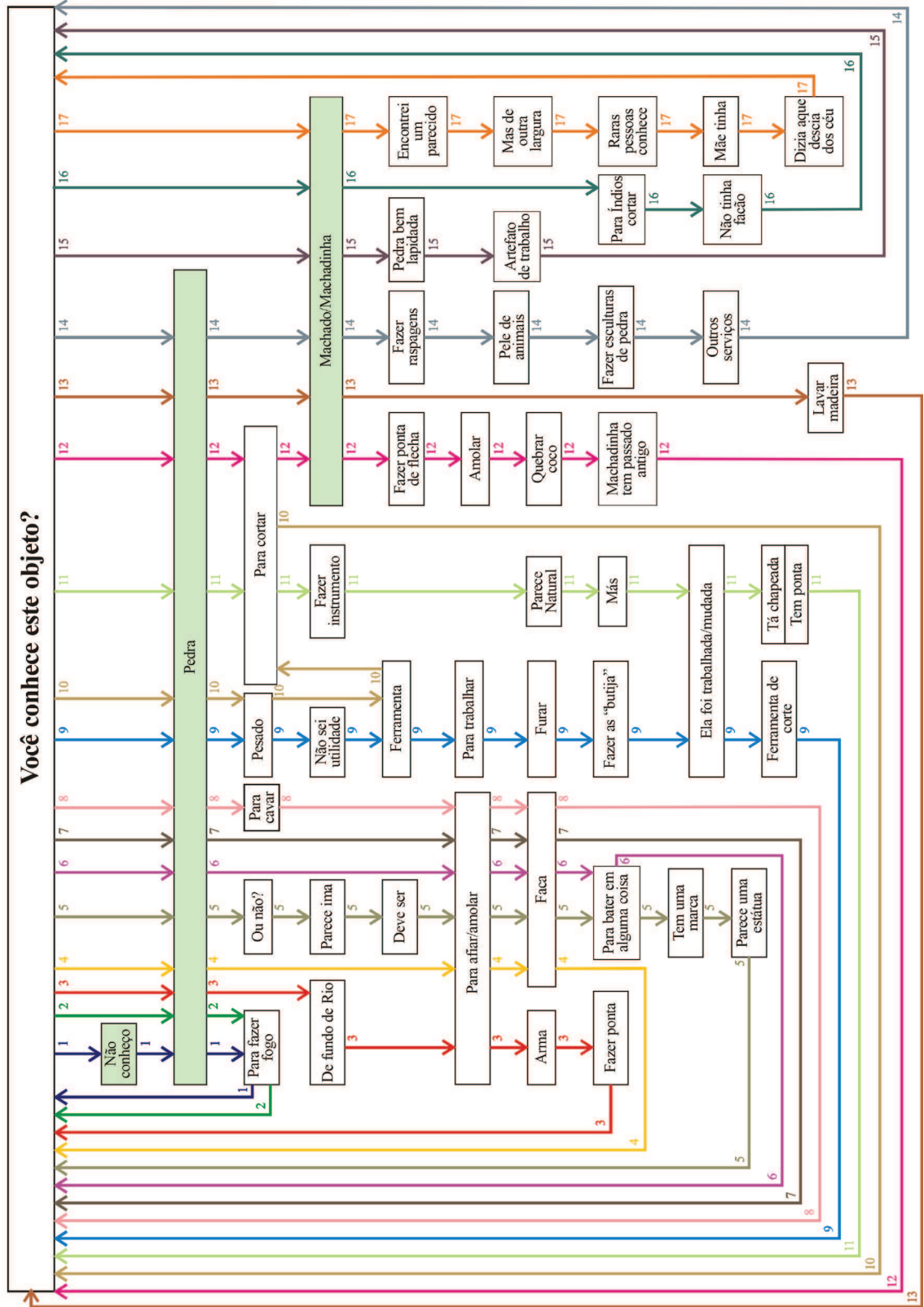
mais havia lhes chamado a atenção nas palestras. Tal consideração deve-se a observação da recorrência dos núcleos de pensamento e unidades de significação que se apresentaram em seus discursos que geraram os gráficos 19 e 20.

Dentre as informações que os entrevistados relataram que mais chamaram suas atenções nas palestras, observou-se que os dados acerca do ‘tempo’ se configuraram bastante presentes. Tanto o ‘tempo’ do indivíduo identificado dentro da urna, quanto dos artefatos apresentados durante as entrevistas (machado e fotografia da urna) chamaram bastante a atenção, sendo que muitas dessas pessoas demonstraram em seus discursos um certo ‘espanto’ do “como” o estudo arqueológico pôde e pode indicar tal informação, por meio do estudo dos artefatos, depois de tanto ‘tempo’ passado. Tais considerações surgiram inclusive do discurso de um dos sujeitos (S. 02) que relatou não ter “prestado atenção” nas palestras pela “falta de interesse” no assunto sobre os índios e sobre o passado.

Nesse sentido, conforme apontam Habermas e Barnes (*apud* Trigger, 2004, p. 13) “o conhecimento surge de nossos encontros com a realidade e está continuamente sujeito a correção pela retroalimentação oriunda desses encontros”. Concepção essa que coincide com a de Vygotsky (1998, p. 169), que afirma que a linguagem é ao mesmo tempo um processo extremamente pessoal e profundamente social, visto que ela “é o próprio meio através do qual a reflexão e a elaboração da experiência ocorrem”.

A questão 25 foi subdividida em três itens: a, b e c. Nos itens a e b, respectivamente, utilizou-se um artefato arqueológico e, posteriormente, uma imagem fotográfica representativa de outro artefato arqueológico como instrumento para a abordagem ao público pesquisado. Nesses momentos perguntava-se ao entrevistado: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve?”. E no item c, perguntava-se o valor daqueles objetos para o entrevistado.

Gráfico 25a – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve?”



Diante do núcleo induzido: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve?”, no gráfico 25a, dos discursos dos entrevistados emergiram os núcleos de pensamento: *não conheço, pedra e machado/machadinha*.

Um dos entrevistados, embora dizendo inicialmente não conhecer o objeto (machado polido), diz posteriormente que é uma *pedra* para os indígenas fazerem fogo. Outro entrevistado também atribui que a pedra serviria para os índios produzirem fogo. Eis trechos de seus depoimentos:

Isso aqui eu não conheço não. Eu sei que é uma pedra. É pra eles fazer fogo, é? Isso aqui eu sei que é uma pedra (S. 07).

É pesado, hein. É uma pedra. Pra acender ... os índios gostava de acender fogo, né? (S. 13).

O termo *pedra* emerge como núcleo de pensamento do discurso da maioria dos entrevistados e desencadeia diversas unidades de significação. O valor utilitário *para afiar/amolar* permeia a fala de vários sujeitos, sendo que boa parte desses acrescenta a unidade de significação *faca*. Um dos depoimentos indica que o objeto serve para *amolar arma e fazer ponta*. Outros acrescentam que poderia ser para *bater em alguma coisa*, e um deles indaga se seria um ímã e por último ainda acrescenta que parecia uma estátua devido à marca que apresenta. Tais considerações podem ser observadas nos seguintes trechos das entrevistas:

É pedra. Pra afiar faca, é? (S. 03).

Uma pedra, né?. Serve pra amolar faca. Pra mim era amolar faca, não era não? [...] (S. 15).

Isso aqui é uma pedra. Lá no Maranhão se a gente tivesse uma pedra assim a gente botava era em riba da pia pra amolá faca (S. 09).

Isso aqui é uma pedra, não é? [longo silêncio]. Ou não? Parece mais um ímã, não é?... uma coisa.... ela deve ser boa é pra amolar. Amolar faca, essas coisa assim ela deve ser boa...Pra amolar uma faca...pra bater alguma coisa... parece que é uma pedra bem.... ela parece que ela tem uma divisória, né? Aqui ela não parece pedra porque ela aqui tem tipo uma divisa aqui, é uma marquilha... tipo fosse uma... uma estátua, né? uma coisa assim... [riso] (S. 01).

Uma pedra de fundo de rio? Me parece. Pra eles serviu....especificamente não sei... acho que... pra ...amolar arma?... tá parecendo. Acho que pra amolar algumas armas, assim, fazer pontas, de alguma coisa, né? Tá parecendo isso.... [riso] (S. 04).

De outros discursos o núcleo de pensamento *pedra* produz as unidades de significação: *ferramenta, para trabalhar, para cortar, furar, fazer butija/pote e fazer*

instrumento. Alguns sujeitos acrescentam que, pelo aspecto apresentado, a pedra foi modificada/trabalhada, indicando a noção que houve uma ação humana na transformação de um objeto produzido pela natureza. Embora não denominem “machado”, essas pessoas reconhecem o objeto como instrumento de trabalho destinado a atividades de bater, furar, cortar, quebrar, cavar. Seguem trechos de seus depoimentos:

Isso aqui, no meu ponto de vista é uma pedra...[risos] e pesada. Ué, pode usar ela como ferramenta! Tipo bater alguma coisa, cortar alguma coisa... (S. 08).

Pedra de amolar faca não pode ser, né? [riso]. Será que isso aqui seria de bater alguma coisa, pra quebrar alguma coisa? Não faço a mínima idéia do que seria isso...Pareceu alguma coisa que eles usaria pra quebrar algum coisa, tipo uma erva, sei lá... (S. 10).

Parece... sei lá... pedra... Pra cavar? Eu não sei não... Parece que ela foi de amolar faca, parece um cavador e mas eu não sei do quê (S. 11).

Agora você me apertou...vixe Maria! Isso aqui não é uma ferramenta de trabalho não? Esse formato...eu já estudei uma pedra que batia uma na outra e saia fogo, mas...nesse formato aqui...parece que era pra cortar, né, alguma coisa...Essa pedra aqui, acho que não sai fogo... é pra cortar alguma coisa...agora eu não sei o que vão cortar com isso aqui, masque corta, corta... se bater aqui, aí, aí, aí [...] (S. 12).

É uma pedra pesada, né? Eu acho que tudo tem uma utilidade, né? Que eu saiba... eu não sei, qual a utilidade dela. Sei que tudo tem uma utilidade, mas a utilidade dessa aqui eu não sei não. Certamente seria uma pedra que eles usava pra trabalhar, seria não? Ou que trabalhava ela pra alguma coisa ou que eles usava pra trabalhar, tipo uma ferramenta. Eu pensei como se fosse pra furá, não? Ou Não? Ou seria pra trabalhá pra fazer justamente as butija – poderia ser? [riso]. Dá a impressão que ela foi trabalhada, né, porque apesar de que tem muita pedra já trabalhada pela natureza, essa aqui a gente percebe que ela foi trabalhada, né? Seria mais ou menos tipo uma ferramenta, a gente percebe que ela é usada como uma ferramenta – uma ferramenta que corta, talvez não, mas uma ferramenta pra furar, pra fazer alguma coisa, né? Eu acho que sim [...] (S. 02).

Parece uma pedra pra cortar alguma coisa. É pontuda aqui. E eles cortavam com isso, não era? Cortava... fazia instrumento... com essas pedra. Eu acho que é isso... ela tem uma ponta que deve ser pra cortar alguma coisa. Eu acho que... tá parecendo um pouco natural, mas ela já foi mudada, né, porque tá quebrada aqui, tá com uma ponta aqui, ó. Tá meia natural e aqui na ponta tá meio chapeado... (S. 05).

O termo *machado/machadinha* emerge ora como núcleo de pensamento, ora como unidade de significação, indicando o material exposto como um artefato de pedra, referindo-se que o mesmo é destinado a atividades de trabalho. Observa-se que sete entrevistados apresentam discursos que denominam o objeto desse modo. Um deles advém do entrevistado que é morador do lote em que a urna arqueológica pré-histórica foi encontrada e que conviveu durante o período da pesquisa com os especialistas do projeto, outro foi produzido por um sujeito que relata ter trabalhado em mineradoras

dentro e fora do Brasil, e outro advém de um entrevistado que já havia relatado acerca de sua convivência com indígenas na região em que morava. Os demais discursos são provenientes dos moradores do Vale dos Sonhos que trabalharam nas escavações do projeto de resgate do sítio arqueológico. Os trechos dos depoimentos a seguir ilustram tais observações:

Isso aí é um formato de uma pedra, uma machadinha, qualquer coisa que eles trabalhava, né? Aqui eu achei uma – uma machadinha. O formato era melhor que essa aí. Você já viu uma machada, uma machadinha? Só que não tem cabo. Era bem afiadinha. Bem nesse lugar aí é que acharam (S. 16).

Essa pedra aí é como se fosse um machado, isso aqui. Aqui no Crixás – eu trabalhei uma época na extração de ouro, numa mineradora que tem – lá no Crixás tem um museu histórico lá que tem coisa demais disso aqui. Tem machada mesmo feita de pedra. Muita coisa a gente encontrava e adoava lá pra eles lá pro museu. Nós encontramos muita coisa. Isso foi em oitenta e... oitenta e dois. Eu trabalhei com mineradora 15 anos, fazendo pesquisa de minério, trabalhando em mina. Na Venezuela – eu trabalhei lá – eu já achei muita coisa incrível dentro do chão, de pedra, essas coisa [...] Eu achei foi muita coisa.... O pessoal lavrava a madeira é com isso aqui, com essas pedra aqui, ó (S. 14).

Isso aqui é pedra... Poderia ser... engraçado... poderia ser pra corte né? Tipo um machado, machadinha, né? Eles usavam muito isso para ferramenta de corte, né? Tanto pra fazer pontas de flechas, pra corte [...] a machadinha tem um passado muito longo..... (S. 06).

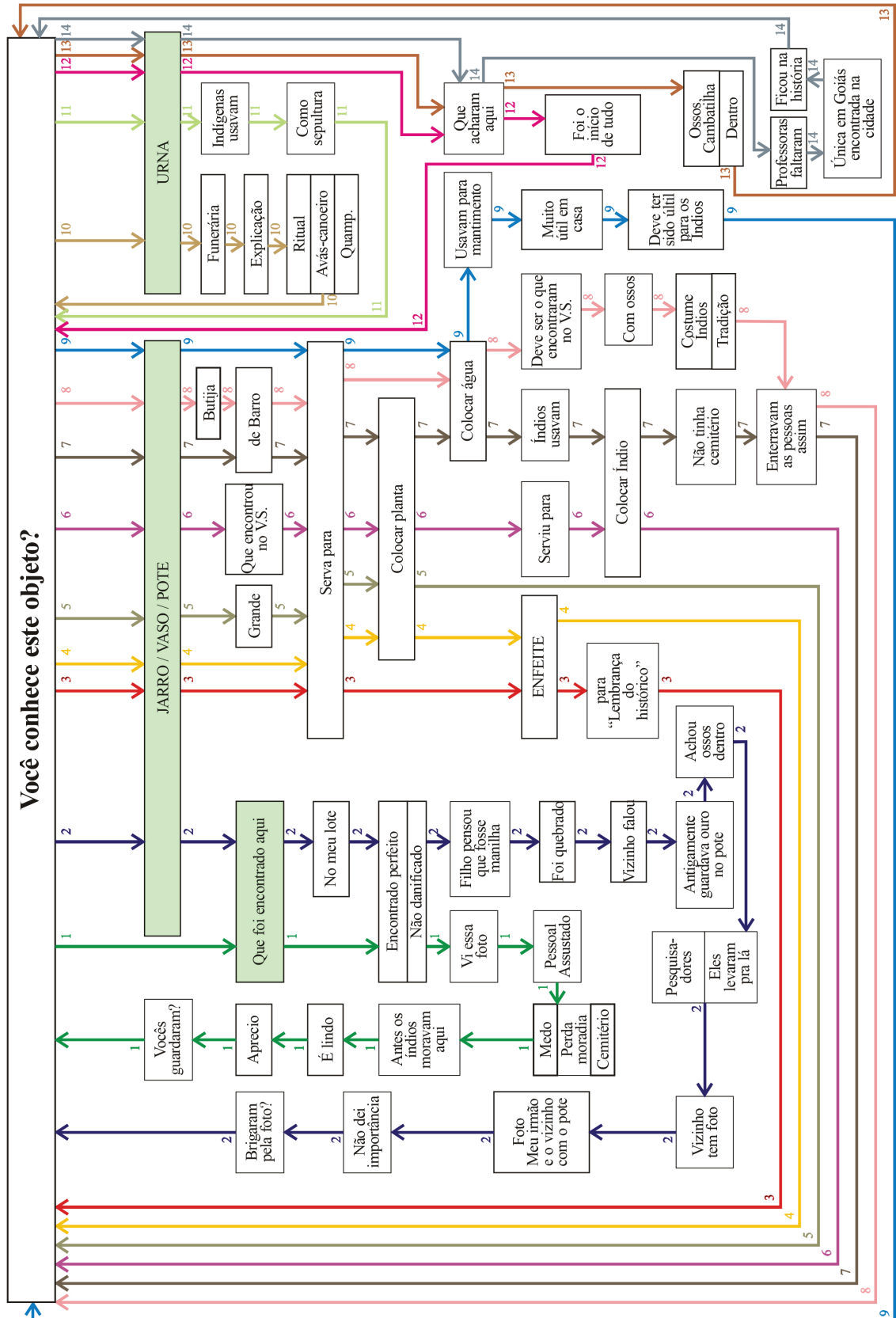
É uma machadinha. Essa machadinha aqui eu acho que servia pra...fazer raspagens, de pele de animais, né? e.. esculpir escultura de pedra, é... fazer vários tipos de serviço (S. 17).

É uma machadinha. É uma machada. É uma pedra muito bem lapidada. Pras pessoas indígenas... era um artefato trabalhista pra eles, né? Que servia pra caçar ou fazer uma lapidação ou uma coisa assim.... (S. 18).

É uma machadinha. É a mesma coisa. Isso aqui era dos índios cortar.. não tinha facão, não tinha machado. Eu já conhecia isso lá no Maranhão, na região que eu morava perto de Imperatriz. Tinha muito isso, lá onde têm os índio. A região de Grajaú, descendo até Vitorino Freire, não existia outra coisa, só índio (S. 19).

É um machadinho. Eu encontrei aqui um parecido, mas era de outra largura. Raras pessoas conhece isso aqui...tem muitas pessoas que conhece isso aqui, acha nos locais e diz que é aquele tal de curisco, raio, o tal do machadinho é o raio. Antes de eu trabalhar aqui eu não sabia. Minha mãe tinha um, sabia que era machadinho, mas dizia que descia do céu. Minha mãe falava....ela não sabia que era machadinha dos índios. Os pesquisadores explicaram aqui que eles usava pra achar que tirar couro, de algum animal. Pra os índios era muito importante isso aqui (S. 20).

Gráfico 25b – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve?”.



Diante do núcleo induzido: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve?”, no gráfico 25b, dos discursos dos entrevistados emergiram os núcleos de pensamento: *foi encontrado aqui, jarro/vaso/pote e urna*.

Do núcleo de pensamento *foi encontrado aqui* emergiram as unidades de significação *encontrado não danificado, vi essa foto, pessoal assustado, medo perda moradia/cemitério, antes os índios habitavam aqui*. O entrevistado inicia sua fala expressando emoção diante do material apresentado, remete ao receio das pessoas na época da descoberta arqueológica, acrescenta que o artefato *é lindo* e indaga se o mesmo foi guardado, incluindo a entrevistadora da presente pesquisa na pergunta. Eis trecho de seu depoimento:

É o que foi encontrado aqui? Foi?!?! Conheço!!! [risos]. Era esse!!! Nossa ele é enorme!!! Ele é enorme!! E era esse mesmo! Tá vendo como ele quase não tá.. danificado?!? Como ele tá bem, tava bem preservado?! Mas o pessoal ficou assustado com o ser desabrigado, não com o que foi achado, com o que foi encontrado aqui, né?...É a foto que eu vi!. Eu não vi ele pessoalmente. Eu vi pela foto, pela foto. E era esse mesmo e era enorme e o pessoal fica muito assim assustado! Também ficaram assustado porque houve um boato aqui entre as pessoas, que aqui era um cemitério...antes... dessas pessoas mesmo que moravam aqui, desses índios que moraram aqui, mas, eu nossa, é lindo, é lindo isso aí. Muito lindo mesmo! Eu aprecio muito isso aí. E...assim... uma perguntinha: vocês guardaram? (S. 04).

O termo *foi encontrado aqui* surge de outro discurso a partir do núcleo de pensamento *pote*, e a ele também é associada a época da descoberta arqueológica. O entrevistado remete ao fato que o artefato foi encontrado em seu lote, estava inteiro e que parte dele foi quebrada no momento que foi retirado. Acrescenta ainda ao seu discurso a situação de conflito pela disputa da foto do objeto na ocasião em que foi tirada.

É o pote que foi encontrado aqui no meu lote! Ele foi encontrado perfeito. Aquele menino meu pensou que fosse uma manilha que tava lá dentro, igual a essas manilhas que eles tão pondo aí no chão. Tava inteiro assim. Aí ele foi quebrando. Aí ele mandou o enxadão, pensando que era manilha, aí quebrou esse pedacinho aí. Aí depois os meninos falou assim: ‘não, isso aqui não é manilha não’. Aí o rapaz que morava nessa casa aqui falou: ‘isso aqui é um pote que antigamente eles furava o chão e guardava o ouro’. Aí achou os ossos aí dentro. Todo mundo pensou que tinha era ouro dentro [risos]. Eles levou pra lá, tava lá coladim. Na rua aí tem um homem que tem aí a foto dele – tem meu irmão, tem ele e meu irmão com esse pote. Eu não dei importância não, porque eles tavam brigando...(S. 16).

Os termos *vaso, pote e jarro* foram utilizados por diversos entrevistados, de certa forma, como sinônimos, desse modo, foram citados no esquema gráfico do

discurso como um núcleo de pensamento comum. De vários discursos, dele emergiram as unidades de significação *colocar planta*, sugerindo um valor utilitário ao artefato, conforme pode ser observado nos trechos dos depoimentos a seguir:

Isso aqui parece um vaso. Se for tipo assim um vaso mesmo ele serve... serve pra fazer uma pranta, pra enfeite...(S. 01).

Um jarro muito grande. Serve pra por planta. (S. 08).

Sei lá... parece um vaso de botá planta, né? É tipo assim, um pote, uma botija (S. 09).

Desse mesmo núcleo de pensamento emerge a noção que o artefato serviria além de se colocar água, para se colocar mantimentos, sendo que o entrevistado acrescenta sua importância em uma casa e reforça seu valor utilitário para os indígenas:

Aqui deve ser um pote, alguma coisa assim porque é bem parecido com um pote [...] Eu não sei se eles guardavam... se além de colocar água eles guardava outra coisa, mantimento, essas coisas, né... Mas, isso aqui tem muita utilidade numa casa – pra os índios então mais ainda, né... (S. 10).

De um determinado discurso foi associado que aquele foi o objeto *encontrado no Vale dos Sonhos* e que serve na atualidade para colocar planta, mas que havia servido para *colocar o índio*, e de outro discurso emerge a unidade de significação *ossos*.

É o pote que eles achou aqui. Serve pra botar planta, serviu pra colocar os índio... (S. 03).

Esse aqui foi o pote daí, né? Os índio colocava os osso dentro, né? (S. 14).

Outro entrevistado, que produz um discurso semelhante, associa ao núcleo de pensamento pote as unidades de significação *butija, de barro, serve para colocar planta/água, deve ser o que encontraram no Vale dos Sonhos, com ossos, costume índios/tradição, enterravam as pessoas assim*. E um outro sujeito vincula as unidades: *de barro, serve para colocar planta, colocar água, índios usavam, colocar índio, não tinha cemitério, enterravam as pessoas assim*. Os trechos dos depoimentos a seguir ilustram tais considerações:

Esse aqui com certeza é ... eu não sei definir bem o nome, eu não sei definir bem o nome de 'butija' com 'pote'! Isso aqui tá parecendo um pote de barro, né? Acho que é mais ou menos um pote de barro. Usava sim, a gente usava pra colocar água! [...] acho que esse aqui com certeza deve ter sido o encontrado aqui no setor, no bairro, né, pelo que se parece, né, porque dizem que foi encontrado um pote com os ossos, se foi encontrado com os ossos com certeza os ossos tava aqui dentro, se foi aqui dentro é tradição, certamente é de costume dos índio fazer isso, né? Isso aqui seria como nois

hoje usa um caixão seria a maneira deles enterrar as pessoas naquela época? (S. 02).

É um pote mesmo, não é? Só que tá quebrado aqui. Não é um pote? Um pote de barro? Na nossa época agora serve pra colocar água, igual...plantas... mas antigamente os índio usavam pra outras coisas também, né? Igual os ossos que eles acharam enterrados dentro do pote, não era? Antigamente não tinha cemitério igual hoje, né? Eles enterravam era nesses pote mesmo. As pessoas que morriam – os índios – enterravam assim (S. 05).

De um determinado discurso foi associado que o objeto, além do valor estético e do uso como enfeite, seria para a *lembrança do histórico*. Eis trecho do depoimento:

É um pote. Pra enfeite. Eu acho que é. Pra lembrança, pra histórico. Lembrança do histórico! (S. 07).

O termo *urna* emergiu como núcleo de pensamento de alguns discursos, desencadeando a unidade de significação *sepultura indígena*, em um deles e, em outro, uma explicação acerca do ritual funerário de algumas tribos, sendo que o segundo discurso indica que o conhecimento do entrevistado advinha de sua convivência com os Avás Canoeiro e os Quarup na região em que morava anteriormente. Seguem trechos de seus depoimentos:

É uma urna. Para os indígenas serve como uma sepultura, né? Sepultar cadáver... não é isso? (S. 17).

Pois é. Esse aqui é muito parecido com a urna funerária deles, né? É... eles usavam as vezes pra ... pra enterrar as pessoas que morriam. Eu conheço um pouquinho dos Avás-canoeiro – que eram daquela região – as pessoas quando estavam ficando bem velhinhas, eles matavam e comiam. É... outros, eles usavam essa urna pra enterrar. No ritual Quarup, os indígenas, eles usavam muito a... é o ritual de ressuscitar, né? Eles pegam o tronco e fincam e ficam vários dias, várias noite dançando e cantando pra reviver, pra ressuscitar e tal. Mas tem toda uma história de alguém que – porque durante o ritual não poderia ficar olhando as pessoas, os índios, e nem praticar sexo, então quem praticava sexo não participava do ritual – então...conta a lenda que determinado dia alguém foi olhar pela brecha da cabana e aí acabou o ritual não acontecendo o efeito, né? Mas isso aqui com certeza era uma urna. (S. 06).

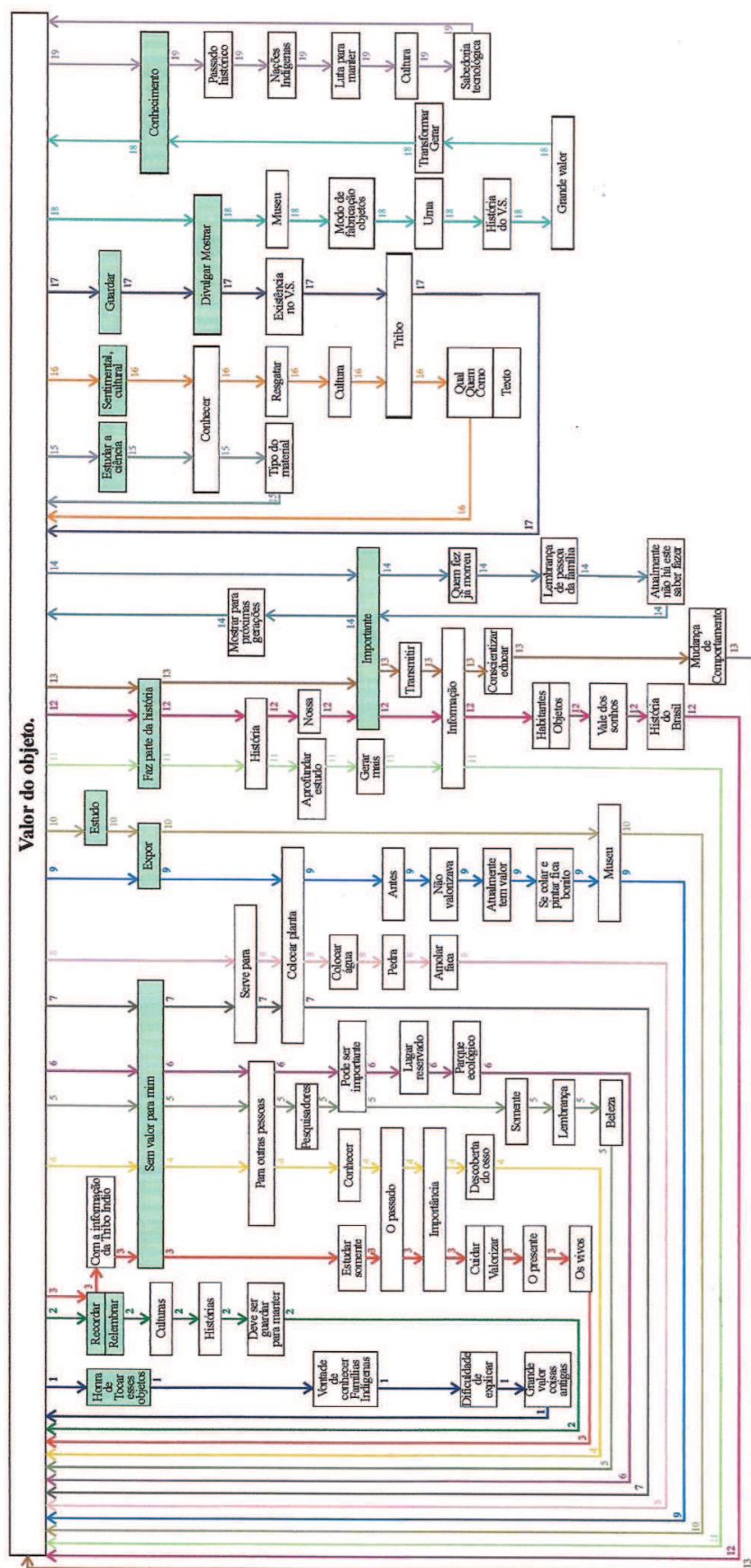
De outros discursos o termo *urna* também surge como núcleo de pensamento e a ele são ligadas as unidades de significação: *que acharam aqui, foi o início de tudo, ossos/cambotinha, professoras falaram, única em Goiás encontrada na cidade, ficou na história*, remetendo à descoberta arqueológica para alguns entrevistados e à importância dessa descoberta para outros. Cabe notar que os depoimentos a seguir advêm dos moradores que trabalharam nas escavações do projeto de resgate arqueológico do sítio Vale dos Sonhos.

Isso aqui é uma urna! É a urna das cambotinha que eles encontraram aqui... Tinha os ossinho dentro. Essa eu vi bem aqui (S. 19).

Esse aqui é a urna. É a urna que acharam aqui. É ela mesmo. É importante que a pessoa que achou essa urna aqui mostrou... foi o inicio de tudo, né? (S. 18).

É a urna! É a urna que foi encontrada aqui. Não é ela mesmo? É igual a professora Sibeli mais a professora Irmid falou... que por onde eles já trabalharam não tinha encontrado ainda, principalmente em Goiás Velho, que lá é um sítio – mas não sei se é a área deles – mas teve gente de lá, que trabalhou lá, que veio e disse que nunca foi encontrado uma urna dessa aqui igual foi encontrado aqui no Vale dos Sonhos. Então essa aqui dizem que ficou na história. Foi a única que foi encontrada dentro da cidade. Pra onde eles já trabalharam em algum sítio, foi aqui que ficou na história, aqui no Vale dos Sonhos (S. 20).

Gráfico 25c – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Qual o valor desses objetos para você?”.



Diante do núcleo induzido: “Qual o valor desses objetos para você?”, no gráfico 25c, dos discursos dos entrevistados emergiram os núcleos de pensamento: *honra, recordar/relembrar, sem valor para mim, expor, estudo, faz parte da história, importante, conhecimento, estudar a ciência, sentimental/cultural, guardar e divulgar/mostrar*.

O núcleo de pensamento *recordar/relembrar* emergiu de dois discursos. De um deles, surgiram as unidades de significação: *culturas, histórias e deve ser guardado para manter*, indicando que o sujeito atribui importância na preservação dos artefatos anteriormente apresentados e o valor de ‘recordação’ histórico-cultural aos mesmos. Do outro, as unidades que surgiram indicam que a informação acerca das tribos indígenas pode ser interessante, entretanto, a ‘recordação’ e o estudo somente do passado ‘não têm valor’, visto que o que esse entrevistado considera importante é o momento presente e a valorização daqueles que estão vivos. É importante notar que, no final de sua fala, o entrevistado questiona acerca dos estudos arqueológicos, que em seu entendimento estão centrados somente no passado. Eis trechos de ambos depoimentos:

Servem pra tá relembrando a gente, né, das culturas, das histórias que houve. Serve pra gente estar olhando e tá relembrando de outras – outras culturas, outras histórias daqui. Eu acho que deve ser guardado assim pra manter...É isso... (S. 04)

Você lembra, começa a recordar se tiver o nome da tribo aqui, talvez tendo o nome da tribo do índio, seja interessante. Mas pra mim não tem valor ficar recordando e estudando só o passado, passado, passado, passado....[pausa longa]. Serve pra ver como que foi, como que surgiu, mas... depois aquilo passa [...] então é igual a arqueologia: estuda só o passado, estudar sobre os índios que morou aqui, sobre quem.. quem ficou, se tinha ou não tinha sítio arqueológico... aí estuda o passado... pra mim não tem fundamento...já *foi*, já acabou, já não é mais um sítio arqueológico, já não tem mais nenhum índio...então... tem que cuidar, acho que tem que cuidar do *presente*... dos que tão vivo! Os índios que tão vivo nas aldeias, aí tem que cuidar daqueles que tão vivo pra preservar aqueles. Agora os que já foram... por exemplo: “Eu morri hoje. Chegou amanhã, vai fazer o que?” [risos]. Pois é.. faz o que? Eu não sei... Então ... isso eu gostaria de saber também...que eles falasse pra gente: o quê que a arqueologia estuda e vai fazer o quê com isso... (S. 12).

A expressão *sem valor para mim* também emergiu do discurso de outros sujeitos como núcleo de pensamento. Dois entrevistados que consideraram os objetos *sem valor* remetem ao fato que a urna apresentada, denominada por eles como jarro ou botija/pote, serviria como enfeite e para colocar água, sendo que um deles acrescenta que o valor do artefato de pedra seria pela utilidade de amolar faca, reforçando seu discurso apresentado no gráfico 25a e 25b. Eis trechos desses depoimentos:

Pra mim não tem valor nenhum não! (risos). O jarro só serve só pra enfeitar com planta (S. 08).

A botijinha lá no Maranhão tem valor demais, porque a gente comprava pra encher d'água – a água dela é tão friinha... E a pedra se a gente tiver com uma faca cega, ela tando lá, tem um valor grande pra gente amolá a faca. Agora esse outro pote aqui eu nem sei, eu acho que não tem valor não. Porque pra fazer um remédio, isso eu sei que não serve. E aí eu não sei nem que vantagem tem (S. 09).

Nos discursos de outros entrevistados emergiram, a partir do mesmo núcleo de pensamento *sem valor para mim*, unidades de significação diversas. De um deles surgiram as unidades: *para outras pessoas, pode ser importante, lugar reservado e parque ecológico*, indicando que, conforme as informações recebidas pelo entrevistado, os objetos apresentados iriam ter um local apropriado para serem guardados. Entretanto, no decorrer de seu discurso, esse sujeito demonstra não diferenciar um local específico em que poderiam ser colocados os artefatos, de um local designado como reserva ou parque ecológico. Outro discurso aponta que os objetos podem ter importância *para os pesquisadores*, remetendo que para o entrevistado haveria utilidade estética e servir como lembrança. Trechos desses depoimentos ilustram tais observações:

Uai.... pra mim mesmo não tem valor não! Mas pra... é... pra ser uma coisa, pras pessoas que quer ter um lugar reservado e quer guardar isso aíé... as vez pode até ser importante...né?... tipo....porque aqui disse que ia ser um parque ecológico – nessa área aqui toda, em baixo aqui, nesse corguim era pra ser um parque ecológico aí. Só que sei lá [...] eles fala, fala mas eles disse que ia ficar uma área reservada – igual aquela mata ali ela é uma mata que tem que ser reservada, né? Lá não pode entrar.. nunca vai ser derrubada também. (S. 01).

Pra mim não. É uma lembrança, né? [risos], vale só pra boniteza mesmo. Eu acho que pras pessoas que faz pesquisa tem, porque eles entende do valor, agora eu é que não sei. Pra mim não tem valor (S. 13).

Um dos entrevistados que também expressa o núcleo de pensamento *sem valor para mim* produz um discurso que aponta para uma certa contradição, mas também para uma reflexão acerca dos objetos e do conhecimento do passado que deles advém. Embora tenha iniciado seu depoimento afirmando que os objetos têm um valor, em seguida afirma que para ele não têm. Posteriormente, discorre sobre a importância de se conhecer o passado a partir do estudo dos achados arqueológicos, indicando a idéia de pertencimento ao país e uma articulação sobre a finitude das coisas e do desconhecimento de grande parte das pessoas acerca da história do passado, e, por último, afirma novamente, de modo um pouco relutante, que, para ele, os objetos

apresentados não têm valor. Seguem trechos de sua entrevista em que tais considerações podem ser observadas:

Com certeza tem, né – quantas vez pra mim não tem e pra outros tem[Longo silêncio]. Eu acho que conhecer um pouco mais do passado, né, a importância da descoberta das coisas e do osso... eu acho que cada coisa que a gente descobre então do nosso país, da nossa terra e ... eu acho que tudo é valioso, acho tudo importante. Porque coisas que vai acabando... Vai acabando, vai mudando e as pessoas passa sem nem conhecer a história de como vivia, como acontecia, então...com certeza valor tem sim. Acho que em primeiro lugar pra se retratar justamente o passado, né? Eu acho que sim. As vez pra mim não tem, mas pra outros tem valor... (S. 02).

De dois discursos emergem os termos *estudo* e *expor* como núcleos de pensamento, sendo acrescentadas as unidades de significação: *colocar planta, antes não valorizava, atualmente tem valor, se colar e pintar fica bonito* e *museu*, conforme pode ser observado nos trechos dos depoimentos abaixo:

Eu acho que vale sim, pro estudo que tão estudando essas coisas. Eu acho que tem valor. Não sei...[risos] ... mas deve ser pros museus, né, sei lá... Esse negócio de museu, pra ter mais estudo [...] (S. 11).

Bom.. pra mim, eu acho que assim... eu acho que o valor... tem muito valor, ficar exposto lá, as pessoas ficar olhando....eu achei muito isso na terra... alguns pedaços. Agora esse pote no meu entendimento isso aqui vale pra colocar planta! Mas deve ter outros...outras utilidades. Pra mim não tinha nenhum valor não. Assim, quando eu não conhecia não tinha não, mas hoje pode ter algum valor. Eu acho que o valor é por exemplo, você ir achando os pedaço e ir montando ela, fazer, pintar elas, é ir deixando elas bonitinha e colocar lá de exposição. Acho que é o único valor! Pra mim o valor é isso aí: montar ela – se achar os pedaços, montar, pintar ela e deixar lá de exposição, pra o pessoal olhar, né. Colocar num museu, fica bonito deixar lá no museu (S. 15).

O núcleo de pensamento *faz parte da história* emergiu do discurso de três entrevistados e a ele foram vinculadas as unidades de significação: *aprofundar estudo, gerar mais informação*, em um dos discursos. Em outro foram associadas as unidades: *importante, informação, habitantes/objetos, Vale dos Sonhos e História do Brasil*, em que o entrevistado indica uma idéia de pertencimento ao bairro e ao país e associa a noção de propriedade coletiva ao valor dos objetos. Do terceiro discurso, emergem as unidades de significação *importante, transmitir, informação, conscientizar/educar e mudança de comportamento*, indicando a perspectiva de mudança de comportamento e da valorização dos artefatos por meio da transmissão do conhecimento e da educação. Cabe notar que esse terceiro discurso citado foi produzido por um entrevistado que relatou, no decorrer da entrevista, acerca do trabalho voluntário que realiza como

educador ambiental. Seguem trechos dos depoimentos citados em que tais considerações podem ser observadas:

Eu acho que tem valor porque faz parte da história nossa, né? Quanto mais estudar, mais a gente fica sabendo, mais informação tem sobre isso. (S. 05)

É importante porque faz parte daqui, que faz parte da nossa história, mas ...pra muita gente – se você for falar desse assunto – muita gente não quer...Pra você ver que pra muita gente foi só um pote...Ah...muita gente fala: “aquele trem *nojento*. Por quê que não jogou aquele trem fora? Quebrou aquilo lá? “ Não uai. Não existe isso. Pra você ver, foi muito importante, a gente ficou sabendo o que era aquilo, quem habitou aqui, né? E pra você ver, isso já trouxe muita popularidade pra cá. Isso aí faz parte da nossa história. Faz parte da gente, né? Da história do Brasil. (S. 03)

Isso aqui ficou na história, né?, esse.... todo lugar que você ... não sei se ainda tem ali ainda, mas até pouco tempo ainda tinha as fotografia daquele....daqueles objetos que eles tiraram aqui ainda tinha a fotografia ali no rancho[...] Eu acho que vai ficar na história, ninguém esquece mais isso aqui não, de todo jeito vai ficar [...] Acho que o pessoal é o seguinte: deveriam mostrar mais. Aqui por exemplo eles só mostrou isso aí. O pessoal que trabalha por aí, eu acho que pra conscientizar a pessoa você tem que mostrar e *ensinar* pro cara qual é o valor daquilo [...] Igual eles fizeram: fazer uma reunião com o povo, leva no centro comunitário, leva algumas peça ou passa um filme [...] Tudim tá nas fotos mostrando, quer dizer, você vai se conscientizano, né? Eu acho que se a pessoa fizesse mais, mostrasse mais e passasse uns filme, fizesse reunião com o povo, eu acho que o pessoal passa a aprender mais, né? Eu já encontrei muitas peças dessas, já, já...você vai...mas é como eu falo pr'ocê, muitas vez as pessoas num sabe, você tendo uma boa informação você já vê com outra cabeça. Por falta de informação as vezes é... o povo de antigamente...o povo fala que os antigos – eu já penso o seguinte: é os sábios de antes – que fala assim: “Por causa de um grito você perde uma boiada. Mais vale um grito na hora do que uma carreira atrasada”. É a coisa mais certa que tem no mundo... [risos] Eu acho que muitas vezes, por causa de uma pequena informação, você deixa o cara as vezes sem saber, porque as vezes ele quer acompanhar, mas se ele não tem uma informação, ele não vai né? Então se ele tiver uma informação, as vezes ele usa o pensamento, e muda o jeito de agir, né? Uma boa informação a pessoa muda [...] (S. 14)

De um outro discurso emerge o núcleo de pensamento *conhecimento* e dele as unidades de significação: *passado histórico, nações indígenas, luta para manter a cultura, sabedoria tecnológica*, em que se observa que o entrevistado atribui valores histórico, cultural, tecnológico e afetivo aos artefatos.

Tem o valor do conhecimento, né? Eu não domino muito bem essa linguagem da arqueologia... mas tem um passado histórico, né? Tem todo um passado. Como que as pessoas viviam aqui, como que essas nações indígenas viviam, como que ... porque hoje a gente vê assim os índios, a liderança entre eles, era estudando... uma luta constante assim pra manter sua cultura, né? Pra manter viva a cultura. Então a gente hoje tá pegando – não sei quantos anos que tem isso aqui, um machado. E essa sabedoria de pegar, esculpir uma pedra – com certeza era através de outras pedras pra poder esculpir, né? – é... e era pedra com pedra pra poder fazer essas ferramentas, né? E a escolha do tipo de pedra – porque tinha um tipo de pedra mais mole. Essa aqui é quase assim um aço, um ferro, né? Saber escolher – isso é

sabedoria, né? Muito assim...muito rico... isso aqui hoje é o ferro, né? Muito bacana. Eu gosto muito disso tudo... (S. 06).

Do núcleo de pensamento *importante* emergem as unidades de significação: *quem fez já morreu, lembrança de pessoa da família, atualmente não há esse saber-fazer, mostrar para as próximas gerações*, em que o discurso aponta que o entrevistado atribui um certo valor afetivo aos artefatos, visto que há uma associação dos objetos apresentados com a lembrança de um determinado objeto que era produzido por sua avó. Cabe observar que, pela segunda vez no decorrer da entrevista, houve por parte desse sujeito (S.16) uma atribuição de importância aos objetos. A primeira foi quando, diante da pergunta sobre “o que a arqueologia estuda” (gráfico 19), apontou para a importância do estudo das ‘coisas antigas’. Note-se que em respostas diante de outras perguntas, o entrevistado já havia dito que “não se apegava” às coisas e aos lugares. Entrevistado esse que relatou anteriormente diversos conflitos advindos da descoberta arqueológica em sua residência. Eis seu depoimento:

É importante porque....hoje as pessoas não fazem essas coisas mais, né? Igual uma *tirrina* da minha vó, nunca mais ninguém faz uma louça daquela. Toda bordada, toda detalhada, ninguém tem, em lugar nenhum. Eu acho importante, porque quem fez já morreu, não faz mais – ninguém num aprende a fazer isso igual a essa da minha vó. Serve pra guardar o histórico, as lembranças, muita coisa – agora eu não sei...Mas eu acho importante pra quem ainda vai nascer, não sabe, não viu. Acho importante pras pessoas ver.... (S. 16).

Do discurso de um entrevistado emerge o núcleo de pensamento *honra de tocar esses objetos* e dele decorrem as unidades de significação: *vontade de conhecer famílias indígenas, dificuldade de explicar e grande valor das coisas antigas*, em que se observa o valor afetivo que esse sujeito denota aos artefatos. Nota-se que seu depoimento diante do núcleo induzido “Qual o valor desses objetos para você?” reafirma o significado advindo do afeto que ele apresenta também pelo ‘espaço’ em que mora, conforme já apontado nas análises de seus discursos anteriores. Segue trecho de seu depoimento em que tais considerações podem ser verificadas:

Pra mim é uma honra pegar numa coisa dessa! Já pensou você pegar numa coisa assim que há séculos que tiveram alguém que usou ela, usufruiu dela! Pra muitos isso aqui não vale nada, mas pras pessoas que entende mais ou menos assim de alguma coisa, vale muita coisa, no meu ponto de vista. Eu tinha vontade de conhecer um dia uma família dessa, dos índios... tenho uma vontade muito grande. É uma coisa assim difícil de explicar, né...tem um valor assim que é muito grande essas coisas antigas (S. 10).

Diante do núcleo induzido: “Qual o valor desses objetos para você?”, no gráfico 25c, emergiram dos discursos dos quatro moradores entrevistados que haviam participado do projeto de resgate trabalhando nas escavações os núcleos de pensamento: *estudar a ciência, sentimental/cultural, guardar e divulgar/mostrar*. Para um deles, o valor dos objetos é científico, sendo acrescido da importância de ter proporcionado a ele o acesso ao conhecimento do tipo do material estudado. Outro entrevistado expressa que os artefatos apresentam valor *sentimental e cultural*, associando a importância do resgate que proporcionou o conhecimento acerca da cultura dos indígenas que habitaram o Vale dos Sonhos. Outro sujeito aponta para a importância de se guardar/preservar os objetos, pois eles constatam a existência de tribo indígena naquele espaço anteriormente. Do discurso do quarto entrevistado emerge o núcleo de pensamento *divulgar/mostrar* e as unidades de significação: *museu, modo de fabricação dos objetos, urna, história do Vale dos Sonhos, grande valor, gerar/transformar e conhecimento*, em que se observa uma atribuição de valor educativo e histórico dos artefatos em sua fala. Seguem seus depoimentos em que tais considerações podem ser observadas:

Pra quem estuda a ciência, né, isso aqui vale alguma coisa. E pra mim, vale muito, porque ...se não fosse...se eu não tivesse essa oportunidade eu ia morrer e num ia chegar a ter esse conhecimento desse tipo de material. Eu ... pela idade que eu tenho – fazendo uma comparação – se chegasse, se eu não tivesse o conhecimento, era como se fosse uma telha dessa aí, se chegasse aí eu jogava pra lá [...] (S. 17).

Sentimental... cultural... é muito ... muito significativo..valor sentimental. No meu modo de ver, no meu modo de pensar, é um valor enorme. É uma coisa que a gente nunca vai esquecer. É como eu falei pra você, trouxe muita... muito significativo pra gente isso aqui. Pra saber o desenvolvimento, o conhecimento da cultura, né? Eu me esqueci foi qual é a tribo que eles mencionaram aqui, que eles falaram que era, eu não sei a tribo, eu esqueci. É um conhecimento muito significativo pra gente que trouxe o resgate da cultura, saber quem sobreviveu aqui, como eles sobreviviam aqui, né? Sem pensar que um dia a gente fosse... fosse ocupar esse território. E de que maneira eles sobreviviam... (S. 18).

Tem muito valor... vale muita coisa. Vale guardar pra isso aí servir de amostra pra quem nunca viu e pra quem não entende das coisa... é pra mostrar pra eles, pra mostrar pra quem nunca viu, não entende, pra aprender que aqui existia uma tribo de índio. (S. 19).

Pra eles daqui talvez não tenha tanto valor, mas pra mim que já conheço tem. Coloca num museu e muitas pessoa vai, olha – vai ver como um ser humano fabrica isso aqui sem ter maquinário, sem nada. Agora essa urna grande, pra mim tem um valor grande porque ela ficou na história, ficou no reconhecimento do povo, muitas pessoas – a maioria – do Vale dos Sonhos conheceu ela, não conheceu assim realmente assim de vista, mas conheceu pelas foto, foi tirada fotos e veio pra cá pro escritório e passou vários mês a

foto dela pregada lá. Pra mim tem um valor grande, muitas pessoa ficou conhecendo. Esse machadinho mais a urna aí, eles tando junto com outros material num museu, muitas pessoa vai pra ver...tem muita serventia, pra quem não conhece... e assim vai mudando o conhecimento... (S. 20).

Para fins de coleta de dados, a questão 25 foi subdividida em três itens: a, b e c, no entanto, tentar-se-á analisá-las em seu conjunto.

Conforme já apontado anteriormente, diante do primeiro material arqueológico apresentado – o machado polido – os discursos que surgiram das perguntas feitas aos entrevistados indicaram três núcleos de pensamento: *não conheço, pedra e machado/machadinha*.

Apenas do depoimento de um entrevistado (“S. 07”) emergiu o termo que expressava seu desconhecimento acerca do material apresentado. Todavia, em seguida, sua resposta indica que o objeto se tratava de uma pedra.

O termo *pedra* emerge então como núcleo de pensamento da maioria dos discursos.

Os sujeitos “S.07” e “S.13” atribuíram que a mesma serviria para fazer fogo.

Nos depoimentos dos entrevistados “S.03”, “S.15”, “S.09”, “S.01” e “S.04”, foram atribuídos à pedra os seguintes usos: para afiar/amolar (faca e/ou arma), para fazer ponta, para bater, sendo que o sujeito “S.01” relaciona a pedra também a um ímã e a uma estátua.

Embora não denominando o objeto como “machado”, os entrevistados “S.08”, “S.10”, “S.11”, “S.12”, “S.02” e “S.05” reconhecem a pedra como instrumento de trabalho destinado a atividades de bater, furar, cortar, quebrar, cavar – alguns inclusive referindo-se que a mesma tratava-se de uma ferramenta de trabalho.

Já os entrevistados “S.16”, “S.14”, “S.06”, “S.17”, “S.18”, “S.19” e “S.20” reconhecem o material exposto como um artefato de pedra, também destinado a atividades de trabalho, denominando-o, especificamente, de machado ou machadinha.

Cabe ainda notar que os entrevistados “S.07”, “S.13”, “S.04”, “S.10”, “S.02”, “S.05”, “S.16”, “S.06”, “S.18”, “S.19” e “S.20” afirmam que o artefato era utilizado pelos índios.

Em relação ao segundo material arqueológico exposto aos sujeitos no momento da entrevista e que se perguntava: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve?”, praticamente todos os discursos indicaram que os entrevistados

reconheceram a foto do artefato como sendo a urna encontrada no bairro. Quando não, enfatizaram o caráter utilitário do objeto – que serviria para colocar água, mantimentos –, ou o caráter decorativo, servindo para colocar plantas. Com exceção dos entrevistados que falaram do caráter decorativo (“S.01”, “S.08” e “S.09”), todos os demais remeteram o objeto aos indígenas.

No que se refere ao núcleo induzido: “Qual o valor desses objetos para você?”, conforme já exposto anteriormente, diversos núcleos de pensamento surgiram dos discursos dos sujeitos, como: *honra, recordar/relembrar, sem valor para mim, expor, estudo, faz parte da história, importante, conhecimento. estudar a ciência, sentimental/cultural, guardar e divulgar/mostrar.*

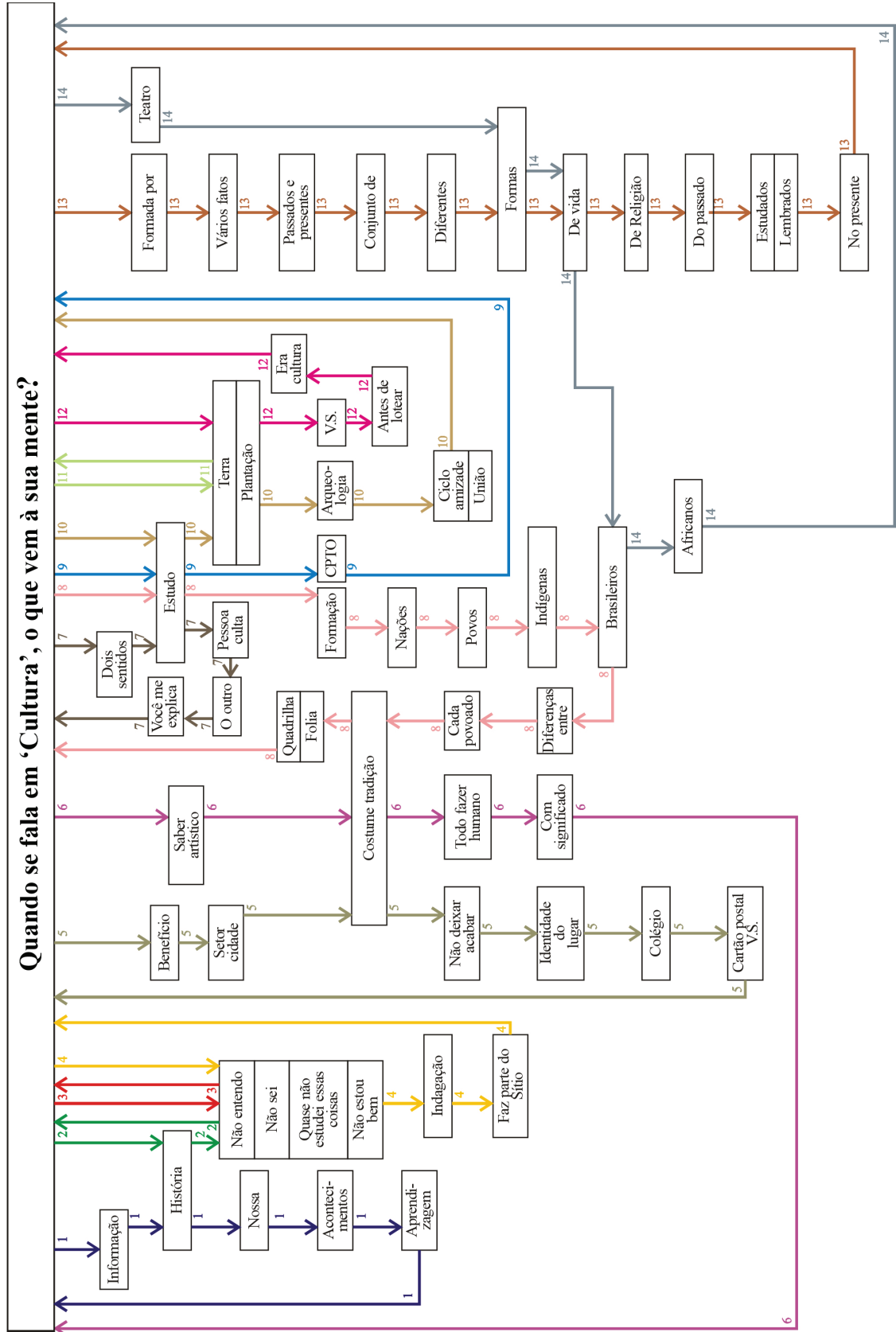
Fazendo um ‘recorte’, observou-se dois tipos de discursos predominantes advindos do núcleo de pensamento *sem valor para mim*. Os entrevistados “S.08”, “S.09”, “S.01”, referindo-se à falta de valor, atribuem aos objetos um caráter utilitário ou decorativo. Já o entrevistado “S.13” (também se referindo à falta de valor e ao caráter decorativo/estético) e o entrevistado “S.02” apontam que para os pesquisadores os objetos podem ter algum valor. Esse sentido de valor atribuído a terceiros, sejam arqueólogos ou ‘outras pessoas’, confere ao objeto uma importância que não lhe pertence, é do outro, ou seja, não faz parte de seu de seu repertório de significações. Cabe notar ainda que o discurso do entrevistado “S.02” remete à sua específica falta de interesse em assuntos do passado, o que inclui os objetos que lhe foram apresentados. Essa noção de que o presente é o que importa é discutida por Jacoby (1977, p. 8) sobre o atrofiamiento da capacidade e do desejo de lembrar, nesse mundo contemporâneo, em que “o novo não apenas supera o velho, como o afasta e o destitui”.

Os discursos dos demais entrevistados apontam que diversificados valores foram atribuídos aos objetos, como: afetivo, científico, histórico, cultural, museológico. Observa-se ainda que todos esses sujeitos reconheceram a foto da urna como aquela que foi encontrada no Vale dos Sonhos, e que também, praticamente todos, reconheceram o objeto como um artefato de pedra destinado a atividades de trabalho relacionada aos indígenas. Nesse sentido, esses discursos confirmam as considerações de Silveira e Lima Filho (2005, p. 40), que dizem que o objeto “fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida”. De outro lado, comparando brevemente com uma pesquisa citada no trabalho de Bezerra de Almeida (2002), alguns

valores atribuídos diferem. A referida pesquisa, realizada em Vancouver (Canadá), apresenta em seus resultados que os objetos foram considerados pelos seus valores: científico, educativo, espiritual, monetário, estético, político e por nenhum valor. Nota-se que os valores espiritual, monetário e político não aparecem especificamente entre as atribuições dos sujeitos da presente pesquisa. Ressalta-se, porém, que a pesquisa citada por Bezerra de Almeida (2002) não se refere a que público foi aplicada e apresenta dados que indicam que se tratava de uma pesquisa quantitativa, o que, por si só, já possibilita a caracterização diferenciada das atribuições de significados. Cabe observar que, conforme as buscas de informação do presente estudo acerca do assunto – análise do alcance das ações educativas desenvolvidas em contexto arqueológico, não foram ‘localizados’ no Brasil tipos de estudos semelhantes – nem de abordagem de pesquisa quantitativa, nem qualitativa.

Categoria IV – Patrimônio Cultural

Gráfico 30 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “Quando se fala em ‘Cultura’, o que vem à sua mente?”



Diante do núcleo induzido: “Quando se fala em ‘Cultura’, o que vem à sua mente?”, emergiram os núcleos de pensamento: *informação, história, não entendo/ não sei/ não estou bem a par/ quase não estudei essas coisas, benefício, saber artístico, dois sentidos, estudo, terra/plantação, formada por vários fatos e teatro.*

Do discurso de três entrevistados emergiu o termo *terra/plantação*. Em um deles, surgiu como núcleo de pensamento e retornou diretamente ao núcleo induzido, em outro, desencadeou as unidades de significação: *Vale dos Sonhos, antes de lotear, era cultura*, e no terceiro, o termo surgiu – expressando interrogação, a partir do núcleo de pensamento *estudo* – e a ele foram associadas as unidades de significação *arqueologia e ciclo de amizade/união*. Seguem tais depoimentos:

Cultura?! Uai... cultura... eu ... eu acho que é uma coisa assim da terra, né? Eu creio que étipo assim... é coisa da terra, né? É o que eu acho, né? (S. 01).

Cultura? Aqui era uma cultura! Aqui era uma cultura, o que eu entendo é isso, cultura eu entendo é terra. Aqui antes do Mauricio Beraldo lotear, aqui era uma cultura. O que eu entendo é isso, cultura é terra! (S. 07).

Cultura...em termos de estudo, geral, né? Plantação não tem nada a ver, né? Você me pegou né? Deixa ver o quê que eu posso explicar aqui....é que eu assisto tanta cultura que...Cultura pra mim é... tem muita coisa relacionada ao estudo, as vezes tem uma coisa assim interessante – como isso agora: a arqueologia, pra mim faz parte da cultura. Plantações, em termos, pra mim é uma cultura...vamos supor assim, pra mim uma boa amizade, um ciclo assim de amizade – vamos supor...a vizinhança junta pra mim é uma cultura. Meu modo de pensar é esse, né, cada um tem o seu modo. Então pra mim tem muita coisa! (S. 10).

Os termos *não entendo/ não sei/ não estou bem a par/ quase não estudei essas coisas* perpassaram os discursos de sete entrevistados expressando um mesmo sentido, desse modo foram expostos no esquema gráfico como um núcleo único de pensamento. Nota-se que a maior parte dos sujeitos que manifestaram esses termos apresentaram um discurso ‘curto’, que retornou imediatamente ao núcleo induzido, enquanto um deles, expressando indagação, produziu a unidade de significação *sítio arqueológico*. Os depoimentos a seguir podem ilustrar tais considerações:

Eu acho que... eu não entendo essas coisa, sabe, quando que quando você não entende, você não..... (S. 08).

Não sei não [riso] (S. 09).

Eu não entendo nada (S. 11).

Me apertou sem me abraçar de novo... (S. 15).

Eu quase não estudei essas coisas... (S. 16).

Isso eu não sei falar... (S. 19).

Cultura...eu não tô bem a par da cultura não. Faz parte do sítio? (S. 20)

O núcleo de pensamento *informação* desencadeou as unidades de significação: *história, nossa, acontecimentos e aprendizagem* no discurso de um entrevistado. Já no discurso de outro, o termo *história* surge como núcleo de pensamento, de modo interrogativo, e em seguida o entrevistado acrescenta que não entende acerca do assunto. Seguem trechos de seus depoimentos:

Cultura? Eu acho que é se informar, saber sobre a historia nossa, sobre o que aconteceu, como aconteceu. Cultura é a informação, é aprender. Você tem que aprender porque ... sobre a história.... (S. 05).

Cultura... é tipo história? Eu não entendo, eu não sei não... (S. 03).

Do discurso de um entrevistado emergiu o núcleo de pensamento *benefício* e a ele foram associadas as unidades de significação: *setor/cidade, costume/tradição, não deixar acabar, identidade do lugar, colégio, cartão postal do Vale dos Sonhos*, que indicaram a ideia de preservação das tradições e, ao mesmo tempo, a noção de identidade do lugar vinculada ao desenvolvimento/benefício adquiridos. Segue trecho de seu depoimento em que tais considerações podem ser observadas:

Cultura?... Cultura é um bom benefício pro setor – não só pro setor, mas pra qualquer cidade... Cultura é uma...[longo silencio]. Cultura primeiro pra mim é um grande desenvolvimento que tiver, tanto no setor como na cidade, pra mim é cultura. Uma tradição, não deixar aquilo acabar, aquilo pra mim é cultura. O quê mais?... é...aquilo que vem de antigamente, não deixar aquilo ir por águas abaixo... sempre tem uma... como se diz... uma...benfeitoria da cidade, pra dizer isso aqui é a cara do setor, é a cara de tal lugar, como se diz... vamos supor, aquele colégio ali é o cartão postal do Vale dos Sonhos – aquilo pra mim é uma cultura, entendeu? Tenho pra mim que a cultura é isso aí (S. 17).

Do núcleo de pensamento *saber artístico* emergiu também o termo *tradição* e associados à ele, as unidades de significação *costumes* e *todo fazer humano com significado*:

Cultura é... tem assim... o pessoal usa muito a cultura com o saber artístico e tal, os costumes, tradições, mas a cultura é muito mais ligado ao fazer, todo fazer do ser humano que tenha um significado, né? Tudo aquilo que o ser humano faz e tem um significado é cultura. Eu entendo por aí (S. 06).

A palavra *estudo* perpassou a fala de três entrevistados, ora como núcleo de pensamento, ora como unidade de significação. Como núcleo de pensamento, desencadeou em um dos discursos a unidade de significação *comportamento* e em outro as unidades *formação, nação, povos, indígenas, brasileiros, africanos, diferenças, entre cada povoado e quadrilha/folia*. Como unidade de significação, o termo *estudo* parte do núcleo de pensamento *dois sentidos*, em que o entrevistado inicia o discurso indicando a existência de mais de um significado para o termo *cultura* para, em seguida, indagar ao entrevistador a definição do termo além do apresentado por ele.

Ó... é assim, as vezes a pessoa... por exemplo, eu tava um dia dentro do ônibus aí tinha umas moças morrendo de dar risada e fazendo um bocado de coisa, aí uma pessoa disse: “essas moças são desse jeito porque elas não tem cultura, não tem estudo, aí eles fazem aquilo sem saber o quê que tá fazendo”. Pra elas é normal, é normal gritar, é normal ri alto. Porque se você tá andando dentro de um lugar, você tem que se comportar [...] (S. 13).

Ah, eu acho que é a questão do estudo....acho que a cultura pode vim da formação, não é não? Acho que é a cultura deve vim da formação...[silêncio] Por exemplo, os índio, eles era uma cultura indígena, né, então, acho que cultura se trata de nação, de povos, não sei, acho que mais ou menos por aí...[silêncio] Ah, sim... agora mais ou menos vem surgindo alguma idéia do que é cultura, porque, digamos que os brasileiro tem a cultura deles, uma coisa e outra [...] Mas a cultura de uma nação era isso e aquilo outro e outra nação tem aquela outra cultura disso e aquilo outro, então eu acho que cultura é mais ou menos isso... Certamente éa diferença de uma nação com a outra, de uma... Mas é a diferença de uma coisa pra outra, saber definir uma coisa com a outra é aonde vem a valorizá a cultura de um e a cultura de outro! Definir o que é cada nação, cada povoado – cada povoado tem uma cultura diferente, né? Por exemplo a quadrilha, a folia, que é uma tradição (S. 02).

A cultura seria assim em dois sentidos.... porque muitas vezes o cara ali, por exemplo é um sujeito bem desenvolvido, que tem estudo, aí o sujeito fala assim: ‘fulano é uma pessoa culta’... é uma coisa...agora, cultura sinceramente você vai ter que me explicar pra mim saber o quê que é mais ou menos por que eu num sei não....[risos] (S. 14).

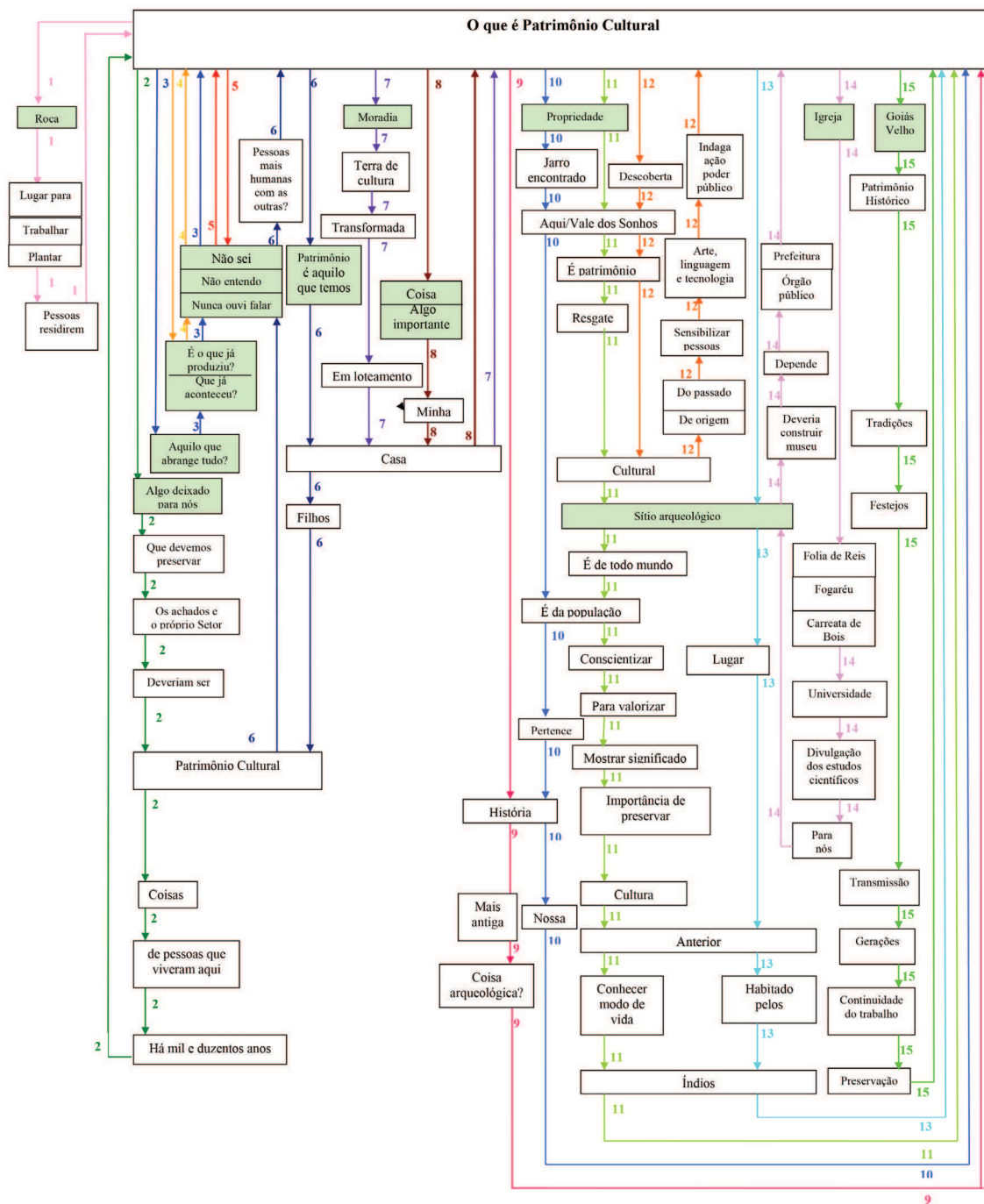
Do discurso de um outro sujeito emergiu o núcleo de pensamento *formada por vários fatos* e dele as unidades de significação: passados e presentes, conjunto, diferentes, formas de vida, de religião, do passado, estudados/lembrados, no presente.

Ah, no meu entendimento a cultura é formada por vários fatos, tipo isso que eu te falei, né? – fatos passados com os atuais. É ...cada... religião também é formada...é... formas de vidas diferentes, também. A cultura tá num conjunto de várias coisas. É... várias religiões, várias... é...vários estudos, várias coisas, é um conjunto de muita coisa, vidas antepassadas com a nossa agora, entendeu? Eles vão trazendo algumas... alguns dados, alguns dados vão trazendo aquilo, aquele estudo dos nossos antepassados, das vidas passadas, trazendo pra cá e formando a cultura, né? Pra gente tá lembrando sempre que antes da gente houve outras pessoas que tiveram aqui, que ...tiveram aqui... (S. 04).

A partir do núcleo de pensamento *teatro*, outro discurso também perpassa as *formas de vida* dos povos, em que o entrevistado utiliza a ‘comparação’ entre a cultura dos brasileiros e dos africanos, apontando que há diferença entre as culturas que marcam uma ‘identidade’.

Ah.... cultura vem... cultura é ... ah, cultura vem teatro, vem.... muita coisa....pra você ver... uma cultura do... uma cultura do brasileiro, por exemplo ... como se vive o povo brasileiro, como que é a cultura aqui, como que é a cultura dos africano, aí você vê o quê que é a cultura brasileira e a cultura deles... de um lado, de outro... (S. 12).

Gráfico 33 – Gráfico do discurso dos moradores do Vale dos Sonhos quando respondem à pergunta: “O que é ‘Patrimônio Cultural’ para você? O que você compreende por isso?”.



Diante do núcleo induzido: “O que é ‘Patrimônio Cultural’ para você? O que você compreende por isso?”, no gráfico 33, dos discursos dos entrevistados emergiram os núcleos de pensamento: *roça, aquilo que abrange tudo?, o que já produziu?, não sei/não entendo/nunca ouvi falar, patrimônio é aquilo que temos, moradia, coisa/algo importante, propriedade, sítio arqueológico, igreja, Goiás Velho e algo deixado para nós.*

Do discurso de um dos entrevistados emergiu o núcleo de pensamento *roça* e as unidades de significação *lugar para trabalhar/plantar e pessoas residirem*, indicando o trabalho no cultivo da terra e a moradia relacionados à idéia de patrimônio vinculada ao espaço rural. Eis trecho de seu depoimento:

Patrimônio cultural... deve ser coisa ... eu acho que é na roça, não é não? Aonde as pessoa habita ali, pra prantar.... pra... trabalhar... muitas pessoas, tudo num mesmo lugar.[...] (S. 01).

Os termos *não sei, não entendo e nunca ouvi falar*, permearam os discursos de diversos entrevistados, de certo modo, expressando um mesmo sentido. Assim, foram expostos no esquema gráfico como núcleo de pensamento e unidade de significação comuns. Nota-se que parte dos sujeitos que manifestaram esses termos apresentaram um discurso ‘curto’, que retornou imediatamente ao núcleo induzido, enquanto outros, mesmo expressando indagação, produziram respostas que indicam outras unidades de significação diante de seu ‘não-saber’ acerca do que seja ‘Patrimônio Cultural’, como: *aquilo que abrange tudo?, o que já aconteceu?, o que já produziu?*. Nos depoimentos a seguir podem ser observadas essas ‘diferenciações’ de respostas nos discursos:

Não sei (S. 09).

Nunca ouvi falar (S. 11).

Não sei, não entendo isso (S. 15).

Não sei não (S. 19).

É o que já produziu, o que já aconteceu? Eu não entendo, não sei... (S. 03).

Você tá me fazendo umas perguntas...[riso] Patrimônio cultural é aquilo que abrange tudo? Ou aquilo que já aconteceu antes? Como é que é? Eu não entendo direito (S. 10).

De boa parte dos depoimentos emergiu a unidade de significação *casa* dos núcleos de pensamento: *patrimônio é aquilo que temos, moradia, coisa/algo importante*, sendo que em alguns casos o sujeito expressa indagação em sua resposta e,

em outros, nota-se um discurso afirmativo. Um dos entrevistados aponta ainda Patrimônio Cultural como sendo a transformação de uma terra de cultivo em terra para ser habitada. Conforme pode ser observado, as conotações de propriedade e moradia permeiam as respostas:

É como uma coisa importantenum é? Tipo casa? Patrimônio é casa? Pra mim é a casa (S. 16).

Ouvir falar eu já ouvi...mas nunca tive curiosidade de pesquisar, de perguntar....Ah... eu acho que é algo muito importante...igual aqui tem minha casa [risos]. Minha casa é muito importante pra mim. Esse é o meu patrimônio [risos] (S. 08).

O patrimônio cultural é igual nós tá aqui agora, morando – eu acho que é. Porque uma terra de cultura se transformou em um loteamento. Se transformou em casa, em lote. O que eu entendo é isso... (S. 07).

Remetendo também ao sentido de propriedade e moradia, o discurso de um outro entrevistado, embora também marcado pela interrogação, aponta para a idéia da relação entre as pessoas como aquilo que poderia ser Patrimônio Cultural. Eis sua resposta:

Patrimônio não é o que a gente tem?! A casa da gente, os filhos da gente – que tem que por na escola, educar. Agora... patrimônio cultural aí eu não sei...é as pessoas ser mais humanas com as outras? (S. 13).

Do núcleo de pensamento *Goiás Velho*, emergiram do discurso de um dos sujeitos as unidades de significação: *patrimônio histórico, tradições, festas, transmissão, gerações, continuidade do trabalho e preservação*. Segue trecho de seu depoimento que ainda aponta o fato do entrevistado ter trabalhado naquela cidade:

Patrimônio...(pausa longa). Lá em Goiás Velho é patrimônio histórico, né? É porque eles têm muitas tradições, por exemplo, Goiás Velho tem as festas de...de ...agora mesmo de quaresma, tem muito... tem a tradição de antes, desde que começou o pessoal continua passando de geração em geração, eles dão continuidade no trabalho, né? [...] (S. 14).

Outro entrevistado parte do núcleo de pensamento *igreja* e também apresenta a noção de patrimônio cultural relacionada aos festejos religiosos, citando a Festa do Divino, a Folia de Reis, o Fogaréu e a Carreata de Bois. Entretanto, acrescenta as unidades de significação: *Universidade, Divulgação do estudo científico e sítio arqueológico*, articulando em seu discurso a descoberta arqueológica no Vale dos Sonhos e o estudo científico ‘divulgado’ à concepção de patrimônio cultural, ressaltando ainda que a instalação de um museu no bairro, que dependeria de um órgão público, seria importante para a população. Tais considerações podem ser observadas em seu depoimento:

Patrimônio cultural? Deve ser uma igreja, uma folia de reis, o fogaréu – do tipo que tem em Goiás mesmo – a festa do Divino Pai Eterno, a carreata dos boi...é um patrimônio cultural! O que mais?... É ...a própria universidade que divulga esses estudos, ciências aí, científico e outros tipos de projeto...e aqui pra nós o sítio arqueológico que foi encontrado no Vale dos Sonhos é um dos patrimônio. No meu modo de pensar eu acho que primeiro deveria ser construído ao meno um museu aberto pro pessoal ter conhecimento e acesso o que significa, tem que ter aqui dentro do setor, porque foi encontrado aqui dentro. Pra mim seria isso: ser construído um museu aqui. Não precisa ser muito grande não... eu acho que depende da prefeitura, de um órgão público (S. 17).

A descoberta arqueológica permeia o discurso de outros entrevistados diante do núcleo induzido “O que é ‘Patrimônio Cultural’ para você? O que você compreende por isso?”.

Um dos sujeitos associa ao núcleo de pensamento *história* as unidades de significação: *mais antiga e coisa arqueológica*.

Patrimônio cultural ... é uma história mais antiga, não? Quando se refere... sobre essas coisa arqueológica? (S. 02).

Dois entrevistados apresentam *propriedade* como núcleo de pensamento, sendo que um deles vincula as unidades de significação: *jarro encontrado, Vale dos Sonhos, é da população, pertence, história, nossa* e o outro associa as unidades: *aqui, é patrimônio, resgate cultura, sítio arqueológico, é de todo mundo, é da população, conscientizar, para valorizar, mostrar significado, importância de preservar, cultura, anterior, conhecer modo de vida e índios*.

Patrimônio? É uma coisa que é da gente? É tipo esse jarro aí é um patrimônio daqui, né, do nosso setor, porque faz parte da historia do passado, né? Acho que tudo que pertence a historia é um patrimônio nosso. Acho que é da população mesmo. A população que é dona, porque pertence aqui, ao setor, né? (S. 05).

Aí agora você tá...[risos] [longa pausa]. Pelo que eu entendo, patrimônio é uma propriedade. Mas não é... pelo que você tá perguntando aí, patrimônio cultural não é uma propriedade, não é?! Igual aqui .. aqui é um patrimônio... no caso aqui, na época foi um Deus nos acuda. Porque as pessoas ficaram... igual eu te falei, não tinham conhecimento daquilo ali e as pessoas ficaram com medo! ‘Ah, porque vai tomar meu lote, não sei o quê’. ‘Gente, é por isso que houve as assembléia, pra explicar pras pessoa: isso aqui é pra fazer o resgate da cultura, não é pra tomar o lote de vocês. Nós vamo lá, fazemo a pesquisa, resgatamo o que tivemo que resgatá e o lote é de vocês [...]’ Na medida que você vai conscientizando as pessoas, que eles vão compreendendo, eles vão dando valor. Algumas que teve participação, ou se alguém já explicou pra eles, eles vão ter... eles vão ter que reconhecer que isso aqui é uma coisa significativa pra gente [...] Eu acho que aqui assim pode se dizer um patrimônio... mas é ...pode ser de todo mundo ...É igual eu te falei, a gente tenta explicar pra eles – porque tem muita gente que não entende e aí a gente tem que explicar pra eles – que isso aqui é uma coisa de

todo mundo. Não é só minha, não é sua, não é de outra pessoa. É de todos! Eu penso que é da população...E o importante da preservação é isso aí: é o resgate da cultura, é saber como é que era a anterior, como é que era a sobrevivência dos índio... (S. 18).

De outro discurso *sítio arqueológico* emergiu como núcleo de pensamento, e dele surgiram as unidades de significação *lugar, anterior, habitado pelos índios*.

Acho que significa área do sítio arqueológico. Eu acho que patrimônio cultural, pois é o lugar onde os índio habitava anteriormente... (S. 20).

Do núcleo de pensamento *algo que foi deixado pra gente*, surgiram as unidades de significação: *temos que preservar, os achados e o próprio setor, deveriam ser, patrimônio cultural, coisas de pessoas, que viveram aqui, há mil e duzentos anos*.

Vem na minha idéia...realmente é isso, uma [...] uai, vem na minha idéia assim: algo que foi deixado pra nós que a gente tem que preservar, entendeu? É como um patrimônio pra gente – “patrimônio cultural” pra mim é isso... por exemplo: coisas que foram encontradas aqui, existiam e tal, devia ser um patrimônio mesmo, cultural – até o Vale dos Sonhos devia ser! – porque foi encontrado aqui, né? Então, até o Vale devia ser um patrimônio cultural, porque foram encontradas essas coisas aqui. Coisas assim, de pessoas que viveram aqui há muito tempo! O quê que são mil e duzentos anos, né? As pessoas não têm nem noção do que é isso, né? Então... devia mesmo ter ... patrimônio cultural pra mim é isso: é tá preservando algo pra ser nosso patrimônio, entendeu? Pra tá marcado, pra gente aqui.. Cultural é isso: essas coisas que foram encontradas, coisas assim que devem de ser assim, bem destinadas a isso (S. 04).

Do discurso de outro sujeito emergiu o núcleo de pensamento *descoberta* e a ele vincularam-se as unidades de significação: *Vale dos Sonhos, é patrimônio cultural, do passado/de origem, sensibilizar pessoas, arte/linguagem/tecnologia, indagação poder público*.

Pois é...isso que...essa descoberta aqui no Vale dos Sonhos é um patrimônio cultural... do passado...[...] todo um passado marcante de início, de origem, é... de repente, não sei se forma, mas essa descoberta dos restos arqueológicos indígenas, esse setor aqui se tornaria um patrimônio cultural, não sei...mas é isso. Eu acho que é...eu é que não domino a linguagem, né, essa linguagem. Mas eu acho que tem que passar isso pras pessoas, porque eu acho que até diante da ignorância do povo... até tem gente que sabe, que é informado e que tem uma certa resistência, que não dá o devido valor – porque pra mim tem um valor histórico essa questão indígena que foi encontrada aqui. Agora, a sensibilização eu acredito muito, né? A forma se esclarecer, se vem de uma linguagem simples, que o povo entenda, eles vão absorver isso de uma forma muito legal [...] Agora, a nós, cabe muito essa questão de sensibilizar, de trazer uma linguagem para sensibilizar as pessoas da importância disso, né? Eu me apego a essa questão da arte – a arte tem um poder muito grande de passar pra as pessoas, de sensibilizar – seja ela através do sublime ou grotesco, né? [...] E também a tecnologia mesmo, né? Trazer telões aqui, como... acontece isso: numa periferia [...] Então tem aqui telões e passa, a carência da arte na periferia e se essa arte vem imbuída de um foco pra alertar e tudo, né? Uma que ela...o teatro, a arte, o circo, a tecnologia, os

telões e tal, os filmes a respeito, as imagens, de setor em setor, e fazer disso um evento mesmo, né? Olha, é do lado de cá da rede, né? Juntar a comunidade, por um carro de som, convida, passa um telão na rua, né, ou na associação, ou mesmo ir mais de encontro ao povo – porque as pessoas as vezes estão abertas às informações [...] agora, acabou de descobrir que tem um tesouro aqui, né? E como é que vai ser? O poder público, o quê que vai fazer? (S. 06).

A Categoria IV foi estruturada na busca de compreender/analisar as concepções dos entrevistados sobre ‘cultura’ e ‘patrimônio cultural’, e, ainda, verificar em seus discursos se há uma correlação entre os vestígios arqueológicos encontrados no Vale dos Sonhos e as concepções por eles apresentadas. Busca-se observar também se essas concepções estão de alguma forma relacionadas com a Educação Patrimonial desenvolvida.

Conforme já indicado anteriormente, do depoimento dos entrevistados “S.01”, “S.07” e “S.10”, dentre os termos que emergiram diante do núcleo induzido “Quando se fala em cultura, o que vem à sua mente?”, surgiu *terra* – dos discursos dos dois primeiros sujeitos –, e do terceiro, emergiu *plantação* – de maneira interrogativa. Em seguida esse entrevistado (S.10) associou o termo *estudo*, tomando como exemplo o estudo arqueológico realizado no Vale dos Sonhos.

Já a partir do núcleo induzido que gerou o Gráfico 33, observou-se que, do discurso do entrevistado “S.01”, emergiu o termo *roça*, desencadeando um fluxo de pensamento que associa ‘patrimônio cultural’ como lugar de moradia e de trabalho, em especial, o trabalho de cultivo da terra, indicando à mesma noção apresentada no núcleo induzido anteriormente citado. Já o entrevistado “S.07” refere-se a patrimônio cultural como sendo uma terra de cultivo transformada em terra para ser habitada. Por sua vez, o entrevistado “S.10”, em meio a risos, indica que a pergunta era complexa e que não saberia respondê-la, terminando por indagar se patrimônio cultural seria “aquilo que abrange tudo”.

Observa-se, então, que a concepção de cultura, e a de patrimônio cultural relacionadas ao cultivo de terra – que permeia os discursos desses sujeitos – aponta para uma das primeiras compreensões do termo cultura no transcurso de suas diversas aplicações. De acordo com Trigger (2004, p. 157), a palavra cultura “originalmente se aplicava a empreendimentos agrícolas, para designar o progresso humano e o esclarecimento (o autocultivo)”. O autor (*op. cit.*) esclarece ainda que somente no curso do século XVIII, a palavra francesa ‘Culture’, começou a ser aplicada a outros sentidos

e cita como exemplo o seu uso na Alemanha, em que o termo era utilizado para designar ‘costumes de sociedades específicas’.

Diante desses dois núcleos induzidos (apresentados nos Gráficos 30 e 33), os núcleos de pensamento que emergiram dos discursos dos entrevistados “S.09”, “S.11”, “S.15” e “S.19” foram: *não entendo/não sei/nunca ouvi falar*, indicando um ‘desconhecimento’ em relação aos termos cultura e patrimônio cultural.

Dentre os diversos elementos que em outros discursos foram vinculados à idéia de cultura, podem ser citados: história, acontecimentos, passado, costume, tradição, informação, estudo/erudição, comportamento, religião, formação de nações/povos, arte/teatro. De certo modo, cada um desses entrevistados aponta para uma noção de cultura próxima a uma das definições do termo que é propagada no meio intelectual.

A noção de ‘cultura’ de Tylor (TYLOR, 1871, *apud* LARAIA, 1986, p. 25) como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” proporcionou mais uma ampliação do termo. Conforme Trigger (2004, p. 158), posteriormente à noção apresentada por Tylor, foi dado um passo além em direção a “uma noção distintiva de culturas individuais como modos de vida transmitidos por povos específicos de geração em geração”.

Patrimônio cultural como ideia de propriedade permeou o discurso dos entrevistados “S.16”, “S.08”, “S.13”, “S.05” e “S.18”. Sendo que para os três primeiros a propriedade referida como patrimônio é a própria casa, remetendo, em alguns casos, à questão da moradia já apresentada anteriormente e ao entendimento de patrimônio vinculado ao patrimônio imobiliário. Já os entrevistados “S.04”, “S.05” e “S.18” apresentam em seus discursos unidades de significação que remetem aos vestígios arqueológicos encontrados no Vale dos Sonhos como um ‘patrimônio cultural’ de propriedade coletiva, e em especial, do bairro.

Também os entrevistados “S.02”, “S.06”, “S.20” e “S.17”, cada qual com um fluxo de pensamento específico, associam os vestígios arqueológicos à ‘patrimônio cultural’.

Cabe notar que alguns desses mesmos sujeitos – que apontaram uma relação entre os vestígios arqueológicos e patrimônio cultural – haviam (diante do núcleo induzido que indagava sobre cultura) vinculado em seus discursos os elementos:

história, acontecimentos, fatos passados associados ao presente, costume, tradição, informação, estudo/erudição, aprendizado, comportamento, religião, formação de nações/povos e arte/teatro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem sempre sou igual no que digo e escrevo.
Mudo, mas não mudo muito.
A cor das flores... as flores
são cor de lembrança.
(Fernando Pessoa).

A ideia do desenvolvimento dessa pesquisa originou-se da busca de analisar o alcance das ações educativas voltadas para o patrimônio cultural e, principalmente, examinar a compreensão do público acerca do patrimônio arqueológico situado no Vale dos Sonhos. Para tal fim, a abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa, voltada para o estudo de caso. Vinte moradores do Vale dos Sonhos, participantes do Projeto de Educação Patrimonial, com os quais trabalhos de campo foram desenvolvidos, de forma não consecutiva, entre 2001 e 2004 foram entrevistados e, no intuito de um exercício etnográfico, seus depoimentos foram analisados utilizando-se a técnica de ‘análise gráfica do discurso’.

Ao se analisar esses depoimentos por meio dessa técnica, pôde-se observar as contradições dos sujeitos, bem como suas confirmações discursivas, suas relações estabelecidas com os domínios da realidade e as produções de novos significados em suas falas – conforme indicava Lane (1985), fundamentada teoricamente nos estudos de Vygotsky, que apontava a importância da linguagem e das emoções como mediações imprescindíveis na constituição do pensamento do indivíduo.

Na ‘comparação’ entre as Categorias I e II, buscou-se, por meio de parcelas das memórias dos sujeitos entrevistados, refletir acerca do tipo de identificação que há com os lugares antes habitados por eles, para se tentar analisar como se processam suas representações com o lugar em que atualmente moram – o sítio Vale dos Sonhos.

Nota-se que, ao responderem a pergunta “Em relação ao Vale dos Sonhos é possível dizer que tipo de ‘sentimento’ você tem?”, praticamente todos os discursos apontam para sentimentos positivos em relação ao Vale dos Sonhos, emergindo apenas de um dos entrevistados o discurso que apresenta a não existência de sentimento pelo local em si e sim por sua casa. Ressalta-se que esse sujeito é o morador da casa em que a urna funerária foi encontrada. Nesse sentido, pode-se afirmar que, embora tenham surgido dos discursos dos entrevistados os núcleos de pensamento e unidades de

significação como: *bom, ar puro, calmo e bonito*, o fato de poder ter tido acesso à *moradia própria* é o motivo gerador de sentimentos positivos e de outras unidades de significação apresentadas pelos moradores entrevistados, visto que perpassa os discursos de quase todos, inclusive daquele que afirma não ter nenhum sentimento pelo bairro, o qual revela que o que ‘gosta’ é do fato de ter sua casa.

Ressalta-se ainda que a descoberta arqueológica apresentou-se nos discursos de alguns entrevistados como motivo de vínculo com o bairro, ou seja, a arqueologia, em algum sentido, apareceu mesmo em perguntas da entrevista que não estavam direcionadas a essa questão.

Embora tenha sido observado que alguns entrevistados têm uma forte ligação com o Vale dos Sonhos, esses dados não são suficientes para se afirmar que haja uma identificação maior com o lugar atual do que com o anteriormente habitado, tampouco afirmar uma identidade cultural.

Tal cautela deve-se pela compreensão que *identificação e formação identitária* fazem parte de um processo dinâmico. Além disso, conforme afirma Ciampa (2001, p. 72), “[...] é do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade”. Tais observações vêm ao encontro da concepção de *lugar antropológico* apresentada por Cardoso Flamarion (1998, p. 4), ao afirmar que “o lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu”.

Nessa linha de raciocínio pode-se dizer que o *lugar* integra-se a espaços e contextos mais amplos, num processo histórico, a partir dos papéis e condições econômicas, políticas, sociais e culturais vivenciadas no cotidiano daqueles que nele habitam. Ainda compreende-se então que as representações do passado, das imagens temporais e espaciais, assim como as relações com as pessoas, reafirmam o quão tênue é a linha que separa o passado do presente e com que os indivíduos operam.

A Categoria III foi estruturada, para efeito de análise, visando compreender a relação dos entrevistados com a pesquisa arqueológica realizada no Vale dos Sonhos, bem como apresentar suas concepções acerca da arqueologia e da cultura material pré-histórica – em especial aquela encontrada naquele bairro, e, ainda, tentar observar até que ponto as referidas concepções receberam influência das ações educativas das quais esses sujeitos participaram.

Em relação à lembrança dos entrevistados no que se refere à pesquisa arqueológica no Vale dos Sonhos, observou-se que, para alguns dos sujeitos, o que os ‘marcaram’ foram as descobertas arqueológicas e as técnicas utilizadas durante as pesquisas; para outros, as relações interpessoais conflitivas, o ‘desconforto’ de morar numa casa que não poderia ser terminada e o medo da perda da moradia; para outros ainda, foi o conhecimento adquirido, a remuneração e as relações interpessoais positivas advindas do trabalho desenvolvido no projeto de pesquisa arqueológica. Tais considerações apontam para a concepção flexível da memória, apresentada por William Stern (*apud* BOSI, 1994, p. 68), quando diz que “a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada”. Enfim, pode-se dizer que todos eles ‘lembram’ (ou ‘esquecem’) no presente daquilo que viveram naquele momento de seus mundos.

Ainda em relação à Categoria III, conforme exposto no Gráfico 19, diante do núcleo induzido: “Você sabe o que a arqueologia estuda? O que sabe?”, emergiram dos discursos dos entrevistados núcleos de pensamentos e unidades de significação diversificadas, inclusive advindos de alguns entrevistados que diziam inicialmente ‘não saber’ responder sobre o assunto. No fluxo dos diversos discursos, ora a arqueologia surge associada ao passado e à história ora aos ‘antepassados’ ou aos indígenas, ou ainda à cultura material, notando-se que em muitos casos a descoberta arqueológica do Vale dos Sonhos é utilizada para explicar seus entendimentos sobre arqueologia. Boa parte dos discursos analisados indica que os entrevistados, cada qual a seu modo, têm noção sobre o que a arqueologia estuda ou com o que ela se relaciona. Observou-se também que muitas noções trazidas assemelham-se às respostas desses sujeitos ao responderem sobre o que mais havia lhes chamado atenção nas palestras. Tal consideração deve-se à observação da recorrência dos núcleos de pensamento e unidades de significação que se apresentaram em seus discursos que geraram os gráficos 19 e 20. Todavia, não é possível afirmar que as palestras e/ou exposição e demais ações – por si só – foram o que propiciaram suas compreensões acerca do assunto. Cabe lembrar que no Gráfico 15, quando perguntados sobre a ‘história do Vale dos Sonhos’, a descoberta arqueológica foi apresentada como fato que fazia parte da história do bairro (tanto de modo positivo quanto negativo); quando perguntados acerca da ‘lembrança da pesquisa arqueológica’, muitos relataram as atividades nela desenvolvidas, mas diversos sujeitos, mesmo não enfocando acentuadamente os aspectos negativos, lembraram da medida de embargo ‘provocada’ pela descoberta arqueológica. Lembrando ainda que a presença dos arqueólogos no bairro se deu de maneira assídua durante 1 mês (ano de

2001) e, embora o projeto em si ainda não tenha sido finalizado, ações de campo esporádicas e/ou específicas foram realizadas até 2004, como, por exemplo, a vistoria do subsolo por Geo Radar. Desse modo, as informações sobre o que a arqueologia estuda podem ter se propagado também por essa via.

Conforme aponta Monticelli (2005, p.6), “a identificação de sítios arqueológicos representa a possibilidade de conhecimento e divulgação dos episódios ocorridos em tempos remotos, fazendo o passado adquirir importância”, e, no caso específico – como em tantos outros – parafraseando Bosi (1994), ‘sempre permanece o que significa’.

Dentre as informações que os entrevistados relataram que mais chamaram suas atenções nas palestras, observou-se que os dados acerca do ‘tempo’ se configuraram bastante presentes. Tanto o ‘tempo’ que separa o indivíduo identificado dentro da urna até os dias atuais (cerca de 1.200 AC), quanto dos artefatos apresentados durante as entrevistas (machado e fotografia da urna) chamaram bastante a atenção, sendo que muitas dessas pessoas demonstraram em seus discursos um certo ‘espanto’ do “como” o estudo arqueológico pôde e pode indicar tal informação por meio da análise dos artefatos depois de tanto ‘tempo’ transcorrido. O tempo e suas significações. Muitos foram os homens que refletiram e disseram sobre o assunto – físicos, poetas, sociólogos, historiadores, dentre tantos outros. Einstein, rompendo as conceituações da física, diz que o tempo dilata, enquanto o espaço contrai; o escritor Raduan Nassar (1975, p. 20) diz: “embora inconsumível, o tempo é o nosso melhor alimento”; o arqueólogo Alain Gallay (1986) afirma que os povos vivem e suas lembranças se esfumam na noite dos tempos. Os entrevistados da presente pesquisa não fogem aos que se ‘desconcertam’ diante da noção de tempo e, ao mesmo tempo, se ‘encantam’ diante dos vestígios tão antigos.

Diante do primeiro material arqueológico apresentado – o machado polido – os discursos que surgiram das perguntas feitas aos entrevistados indicaram três núcleos de pensamento: *não conheço, pedra e machado/machadinha*. Embora não denominando o objeto como “machado”, alguns entrevistados reconhecem a pedra como instrumento de trabalho destinado a atividades de bater, furar, cortar, quebrar, cavar, ou até mesmo afirmando se tratar de uma ferramenta de trabalho. Já outros reconhecem o material exposto como um artefato de pedra, também destinado a atividades de trabalho, denominando-o, especificamente, de machado ou machadinha. Nota-se ainda que a maioria deles indica que o artefato era utilizado pelos índios.

Em relação ao segundo material arqueológico exposto aos sujeitos no momento da entrevista (foto da urna funerária), perguntava-se: “Você conhece isto/este objeto? O que lhe parece? Para que serve?”. Praticamente todos os discursos indicaram que os entrevistados reconheceram a foto do artefato como sendo da urna encontrada no bairro. Quando não, enfatizaram o caráter utilitário do objeto – que serviria para colocar água, mantimentos – ou o caráter decorativo, servindo para colocar plantas. Com exceção dos entrevistados que falaram do caráter decorativo, todos os demais remeteram o objeto a grupos indígenas.

No que se refere ao núcleo induzido: “Qual o valor desses objetos para você?”, diversos núcleos de pensamento surgiram dos discursos dos sujeitos, como: *honra, recordar/relembrar, sem valor para mim, expor, estudo, faz parte da história, importante, conhecimento, estudar a ciência, sentimental/cultural, guardar e divulgar/mostrar*.

Observaram-se dois tipos de discursos predominantes advindos do núcleo de pensamento *sem valor para mim*. Aqueles que, se referindo à falta de valor, atribuem aos objetos um caráter utilitário ou decorativo. E aqueles que, também se referindo à falta de valor para os mesmos, apontam que ‘para os pesquisadores’ os objetos podem ter algum. Esse sentido de valor atribuído a terceiros, sejam arqueólogos ou ‘outras pessoas’, confere ao objeto uma importância que não lhe pertence, é do outro, ou seja, não faz parte de seu repertório de significações. Os discursos dos demais entrevistados apontam diversificados valores atribuídos aos objetos, como: afetivo, científico, histórico, cultural, museológico. Enfatiza-se novamente o reconhecimento por esses últimos sujeitos acerca da foto da urna como “aquela que foi encontrada no Vale dos Sonhos” e que, também, praticamente todos reconheceram o primeiro objeto como um artefato de pedra destinado a atividades de trabalho relacionadas aos indígenas. Nesse sentido, esses discursos confirmam as considerações de Silveira e Lima Filho (2005, p. 40), que dizem que o objeto “fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida”.

Cabe observar que, conforme as buscas de informação do presente estudo acerca do assunto – análise do alcance das ações educativas desenvolvidas em contexto arqueológico, não foram ‘localizados’ no Brasil tipos de estudos semelhantes – nem de abordagem de pesquisa quantitativa, nem qualitativa. Essa ausência impossibilita, por

exemplo, entendimentos mais abrangentes a partir de comparações entre as diferentes categorias de pensamento aqui trabalhadas.

Por meio da análise da Categoria IV foi possível compreender, parcialmente, as concepções dos entrevistados sobre ‘cultura’ e ‘patrimônio cultural’ e, ainda, verificar em seus discursos uma correlação entre os vestígios arqueológicos encontrados no Vale dos Sonhos e as concepções por eles apresentadas. Observou-se também que essas concepções estão de alguma forma relacionadas com a Educação Patrimonial desenvolvida entre os anos 2001 e 2004, contempladas no “Projeto de Resgate do sítio Arqueológico Vale dos Sonhos”.

Conforme as análises dos fluxos de pensamento advindos diante das perguntas: “Quando se fala em cultura, o que vem à sua mente?” e “O que é ‘Patrimônio Cultural’ para você? O que você compreende por isso?”, pôde-se observar as diversificadas compreensões dos entrevistados. Os discursos de alguns sujeitos indicaram um ‘desconhecimento’ em relação aos termos cultura e patrimônio cultural. De outros, observou-se que as concepções de cultura e de patrimônio cultural eram relacionadas ao cultivo de terra. Dentre os diversos elementos que em outros discursos foram vinculados à ideia de cultura, podem ser citados: história, acontecimentos, passado, costume, tradição, informação, estudo/erudição, comportamento, religião, formação de nações/povos, arte/teatro. De certo modo, cada um desses entrevistados aponta para uma noção de cultura próxima a uma das definições do termo que é propagada no meio intelectual.

Patrimônio cultural como ideia de propriedade permeou o discurso de vários entrevistados, sendo que, para alguns, a propriedade referida como patrimônio é a própria casa, remetendo, em alguns casos, à questão da moradia já apresentada anteriormente e ao entendimento de patrimônio vinculado ao imobiliário. Já outros sujeitos apresentam em seus discursos unidades de significação que remetem aos vestígios arqueológicos encontrados no Vale dos Sonhos como um ‘patrimônio cultural’ de propriedade coletiva e, em especial, do bairro. Também outros entrevistados, cada qual com um fluxo de pensamento específico, associam os vestígios arqueológicos a ‘patrimônio cultural’. Cabe notar que alguns desses últimos sujeitos haviam, diante da questão acerca da “cultura”, vinculado em seus discursos os elementos: história, acontecimentos, fatos passados associados ao presente, costume, tradição, informação, estudo/erudição, aprendizado, comportamento, religião, formação de nações/povos, arte/teatro.

Observa-se também que, principalmente nas questões (19, 30 e 33) acerca de seus entendimentos sobre “arqueologia”, “cultura” e “patrimônio cultural”, os discursos de vários sujeitos foram atravessados por indagações. Afirmavam, mas indagavam. Indagavam e desencadeavam outras unidades significativas. Pode-se inferir que essas perguntas podem ter remetido aos entrevistados a ideia de precisarem apresentar definições conceituais, eruditas, dos termos e que, principalmente por se tratarem de assuntos, de fato, complexos, as respostas desencadeadas eram permeadas por indagações e, em alguns casos, por resposta direta de ‘desconhecimento’ dos assuntos. O que difere, por exemplo, no caso da Categoria I, em que algumas respostas que indicavam uma negativa ou silêncios advinham de questões relativas às lembranças das regiões moradas anteriormente ao Vale dos Sonhos. Pode-se observar ainda que, mesmo diante da complexidade dos assuntos abordados, ao terem contato com os objetos, muitos sujeitos logo expressavam alguma resposta e, todos, sem exceção, estendiam a mão e seguravam os objetos (machado lítico e foto da urna), ‘explorando-os’, enquanto respondiam às perguntas.

Tais considerações indicam que cabe novamente a afirmação de que “o conhecimento surge de nossos encontros com a realidade e está continuamente sujeito à correção pela retroalimentação oriunda desses encontros” (HABERMAS e BARNES *apud* Trigger, 2004, p. 13).

E, ainda, partindo da perspectiva de que a educação é “uma prática social cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saberes existentes em uma cultura” (BRANDÃO, 1986b, p. 15), a arqueologia apresenta-se como um fértil campo do conhecimento. Os recursos arqueológicos são finitos e não renováveis, porém o acesso aos mesmos faz com que os indivíduos se interessem por novos estudos, explorando certas questões como, por exemplo, de que maneira os objetos foram fabricados e para que serviam, suas relações com os diferentes modos de vida de nossos antepassados, bem como a complexidade de muitos povos que viveram sem o auxílio do ‘registro escrito’ de sua existência – informações que podem contribuir para um conhecimento mais amplo da existência humana. Desse modo, acredita-se que é possível utilizar a Educação Patrimonial como metodologia que facilita o acesso aos saberes e fazeres dos homens através dos tempos e aos diferentes modos de adaptação humana. Nesse sentido, ela também pode incitar o desejo de preservá-los, independentemente das leis de proteção ao patrimônio cultural.

Entretanto, cabe lembrar que:

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais [...] sempre se espera que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem uns dos outros [...] Mas na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar, e pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer [...] (BRANDÃO, 1986b, p. 12).

Em meio aos diversos paradoxos, entre o preservar e o destruir, é importante não esquecer que também o uso da educação pode servir a interesses diversos. No caso dos projetos de educação patrimonial contemplados nos projetos de gestão de arqueologia por contrato, é importante que se permaneça alerta quanto aos contextos envolvidos, conforme já amplamente discutidos nas abordagens dos arqueólogos ‘pós-processualista contextuais’. Segundo Hodder (1988, p. 15) indica, “[...] son las ideas, las creencias y los significados que se interponen entre la gente y las cosas”.

Retomando o contexto do estudo de caso da presente pesquisa, faz necessário ressaltar ainda que o “Projeto de Resgate do Sítio Vale dos Sonhos” realizado em Goiânia, que inicialmente apresenta-se como um projeto de arqueologia de contrato, apresenta características peculiares. Dentre elas o fato de, na verdade, não ter se desenvolvido em termos contratuais, em que se esperaria a assinatura de um ‘contrato’, remuneração das partes envolvidas, entre outros aspectos, mas sim um consórcio de entidades (UCG, SHC, IPHAN) que se uniram e firmaram um convênio. Nessa perspectiva pode ser denominada, seguindo concepção de Monticelli (2005), de ‘Arqueologia em Obras de Engenharia’.

Nesse sentido, deve-se lembrar que os conceitos de categorias como identidade, memória, cidadania e preservação também são utilizados e forjados conforme os usos que em cada “tempo” e espaço se querem dar aos mesmos. Em tempos em que a produtividade e a demanda de sucesso sobrepõem às reflexões, os ‘cuidados’ e as ‘atenções’ devem ser redobrados pelos diversos profissionais que atuam nesses projetos.

Pôde-se perceber ainda, por meio das análises dos discursos desses sujeitos, que o sítio arqueológico Vale dos Sonhos, além de sua significância científica, enfatizada pelos especialistas do projeto de resgate, também adquiriu uma significância pública junto à comunidade local.

O caráter de significância científica do Sítio Vale dos Sonhos é indicado por se tratar do único sítio pré-histórico a céu aberto no Estado de Goiás, com presença de urna funerária com remanescentes ósseos e com possibilidade de escavação, mesmo localizado em contexto urbano. Segundo Viana; Mello e Barbosa (2004, p. 56-58), o sítio Vale dos Sonhos pode ser caracterizado como “uma aldeia de grupos agricultores

ceramistas [...] representantes da tradição tecnológica Aratu [e a] urna encontrada caracteriza-se como um vasilhame cerâmico de 74 cm de altura, 48 cm de bojo e 48 cm de diâmetro [...]”.

Ao caráter de significância pública incluem-se as possibilidades de as informações decorrentes dos estudos relacionados ao sítio serem utilizadas na educação da comunidade do Residencial Vale dos Sonhos “[...] sobre os padrões de comportamento no passado, sobre a maneira como eles podem ser estudados e sobre os benefícios derivados para o público no estudo e conservação de recursos arqueológicos” (JULIANI, 1996, p. 73).

É importante ainda ressaltar algumas considerações sobre o ‘valor’ dos objetos arqueológicos apresentados pelos entrevistados. Nota-se que nenhum deles mencionou o valor monetário dos objetos, fato comum entre as pessoas leigas. Por outro lado, alguns chegam a verbalizar sobre seu caráter histórico, cultural e afetivo, dentre outros. Diferente, por exemplo, da pesquisa apresentada em Vancouver, Canadá, em que cerca de 54,6% (*apud* Bezerra de Almeida, 2002) dos entrevistados relacionam os objetos arqueológicos ao seu valor econômico.

Também se considera importante enfatizar breves comentários acerca das demais perguntas. Nota-se que mesmo naquelas questões em que não se direcionavam especificamente à arqueologia ou à cultura e ao patrimônio cultural, a descoberta arqueológica – embora por vezes atribuída a aspectos ‘negativos’, como provocadora da medida de embargo – marcou presença em muitos dos discursos. Trouxe ‘popularidade’ ao bairro conforme a fala de alguns sujeitos ou, ainda, pode trazer ‘benefícios’ econômicos e culturais, se for instalado um museu, segundo outros entrevistados.

Dentro de uma perspectiva que se pretende contextual, a instalação de um museu deve ser considerada por todos profissionais – de gestão, arqueologia, antropologia e de educação – envolvidos, refletindo atentamente sobre as implicações que o turismo cultural apresenta.

Ao finalizar essas considerações, cabe ainda dizer que alguns sujeitos expressaram em seus discursos uma valorização dos achados arqueológicos que se diferencia dos demais. Em um deles, que morou nas proximidades do Vale dos Sonhos durante toda a sua infância, nota-se que a importância atribuída aos vestígios arqueológicos e o afeto expressado pelo lugar em que mora revelam-se bastante vinculados às suas recordações e experiências da infância naquela região. Dois outros, em diversas questões da entrevista, relatam seus envolvimento e convivências com

grupos indígenas. Um outro, que trabalhou em obras de mineração no estado de Goiás e também fora do país, além de realizar trabalhos voluntários como educador ambiental, relatou que já havia encontrado diversos artefatos semelhantes e que, ao longo de suas atividades profissionais, aprendeu a reconhecê-los. E dois outros trabalharam como auxiliares na escavação durante a realização do projeto de resgate do sítio arqueológico. Seus discursos apontam que suas concepções direcionadas aos vestígios arqueológicos, bem como a relação com o próprio bairro, ‘diferenciada’ pela afetividade, estão vinculadas, de modo intenso, com suas vivências e seus referenciais anteriores. Desse modo, as ações educativas e as informações adquiridas por ocasião do projeto apresentam uma outra dimensão. Notando-se também que o trabalho realizado nas escavações por alguns dos sujeitos citados pode ser considerado um mediador, de alta significância, para aquisição do conhecimento.

Assim, pode-se ainda acrescentar que tais considerações também vêm ao encontro da concepção de pesquisa qualitativa (REY, 2002) e da análise do discurso (GILL, 2002, p. 244) acerca do reconhecimento de que a compreensão do mundo “é relativa, histórica e culturalmente específica, determinada pelos processos sociais”, por isso, somente pode ser dada *a posteriori*, à medida que o conhecimento é relacionado às ações e práticas sociais.

O desafio, que – ao olhar do presente estudo – parece um dos mais urgentes para os gestores do patrimônio e os diversos profissionais envolvidos, é o de se encontrar o equilíbrio entre a exacerbada valorização dos bens culturais e a aplicação de medidas que favoreçam a preservação daqueles bens ‘escolhidos’ para serem cuidados. Mais desafiante ainda é situar-se de maneira coerente – e que ainda apresente ‘bons resultados’ – diante de contextos tão permeados de conflitos e paradoxos, como esse.

O exercício de quem trabalha nesses contextos é intenso, árduo, e se mostrou, de acordo com os sujeitos, necessário. Como disse um dos entrevistados, “Por causa de um grito você perde uma boiada. Mais vale um grito na hora do que uma carreira atrasada”, referindo-se à importância do trabalho educativo para sensibilizar as pessoas no sentido da preservação do patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

_____. **Palavras e Sinais**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1995b.

ALVES-MASSOTTI; A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANDRADE LIMA, T. **Patrimônio Arqueológico, ideologia e poder**. Revista de Arqueologia. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 5, n.q, pp. 19-28, 1988.

_____. **A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências**. In: Revista de Arqueologia Americana nº 20. Instituto Panamericano de Geografia e História. Jan/Dez, 2001.

ATAÍDES, J. M. de; MACHADO, L. A.; SOUZA M. A. T. de. **Cuidando do Patrimônio Cultural**. Goiânia: Ed. UCG, 1997.

BARBOSA. M. O. **Projeto de Educação Patrimonial**. In: Programa de Resgate Arqueológico e Gestão do Patrimônio Cultural da Área Diretamente Afetada pela Implementação do Interceptor e Emissário de Esgotos do Sistema Melchior no Distrito Federal. IGPA/UCG, 2004.

BARRETO, C. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez/fev. 1999/2000.

BASTOS, R.; TEIXEIRA, A. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

BERNARDI, B. **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos**. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda, 1974

BEZERRA DE ALMEIDA, M. **O Australopiteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola**. Tese de doutorado em Ciências – Concentração em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil.** In: *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás*. v. 1, n. 2. p. 275-295, jul./dez. 2003.

BEZERRA DE MENESES, U. T. **Identidade cultural e arqueologia.** In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, 1984.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1986a.

_____. **O Que é Educação.** 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988

CALDARELLI, S. B; SANTOS, M. C. M. M. **Arqueologia de Contrato no Brasil.** *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dez./fev.1999/2000.

CARDOSO FLAMARION, C. **Repensando a construção do espaço.** In: *Revista de História Regional*, v.3, n.1, 1998.

CARDOSO, R. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método.** In: *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Identidade.** In: *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FERREIRA, A.B. de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994

FERREIRA, R. F.; CALVOSO, G.C.; GONZALES, C.B.L. **Caminhos da Pesquisa e a Contemporaneidade**. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.15, n. 2, p. 243-250, 2002.

FERRETTI, S. F. **Repensando o Sincretismo: Estudo Sobre a Casa das Minas**. São Paulo/São Luís: EDUSP/FAPEMA, 1995.

FIRTH, R. **Elementos de Organização Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

FREITAS, C. A. L. L. de. **Vale dos Sonhos: Movimentos Sociais Urbanos e Disputa pelo Espaço em Goiânia**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia, 2004.

FREUD, S. **Por que a guerra**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUNARI, P. P. A. **O que é arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003

_____. **Teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica**. In: *Dossiê Arqueologias Brasileiras*, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005. Disponível em: < <http://www.seol.com.br/mneme> > . Acesso em: 26 mar. 2006.

GALLAY, A. **L'Archéologie demain**. Paris, Belfont, 1986.

GASKELL, G. **Entrevistas Individuais e Grupais**. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILL, R. **Análise do Discurso**. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GONZÁLEZ, E. M. R. **Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado.** *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dez./fev.1999/2000.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HERBERTS, A. L. **Realização de Programas Educativos na Arqueologia de Contrato: a necessidade, a viabilidade e a importância.** In: Revista do Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológico da Universidade de Santa Cruz dos Sul. Editora da UNISC, 2003.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueología: Corrientes actuales.** Editorial Crítica S.A., Barcelona, 1988

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Disponível em: < [http:// www. iphan.gov.br/propeg/educa.htm](http://www.iphan.gov.br/propeg/educa.htm)> Acesso em: 25 out 2005.

JACOBY, R. **Amnésia Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

JEUDY, H.P. **Mémoires du Social.** Paris: P.U.F., 1986.

JULIANI, L.J.C.O. **Avaliação de impactos ambientais de empreendimentos urbanísticos e medidas mitigadoras aplicáveis.** In: Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. IGPA/UCG. Goiânia: Ed. UCG, 1996.

LANE, S.T.M. **O que é Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A linguagem e as representações sociais.** In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 20, Caracas, 1985. Anais..., 1985.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LASCH, C. **A Cultura do Narcisismo.** Rio de Janeiro: Imago, 1983.

- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996
- LEMONNIER, P. **Solo**. In: Enciclopédia Eunaudi. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Introdução**. In: MAUSS, M: Sociologia e Antropologia (com uma introdução à obra de Marcel Mauss de Claude Lévi-Strauss). São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- LIMA FILHO, M. F. **Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos**. In: Os Caminhos do Patrimônio no Brasil. Goiânia: Alternativa, 2006.
- LIMA, J. S. S. **Educação Patrimonial na Área da Serra do Sossego em Canaã dos Carajás /PA**. Belém: MPEG/CRVD – Mss/Fidesa, 2003.
- LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MACÊDO, K. B. **Psicodinâmica nas organizações: poder, cultura e decisão na empresa familiar**. Tese de doutorado em Psicologia Social, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MACHADO, M. B. P. **Educação Patrimonial: Orientações para professores do Ensino Fundamental e Médio**. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004.
- MAGALHÃES, A. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MOBERG, G.A. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1968
- MONTICELLI, G. **Arqueologia em Obras de Engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. Tese de doutorado em Arqueologia, Curso de Doutorado Internacional em Arqueologia / Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- NASSAR, R. **Lavoura Arcaica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NEVES, E. G. **Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil**. In: SILVA, A. L. e GRUPIONI, L.D.B. (ORG) A temática Indígena na Escola. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 171-192.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** In: Projeto História. São Paulo: PUC. n.10, pp.07-28, dez 1993.

OLIVEIRA, J. E. **Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania.** In: Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

PESSOA, F. **O Guardador de Rebanhos.** In: Melhores Poemas. Seleção de Teresa Lopes. São Paulo: Global, 2004.

POLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** CPDOC/FGV, Editora Revista dos Tribunais, 1989

RAISON, J-P. **Paisagem.** In: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

RESENDE, V. **Etnografia e Análise de Discurso Crítica: métodos complementares.** Universidade de Brasília, DF, 2006.

REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.

RODRIGUES, M. **Patrimônio, ideia que nem sempre é prática.** In: A consciência da Cidade. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, Brasília, 1998.

SECRETARIA DAS CIDADES. **Informativo da Superintendência de programas Urbanos.** Ano I. nº 01. 2ª edição. Goiânia, ago. 2005.

SCHMITZ, P. I. **Informação verbal.** Goiânia, 2005.

SILVA, R. C. P. da. **Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o decreto-lei nº 25/37 e a lei nº 3.924/61.** Revista de Arqueologia nº 9, p.9-23, Sociedade Brasileira de Arqueologia/SAB, 1996.

SILVEIRA, F. L. A.; LIMA FILHO, M.F. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul 2006.

SOARES, A.L.R (org). **Educação Patrimonial: relatos e experiências.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELOSO, M. M. S. **Nasce a academia SPHAN**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, ago. 1996.

VIANA, S. A; MELLO, P. J. C. **Breve Histórico da Arqueologia de Goiás**. In: Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: Ed. UCG / Ed. Vieira / Ed. Kelps, 2006.

VIANA, S. A; MELLO, P. J. C.; BARBOSA, M. O . **Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia-GO**. IGPA/UCG, nov.2001.

_____. **Relatório Parcial do Resgate Arqueológico do Sítio Vale dos Sonhos, Goiânia-GO**. IGPA/UCG, ago.2002.

_____. **Sítio Arqueológico Vale dos Sonhos: Educação Patrimonial em Contexto Urbano**. In: Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. v. 2, n. 1. p. 51-71, jan./jun. 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANEXOS

MEMORANDO

De: ASSESSORIA TÉCNICA
Para: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Atendendo à solicitação verbal do Senhor Secretário que solicita informações referentes ao "Loteamento Vale dos Sonhos", nesta Capital, objetivando estudos sobre a viabilidade de regularização.

Temos a informar:

O loteamento denominado "RESIDENCIAL VALE DOS SONHOS", é considerado clandestino, devidamente autuado pela Secretaria Municipal de Fiscalização. Tramita junto a esta Secretaria o processo 19764117, protocolado em 22 de março de 2002, onde é apresentado projeto urbanístico para avaliação, planta esta distinta da apresentada junto ao ministério público em 29 de outubro de 1999, que constituía peça central do Termo de Ajuste de Conduta celebrado entre o Ministério Público, representado pelo promotor José Maurício Nardini e a Sociedade Habitacional Comunitária - SHC, representada à época pelo Sr. José Maurício Beraldo, presidente da SHC, sendo que a área onde encontra-se implantado o loteamento está localizada em Zona Rural do Município de Goiânia de acordo com a Lei Complementar Nº 060, de 30 de dezembro de 1997 que estabelece o perímetro da área urbana, expansão urbana e área rural;

De acordo com o Art. 3º da Lei Federal Nº 6.766/79, atualizada pela Lei Federal Nº 9.785/99, que diz: "*Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.*"

Desde o plano inicial de Goiânia elaborado pelo Urbanista Atilio Correia Lima, há restrição da ocupação a noroeste, norte e a nordeste do município de Goiânia pela fragilidade do solo, pela cobertura vegetal farta, pelos cursos d'água, entre outros.

O plano diretor em vigor restringe também a ocupação a nordeste, tendo como base a carta de Risco de Goiânia, a indisponibilidade de implantação de infra-estrutura pelos sistemas públicos, a grande quantidade de lotes vagos existentes, os cursos d'água, a preservação do Ribeirão João Leite, importante manancial de captação de água potável para a cidade, etc;

De acordo com vistoria efetuada "in loco" e a planta do loteamento apresentada junto ao Ministério Público, em anexo juntamente com escritura pública da área, constata-se:

- a) como já dito, o parcelamento localiza-se em área rural do Município de Goiânia, desintegrado da malha urbana implantada, dificultando o acesso dos moradores ao

- local, onerando ao Poder Público Municipal na colocação e manutenção de infraestrutura e equipamentos públicos necessários em um loteamento;
- b) a área objeto de parcelamento é maior que um milhão de metros quadrados, sendo necessários a elaboração e aprovação do EIA/RIMA, que viria subsidiar a aprovação do loteamento, o que não ocorreu. Conforme notícias veiculadas pela mídia (Jornal O Popular, Cidade, 29/05/2001), na área onde encontra-se implantado o loteamento foi encontrado material de grande valor arqueológico e que esta estaria sob o foco dos órgãos responsáveis;
 - c) as áreas destinadas à Áreas Públicas não atendem ao percentual exigido nas Leis Municipais que regulamentam o parcelamento urbano e que é de 15% (quinze por cento) da área parcelável da gleba;
 - d) conforme a lei de zoneamento urbano, ao longo dos cursos d'água e de sua planície de inundação deverá ser reservada uma faixa de 50m (cinquenta metros) destinada à Zona de Preservação Ambiental I (ZPA - I); ao longo do Córrego Bálsamo isto não ocorreu;
 - e) ainda de acordo com a lei de zoneamento, contígua à faixa de 50m - ZPA - I deverá existir uma faixa de 100m (cem metros), denominada de Zona de Preservação Ambiental - III (ZPA - III); os lotes ali implantados deverão ter área maior para infiltração de água, o que também não ocorreu no loteamento objeto de análise;
 - f) as torres de rede de alta tensão que cortam o setor, não contam com qualquer proteção, tendo fácil acesso, inclusive das crianças que ali residem, fato que poderá causar vários acidentes;
 - g) a planta do loteamento não conta com nenhuma curva de nível, o que dificulta uma visualização da declividade do terreno, que tem inclinação média (para parcelamento) no sentido do Córrego do Bálsamo;
 - h) as vias deveriam acompanhar as curvas de níveis naturais do terreno. Algumas vias implantadas perpendicularmente ao Córrego Bálsamo deveriam ter tratamento diferenciado como pavimentação e galerias de águas pluviais. Como encontra-se atualmente implantado, todo o cascalho depositado nestas ruas é agente causador de assoreamento quando da ocorrência das chuvas;
 - i) as quadras junto ao córrego, como as 16, 17, 18, 19, 45, 46 e outras, são impróprias para o uso residencial devido à superficialidade do lençol freático, fato que prejudica o meio ambiente e a população ali já residente;
 - j) contiguamente às matas não deverá haver lotes pois a experiência nos mostra que tais lotes, com acesso direto à mata, causam gradativamente a sua destruição;
 - k) o loteamento conta com pouca e deficiente infra-estrutura implantada, servido com ruas abertas e rede elétrica, encontrando-se com carência de iluminação pública. Ressaltamos que é também condição para a regularização do parcelamento a implantação da infra-estrutura de água potável, energia elétrica e iluminação pública nos cantos de quadra, que são responsabilidades do parcelador;
 - l) a regularização do parcelamento em questão só poderá ocorrer após a sua inclusão na área de expansão urbana por Lei Municipal, atendimento dos itens já citados, implantação de sistema de distribuição de água potável, reflorestamento da faixa de

ZPA – I e equipamentos urbanos, além de outras recomendações exigidas na análise do EIA/RIMA;

- m) considerando o alto custo para a implantação de equipamento e serviços públicos devido à descontinuidade de loteamento na malha urbana, entendemos ser necessário elaborar um Termo de Ajuste entre o loteador, Ministério Público e a Prefeitura para que não mais seja implantado outro parcelamento ou extensão de parcelamentos já implantados, por parte da Cooperativa Habitacional sem a devida aprovação da Prefeitura.

De acordo com a planta do parcelamento apresentada junto ao Ministério Público em anexo consta as seguintes áreas públicas:

DESTINAÇÃO	ÁREA MAPA	ZPA I	ÁREA FINAL
Horta Comunitária	7.204,61	3.000,00	4.204,61
Escola	7.803,08	1.500,00	6.303,08
Área de Preservação	10.536,52	2.300,00	8.236,52
Creche e Playground	23.245,36	6.000,00	17.245,36
Reserva	3.526,51	3.500,00	26,51
Posto Policial	725,72	700,00	25,72
Centro de Convivência	5.397,04	5.390,00	7,04
Praça	10.443,38	-	10.443,38
Escola	4.002,65	-	4.002,65
Praça Poliesportiva	3.958,72	-	3.958,72
Posto de Saúde	788,53	-	788,53
Creche	1.164,31	-	1.164,31
Escola	2.103,78	-	2.103,78
Igreja	450,00	-	450,00
Sede SHC/Centro Conv.	2.466,00	-	2.466,00
Igreja	747,00	-	747,00
Casa de Apoio	7.591,87	-	7.591,87

Observamos que o total de áreas públicas é de aproximadamente 69.805,00m² que corresponde a 7,87% (com base na área de 886.619,00m² - excluindo-se a Zona de preservação Ambiental I - ZPA-I), sendo que o parcelamento em questão apresenta uma carência de área pública de aproximadamente 63.000,00m²(sessenta e três mil metros quadrados), o que vem a oferecer uma baixa qualidade em termos de equipamentos sociais e áreas de lazer para a comunidade.

A nova proposta urbanística apresentada no processo 19764117, apresenta maior número de lotes, e índices de área pública menores que a planta apresentada junto ao ministério público, onde destacamos:

- a) A planta apresentada junto ao Ministério Público totalizava 2498 lotes enquanto a nova apresenta 2514 lotes e 8 chácaras;
 - b) A área pública destinada a Casa de Apoio ao Menor Adolescente com 7.591,57 m² deu lugar a 23 lotes na nova proposta;
 - c) A área pública destinada a Praça da Paz(Liberdade) com área inicial de 10.443,39m² na nova proposta apresenta área de 5.103,87m²;
 - d) A área destinada a escola com 2.103,78m² foi loteada;
 - e) A área destinada a Sede da Associação dos Moradores com 931,96 m² foi loteada;
- Sendo que o total de área pública decresceu de 7.87% para 6.85%, apresentando uma carência de área pública de aproximadamente 72.000,00m²(setenta e dois mil metros quadrados), o que vem a oferecer uma baixa qualidade em termos de equipamentos sociais e áreas de lazer para a comunidade.

Faremos menção ao Termo de Ajuste de Conduta, celebrado em 29 de outubro de 1999, entre o Ministério Público, representado pelo promotor José Mauricio Nardini e a Sociedade Habitacional Comunitária - SHC, representada à época pelo Sr. José Mauricio Beraldo, cujo teor reproduzimos a seguir:

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Aos 29 dias do mês de outubro de 1999, compareceu perante a 8ª Promotoria de Justiça, com sede no Edifício do Fórum, o Sr. José Mauricio Beraldo, Presidente da **Sociedade Habitacional Comunitária**, sociedade civil registrada sob o Número 233971 – no. 2º. Tabelionato de Protestos e Registros de Pessoas Jurídicas – CGC No. 02.523.845/0001-97, com sede na Avenida Castelo Branco No. 892, Campinas, nesta Capital, doravante denominado compromitente, e na presença do Promotor de Justiça da Oitava Promotoria de Justiça de Goiânia, celebram o presente

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Tendo como objeto o Projeto de Loteamento Residencial Vale dos Sonhos, localizado próximo ao Jardim Guanabara III, estabelecendo, de comum acordo as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O compromitente reconhece a procedência da ação Civil Pública movida pelo Ministério Público e que ora tramita na 2ª vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Goiânia.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Sociedade Habitacional Comunitária assume o compromisso e a responsabilidade de adequar o projeto do referido Bairro a fim de que o mesmo seja dotado de áreas públicas na proporção estabelecida pela legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A Sociedade Habitacional Comunitária assume o compromisso e a responsabilidade de promover e manter programas de Educação Ambiental bem como formar multiplicadores dentre os membros da SHC e comunidade, promovendo cursos de educação ambiental para os sócios que pretenderem residir no local.

CLÁUSULA QUARTA:

A Sociedade Habitacional Comunitária assume o compromisso e a responsabilidade de cercar com tela do bosque denominado no Projeto de “Reserva Ecológica Popular Robinho Martins de Azevedo”, responsabilizando-se também por toda e qualquer invasão ou depredação do local por parte de seus associados. Caso ocorra qualquer incêndio ou outro fato capaz de comprometer a integridade da referida reserva, a compromitente obriga-se a comunicar imediatamente as autoridades competentes e prestar incondicional apoio para sanar ou minimizar os eventuais prejuízos causados à reserva.

CLÁUSULA QUINTA:

A Sociedade Habitacional Comunitária assume o compromisso e responsabilidade de destinar uma quadra próxima àquela em que se localiza “Praça da Paz” para que a mesma se destine a uma escola de ensino fundamental.

CLÁUSULA SEXTA:

Deverão também ser destinados a equipamentos urbanos (nos termos da Planta de Situação que acompanha o presente documento):

- Casa de Apoio ao Menor e Adolescente Patrícia Rodrigues de Paiva;
- Posto de Saúde;
- Creche;
- Escola de ensino Fundamental;
- Escola de ensino Fundamental;
- Posto policial;
- Creche / Playground;
- Escola Getúlio Dedio de Brito à qual deverá ser incorporada a área de horta comunitária.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A Sociedade Habitacional Comunitária assume o compromisso e a responsabilidade de comprovar o plantio de árvores nos locais mais baixos do terreno, especialmente nos locais destinados para tanto (“Reserva SHC”, “Reserva Ambiental Chico Mendes” e “Área de Preservação Ambiental”).

CLÁUSULA OITAVA:

A Sociedade Habitacional Comunitária assume o compromisso e a responsabilidade de em nenhuma hipótese promover qualquer tipo de construção abaixo das linhas de transmissão que atravessam o terreno.

CLÁUSULA NONA:

A Sociedade Habitacional Comunitária encaminhará relatórios bimestrais a fim de que o Ministério Público possa acompanhar o desenvolvimento das obras aqui ajustadas. Deverá também se abster de promover quaisquer outros loteamentos sem autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O Ministério Público encaminhará pedido de suspensão do processo que ora tramita na Segunda Vara da Fazenda Pública Municipal, pelo prazo de um ano, a fim de que a Sociedade Habitacional Comunitária possa promover a legalização e registro do loteamento Junto à Prefeitura Municipal de Goiânia e o respectivo Cartório do Registro de Imóveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, nos prazos estipulados no presente termo, ou seja, 12 (doze) meses após a assinatura do presente Termo, importará ao compromitente uma multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), até o adimplemento total da obrigação, independentemente da ação de Execução de Obrigação de Fazer, nos termos ao disposto no parágrafo 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85. Importará também na imediata retomada do processo que tramita na Segunda Vara da Fazenda Municipal, bem como da obrigação de demolição das casas e remoção dos entulhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O Compromitente tem pleno conhecimento de que o presente termo de compromisso de ajustamento de conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, podendo ser executado imediatamente após o vencimento dos prazos avençados, independentemente de qualquer notificação.

Obs: Assinam o presente documento o Sr. José Maurício Beraldo – Presidente da Sociedade Habitacional Comunitária e o Ilmo. Sr. Promotor de Justiça – Maurício José Nardini.

Ao analisar o Termo de Ajuste de Conduta e vistoriar-mos o parcelamento, observamos que uma série de compromissos deveriam ser cumpridos, o que não ocorreu.

Especificando:

De acordo com a Cláusula Segunda era de Responsabilidade do loteador adequar o projeto com um percentual para áreas públicas na proporção estabelecida pela legislação em vigor, e este percentual não foi atendido.

Com relação à Cláusula Quarta, o bosque não foi todo cercado com tela, apenas um pequeno trecho, de acordo com planta em anexo, inclusive constata-se construções na própria mata, implicando em “invasão o depredação do local”, o que evidencia novamente o não cumprimento da cláusula.

Com relação à Cláusula Sexta não identificamos a predominância dos equipamentos aqui relacionados.

Quanto à Cláusula Sétima não constatamos o plantio de árvores nos locais mais baixos do terreno.

De acordo com a Cláusula Nona as obras seriam relativas ao espaço definido neste Termo. Entretanto, o que se verificou foi um incremento de ocupações, com a consolidação da 2ª etapa e a implementação da 3ª etapa que só não se consolidou devido o a intervenção da Secretaria Municipal de Fiscalização que autuou e embargou.

Com relação à Cláusula Décima, não houve a conclusão do processo de regularização e registro do loteamento junto à Prefeitura Municipal e o Cartório de Registro de Imóveis.

Em vistoria no local no dia 16 de fevereiro de 2002, constatamos no loteamento denominado Vale dos Sonhos 3ª Etapa, que as ruas encontram-se abertas e o lotes demarcados e com placas de endereço, desrespeitando o embargo, logo após a Secretaria de Fiscalização Urbana apreendeu as placas e arrancou os piquetes do lotes e marcos de canto de quadra .
Observamos que a 3ª Etapa do parcelamento “Residencial Vale dos Sonhos” é um parcelamento descontinuo aos parcelamentos que se intitulam 1ª e 2ª Etapas, caracterizando um novo parcelamento.

ÁREA DENOMINADA VALE DOS SONHOS – 3ª ETAPA

Na verdade trata-se de um novo loteamento clandestino, em área de propriedade da Sociedade Habitacional Comunitária, descontinua, da área denominada “Residencial Vale dos Sonhos”, 1ª e 2ª Etapas;

Sendo que a área da 1ª Etapa teve como vendedores: Sílvio Fernando Leite e Márcia Maria Leite, com área de 638.000,00m² (seiscentos e trinta e oito mil metros quadrados e adquirida em 29 de maio de 1998. A área da 2ª Etapa teve como vendedores : Afonso de Castro e Marília Guimarães Ribeiro de Castro, com área de 580.000,00m² (quinhentos e oitenta mil e oitocentos metros quadrados), adquirida em 21 de maio de 1999;

No dia 29 de outubro de 1999, a Sociedade Habitacional Comunitária assinou perante o Ministério Público Termo de Ajuste de Conduta que reza em sua Cláusula Nona : “A Sociedade Habitacional Comunitária encaminhará relatórios bimestrais a fim de que o Ministério Público possa acompanhar o desenvolvimento das obras aqui ajustadas. Deverá também se abster de promover quaisquer outros loteamentos sem autorização da Prefeitura.”;
No dia 20 de setembro de 2001, após a constatação de indício de implementação de parcelamento clandestino a Secretaria Municipal de Fiscalização embargou o loteamento clandestino denominado “Residencial Vale Dos Sonhos” – 3ª Etapa, com documentação reunida no processo 18708094.

No dia 08 de fevereiro de 2002 a Sociedade Habitacional Comunitária protocolou junto à Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia – COMOB um pedido de liberação de área da 3ª Etapa e, em anexo aos autos, encontra-se cópia da escritura de Compra e Venda, datada de 25 de Janeiro de 2002, enfatizando em seu conteúdo que: “ O Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda e outras avenças, datado de 07 de junho de 2000”, constatando-se que a compra foi feita a posteriori da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público;

Segundo a Lei Federal 6.766/79, só é passível de parcelamento para fins urbanos, as áreas localizadas na Zona Urbana ou nas Áreas de Expansão Urbana, o que não atende a 3ª Etapa.

Assim descreve em seu art. 50:

Art. 50 - “ Constitui Crime contra a Administração Pública:

I – dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento de solo para fins urbanos sem autorização de órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios; (...)”

PROPOSTA:

Considerando a consolidação da 1ª e 2ª etapas do Residencial Vale dos Sonhos, observando-se que dos mais de 2500 (dois mil e quinhentos) lotes apenas 889 (oitocentos e oitenta e nove) encontram-se ocupados, apresentando 1611 (mil seiscentos e onze) lotes vagos, a Prefeitura

Municipal de Planejamento, através da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAM, se prontifica a fazer os estudos necessários para a adequação do projeto urbanístico do parcelamento Residencial Vale dos Sonhos 1ª e 2ª Etapas, a partir do levantamento topocadastral e plani-altimétrico atualizado, a ser apresentado pela Sociedade Habitacional Comunitária.

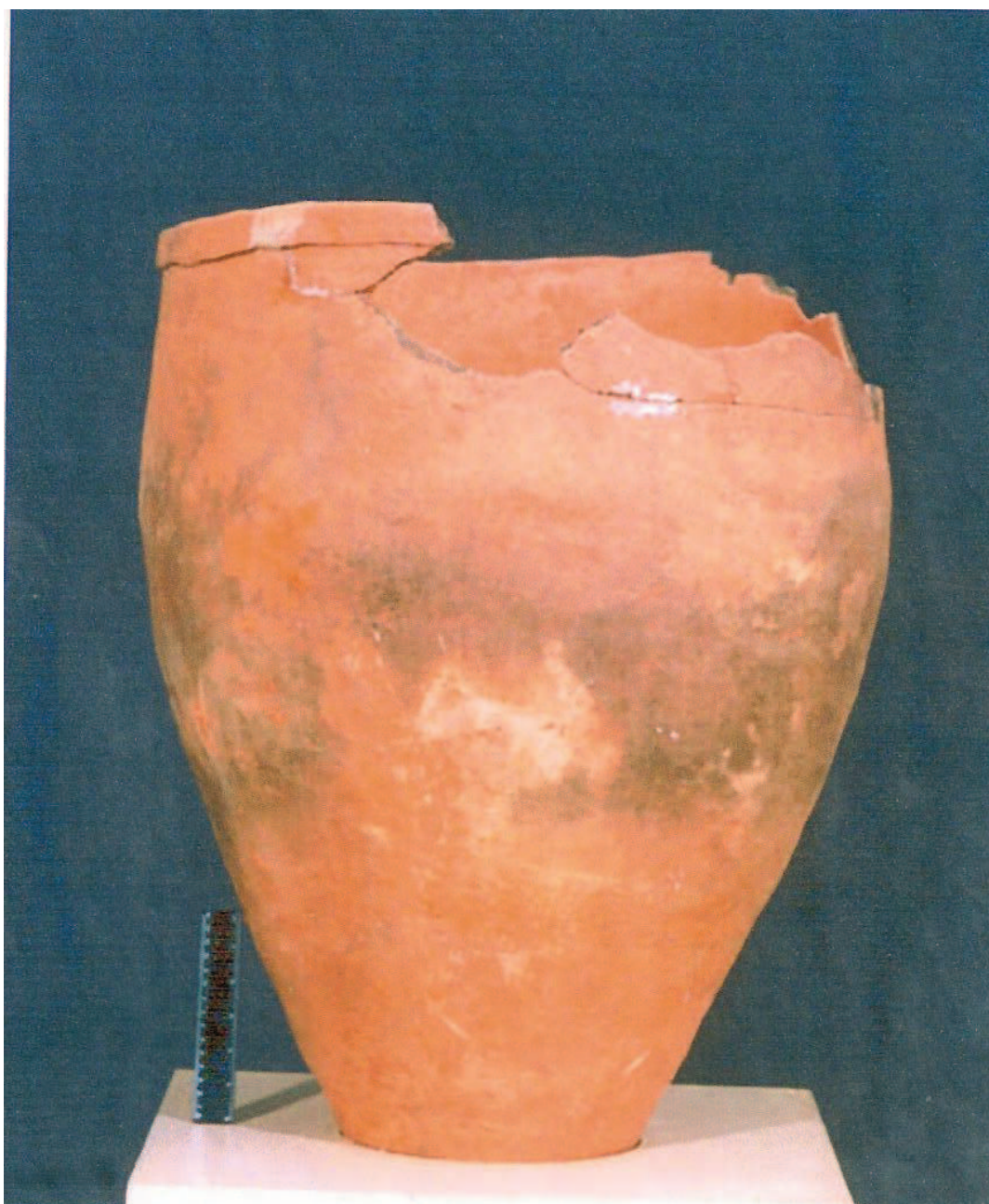
A partir deste estudo, com as adequações pertinentes, apresentar proposta junto à Câmara Municipal, para a inclusão das áreas para as 1ª e 2ª etapas na Zona de Expansão Urbana do Município de Goiânia e posterior aprovação da regularização de seu projeto urbanístico.

Oportunamente será encaminhada a discussão envolvendo a 3ª etapa, que dependerá da revisão do Plano Diretor do Município de Goiânia.

No dia 23 de abril do corrente ano, a Sociedade Habitacional Comunitária aceitou a proposta apresentada e a Secretaria Municipal de Planejamento esta analisando a nova proposta urbanística.

ASSESSORIA TÉCNICA DE REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS E POSSE URBANA, aos 30 dias do mês abril de 2002.

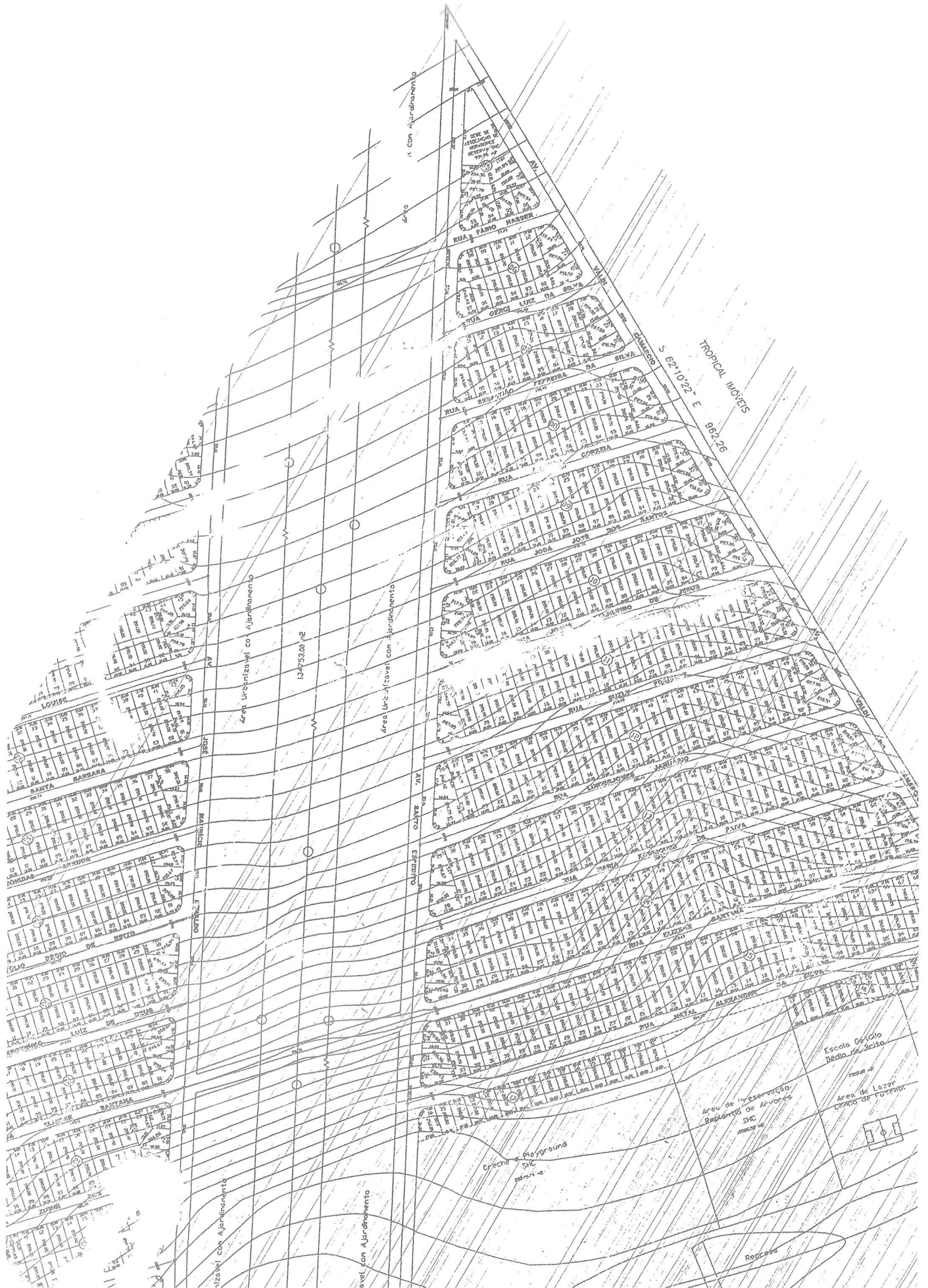
Francisco das Chagas Magalhães Sobrinho
Assessor Técnico



URNA FUNERÁRIA ENCONTRADA NO SÍTIO VALE DOS SONHOS

Fonte: Arquivo IGPA (2005)

ANEXO C



Desde a descoberta de sítio arqueológico construções estão suspensas

Moradores reclamam de paralisação de pesquisa

A alguns proprietários de terrenos construíram fossas e banheiros, mesmo depois de terem recebido pedido de cientistas da UCG

DEIRE ASSIS

Moradores do Loteamento Vale dos Sonhos - bairro anexo ao Jardim Guanabara, localizado às margens da BR-153, na Região Leste de Goiânia, próximo ao Condomínio Aldeia do Vale - estão revoltados com a orientação do Instituto do Tópico Subúrbio da Universidade Católica de Goiás (ITS-UCG) de que interrompessem todo e qualquer tipo de escavação nos lotes situados entre as quadras 7 e 14. Em maio desse ano, uma urna funerária contendo fragmentos de um esqueleto humano, provavelmente do membro de uma sociedade indígena que habitou a região há pelo menos mil anos, um conjunto de peças em cerâmica e outros objetos como um machado de pedra polida, uma caxador manual e parte de um cachimbo foram encontrados no local. Hoje, os moradores do loteamento se queixam que os pesquisadores interromperam os trabalhos sem, no entanto, liberar novas escavações.

A urna com os ossos humanos foi encontrada pelo desempregado Renato Pereira, de 21 anos, filho da diarista Adília Rosa Pereira, 47, quando o rapaz cavava uma fossa na parte da frente do lote 8, na Rua Artison Correia. A diarista reclama que sua obra está praticamente parada por con-



Renato Pereira encontrou as peças arqueológicas quando escava a fossa na porta da casa da mãe

ta da proibição do instituto. "Eu estou precisando retirar uma grande quantidade de terra no fundo do meu lote, porque se eu for esperar as chuvas chegarem, a água vai inundar minha casa", argumenta. Segundo disse, a Sociedade Habitacional Comunitária, que administra o loteamento, tem monitorado a região, não permitindo qualquer trabalho de escavação. "Por conta deles, eu estaria sem energia até hoje. Mas mesmo assim instalei o padrão aqui", retruca.

Banheiro

Adília conta ainda que providenciou a encanização do banheiro e regularizou o funcionamento da fossa, no fundo do lote. "Não havia a menor condição de eu continuar

sem usar o banheiro. Aqui todo mundo está passando por esse problema. Quando chega no final da tarde, ninguém suporta tamanho mau cheiro", fala. A diarista afirma que professores da universidade já retornaram ao loteamento, mas não retomaram as pesquisas. "Eles falam que na terça-feira vão voltar. Só não sabemos de que ano", critica. Um pedreiro, que mora duas quadras abaixo da diarista e que preferiu não se identificar, também reconhece que a proibição de escavações no loteamento não surtiu efeito no seu caso. "Não fico sem fossa e sem banheiro de jeito nenhum. Se eu encontrar alguma coisa no terreno, embalo direitinho e entrego ao pessoal da universidade", garante.

A moradora do lote 15, na quadra 7, Inês Ferreira de Souza, 32, diz que o sogro, Domingos Luís de Oliveira, ainda não teve como se mudar para a casa que começou a construir no loteamento por causa da proibição das escavações. "Sem ter como abrir a fossa e sem poder fazer outros trabalhos no lote, ele continua com a obra paralisada", conta. Na mesma rua de Adília, o desempregado Valtair Estevão Fortunato, 21, também afirma que recebeu a visita dos pesquisadores, que proibiu qualquer tipo de escavação no terreno. "Por enquanto não tenho conseguido comprar o material de construção para concluir a casa, mas se não resolverem logo essa situação o embargo vai nos atrapalhar", prevê.

Trabalho precisa de aval do Iphan

O coordenador da equipe do Instituto do Tópico Subúrbio da Universidade Católica de Goiás (ITS-UCG), responsável pelo sítio arqueológico no Loteamento Vale dos Sonhos, o arqueólogo Altair Sales Barbosa, está viajando e não foi localizado para comentar o assunto. No ITS-UCG, o pesquisador da área de Ciências Humanas e Ambientais, professor: Horieste Gomes, falou que não tinha informações precisas sobre os trabalhos realizados no sítio. Sabia apenas que a área havia de fato sido interditada, que os moradores não devem proceder novas escavações e que, provavelmente, as pesquisas

tenham sido paralisadas por falta de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para o desenvolvimento de ações de salvamento de novos achados arqueológicos.

Parte do material encontrado pelos moradores do Loteamento Vale dos Sonhos e entregue à equipe do ITS-UCG foi coletada e enviada ao Smithsonian Institution, Laboratório localizado em Washington, nos Estados Unidos, que poderá proceder a datação dos achados. Pelo que foi encontrado até o momento, de acordo com os estudos preliminares dos objetos, as peças são material

arqueológico pertencente à Tradição Aratu, complexo tecnológico que caracteriza os antigos aldeões que habitaram a região do Mato Grosso Goiano há 2 mil anos. A Tradição Aratu pode ser relacionada com os grupos indígenas que, atualmente, falam a língua caiapó e que vivem em áreas próximas ao Parque Nacional do Xingu e em algumas áreas ao Norte do Tocantins e ao Sul do Maranhão.

Aldeias

Os índios da Tradição Aratu foram os maiores aldeões da pré-história. Os grupos abrigavam quase 2

mil pessoas numa mesma aldeia. Ao redor, faziam suas roças, cultivando mandioca, fumo, tomate, milho, feijão e inúmeras espécies de pimenta. Eram índios guerreiros que dominavam praticamente todo o interior do território brasileiro. Os achados arqueológicos, no Loteamento Vale dos Sonhos, ao que parece, estão dispersos numa área de 20 mil metros quadrados. Em entrevista a O POPULAR, na edição de 28 de maio, o professor Altair Barbosa ressaltava que o trabalho de salvamento no local era urgente devido ao adiantado estado de degradação do sítio arqueológico.

Artigo no: 333301
 Jornal: O Popular
 No: 07/01



Escavações no Vale dos Sonhos continuam, agora acompanhadas com interesse pelos moradores

Tribo que habitou Vale dos Sonhos fica desconhecida

ROSANE RODRIGUES DA CUNHA

A pesquisa arqueológica que está sendo realizada no Residencial Vale dos Sonhos, onde, no fim de maio, foi encontrada uma urna funerária contendo parte de um esqueleto humano, provavelmente não revelará a identidade da sociedade que no passado habitou a região, hoje ocupada por cerca de mil famílias. É o que acredita a arqueóloga alemã, Irmhild Wüst, consultora do projeto de resgate de vestígios e peças arqueológicas no bairro, que fica às margens da BR-153, anexo ao Jardim Guanabara.

Segundo a arqueóloga, os testes a serem feitos nas peças que começaram a ser recolhidas na segunda-feira poderão indicar a data em que foram fabricadas. "Mas, dificilmente, conseguiremos identificar o grupo", afirma Irmhild, acrescentando que as tribos indígenas são muito dinâmicas, o que dificulta a identificação de uma sociedade mais antiga. Estudos preliminares dos objetos recolhidos no Vale dos Sonhos apontam que eles pertencem a um grupo indígena ligado à Tradição Aratu, que pode ter

vivido no local no século 9.

Irmhild explica que a chamada Tradição Aratu é uma cultura arqueológica, que engloba vários grupos presentes em todas as regiões brasileiras. Apesar de indícios relacionarem as peças recolhidas a essa tradição, a arqueóloga observa que elas apresentam detalhes que as diferenciam de outras já catalogadas. "As peças têm um tipo de decoração na borda diferente de outras da Tradição Aratu", declara. Outros quatro sítios ligados à Tradição Aratu já foram identificados em Itaberaí, Ipameri e Santa Cruz de Goiás. O primeiro deles foi localizado na década de 70 por Irmhild.

O salvamento do sítio arqueológico está sendo realizado pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás (UCG) em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e com a Sociedade Habitacional Comunitária (SHC). Todo o trabalho é supervisionado pela 14ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A coleta do material arqueológico deve

ser concluída em um mês.

Quatro equipes coordenadas pelos arqueólogos Mariza de Oliveira Barbosa, Paulo Jobim de Campos Mello e Sibeli Aparecida Viana, do IGPA, estão trabalhando na escavação de 26 lotes das quadras 5 a 17 do bairro. Essas quadras situam-se nas imediações da quadra 8, onde um morador encontrou a urna funerária ao cavar uma cisterna. Nos lotes, que medem 10 metros de largura por 20 metros de comprimento, os arqueólogos traçam uma cruz, no centro da qual são feitas as escavações.

O trabalho é realizado em espaços de um metro de largura por um metro de comprimento. A profundidade da escavação é determinada pela presença das peças. "Podemos escavar dez centímetros ou mais se peças forem sendo encontradas", diz Mariza. Nas próximas semanas, esse trabalho deve ganhar o reforço de um georadar, aparelho que possibilita a identificação de metais no solo. Além da escavação, trabalhadores contratados no bairro fazem a vistoria da superfície dos lotes para recolher peças arqueológicas misturadas a lixo e matos.

Moradores esperam melhorias

A localização de uma urna funerária pré-histórica no Residencial Vale dos Sonhos inicialmente assustou os moradores. Com o embargo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de construções e abertura de fossas e cisternas nos lotes próximos à quadra onde o material foi encontrado, muitos moradores temiam ter seus lotes desapropriados ou de ficarem impossibilitados de erguer qualquer obra. O embargo era para preservar o sítio.

"Cheguei a achar que teria de abandonar minha casa", conta o lavrador desempregado Josino Fortunato. Um trabalho educativo realizado com a comunidade do setor pela Sociedade Habitacional Comunitária (SHC), Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás (UCG) e Secretaria Municipal de Cultura mudou a opinião de Fortunato e de seus vizinhos.

Fortunato espera que com a pesquisa e o interesse de órgãos governamentais pelo sítio venham também o asfalto, a rede de água e esgoto e toda a infra-estrutura da qual o setor necessita. Essa é também a expectativa do presidente da SHC, vereador José Maurício Beraldo. Segundo ele, a SHC vem mostrando aos moradores que a localização do sítio arqueológico não é um fato negativo. "Acreditamos que o sítio pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do setor", diz Beraldo.

A superintendente da 14ª

Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Salma Saddy de Paiva, elogia o envolvimento da comunidade neste resgate. "É fundamental que a população acompanhe esse trabalho, que não pode ser visto como um empecilho ao crescimento do bairro", diz. Salma também aprova a parceria do IGPA, SHC e Secretaria Municipal de Cultura. Esse consórcio, de acordo com ela, é muito interessante e facilita, até mesmo, a captação de verbas para o salvamento arqueológico.

Você sabia que

O VALE DOS SONHOS foi habitado há 1200 anos antes do descobrimento do Brasil?

E que

Na Sede da Associação está acontecendo uma EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA dos trabalhos arqueológicos?

Quer saber mais?

Então venha participar de um ENCONTRO dia 20/3 às 19:30 horas na Sede da Associação.

ANEXO F

Participe Participe Participe Participe Participe Participe Participe Participe

Participe Exposição Fotográfica Encontro



A Arqueologia no Vale dos Sonhos

O QUE É UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO?



Escavação

Fino

Uma

É o lugar onde encontramos restos ou vestígios da cultura material dos povos do passado (caco de pote, pedras lascadas, machadinho, "pedra de raio", cachimbo...). Um sítio arqueológico é testemunho de um local onde as pessoas estiveram, viveram ou trabalharam; podendo ser encontrado em qualquer parte, como em meio a uma pastagem ou roça, em locais isolados ou em nossos próprios quintais. Estes vestígios são importantes quando associados a uma realidade cultural. Isolados, perdem o seu valor. Se você encontrar algo, não deixe que ele seja destruído ou mesmo tocado. Comunique ao pessoal da Universidade, pois é proibido por Lei destruir sítio arqueológico.

PORQUE PRESERVAR UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO?

A identidade cultural de um povo é o alicerce para o sentimento nacional, para a consciência de classe, para o fortalecimento da cidadania, para a luta das minorias. Preservar o patrimônio cultural é uma obrigação de todos, pois, pela preservação, estamos guardando a identidade cultural e a memória de um povo. Não só os governos federal, estadual e municipal devem preocupar-se com a preservação do patrimônio. A comunidade também precisa e deve participar. Esse processo educativo deve ser democrático. Não se deve preservar um objeto isolado do seu contexto. Ao lado da história do bandeirante, deve-se preservar a história do índio. Juntamente com a história da burguesia, deve-se registrar a história do povo.



Escavação

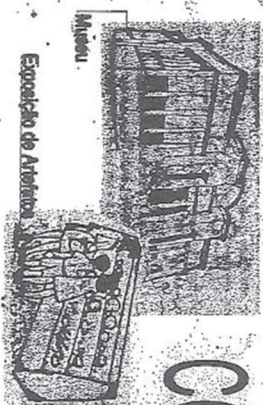
Árqueia

Monumento



COMO PRESERVAR?

Através, principalmente, da educação. E, com a conscientização da sociedade e do poder público que desenvolvemos a sensibilidade diante da importância dos bens culturais. Nesse processo educativo estão a pesquisa e a criação de espaços culturais (museus, casa de cultura,...)



Museu

Exposição de Arqueologia

Apoio: Secretaria Municipal de Cultura - Goiânia - GO
Secretaria Habitacional Vale dos Sonhos

Modelo entrevista aplicado pela equipe do núcleo de arqueologia do IGPA/UCG em 2003

PROJETO VALE DOS SONHOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Quantidade de pessoas que moram na sua casa:
- Quantidade de filhos e idade:
- Qual a escolaridade dos pais e filhos
- Qual o nome da escola que freqüentam/localização:
- De onde a família veio?
- Tem alguma informação sobre o sítio. A partir de onde? (palestra, evento, exposição, outros)
- Participa de algum tipo de festejo religioso?
- Desenvolve algum tipo de trabalho manual (artesanato, crochê, bordado, tapete, doce, salgado)
- Foi a algum tipo de palestra/evento/exposição?
- Quais os benefícios pensa que o turista pode trazer para você?
- Quais os serviços e produtos você poderia oferecer?
- Acredita que a presença do turista pode trazer algum prejuízo para a comunidade ou para o sítio. Quais?
- Sente falta de algum treinamento para trabalhar com a atividade turística? Quais?

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - UCG
ENTRE AS COISAS, AS PESSOAS E AS MEMÓRIAS:
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DA COMPREENSÃO DO
BEM ARQUEOLÓGICO NO VALE DOS SONHOS EM GOIÂNIA/GO

VENÚSIA FERRAZ

Entrevista N.

DATA:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome completo e Endereço:

01) Idade:

02) Grau de Escolaridade:

03) Estado Civil:

04) Sexo: () Fem () Masc

05) Qual atividade profissional principal exercida por você atualmente?

06) Reside no Conjunto Habitacional Vale dos Sonhos desde quando?

07) Naturalidade/Nacionalidade (Cidade/Estado/País):

08) Último local de moradia:

09) Qual a lembrança mais antiga que você tem da cidade ou da região em que morava?

10) O que você conhece da história da cidade/região em que morava?

11) O que mais lhe agrada(va) na cidade/região que você morava?.

12) É possível dizer que tipo de sentimento você tem em relação à cidade/região em que morava?

13) Por que veio morar aqui no Vale dos Sonhos ?

14) E em relação ao “Vale dos Sonhos”, é possível dizer que tipo de “sentimento” você tem?

15) O que você conhece da história do “Vale dos Sonhos” ?

16) O que mais lhe agrada no “Vale dos Sonhos”?

17) Você lembra do trabalho de arqueologia que foi desenvolvido aqui? Caso afirmativo o que você lembra?

18) Como você ficou sabendo sobre a pesquisa arqueológica aqui?

19) Você sabe o que a arqueologia estuda? O que sabe?

20) Participou de alguma palestra ou exposição sobre arqueologia na época? Caso afirmativo, o que mais chamou sua atenção?

21) Você sabia que este local é um sítio arqueológico que foi habitado há mil anos? Como soube?

22) O que você acha de morar sobre um sítio arqueológico?

23) Qual benefício a pesquisa arqueológica trouxe para o Vale dos Sonhos?

24) Você comenta com as pessoas que mora sobre um sítio arqueológico? Por quê?

OBS: Utilização de Material Arqueológico como instrumento para a abordagem ao público pesquisado

25) Você conhece isto/este objeto? (objetos 01 e 02)

25a) **Objeto 1** () Sim () Não O que é? O que lhe parece?
Para que serve?

25b) **Objeto 2** () Sim () Não O que é? O que lhe parece?
Para que serve?

25c) Que “valor” tem esses objetos para você?

26) É comum este tipo de objeto ser encontrado no Vale dos Sonhos?

27) O que você acha que é feito com o material coletado no sítio arqueológico? Para onde vai?

28) Se encontrasse algo semelhante, o que faria?

29) Você sabia que existe lei que protege este tipo de objeto e sítios arqueológicos?

30) Quando se fala em "Cultura", o que vem à sua mente?

31) Qual sua opinião a respeito da “Cultura” da região que você morava?

32) E sobre a “Cultura” do “Vale dos Sonhos”, o que pode dizer?

33) O que é “Patrimônio Cultural” para você? O que você compreende por isso?



Material apresentado ao entrevistado na questão 25a: Artefato arqueológico-Machado Lítico localizado no Vale dos Sonhos

Fonte: Ferraz Pinheiro (2006)

Quadro I – Caracterização dos Moradores do Vale dos Sonhos Entrevistados

Sujeito/ Sexo	Idade	Grau de escola ridade	Naturali dade	Estado Civil	Última moradia	Tempo que reside no Vale dos Sonhos	Atividade profissional
S. 01 F	53	4ª série Ensino Fundam ental	Ceres/Go	viúva	Jardim das Oliveiras, Goiânia	5 anos.	desempregada
S. 02 M	33	4ª série Ensino Fundam ental	Iporá /GO	casado	Jardim Guanabara, Goiânia	6 anos	pedreiro
S. 03 F	24	7ª série Ensino Fundam ental	Carmo do Rio Verde/ GO	casada	Santa Genoveva, Goiânia	7 anos	do lar
S. 04 F	17	2º ano Ensino Médio (em curso)	Goiânia/ GO	solteira	Jardim Guanabara, Goiânia	4 anos	estudante
S. 05 F	30	1º ano Ensino Médio	Anápolis/ GO	casada	Jardim Guanabara, Goiânia	4 anos	bordadeira
S. 06 M	39	Sup. Incomp (em curso 5º per. Artes Cênicas UFG)	Cruz das Almas/BA	casado	Jardim Guanabara	5 anos	artista circense
S. 07 F	50	4ª série Ensino Fundam ental	Goiânia/ GO	amaziad a	Jardim Guanabara	5 anos	doméstica

Fonte: Ferraz Pinheiro

Quadro I (Continuação)

S. 08 F	42	5ª série Ensino Fundamental (em curso)	Caxias/ MA	solteira	Jardim Guanabara	2 anos	7 anos	serviços gerais
S. 09	63	analfabeta	Caxias/ MA	viúva	Jardim Guanabara	2 anos	6 anos	do lar
S. 10	39	1º grau completo Ensino Médio	Goiânia/ GO	casada	Jardim Guanabara	8 anos	5 anos	comerciante
S. 11	50	4ª série Ensino Fundamental	Carolina/ MA	viúva	Jardim Guanabara	10 anos	6 anos	do lar
S. 12	35	3º ano Ensino Médio (incompleto)	Palestina/ GO	casado	Vila Coronel Cosmo, Goiânia/ GO	?	6 anos	aposentado
S. 13	35??	2º ano Ensino Médio (em curso)	Goiânia/ GO	casada	Jardim Guanabara	12 anos	4 anos	?
S. 14	51	4ª série Ensino Fundamental	Porangatu/Go	amaziado	Jardim Guanabara	11 anos	5 anos	pedreiro
S. 15	34	5ª série Ensino Fundamental	Brasília/ DF	casado	Jardim Guanabara	4 anos	6 anos	vigilante/segurança
S. 16	52	6ª série Ensino Fundamental	Centralina /MG	viúva	Trindade, Goiânia/GO	9 anos	5 anos	diarista
S. 17	33	5ª série Ensino Fundamental	Mariquita – BA	casado	Jardim Guanabara	06 anos	7 anos	encadernador e serviços gerais
S. 18	43	4ª série Ensino Fundamental	Goiânia/ GO	solteiro	Jardim Guanabara	1 ano 6m	6 anos	desempregado
S. 19	50	analfabeto	Lago da Pedra/MA	separado	São Geraldo - PA	?	5 anos	vigilante
S. 20	45	analfabeto	São Geraldo – PA	casado	Jardim Guanabara	3 meses	6 anos	serviços gerais

Fonte: Ferraz Pinheiro

